

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
CENTRO DE HUMANIDADES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL.

“Às armas cearenses, é justa a guerra”:

Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra
contra o Paraguai na Província do Ceará.
(1865-1870)

Fábio André da Silva Moraes.

Fortaleza

2007

Fábio André da Silva Moraes

“Às armas cearenses, é justa a guerra”:

Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra
contra o Paraguai na Província do Ceará.
(1865-1870)

Dissertação apresentada ao programa
de Pós-Graduação em História Social da
Universidade Federal do Ceará como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em História.

Fortaleza

2007

“Às armas cearenses, é justa a guerra”:

Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra
contra o Paraguai na Província do Ceará.
(1865-1870)

Dissertação defendida e aprovada, em 28 de fevereiro de
2007, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof^a Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa - Orientadora

Prof^o Dr^o Frederico de Castro Neves

Prof^o Dr^o José Olivenor Souza Chaves

AGRADECIMENTOS

À primeira vista, o ato de agradecer nos parece ser uma tarefa simples e objetiva. Doce engano, quando avaliamos a importância de reconhecer com justiça e apreço o apoio daqueles que contribuíram com dedicação, profissionalismo e amizade, a conclusão de uma obra aparentemente individual.

Nesse sentido, mais do que agradecer, quero expressar minha gratidão e consideração para com essas pessoas especiais que possibilitaram a conclusão desse trabalho.

Dessa forma, gostaria inicialmente de agradecer o apoio e incentivo dado pela prof^a Terezinha Queiroz ainda na graduação, quando da elaboração de um incipiente projeto.

Sou grato também aos amigos e amigas Diógenes, Olindina, Eudes, Sander, Lídia, Márjorie e Giovanni, que em diferentes momentos dispensaram grande atenção e apoio; e aos colegas da minha turma de mestrado Rodrigo, Isaac, Tácito, Egberto, Wagner Castro, Emília, Eduardo, Terezinha, Carla, Camilo, Yuri, Lindeci, Túlio e Soraya.

Agradeço ao casal Gertrudes e João Elmadan, funcionários do setor de micro-filmagem da biblioteca estadual Menezes Pimentel, pelo zelo e carinho com que me recebiam nos inúmeros dias de pesquisa naquele setor. Madalena, funcionária do setor de Obras Raras da referida biblioteca e bibliotecária da Academia Cearense de Letras, também dispensou grande ajuda em minha pesquisa, indicando documentos, livros, artigos e outros.

O presente trabalho é tributário também, da distinção e atenção dadas pelos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará, em especial Paulo Cardoso que sempre atendia prontamente as minhas solicitações de documentos. Nessa instituição, tive a agradável oportunidade de conhecer e conviver com o pesquisador André Frota de Oliveira, digno amigo, grande auxiliador e profundo conhecedor daquele acervo.

Quero expressar grande estima a minha banca de qualificação, composta pelos professores Frederico de Castro Neves e Edilene Toledo, pelas prestimosas críticas, sugestões e elogios. Em especial, agradeço ao prof^o

Frederico, com quem tive a oportunidade de trabalhar na graduação, durante o programa de iniciação científica, e que tanto contribuiu para o término deste trabalho.

Sou grato a todos os professores e funcionários da pós-graduação em História Social da UFCe, e aos funcionários da biblioteca do NUDOC. Agradeço também, a CAPES, pela concessão de uma bolsa de mestrado para custeio e financiamento da pesquisa.

À minha orientadora, prof^a Ivone Cordeiro Barbosa, devoto os meus mais sinceros agradecimentos pela paciência e dedicação com que me acompanhou nessa longa jornada, pois sei que não foi tarefa fácil.

Por fim, dedico este trabalho e agradeço de coração, à minha família, que por todos esses anos tem me apoiado e incentivado. Meus pais, Sula e Malaquias e minha irmã Fabíola. À minha esposa Lidiane, mais do que lhe oferecer este trabalho, pelo seu grande esforço e afeto dedicados, ofereço meu eterno amor e carinho.

SUMÁRIO

Resumo.....	06
Abstract.....	07
Introdução.....	08
 Capítulo 1: A mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará.	
1.1 Os desdobramentos iniciais da guerra na Província do Ceará.....	25
1.2 Convocação e estetização da guerra contra o Paraguai: a imprensa e a fala oficial no Ceará.....	43
1.3 “Segui o exemplo que acaba de dar-vos o Chefe da Nação”: o Imperador e a guerra.....	68
 Capítulo 2: A formação dos contingentes cearenses.	
2.1 O Recrutamento militar no Brasil Império: algumas considerações.....	85
2.2 A formação dos contingentes voluntários na Província do Ceará.....	94
2.3 “Palavriados e muzicas não me illudem. Quem dizer que vá lá”: designação e recrutamento forçado.....	118
 Capítulo 3: O recrutamento para a Marinha de guerra.	
3.1 A Armada imperial no Brasil durante a guerra contra o Paraguai e recrutamento na Província do Ceará.....	140
3.2 Metamorfoses da guerra: o recrutamento de menores para a Armada Imperial na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará durante a guerra contra o Paraguai.....	150
 Considerações Finais.....	174
Anexos.....	183
Fontes e Bibliografia.....	194

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de mobilização militar para a guerra contra o Paraguai (1865-1870) na Província do Ceará e refletir sobre os impactos sociais do esforço bélico sobre parte significativa da população cearense do período. O esforço de guerra demandou do governo imperial um amplo movimento de recrutamento militar até antes nunca visto no Brasil e sentido em todo o território nacional. O processo de extração estatal de contingentes recrutados e destacados para o conflito, e a interferência do governo central na dinâmica da vida local e nas relações de poder estabelecidas, gerou uma grande tensão social na Província do Ceará. Em outras palavras, a ampliação do recrutamento significou adentrar em áreas de influência e domínio dos poderosos locais, o que exigia do Estado imperial uma complexa e tensa negociação com os potentados. Apesar da afluência considerável de soldados no primeiro ano da guerra (1865), os anos posteriores foram de grande violência e terror nos sertões do Ceará. A resistência da população alvo do recrutamento produziu grandes conflitos no interior da província, com fugas e resgate de recrutados, arrombamento de cadeias, ataques a comissões de recrutamento, auto-mutilações, lesões corporais dentre outros. Conjuntamente ao esforço de arregimentação de homens para serem incorporados às forças militares brasileiras, desenvolveu-se também no Ceará, um amplo movimento de convocação. O discurso de convocação visava tanto legitimar a guerra quanto motivar o engajamento da população no esforço de guerra. Por fim, uma das questões mais delicadas do processo da mobilização militar para o conflito na Província do Ceará, foi o destacamento de menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará a fim de serem tripulados nos vasos de guerra da Marinha brasileira em ação na Bacia do Prata.

ABSTRACT

The present work has the objective to analyze the process of military mobilization to the war against Paraguay (1865-1870) in the Province of Ceara as well as to reflect on the social impacts of the war effort on significant part of the population of Ceara at that period. The war effort demanded for the imperial government a wide movement of military recruitment never seen before in Brazil and felt in the whole national territory. The process of state-owned extraction of recruited pointed out contingents to that conflict, and the interference of the central government in the dynamic of the local life and in the relationships of established power, created a big social tension in the Province of Ceara. In other words, the enlargement of the recruitment meant to come in areas of influence and domain of the powerful locals, what demanded from the imperial State a complex and tense negotiation with the potentates. In spite of the considerable affluence of the soldiers in the first year of war (1865), the post-war years were of great violence and terror in Ceara backlands. The resistance of the recruited target population produced great conflicts in the countryside of the Province, with escape and rescue of recruited, breaks of prisons, attacks on commissions of recruitment, self-mutilations, body injuries, etc. Together with the efforts of the men enlistment to be incorporated into Brazilian military forces, developed also in Ceara, a wide movement call. The speech of call aimed to make war legitimate as well as to motivate the most delicate matters in the military mobilization to the conflict in Province of Ceara, was the call of underage from the Navy Learners Company of Ceara in order to be crewed in the warships of the Brazilian Navy in action in the Prata basin.

INTRODUÇÃO

A memória coletiva prefere habitualmente guardar, no passado da comunidade, dois tipos de situações: aquelas em que fomos ou heróis vitoriosos ou vítimas inocentes. As duas permitem legitimar nossas reivindicações presentes. Mas tais situações, que podem ter realmente existido, contribuem para nos cegar com relação ao presente mais do que para nos deixar lúcidos. As páginas menos gloriosas de nosso passado seriam mais instrutivas, se nós aceitássemos lê-las inteiramente. O passado é benéfico não quando alimenta o ressentimento ou o triunfalismo, mas quando seu gosto amargo nos leva a transformar-nos a nós mesmos.¹

Quando decidi por estudar o impacto da guerra contra o Paraguai na Província do Ceará, ainda cursava a graduação. Um primeiro esboço do que viria a ser a proposta de pesquisa para a seleção de mestrado, foi desenvolvido em meados de 2000, quando da elaboração de um projeto de pesquisa como requisito para conclusão de disciplina. Por essa época já desenvolvia atividades de pesquisa, ligadas ao trabalho desenvolvido na iniciação científica (PIBIC-CNPq). Paralelamente à pesquisa principal do projeto, coordenado pelo professor Dr. Frederico de Castro Neves, concebia meu estudo particular.

Após a escolha do tema, procurei levantar a historiografia existente, a fim de inteirar-me melhor acerca das questões que estavam sendo colocadas e debatidas. Concomitante à revisão bibliográfica, busquei também, investigar a documentação primária disponível no Arquivo Público do Estado do Ceará e os jornais cearenses do século XIX, disponíveis no setor de microfilmagem da biblioteca pública estadual.

A Guerra do Paraguai, como é conhecida no Brasil, ou Guerra da Tríplice Aliança, como é chamada nos países platinos (Argentina, Uruguai e Paraguai), marcou profundamente o processo de formação histórica dos países envolvidos, especialmente Brasil, Paraguai e Argentina. O conflito é tido

¹ TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro/São Paulo: 1999, p.75.

como um dos mais sangrentos do século XIX e o maior já ocorrido no continente sul-americano. O que em princípio se apresentava como uma séria desavença diplomática entre Brasil e Paraguai, rapidamente deteriorou-se para combates extremamente sangrentos e em sofrimento para as populações envolvidas.

No entanto, apesar de seu papel histórico na formação nacional brasileira, o volume da produção historiográfica no Brasil acerca da guerra contra o Paraguai é bem inferior quando comparado à historiografia paraguaia e argentina.²

Uma das primeiras observações que pude fazer ao longo do processo de revisão de literatura e já durante o mestrado, era a forte presença de uma longa linhagem historiográfica preocupada em explicar e compreender as *origens* do conflito. Correndo o risco de incorrer em simplificações, podemos encontrar de forma bastante clara, pelo menos três grandes momentos da historiografia brasileira da guerra, preocupadas especificamente em buscar e explicar suas origens e conseqüências.

Uma boa parte da produção historiográfica brasileira da guerra centrou-se durante muito tempo na narrativa das batalhas, análise e descrição das estratégias militares e diplomáticas adotadas, relatos dos feitos militares dos comandantes brasileiros, histórias pitorescas da campanha, dentre outros. Essa primeira historiografia do conflito foi produzida principalmente por historiadores militares que buscavam, na maioria dos casos, exaltar, de forma romântica, os feitos “patrióticos” das armas brasileiras, além de atribuírem a culpa da guerra aos planos expansionistas e megalômanos de Solano López. Tal historiografia, de caráter marcadamente oficial, defende a imagem de um Solano López ditador e tirano assassino que pretendia transformar o Paraguai na principal potência da América do Sul.³ Nesse sentido, do lado brasileiro, o

² Estudiosos dessa guerra como Muniz Bandeira, Ricardo Salles, Francisco Doratioto e Vitor Izecksohn, foram um dos primeiros a detectar essa disparidade.

³ Liliana M. Brezzo chama a atenção para uma singularidade da historiografia da guerra produzida no início do século XX. De acordo com a autora, “*tanto em los países vencedores como em el vencido, la Historia de la guerra exhibía una interpretación homologada: em todos los casos el acontecimiento se explicaba como una respuesta a la agresión de López – único responsable – y a sus ambiciones desmedidas de liderar la región*”. BREZZO, Liliana M. “Paz em paz y guerra a la guerra”: ¿Una nueva historiografia sobre la guerra de la Triple Alianza? In: *Revista Paraguaya de Sociología*. Año 38, n°111/112, p.11-26, (Mayo-Diciembre de 2001), p.16.

seqüestro do vapor Marquês de Olinda e a invasão da província do Mato Grosso pelas tropas de López são descritas como as causas do conflito, ao terem exigido do Império uma resposta ativa e enérgica diante de tamanha covardia e barbaridade. Essa produção expressava certa ânsia pela elaboração de mitos nacionais, atendo-se mais aos feitos militares dos líderes, “exemplares valorosos de patriotas e cidadãos”, do que a uma análise mais crítica dos significados da guerra; além de relegar ao esquecimento a ação e o envolvimento de inúmeros setores sociais da sociedade brasileira oitocentista no esforço de guerra e do seu impacto sobre as mesmas.

Obviamente que essa nossa generalização é fundamentalmente de caráter didático, tendo em vista não ser possível esgotar todas as potencialidades dessa historiografia.⁴ Contudo, algumas obras de grande qualidade, tornaram-se leitura obrigatória para os estudiosos do assunto. Destacaríamos então, pela riqueza dos trabalhos, o *magno opus* de cinco volumes do General Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, rico em dados estatísticos, mapas e boa narrativa; destacaríamos também, *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, que dedicou parte considerável do livro a um estudo seminal dos significados políticos da guerra para o regime monárquico brasileiro, baseando-se nos arquivos pessoais de seu pai, Nabuco de Araújo; apesar da forte idealização, incluímos, também, os vários volumes de *Os Voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*, do general Paulo de Queiroz Duarte; dentre outros.

Um capítulo à parte da bibliografia disponível acerca da guerra, são as diversas memórias e diários redigidos por participantes que estiveram no teatro de operações. Tais obras tornaram-se importantes fontes de pesquisa, como as *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira, *A retirada da Laguna*, *Diário do Exército (1869-1870)* e *Memórias*, do visconde de Taunay, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul – agosto a novembro de 1865*, do Conde d’Eu. Outras obras de destaque foram escritas por

⁴ Um exemplo disso é o fato de, ao contrário da louvação à participação do Brasil na guerra, os ideólogos positivistas do começo do século XX, ligados à Igreja Positivista do Rio de Janeiro, criticavam duramente o papel do Brasil no conflito; fazendo, inclusive, uma avaliação extremamente depreciativa do episódio no processo de formação nacional brasileiro. Um maior detalhamento dessa discussão pode ser encontrado em ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, pp.313-319.

observadores estrangeiros que acompanharam de perto o movimento das tropas dos Exércitos envolvidos. Podemos citar como representativas dessa categoria *História da guerra do Paraguai*, de Max Von Versen, *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*, de sir Richard Burton e *A Guerra do Paraguai*, de George Thompson.

Uma outra historiografia da guerra, também denominada de *revisionista*, surgiu em fins dos anos de 1950, ganhando enorme envergadura e aceitação acadêmica na década de 70. Dentro dessa historiografia revisionista, podemos encontrar pelo menos duas teses complementares: sendo a primeira, a idéia de que o Paraguai pré-guerra de Solano López seria o herdeiro da luta pela “*causa da unidade hispano-americana em continuação às lutas de independência contra o domínio espanhol, como também o precursor de uma via distinta de desenvolvimento sócio econômico*”;⁵ e a segunda tese compartilhada por esses trabalhos, a de que a guerra foi causada por uma maquinação do imperialismo britânico contra um suposto desenvolvimento autônomo paraguaio.⁶

A tese da *intervenção britânica*⁷ ganhou no Brasil um papel de maior destaque, tendo, inclusive, grande presença nos nossos livros didáticos. Segundo essa interpretação, Brasil, Argentina e Uruguai teriam sido manipulados e levados a uma guerra de destruição contra o Paraguai. De acordo com Doratitoto,

a fantasia revisionista apresenta o Paraguai do pré-guerra como um país progressista, quase um protoc comunismo de Estado que teria proporcionado a modernização do país e o bem-estar de sua população. A Guerra do Paraguai, para esse revisionismo, resultou do confronto entre duas estratégias premeditadas de crescimento econômico: a paraguaia, sem dependência dos centros capitalistas, e a estratégia da Argentina e do Brasil, dependente do ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros. Para o

⁵ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.20.

⁶ Para uma análise mais detalhada dessa historiografia ver: SALLES, Ricardo. Op. Cit. Especialmente pp.18-37.

⁷ Uma defesa dessa tese pode ser encontrada em AMAYO, Enrique. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. In: *Estudos Avançados (USP)*. São Paulo, v.9, n.24, mai-ago 1995. A crítica pode ser vista em BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: *Estudos Avançados (USP)*. São Paulo, v.9, n.24, mai-ago 1995. O prefácio à segunda edição do livro de Moniz Bandeira também, *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

revisonismo esses dois países teriam sido manipulados por interesses da Grã-Bretanha para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio, abrindo um novo mercado consumidor para os produtos britânicos e fornecedor de algodão para as indústrias inglesas.⁸

Essa tese está presente de forma marcante nos trabalhos do historiador argentino, radicado no Brasil há vários anos, Leon Pomer, sendo sua principal obra *La Guerra del Paraguay – Gran Negócio!*, traduzida no Brasil em 1980 com o título de *A Guerra do Paraguai – grande negócio!*. Outros dois autores que também contribuíram bastante na divulgação dessa interpretação foram o uruguaio Eduardo Galeano, com o livro *As Veias Abertas da América Latina* (1978), e o jornalista brasileiro Júlio José Chiavenatto, com o seu *Genocídio Americano – A Guerra do Paraguai* (1979). No Paraguai, a historiografia revisionista acabou por reformular a imagem de Solano Lopez, que passou “de tirano a líder antiimperialista e de agressor a vítima”,⁹ reforçando ainda mais o movimento político paraguaio denominado de *Lopizmo*, que desde 1920 buscava construir um ideal nacionalista e heróico para o país em torno da figura de Lopez.¹⁰

Dessa maneira, comentando a historiografia da guerra até o início da década de 1980, Ricardo Salles colocava que:

*Se os estudos tradicionais sobre a guerra pecam por um excessivo oficialismo e factualismo, por sua vez, as versões revisionistas da história do conflito tendem a simplificações e nem sempre estão embasadas em investigações mais profundas. Os acontecimentos são muitas vezes adaptados a esquemas interpretativos extremamente genéricos e outros tantos fatos são deixados de lado.*¹¹

O que o autor chamou de “*esquemas interpretativos extremamente genéricos*”, diz respeito principalmente à influência da Teoria da Dependência sobre a interpretação histórica da guerra contra o Paraguai produzida pela historiografia dos anos 60 e 70. Doratitoto também compartilha da mesma

⁸ DORATIOTO, Francisco F. M. A construção de um mito. In: *Jornal Folha de São Paulo*, domingo, 9 de novembro de 1997, Caderno *Mais!*

⁹ Id. Ibidem.

¹⁰ Podemos encontrar uma boa análise desse processo, feito a partir da historiografia latino-americana e da dinâmica política paraguaia, no excelente artigo de Liliana M. Brezzo. Op. Cit.

¹¹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp.15-16.

idéia, entendendo que os “trabalhos revisionistas sofreram forte influência do contexto histórico em que foram escritos”. Segundo o mesmo,

As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares. Uma forma de combater essas ditaduras era minar suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho de chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, o outro, Caxias, tornou-se patrono do Exército brasileiro. É impossível, também, não notar, nas entrelinhas do revisionismo, a construção de um paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras “progressistas” e vítima da então nação mais poderosa do planeta, a Grã-bretanha.¹²

Entretanto, apesar de sua forte difusão e influência, a tese do imperialismo britânico como o causador da guerra começou a ser revista e duramente criticada na década de 80. No Brasil, os primeiros estudos que buscaram demonstrar e ponderar a inconsistência dos argumentos centrais da tese, foram os de Amado Luiz Cervo, no livro *História da Política Exterior do Brasil*, e Moniz Bandeira, com a obra *O Expansionismo Brasileiro*. Assim como Cervo, Bandeira também defendia que a política exterior do Império brasileiro não se restringira aos ditames dos interesses britânicos. Para Bandeira, a política continental do Brasil oscilou constantemente, “em momentos distintos,

¹² DORATIOTO, Francisco F. M. Op. Cit. Da mesma opinião é Liliana Brezzo: “Hay que admitir que culpar a Gran Bretaña por el inicio del conflicto satisfacía en las décadas de 1960 a 1980 a distintos intereses políticos: para algunos se trataba de mostrar la posibilidad de construir en América Latina un modelo de desenvolvimiento económico no dependiente, apuntando como un precedente el estado paraguayo de López. Acabarán, por lo tanto, por negar esa posibilidad en la medida en que presentaran a la potencia central –Gran Bretaña– como omnipotente, capaz de imponer y disponer de los países periféricos, de manera de destruir cualquier tentativa de no-dependencia. Por su parte la visión maniqueísta y mistificadora de Solano López también interesaba al oficialismo paraguayo de la dictadura de Stroessner. Aquel aparecía en condición de víctima de una conspiración internacional que prefirió morir a ceder a presiones externas. Por otra parte, estos presupuestos y conclusiones sufrirán una fuerte influencia del contexto histórico en que fueron escritos. Las décadas de 1960-1970 se caracterizarán en América del Sur por gobiernos militares. Una forma de luchar contra el autoritarismo era minando sus bases ideológicas. De ahí, en gran parte, la acogida acrítica y el éxito en los medios intelectuales del revisionismo sobre la guerra del Paraguay: por atacar el pensamiento liberal, por denunciar la acción imperialista o por criticar el desempeño de los jefes militares aliados. Si se profundiza un poco en estas interpretaciones, se notará también la construcción de un paralelismo entre la Cuba socialista, aislada del continente americano y hostilizada por Estados Unidos y la presentación de un Paraguay de dictaduras progresistas y víctima de la potencia más poderosa del planeta, Gran Bretaña.” BREZZO, Liliana M. Op. Cit. pp.23-24.

entre uma orientação que respondia a estímulos de grandes nações industriais e iniciativas de interesse nacional".¹³

Além de Cervo e Bandeira, vários outros historiadores, brasileiros, paraguaios, argentinos, europeus e americanos, a partir de pesquisas de fôlego, desencadearam, desde meados dos anos 80, severas críticas às teses revisionistas.¹⁴ Não é nosso objetivo nos aprofundarmos sobre os argumentos dessa crítica, por entendermos ser uma discussão bastante contemplada por uma vasta historiografia. A título apenas de referência, as pesquisas têm demonstrado: a) a forte presença de investimentos estrangeiros, inclusive britânicos, no processo de modernização levado a cabo por Solano Lopez no período pré-guerra; b) as tensas relações entre Brasil e Inglaterra ao longo do século XIX, sendo o caso mais emblemático a ruptura das relações diplomáticas entre os dois países em 1863 (Questão Christie); c) a insignificância do mercado consumidor paraguaio e da produção algodoeira para que pudesse despertar uma "ânsia de lucro" dos capitalistas ingleses; d) as peculiaridades da formação histórica do Paraguai para se entender a singularidade de sua estrutura fundiária e nível cultural; e) a população paraguaia era bem inferior àquela oficialmente registrada pelos censos oficiais; f) a herança herdada pelos países da região da Bacia do Prata, das tensões oriundas ainda das disputas coloniais de Portugal e Espanha; e por fim, as pesquisas empíricas não encontraram, sequer, indícios, referências ou pronunciamentos, que pudessem levar a crer em uma maquinação britânica por trás dos países envolvidos quanto à decisão de eclodir a guerra.

A historiografia da década de 90 veio consolidar as críticas às teses revisionistas. Um exemplo disso foi o colóquio internacional sobre o conflito, *"Guerra do Paraguai: 130 anos depois"*, ocorrido no Brasil em 1995, que buscou discutir a fundo as teses revisionistas da guerra, assim como teses alternativas e outras dimensões da guerra negligenciadas pela historiografia

¹³ BANDEIRA, L. A. Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.17.

¹⁴ Ricardo Salles foi o primeiro no Brasil a sistematizar, em 1990, a genealogia histórica dessa tese e a elencar uma série de críticas e questionamentos ao papel determinante do imperialismo britânico como detonador do conflito.

brasileira e latino-americana.¹⁵ As palestras do evento deram origem ao livro organizado por Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, “*Guerra do Paraguai: 130 anos depois*”, publicado em 1995 pela Relumê Dumará. Nesse livro podemos encontrar um balanço significativo da produção historiográfica brasileira da guerra.¹⁶

Dessa maneira, tem prevalecido na historiografia brasileira mais recente, a tese de que as origens do conflito encontram-se no próprio processo histórico regional. Ao contrário da corrente revisionista, esta outra perspectiva apóia-se em sólidas pesquisas históricas, presente nos trabalhos de Alfredo da Mota Menezes, André Toral, Ricardo Salles, Vitor Izecsohn e Francisco Doratioto.¹⁷ Desses autores, o que tem ganhado maior relevo e divulgação é Doratioto, que em 2002 publicou um volumoso trabalho intitulado *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, onde, além de reavaliar, com base em vasta bibliografia e pesquisa documental, uma série de eventos ligados à dinâmica e significados históricos do conflito, procura embasar solidamente que a guerra resultou do processo de construção e consolidação dos Estados nacionais no Rio da Prata.

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu, graças a uma aliança com os blancos uruguaio e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra

¹⁵ Para um balanço da historiografia latino-americana da guerra contra o Paraguai, ver os artigos de Liliana M. Brezzo.

¹⁶ Ver também o caderno *Mais!*, do Jornal *Folha de São Paulo*, de 9 de novembro de 1995, dedicado exclusivamente ao conflito com o Paraguai.

¹⁷ A referência das obras, encontra-se na bibliografia da dissertação

*argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.*¹⁸

Contudo, desde o início da década de 90 que alguns pesquisadores se ressentiam tanto da necessidade de um processo de ampliação dos horizontes de pesquisa acerca do conflito, quanto da construção de um outro olhar sobre a história militar brasileira. Ricardo Salles, em um livro inaugural na retomada, no Brasil, dos estudos da guerra contra o Paraguai, comentando as mudanças temáticas e teórico-metológicas na historiografia dos anos 80, colocava que:

Pouco a pouco (...) a historiografia moderna descobre novos temas do mundo do trabalho e do cotidiano e coloca sob novo prisma episódios só conhecidos por via de sua carapaça oficial.

Muito resta ainda por ser feito. Há áreas, temas, acontecimentos e episódios inteiros que permanecem obscuros.

*A história militar é um desses temas. Não é de estranhar que os historiadores modernos dêem mais atenção ao papel dos militares na história política do Brasil do que à história militar propriamente dita e à relação desta com a vida de nosso povo. A história militar é patrimônio da memória oficial ou então tema técnico da corporação militar, igualmente pródiga em oficialismo e elogios. Tanto os conflitos internos como as guerras externas são pouco conhecidos, e quase nada se sabe sobre como esses acontecimentos foram vivenciados e protagonizados por soldados e pela massa da população.*¹⁹

Outro importante pesquisador da guerra do Paraguai, Vitor Izecsohn, em sua tese de mestrado de 1992, publicada em 1997, chamava a atenção para a quase inexistência de pesquisas que tivessem buscado avaliar o impacto da guerra sobre a sociedade brasileira.

*Pouco é dito, por exemplo, sobre as dimensões patrióticas da mobilização na sociedade, ou mesmo sobre como essa guerra afetou a vida cotidiana de parcelas significativas da população, incorporadas ao Exército através do recrutamento.*²⁰

¹⁸ DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p.23.

¹⁹ SALLES, Ricardo. Op. Cit. pp.1-2.

²⁰ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p.22.

Nos últimos 20 anos, a historiografia brasileira tem deixado mais de lado o debate em torno das origens do conflito com o Paraguai e se dedicado mais detidamente ao estudo de outras dimensões da guerra. A década de 90 assistiu a um grande crescimento de pesquisas históricas que têm buscado, por exemplo, estudar e compreender: as práticas do recrutamento militar perpetradas durante a guerra, assim como suas origens históricas;²¹ a utilização, pelo Exército e Marinha, de escravos libertos e foragidos como soldados e marinheiros, e os impactos sociais, culturais e institucionais dessa prática sobre a dinâmica da sociedade brasileira pós-guerra;²² a influência do conflito na conformação da ação política brasileira na América Latina e sobre a constituição de uma cultura brasileira;²³ o papel paradigmático do evento na “invenção da nação”;²⁴ o processo de mobilização da sociedade brasileira para o esforço de guerra, centrando-se não apenas nas províncias do sul e sudeste, mas abrangendo a análise para as províncias do norte (Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí etc.); dentre outros.²⁵ No caso do Ceará, temos visto, mais recentemente, o surgimento de pesquisas importantes em torno do impacto da guerra em nível local. Com base em documentação inédita, tais estudos, a partir de diferentes ângulos e olhares, têm buscado refletir acerca das múltiplas experiências sociais vividas por diversos segmentos sociais da sociedade cearense oitocentista ao tempo do conflito contra o Paraguai.²⁶

²¹ Principalmente os trabalhos de Hendrik Kraay e Vitor Izecksohn. Chamaria aqui a atenção para o artigo de Renato Pinto Venâncio, *Os aprendizes da guerra*, em que o historiador trata do recrutamento de menores para a Armada Imperial durante o conflito.

²² Especialmente os estudos de Ricardo Salles, Álvaro Pereira do Nascimento, Jorge Prata de Sousa e Hendrik Kraay.

²³ Consultar a tese de doutorado defendida na USP de Francisco Alambert.

²⁴ A tese de Alambert trata um pouco dessa questão. José Murilo de Carvalho também tem discutido essa dimensão da guerra, ainda que não sistematicamente. Apesar de centrar-se em aspectos não ligados ao conflito, o artigo *Construindo uma nação no Brasil do século XIX*, do brasilianista Richard Graham, nos oferece uma série de indicações para uma reflexão acerca da construção nacional brasileira.

²⁵ Liliana M. Brezzo tem desenvolvido um intenso trabalho de pesquisa e análise da historiografia da guerra do Paraguai produzida nos últimos anos. Entretanto, suas análises têm se centrado na produção argentina e paraguaia, com esparsas referências à brasileira. No nosso caso, apesar da publicação em 1995 do livro *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*, não temos assistido a nenhum esforço, ainda, na sistematização e análise mais detalhada da historiografia brasileira mais recente que tem estudado essas diversas dimensões do conflito da qual fizemos referência.

²⁶ Além da dissertação de Xislei Araújo Ramos, nosso estudo também caminhou nesse sentido, além de um outro trabalho em andamento, que trata principalmente da questão dos Voluntários da Pátria do Ceará.

Boa parte dessa historiografia é fruto, também, do surgimento de pesquisas no campo de uma “nova” história militar brasileira.²⁷ De fato, nos últimos anos têm-se desenvolvido uma intensa produção acadêmica de historiadores, cientistas políticos, sociólogos e antropólogos, em torno de questões relacionadas à história militar brasileira. Pesquisadores especialistas no tema apresentam a década de 90 como um momento crucial na retomada pela historiografia brasileira dos estudos militares.

*Por volta de 1990, uma confluência frutífera de democratização e maior influência da história social, da antropologia e mesmo das perspectivas pós-modernas sobre os estudos militares propiciou a revisão da história militar (...). O fim do regime militar removeu alguns dos estigmas associados à história militar que limitavam a pesquisa acadêmica e permitiu o acesso a fontes militares até então inacessíveis.*²⁸

Essa nova historiografia militar brasileira desviou o foco de pesquisa das temáticas mestras abordadas pela história militar tradicional — a saber, “o estudo das batalhas, táticas e principais figuras militares”—, para a questão da interação entre Forças Armadas e sociedade.

*Essas pesquisas estudam a origem social, os vínculos de sociabilidade, as operações formais e informais das hierarquias, os sistemas de progressão e punição operantes nos quartéis e destacamentos espalhados pelo país. Estudam também as ocasiões em que as Forças Armadas entraram em combate: as poucas guerras externas, a participação no processo de unificação territorial, a formação dos oficiais e os episódios de violência coletiva, especialmente as revoltas. Finalmente, se debruçam sobre questões de gênero, incluindo a identidade masculina, o homossexualismo e a participação de mulheres nos contingentes.*²⁹

Nessa perspectiva, os estudos dos aspectos militares de nossa formação histórica têm se configurado em uma excelente ótica de análise para importantes reflexões acerca da dinâmica social brasileira e de suas instituições. Quanto aos aspectos da sociabilidade, valores, convenções sociais e políticas, relações de poder, por exemplo, os estudos sobre o

²⁷ Para um balanço dessa historiografia, ver: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

²⁸ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.23.

²⁹ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Op. Cit. pp.12-13.

recrutamento militar no Brasil, nos oferecem importantes elementos acerca de um melhor entendimento dessas dimensões da sociedade brasileira colonial e imperial.³⁰ No campo da Ciência Política e da Sociologia, o estudo das práticas do recrutamento militar no Brasil, tornaram-se campos frutíferos nas pesquisas sobre a formação e organização do Estado brasileiro, especialmente sua burocracia, suas estruturas de funcionamento e organização e suas relações com a sociedade.³¹ Assim, essa “nova” historiografia militar, fortemente influenciada pela História Social e pela Antropologia, com uma abordagem mais centrada na relação das instituições militares com a sociedade e vice-versa, tem propiciado um rico debate e uma intensa produção acadêmica. A pesquisa que ora apresentamos pôde desenvolver um intenso diálogo com essa nova historiografia militar, na medida em que compartilhávamos muitas das inquietações levantadas por essa produção. Ela também foi de suma importância, pelo fato de ter nos oferecido um importante suporte teórico-metodológico, para nosso processo de investigação.

Dito isso, de uma forma geral, o nosso estudo objetivou refletir a respeito do processo de mobilização militar para a guerra contra o Paraguai na província cearense e os impactos sociais desse esforço bélico sobre parte significativa da população do Ceará oitocentista.

A província do Ceará enviou um contingente de soldados estimado em 5769 homens. Trata-se de um número bastante expressivo, especialmente quando comparado com outras províncias do Império bem mais populosas, mas que enviaram contingentes menores. O processo de arregimentação de soldados no Ceará foi extremamente traumático e conflituoso. O esforço de guerra demandou uma mobilização militar, até antes nunca assistida no Brasil. A necessidade de se angariar um grande número de soldados, a fim de

³⁰ Sobre essa questão ver os trabalhos de Hendrik Kraay, Álvaro Pereira do Nascimento, Peter M. Beattie, Joan E. Meznar, Christiane F. Pagano de Mello, Shirley M. Silva, dentre outros.

³¹ Nessa área, destacamos os estudos de Fábio Farias Mendes, Vitor Izecksohn e Wilma Peres Costa. Não devemos nos esquecer também, de um trabalho inaugural nesse aspecto, o de Fernando Uricoechea, *O Minotauro Imperial*, em que é desenvolvida uma excelente análise sociológica da burocratização do Estado brasileiro no século XIX, a partir de um estudo histórico da Guarda Nacional. Ainda nesse quesito, há uma outra produção, também histórica e sociológica, que buscou investigar a questão do envolvimento do Exército na política brasileira. Sobre essa produção destacamos os trabalhos de John Schulz, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Alfred Stepan e Edmundo Campos Coelho. Para uma avaliação crítica desses estudos, ver o artigo de Antonio Carlos Peixoto, *Exército e Política no Brasil*, e também o livro de Adriana Barreto de Souza, *O Exército na consolidação do Império*.

organizar uma força militar que se encontrava em uma situação bastante difícil — pois o Exército brasileiro até o início da guerra contava com um efetivo diminuto, disperso e com formas instáveis de recrutamento —, implicou na ampliação quase irrestrita do recrutamento. Essa questão foi uma das pedras de toque do esforço de guerra, pois ao não contar com um exército profissional e nacionalmente organizado e estruturado³², o Estado imperial passou a interferir em zonas delicadas de poder, ou seja, ampliar o recrutamento significou adentrar nas áreas de influência e domínio dos potentados locais. Nesse sentido, o sucesso do esforço de guerra exigia uma complexa negociação entre as partes, o que não ocorria necessariamente de forma pacífica. Além disso, o estigma social historicamente construído no Brasil em torno do serviço das armas, produzia na sociedade uma aguerrida ojeriza ao engajamento no esforço de guerra. Entretanto, mesmo nesse quadro hostil, o primeiro ano da guerra assistiu a um grande movimento de voluntariado com a formação de vários batalhões de Voluntários da Pátria no país, fato também observado na província cearense. Contudo, a guerra durou mais de cinco anos. Se no início das hostilidades, pelas circunstâncias singulares postas (presença de tropas estrangeiras em território brasileiro), foi possível a existência de fortes manifestações populares de voluntariado, o mesmo não ocorreu nos anos seguintes; pelo contrário, houve uma crescente resistência

³² A ausência de um Exército profissional no Brasil Império — o que nos parece ser uma das questões primordiais para compreendermos muitos dos dilemas e impasses enfrentados durante o esforço de guerra —, tem sido um tema pouco visitado pela historiografia. Acerca dessa discussão, Wilma Peres Costa desenvolveu uma importante reflexão sobre o tema em seu livro *A Espada de Dâmocles* (Ver especialmente o capítulo 1 e ver também o artigo *A Guerra do Paraguai e a problemática militar no Império*). Ao refletir sobre o papel das forças armadas profissionais, particularmente o Exército brasileiro, na crise e derrocada final do Estado Imperial, Costa procurou explicitar as fortes resistências colocadas pela ordem escravista contra a constituição de um monopólio estatal da violência por meio de uma força armada profissional, o que implicava em um *armamento* do Estado e o conseqüente *desarmamento* da sociedade. Segundo a autora, alguns aspectos foram determinantes enquanto impedimentos para a constituição do monopólio da violência pelo Estado imperial: a) a ausência de uma guerra de independência que tivesse sido capaz de revolucionar as estruturas militares herdadas do período colonial, ou seja, uma independência capaz de gerar a constituição de um exército nacional; b) o estreitamento da base de recrutamento, tendo em vista que o escravo não era por definição recrutável; c) a dominação e coerção privada de largos contingentes de homens livres para a manutenção da ordem no interior dos domínios fundiários dos potentados locais; d) a manutenção de uma força militar patrimonial, a Guarda Nacional, que apesar de subordinada aos sabores partidários do centro político, permanecia sob controle privado na esfera local, impedindo a concentração do poder de coerção nas mãos do Estado; e) a não participação do senhorio escravista no exército de linha, concentrando-se, por exigência das formas de dominação, no exercício do poder em seus domínios.

ao recrutamento, principalmente entre os anos de 1866-1868, período também de grandes ondas de arregimentação.

A resistência ao recrutamento se deu, sobretudo, de duas maneiras: ou de forma aberta e violenta ou de forma silenciosa e cotidiana.

Nos momentos de maior tensão do esforço de guerra, quando se aumentava a arregimentação de soldados, o recrutamento acabava por recair tanto sobre os “vadios”, “vagabundos” e criminosos, quanto sobre a população cearense pobre livre. Nessas circunstâncias, um dos principais mecanismos sociais de resistência postos à disposição dessa população sertaneja pobre, era se aliar com os notáveis locais, a partir de complexas relações paternalistas de subordinação e deferência, como forma de conseguir proteção e segurança.³³ Em caso de insucesso dessa aliança, ou do não cumprimento dos “acordos”, o que era na verdade extremamente perigoso para um grande proprietário, especialmente se interpretado como manifestação de fraqueza, recorria-se a resistência aberta e violenta. Normalmente ela se dava na forma de luta aguerrida contra as comissões recrutadoras, no arrombamento de delegacias e resgate de recrutados e lesões físicas.

Contudo, uma das formas de resistência ao recrutamento mais utilizadas pela população sertaneja pobre livre do Ceará oitocentista, foram aquelas que James Scott chamou de *formas cotidianas de resistência*;³⁴ ou seja, uma silenciosa guerrilha baseada num conjunto de dissimulações, falsa submissão, sabotagem, incêndios, deserções dentre outros. Para Scott, essas formas *brechtianas* de resistência teriam como característica comum, a requisição de “*pouca ou nenhuma coordenação e planejamento*”,

³³ De acordo com Ramos, as práticas paternalistas dos sertões cearenses caracterizavam-se enquanto “*práticas porosas que se esgarçavam na medida em que os homens pobres livres buscavam alianças com os patrões e Estado, passando da condição de homem submisso e deferente para a posição de aliado. Muitas vezes essa condição de aliado permitia ao homem pobre livre exercer autonomia diante de decisões inerentes a sua própria condição de subordinado, podendo resultar em lutas e resistências contra o poder de mando discricionário das autoridades locais. Além disso, (...) essas alianças entre essa complexa rede de relações patrono-cliente foram a base de sustentação para que as camadas pobres buscassem nas próprias leis instituídas pelo governo imperial os seus direitos de cidadãos (...).*” Ver RAMOS, Xislei Araújo. “*Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime*”: O recrutamento “*a laço*” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza: 2003, 213p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, p.11.

³⁴ SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*. Campina Grande: UFCG, n° 9, pp. 10-31, 2003. Apesar da convergência de vários de seus estudos com as temáticas levantadas pelas pesquisas em História Social no Brasil, ainda é um autor pouco conhecido por estas paragens, tendo como único trabalho traduzido para o português o artigo ora citado.

representariam “*uma forma de auto-ajuda individual*” e evitariam geralmente “*qualquer tipo de confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas da elite*”.³⁵ Dessa maneira, as deserções, as fugas para as matas, a recorrência às isenções legais, as auto-mutilações tornaram-se as armas principais daqueles cearenses que buscavam lutar e resistir ao amplo movimento de recrutamento militar implementado não só Ceará como em todas as províncias do império.

Contra esse repúdio e resistência da população cearense ao serviço da guerra, é que se construirá todo um conjunto de argumentos retóricos e ideológicos, visando legitimar a *causa belli* e motivar o engajamento da população no esforço de guerra. Não é por acaso que diversos historiadores, como José Murilo de Carvalho, por exemplo, vêm chamando a atenção para o caráter paradigmático da guerra contra o Paraguai, na gênese, um primeiro ensaio, de um discurso oficial patriótico e nacionalista no Brasil, mesmo que efêmero. De fato, durante o esforço de conclamação nacional, termos como Nação, Pátria, Honra nacional, Civilização contra a Barbárie, dentre outros, tornaram-se recorrentes nas páginas dos jornais, na retórica oficial e no bico da pena da elite letrada. Outro evento de grande destaque desse processo de conclamação foi a partida do imperador D. Pedro II para o teatro de operações. A atitude do monarca foi divulgada em verso e prosa. Pelos quatro cantos do país o imperador era apresentado como o “Voluntário número um”, o rei da guerra. Os jornais e revistas ilustradas do império divulgavam desenhos e imagens do imperador em trajes militares, à frente das tropas, socorrendo feridos e inspecionando instalações. De maneira geral, em conjunto, toda a retórica de conclamação e as idealizações acerca da presença de Pedro II na zona de guerra, tinham como objetivo primordial evocar a população para o engajamento no esforço de guerra. No caso da atitude do imperador, ela serviu para prolongar por alguns meses a onda de voluntariado assistida no ano de 1865 e agilizar as ações militares que culminaram na expulsão das tropas paraguaias do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, tomadas essas considerações, nosso trabalho foi dividido em três capítulos.

³⁵ SCOTT, James C. Op. Cit. p.12.

No primeiro capítulo, buscamos primeiramente realizar uma breve explanação em torno dos primeiros impactos e recepções do processo inicial de mobilização militar na província cearense. Em um segundo momento, buscamos desenvolver uma reflexão a respeito do processo de conclamação para a guerra contra o Paraguai no Ceará. Além de acompanhar os primeiros desdobramentos do esforço bélico na província, procuramos mais detidamente, analisar as formas e argumentos utilizados na convocação para a guerra presentes na fala oficial e da elite letrada e na imprensa cearense. Tínhamos como horizonte, compreender a função desse discurso e o porquê de sua necessidade tão premente, assim como inferir alguns sentidos históricos de vários conceitos manipulados como honra, pátria, nação, e, por fim, algumas das imagens construídas em torno da ida de D. Pedro II ao teatro de operações.

O segundo capítulo é dedicado, de maneira geral, à apreciação e discussão do processo de recrutamento militar na província, analisando sua dinâmica, seu significado social e sua ligação com as estruturas de poder, formais e informais. Nesse sentido, fez-se necessário, também, refletir — a partir de uma avaliação histórica —, sobre as práticas do recrutamento militar no Brasil imperial, a fim de avaliarmos criticamente a percepção que a população tinha do serviço das armas, compreender como tal expediente era organizado e foi posto em prática noutros momentos de nossa formação histórica e durante a guerra. Feito tais considerações, buscamos em um segundo momento analisar a formação dos contingentes cearenses de Voluntários da Pátria, particularmente durante o primeiro ano da guerra. Por fim, examinamos o processo de designação de guardas nacionais para o serviço da guerra e o recrutamento para o exército. Sobre esse último ponto, ele configurou-se como um dos momentos mais críticos do processo de mobilização militar, a resistência dos guardas nacionais contra a designação e da população em geral contra o recrutamento produziu uma das páginas mais sangrentas dessa história.

O último capítulo trata de um tema polêmico e praticamente inexplorado tanto pela historiografia militar brasileira quanto pela historiografia da guerra do Paraguai, a saber, o recrutamento de menores das Companhias de Aprendizes

Marinheiros do império para a Marinha durante o conflito.³⁶ No caso específico do recrutamento para a Marinha, esse foi um dos aspectos mais dramáticos do processo de arregimentação de marinhagem, visando completar os contingentes necessários para tripular os vasos de guerra do Brasil em ação no Paraguai. Além de realizarmos uma análise do recrutamento para a Marinha na província, procuramos, com base em uma documentação primária e alguns trabalhos historiográficos, examinar a estrutura, características e funções da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará e o destacamento de seus componentes, abaixo da idade legal, para serem enviados à Corte e em seguida tripulados nos vasos de guerra.

Por fim, nas considerações finais desse nosso trabalho, buscamos agregar às nossas reflexões gerais desenvolvidas a partir da pesquisa, uma breve meditação filosófica em torno de alguns significados do fenômeno social da Guerra e do seu papel na constituição histórica e simbólica da experiência humana.

³⁶ A exceção fica por conta do excelente artigo de Renato Pinto Venâncio, *Os aprendizes da guerra*.

CAPÍTULO 1

A MOBILIZAÇÃO PARA A GUERRA CONTRA O PARAGUAI NA PROVÍNCIA DO CEARÁ.

Senhores! — O Ceará em longa distância do Paraguay, não tem sido indiferente ao reclamo da pátria, que acaba de ser ultrajada pelo pérfido selvagem Solano López.

*Dezenas de bravos cearenses se offereceram espontaneamente ao governo, para marchar com o brioso corpo de 1ª linha, cônscios de que, sem honra não existe soberania nacional; porque só n'ella está consignado o direito de um povo livre, e em sua força colectiva o fundamento de sua grandesa commum.*³⁷

1.1 Os desdobramentos iniciais da guerra na Província do Ceará.

A guerra com o Paraguai exigiu um esforço de mobilização material e de convocação até antes nunca visto no Brasil. A ausência de um exército profissional e estruturado em padrões modernos de organização, mobilização, treinamento e recrutamento, produziu uma situação limite diante de uma invasão ao território.

Em todos os conflitos anteriores em que o Império esteve envolvido na região platina, houve sempre uma presença marcante da Guarda Nacional nos efetivos em operação. Os interesses gerais do governo imperial normalmente coincidiram com os interesses dos estancieiros do Rio Grande em relação aos países limítrofes. Dessa

³⁷ Discurso proferido pelo Dr. José Lourenço de Castro e Silva por ocasião da reunião popular, em noite do dia 12 de Fevereiro de 1865. Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 16 fev. 1865. Noticiário, p.3.

*forma, as forças empregadas provinham da própria organização militar local.*³⁸

As forças disponíveis da tropa de primeira linha (Exército permanente), estimadas entre 16 e 20 mil homens à época, eram insuficientes para as necessidades que o conflito exigia. Ao contrário dos conflitos externos anteriores ocorridos naquela região em que o Império esteve envolvido — que ficavam restritos à área da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai —, essa guerra se distinguiu por algumas características especiais: primeiro, pela magnitude das forças mobilizadas pelo inimigo³⁹; segundo, pelo fato de o país ter tido seu território invadido por forças estrangeiras e o quase que completo desconhecimento por parte dos comandos militares brasileiros no que diz respeito à capacidade de combate das forças paraguaias; e por fim, a ausência de mapas e informações precisas acerca do terreno e geografia das áreas palco das ações militares defensivas e ofensivas.

Estudos mais recentes, baseados em informações mais ponderadas e maturadas, calculam que o Brasil mobilizou para os quase seis anos de guerra (12 de Novembro de 1864 até 3 de Março de 1870), cerca de 139 mil homens. Quanto às baixas produzidas nas forças brasileiras, elas são estimadas em torno de 50 mil mortos. Apesar das polêmicas em torno da fixação e determinação objetiva e real desses números⁴⁰, eles nos dão uma boa amostra e parâmetro de comparação quanto à extensão, mortandade e violência dessa guerra que marca o processo final de conformação das fronteiras dos países envolvidos e da dinâmica do poder geopolítico na região do Prata, com predominância dos interesses brasileiros e argentinos; assim como, o “início do fim” do regime monárquico no Brasil — conforme a interpretação clássica de Joaquim Nabuco em relação ao episódio⁴¹ — diante das contradições sociais, econômicas e políticas que a guerra desnudou ou se não, pelo menos as deixou mais expostas.

³⁸ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 56.

³⁹ As forças “no Paraguai, alcançavam 64 mil (soldados), afora uma reserva de veteranos, avaliada em 28 mil”. SOUZA JÚNIOR, A. *Guerra do Paraguai*. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ed. São Paulo: Civ. Brasileira, 1984. Tomo II. V4. p.301.

⁴⁰ Sobre essa questão ver. DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, pp. 456-470.

⁴¹ Ver NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

Apesar de toda ojeriza e depreciação que circundava a imagem do serviço das armas no Brasil, o período inicial da guerra foi marcado por uma grande comoção social de abrangência em escala nacional. Tal situação era motivada principalmente pela invasão paraguaia da província do Mato Grosso, o que marcou o início efetivo das hostilidades armadas.

Durante essa fase de operações, o entusiasmo dos voluntários impressionou as autoridades, muitas delas acostumadas a lidar com populações extremamente resistentes a qualquer forma de recrutamento. Parte da motivação vinha das características da campanha. Afinal, a invasão do território brasileiro, sem uma declaração de guerra, gerou revolta e alimentou demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império. Chama a atenção apenas o fato de que muitas dessas regiões tivessem pouco ou nenhum contato com os problemas platinos.⁴²

De fato a Província do Ceará se apresentava como uma dessas regiões de pouco contato com a região diretamente envolvida nas hostilidades e mesmo com as tensões da região do Prata. Entretanto, essa “distância”, que teoricamente atrapalharia o esforço de mobilização, acabou se tornando um ponto extremamente explorado por poetas, políticos e figuras ilustres locais que a partir de seus dotes literários chamavam a atenção justamente para este fato como elemento de distinção e motivação do cearense para empunhar armas em defesa do “sagrado solo pátrio”. Em uma dessas poesias podemos encontrar:

(...)
*E se a pátria o socorro nos pede,
 É porque nos cearenses confia,
 N'esses filhos distintos e honrados
 Em quem nunca se viu covardia.*

*Nossos caros irmãos lá do Sul
 Denodados e fortes guerreiros
 Já no campo da guerra mostraram
 A bravura e valor — Brasileiros.⁴³*
 (...)

Dos quatro cantos do país ecoavam e se noticiavam oferecimentos patrióticos, manifestações públicas de desagravo à honra nacional e

⁴² IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.27, 2001, p.87.

⁴³ Jornal O Cearense, Fortaleza, 16 fev. 1865: *Cearenses! Às armas!* Poesia de M. E. C. Nogueira, p.4.

conclamações acaloradas ao espírito patriótico e guerreiro do brasileiro em defesa da nação. Poesias exaltando a figura do Voluntário da Pátria e do soldado nacional eram produzidas e publicadas em jornais que em seguida corriam de boca em boca pelas praças, reuniões públicas e particulares.

O Governo imperial, ao realizar e incentivar tais manifestações, seja nos centros urbanos ou nos recônditos do país, buscava — especialmente nesse momento inicial e bastante favorável aos objetivos do Império — realizar um esforço concentrado de coligar a população em torno de uma “cruzada patriótica”. Buscava com isso, empenhar-se *“em recorrer ao espírito de luta, à coragem e ao devotamento de todos, concitando-os a combater em defesa da Pátria ultrajada e, honrosamente, entregar-se ao sacrifício extremo, se preciso fosse.”*⁴⁴

A notícia da declaração de guerra do Paraguai contra o Brasil chegou à província do Ceará em 28 de Janeiro de 1865. Israel Bezerra de Menezes — tido como o primeiro Voluntário da Pátria do Ceará — afirmava que:

*No dia 28 de Janeiro de 1865, por ocasião da chegada do pacote do Sul, e quando procurava na repartição dos Correios, a correspondência do meu pai, um indivíduo, de cujo nome já não me recordo, recebia o ‘Jornal do Comércio’ e ali mesmo o lia, e com surpresa de todos disse que o Paraguai declarara guerra ao Brasil, e que o governo apelava para o patriotismo de seus filhos.*⁴⁵

O mesmo relata ainda que no instante seguinte ao conhecimento de tal fato, *“às 12 horas do dia mais ou menos”*, se apresentou no Palácio do Presidente informando-o do desejo de seguir como Voluntário da Pátria para o *front* de batalha, sendo essa atitude recebida com satisfação pelo Presidente que no mesmo instante lhe solicitou o aliciamento de *“o maior número possível de voluntários”*. Ao fim do dia, após uma passeata realizada pelas ruas da cidade de Fortaleza, contabilizava-se um número de 53 voluntários alistados.⁴⁶

Dentro desse ambiente inicial de euforia e comoção, rapidamente alistara-se um grande número de voluntários. Em 6 de Abril de 1865,

⁴⁴ CUNHA, Marco Antonio. *A Chama da Nacionalidade: ecos da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000, p35.

⁴⁵ SOUZA, Euzébio. SOUZA, Euzébio. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1950. (Col. Instituto do Ceará, monografia 15), p.133.

⁴⁶ Id. Ibidem, p.124.

embarcaram com destino ao Rio de Janeiro o 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Ceará, composto de 466 praças, no vapor *Jaguaribe*, sob o comando de José Nunes Mello coronel da Guarda Nacional.⁴⁷

Com a notícia da invasão do território brasileiro por forças externas, desencadeia-se uma onda de voluntariado e de doações. Os jornais cearenses da época estão recheados em seus noticiários de informações dando conta dos chamados *oferecimentos patrióticos*, assim como a documentação oficial. Eram professores, funcionários públicos, médicos, políticos dentre outros, que doavam parte de seus vencimentos e ganhos em forma de subscrições⁴⁸ com vistas a arrecadar dinheiro para ser distribuído com as famílias dos cearenses que viessem a se alistar como Voluntários da Pátria; eram senhoras que confeccionavam fardamentos e bandeiras, eram figuras de poder e prestígio da cena local que apresentavam filhos, netos, sobrinhos e protegidos como soldados, dentre outros.

No caso específico das doações financeiras, especialmente as subscrições, algumas eram realizadas de uma só vez; em outros casos havia a preocupação de que tais donativos tivessem uma continuidade e assiduidade, especialmente as destinadas às famílias dos voluntários e Guardas Nacionais destacados. Apesar das opiniões convergirem no primeiro momento para a idéia de um conflito de rápido desfecho, havia a apreensão quanto ao destino das famílias com a partida dos homens para a guerra.⁴⁹ Parece-me bastante plausível que os atos de doação, realizados essencialmente por pessoas de posses e prestígio político e social da província, buscavam dar uma espécie de segurança, ou pelo menos sua ilusão, aos indivíduos que se apresentavam ao serviço da guerra a respeito da situação a que ficariam entregues suas esposas e filhos, assim como, uma estratégia de granjear mais indivíduos para o alistamento.

O Presidente da Província do Ceará, à época, conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, publicava, e os jornais também noticiavam, discursos de

⁴⁷ STUART, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Edição fac-sim.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, Tomo II, p. 185.

⁴⁸ Subscrições eram listas feitas com o intuito de arrecadar recursos para os mais variados fins.

⁴⁹ Com o desenrolar dos acontecimentos e o prolongamento da guerra, a questão da ajuda e socorro a essas famílias passou a se tornar uma questão potencialmente explosiva e a ser utilizada como elemento complicador na arena política cearense diante do acirramento das disputas entre os grupos políticos locais.

conclamação dirigidos à população cearense, solicitando seu empenho no esforço de guerra. Circulares suas dirigidas às Câmaras Municipais, autoridades judiciárias e policiais da província eram constantes nas páginas dos principais jornais cearenses. Em circular de 6 de fevereiro de 1865 o presidente se dirigia às Câmaras Municipais da província:

As gravíssimas offensas praticadas contra os subditos brasileiros pelos bárbaros governos do estado oriental⁵⁰ e do Paraguay, com flagrante violação da soberania nacional e dos mais sagrados princípios do direito das gentes, reclamam da honra e dignidade do Império um desaggravo solemne e exemplar. É necessário que todos os cidadãos, abrasando-se no fogo do amor da pátria, dêem ao mundo civilizado um brilhante testemunho de que, assim como sabem apreciar os benefícios de uma paz honrosa, não trepidam diante dos sacrifícios da guerra, quando se trata de desanffrontar os brios nacionaes e de combater pérfidos inimigos.
(...)

Convencido de que os cearenses, cuja bravura tem sido tantas vezes experimentada, não deixarão de seguir um tão bello exemplo, fiz um apello á briosa Guarda Nacional por intermédio de seus dignos chefes, e agora me dirijo a todos os cidadãos, em geral, por intermédio das municipalidades, afim de que elles correspondam dignamente aos reclamos da Pátria, e ao convite imperial.⁵¹

As circulares tinham um caráter, ora de convocação — solicitando a participação efetiva das casas legislativas e autoridades no processo de sensibilização de suas comunidades diante da situação de beligerância que estava posta —, ora de orientação dos procedimentos, normas e isenções a serem empregados na execução dos decretos imperiais enviados pelo governo, onde estava, também, estipulado os contingentes que deveriam ser destacados pela província para o Exército e Marinha.

As manifestações públicas com discursos inflamados e declamações de poesias também foram intensas no primeiro momento das hostilidades, ocorrendo várias delas em diversos pontos da província cearense. Um dos principais objetivos desses atos era sem dúvida arregimentar e motivar a população masculina para ir às armas, em desagravo à honra nacional como

⁵⁰ Esta referência ao “Estado Oriental” é em relação ao Uruguai. Naquele momento o Brasil estava intervindo militarmente no Uruguai em favor de Venâncio Flores, chefe do partido *colorado*. Somente após ter colocado Flores no poder é que o tratado da Tríplice Aliança é selado entre Brasil, Argentina e Uruguai, em 1º de Maio de 1865.

⁵¹ Jornal O Cearense, Fortaleza, 14 de fevereiro de 1865, Parte Oficial, p.1.

era diuturnamente expresso nas falas dos oradores, na forma de Voluntários da Pátria.

Um exemplo dessas “manifestações patrióticas”, como eram chamadas e noticiadas pelos jornais locais, foi a que ocorreu em 12 de Fevereiro de 1865 no adro da Igreja Matriz da capital fortalezense. Após discursos inflamados de políticos, os participantes seguiram em passeata, acompanhada de música, até o palácio do governo onde foram recebidos pelo presidente da Província.⁵² Após discursar energicamente, Lafayette erguera uma salva de “vivas ao *Exército Brasileiro, à Esquadra Nacional e ao povo cearense*”, segundo relato de Antônio Bezerra.⁵³ Além de políticos e autoridades, discursaram também membros da Igreja como o padre Verdeixa. Uma das falas ocorridas no dia foi reproduzida textualmente no jornal *O Cearense* de 16 de Fevereiro de 1865⁵⁴; era o discurso do inspetor de saúde pública Dr. José Lourenço de Castro e Silva. No início de sua alocução, a principal preocupação do político e inspetor de saúde era conclamar os cearenses a irem às armas como manifestação de honra, bravura e distinção. Utilizando-se de uma oratória pomposa e carregada de palavras elogiosas, expressava as seguintes palavras:

Senhores! — O Ceará em longa distância do Paraguay, não tem sido indiferente ao reclamo da pátria, que acaba de ser ultrajada pelo pérfido selvagem Solano López.

Dezenas de bravos cearenses se offereceram espontaneamente ao governo, para marchar com o brioso corpo de 1ª linha, cõscios de que, sem honra não existe soberania nacional; porque só n'ella está consignado o direito de um povo livre, e em sua força colleciva o fundamento de sua grandesa commum.

Entretanto, em um segundo momento, sua preocupação fundamental tornava-se a questão da subsistência das famílias dos voluntários em virtude das incertezas que a ida do indivíduo produziria no seio familiar.

É necessário também; que pela nossa parte, dos que ficam empenhados no dever de coadjuvar o estado, concorramos para que a família de cada um soldado, e dos mesmos officiaes, tendo todos mulher e filhos, não se considerem abandonados logo que marchar o corpo de 1ª linha e dos Voluntários da Pátria.

⁵² Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 14 fev. de 1865. Noticiário, p.2.

⁵³ BEZERRA, Antônio. Página inédita de Antônio Bezerra: “como me tornei voluntário da pátria”. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXX - Ano LXXX, pp.249–252, 1968, p.250.

⁵⁴ Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 16 fev. 1865. Noticiário, p.3.

Que cada soldado no dia do saudoso adeus á família, leve a doce consolação de que ainda mesmo longe d'ella, seus filhos não soffrerão jamais os horrores da miséria que em sua longa auzencia, a saudade de todos será suavizada com a certeza de que em sua volta todos bemdirão a proteção que receberam, (...).

O ilustre político não colocava tais questões sem motivo. De fato, essa “incerteza” se materializava numa “certeza” de que a ausência do marido ou do arrimo de família produziria uma situação de um sem fim de problemas e dificuldades materiais aos familiares dos recrutados e designados — não é à toa que, quando possível, as esposas e filhos seguiam para o *front* de batalha com seus esposos. Experiências anteriores davam essa perspectiva e o desenlace da guerra comprovaria a situação de penúria à que ficariam entregues estas pessoas, mesmo com a arrecadação de subscrições em prol das famílias dos enviados. As quantias pagas, quando chegavam, pois sua distribuição era bastante irregular assim como os valores, não eram suficientes para o sustento das mesmas. A situação de penúria, diga-se de passagem, não era restrita apenas às famílias, pois os próprios voluntários e os soldados de uma forma geral sofriam privações de toda ordem no campo de batalha e quando retornaram ao fim do conflito. Os diários e as crônicas da guerra são recheados de histórias e relatos dessas situações. Um exemplo disso está presente no diário do Sr. Francisco Pereira da Silva Barbosa⁵⁵ — um Voluntário da Pátria do Rio de Janeiro que esteve em ação de combate durante 5 anos — onde podemos encontrar descrições de inúmeras situações de fome e privações. No caso do Ceará, muitos voluntários tornaram-se pedintes quando retornaram da guerra, seja em Fortaleza ou em outros pontos da província cearense. Durante a grande seca de 1877-79 o jornal *O Retirante* noticiava a existência de um ex-combatente cearense mendigando nas ruas de Fortaleza e criticava o governo imperial relatando que quando precisou de

⁵⁵ SILVA BARBOSA, Francisco Pereira da. *Diário da Campanha do Paraguai*. Disponível em: www.geocities.com/cvidalb2000/. Acesso em: 15 de Agosto de 2002. Este diário possui uma história muito curiosa. Foi encontrado pela bisneta do autor do diário em um sótão na casa da família; após descobrir a preciosidade que tinha em mãos, transcreveu, juntamente com um neto do autor, e disponibilizou o material na Internet. Trata-se de um relato riquíssimo, onde o autor, que assentou praça aos 22 anos de idade como Voluntário da Pátria no Rio de Janeiro e que esteve em ação de combate durante todo o conflito, relata com grande riqueza de detalhes o seu cotidiano no campo de batalha, seus conflitos com superiores, a dureza da campanha, dificuldades de alimentação, atendimento médico, lazer, combates dentre outros. Material extremamente rico e de leitura agradável e instigante.

cidadãos para defender a pátria em terras distantes soubera recrutar soldados, porém, os abandonara nos momentos de maior precisão. O jornal *A Razão* também registrou em 24 de novembro de 1929, o falecimento de José Raymundo, um Voluntário da Pátria do Ceará que morrera em situação de pobreza absoluta, já que sua pensão mal dava para alimentá-lo.⁵⁶

Os discursos que eram proclamados por políticos, autoridades e figuras ilustres da cena pública cearense do período nessas reuniões e manifestações de que estamos tratando, tinham também como objetivo, quiçá o principal, demarcar espaço e angariar capital político junto ao presidente de província, em esfera local, e, indiretamente, junto à corte no poder central. Nesse sentido, um complexo jogo de negociações e cálculos estratégicos de engenharia política, recheados de grande astúcia e interesses, estabeleciam-se entre as diversas forças políticas, sociais e econômicas, fossem públicas ou privadas.

O presidente da província procurava prestar satisfação ao governo imperial, recrutando, destacando e remetendo os contingentes estipulados. Entretanto, o sucesso de sua empreitada dependia diretamente dos poderosos locais e seus protegidos, já que estes últimos representavam os possíveis recrutados e os primeiros faziam parte da estrutura burocrático-administrativa do Estado imperial que, em boa parte dos casos, eram os responsáveis pela execução do recrutamento. Além disso, a situação política de um presidente de Província no Brasil imperial era extremamente instável. Segundo José Murilo de Carvalho, o presidente

*(...) durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador.*⁵⁷

Dessa maneira, o presidente compreendia que sua carreira, futuro político, poder e legitimidade dependiam da sua capacidade de cumprir com eficiência as ordens imperiais. Tarefa nada fácil de ser realizada tendo em vista o sem fim de interesses que estavam envolvidos nesse nó górdio. Da

⁵⁶ Jornal *A Razão*, Fortaleza, 24 de nov. de 1929, p.3.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: *DADOS*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, nº2, pp.229-250, 1997, p.230.

mesma forma, os chefes políticos locais percebiam que a ampliação de seu poder e influência estava diretamente ligada ao seu envolvimento com as políticas provinciais e nacionais, pois “*se legalmente fortalecido em ser nomeado para uma posição oficial com autoridade local, um magnata podia oferecer proteção maior ainda e conceder favores adicionais ou impor disciplina mais rígida*”⁵⁸ a seus séqüitos de protegidos. E isso dependia de suas realizações e cooperações com o poder imperial.

Diante desse quadro, apesar das oratórias recheadas de referências à unidade nacional, fim das divisões partidárias, união de forças dentre outros, a arena política fervilhava de conflitos e divergências ideológico-partidárias, especialmente quando o assunto era a formação dos contingentes a serem enviados.

Podemos perceber o estado dos ânimos a partir de um relato de uma reunião pública realizada na cidade de Icó, no mês de março de 1865, exposto no jornal *O Cearense*.⁵⁹ Inicialmente parecia ser uma manifestação como as outras com o fito de dispor a população ao esforço de guerra: música, “zabumba batendo”, discursos e vivas. Entretanto, ao que tudo indica, os membros do Partido Conservador desencadearam uma série de críticas ao processo de alistamento de voluntários procurando com isso demarcar espaço político:

O Sr. Duarte Brandão disse, que os vermelhos ião procedendo erradamente, que o Sr. Jaguaribe era um asno em promover alistamento de voluntários da pátria, pois que, se a situação era dos liberaes, deviam elles fazer os sacrificios: si não podiam com a carga, que largassem-na.

O Sr. Dr. Fructuoso opinava que era melhor ser escravo do Lopes do que do Pompeu.

O clima de conflito entre membros do Partido Conservador e do Partido Liberal se acirrava na proporção direta da intensificação do recrutamento. As experiências com as práticas do recrutamento, no Brasil daquela época, faziam antever, no cálculo político dos grupos em disputa, que a “temporada de caça”

⁵⁸ GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do Século XIX. In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História da UEM a/c. Coordenação/Editorial da Universidade Estadual de Maringá – Paraná. V. 5, n.1, pp. 11-47, 2001, p.36.

⁵⁹ Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 28 de março de 1865, Publicações Solicitadas: Icó, 12 de Março de 1865.

aos desafios políticos e sociais estaria aberta assim que o aumento da arregimentação de homens para a guerra ganhasse intensidade.

*O controle das autoridades policiais, da Guarda Nacional e do recrutamento transforma-se em importante arma eleitoral nas mãos do partido no governo. Praticamente todo cargo público da estrutura judicial e policial do governo central tinha em suas mãos o poder de exercer sanções arbitrárias sobre os cidadãos que, numa economia bem estudada, colaboravam para os resultados eleitorais desejados. A ameaça do recrutamento representava poderoso instrumento de persuasão eleitoral, dizimando, moderando ou cooptando os adeptos da facção adversária.*⁶⁰

Os “caranguejos”, como eram chamados os membros do Partido Conservador da província naquele período, ao criticarem e atacarem o processo de formação dos contingentes a serem destacados, tinham a clara percepção que mais cedo ou mais tarde seus membros e seguidores se tornariam os alvos preferenciais do recrutamento, especialmente “se a situação era dos liberais”.⁶¹

Apesar das tensões políticas que já se apresentavam nesses meses iniciais do conflito na província, a situação ainda guardava certa tranquilidade. Essa preocupação dos conservadores se colocava muito mais como uma precaução e sinal de alerta diante do que estaria por vir. No entanto, o evoluir da guerra comprovou suas apreensões e a necessidade de ampliação do recrutamento tornou a situação explosiva, acirrando as disputas.

O período da guerra, compreendido entre dezembro de 1864 a setembro de 1865, é marcado pela ofensiva paraguaia sobre o território brasileiro (invasão do Mato Grosso, em dezembro de 1864, e Rio Grande do Sul em maio de 1865) e argentino (invasão da Província de Corrientes em abril de 1865).⁶² Envolvido por uma estratégia de combate paraguaia alicerçada na

⁶⁰ MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.130.

⁶¹ Para uma discussão mais detalhada sobre a questão do recrutamento e as disputas político-partidárias na Província do Ceará durante o século XIX, ver: RAMOS, Xislei Araújo. “*Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime*”: o recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza: 2003, 213p. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará. Especialmente o Capítulo 2, tópico 2.1.

⁶² BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: história e historiografia. In: Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, (introdução) p.19.

perspectiva da construção de uma espécie de “guerra relâmpago”, que buscava surpreender as forças inimigas com ataques rápidos e concentrados, o Brasil é surpreendido ao se ver diante de um Exército paraguaio forte e que soube aproveitar a fraqueza do diminuto Exército brasileiro do período. Essa desorganização das armas brasileiras acabou se materializando numa demora de mais seis meses até que o país, com grandes dificuldades, conseguisse organizar uma força militar capaz de iniciar uma guerra ofensiva.⁶³

Nesses meses iniciais da guerra (de janeiro até pelo menos julho/agosto de 1865) o governo imperial juntamente com as autoridades provinciais do país, aproveitando-se do momento favorável, procuraram de todas as formas arregimentar o máximo de homens para engrossar as fileiras das forças brasileiras. A afluência de voluntários era tamanha que o governo imperial chegou a suspender o recrutamento. Uma circular do Ministério dos Negócios da Guerra de 3 de maio de 1865 suspendia até segunda ordem tal procedimento.⁶⁴ Na província cearense esse momento pode ser caracterizado como um período de intensa mobilização no processo de destacamento dos corpos de guarnição e tropas de primeira linha locais, além é claro, da formação e organização dos primeiros corpos de Voluntários da Pátria do Ceará. Os números das forças enviadas pelo Ceará à corte até o mês de junho de 1865 foram os seguintes:

TABELA 1

Contingentes enviados pela Província do Ceará (Jan./Junho de 1865)

Fonte	Contingentes	Total
Corpo de Guarnição*	368 praças e 23 oficiais	391
Voluntários da Pátria	1º Corpo = 466 / 2º Corpo = 200	666
Corpo de Polícia	170 praças e 9 oficiais	179
		1.236**

Fonte: STUART, Barão. *Datas e factos para a história do Ceará*. Edição fac-sim. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2001, Tomo II, p.185.

* Corresponde à tropa profissional, o Exército de primeira linha. ** O Relatório de Presidente de Província do Ceará de 6 de julho de 1866 registra para o mesmo período um número total de 1.203 homens. Isso deve ao fato do relatório não ter contabilizado os oficiais que seguiram.

⁶³ DORATIOTO, Francisco F. M. Op. Cit., p.97.

⁶⁴ “Por aviso circular do Ministério da Guerra datado de 3 do corrente se ordenou que fossem dispensados por hora os recrutadores desta província (...)”. APEC: Presidente da Província do Ceará, a diferentes autoridades Militares desta província, ofícios (1862-74). Livro 230. Ofício de 19/05/1865.

Como podemos observar na tabela 1, em apenas seis meses a província destacara, no total, 1.236 homens para a guerra. É um número bastante expressivo e nos dá uma idéia do clima favorável ao alistamento que tomava conta da província. Nesse mesmo período, Vitor Izecksohn⁶⁵ registra com base nos dados dos Relatórios da Província do Rio de Janeiro, um número de 3.000 homens recrutados no total para aquela província. Apesar de serem inferiores os números da província cearense, devemos levar em consideração que a província carioca era a terceira mais populosa do país à época. Além do mais:

*A província do Rio de Janeiro apresentava-se como campo potencialmente fértil para o recrutamento, não apenas devido à sua numerosa população (tomados os padrões do Império como um todo), mas também em razão da proximidade da Corte, o município neutro do Rio de Janeiro.*⁶⁶

As agruras que historicamente acompanhavam as práticas do recrutamento militar no Brasil ainda não eram sentidas, pelo menos com clareza, nesse momento, na província cearense. Nos seis meses iniciais do esforço de mobilização, as principais preocupações da administração provincial se constituíam na organização e funcionamento das Comissões Patrióticas⁶⁷ de recrutamento que estavam sendo nomeadas e estruturadas com vistas ao alistamento de voluntários conforme o decreto imperial de nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865 que criou os corpos de Voluntários da Pátria.

Em seu relatório de transmissão do cargo de Presidente da Província do Ceará, Lafayette Rodrigues comunicava algumas das ações iniciais desencadeadas na província dentro do esforço de guerra.

No intuito de interessar directamente n'esta crusada do patriotismo todas as influências locais, tomei o arbítrio de nomear para todas as cidades e villas comissões compostas de homens estimáveis e proeminentes, aos quais enderecei recomendações nos mesmos termos em que fizera aos funcionários da província.

⁶⁵ IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit., p.189.

⁶⁶ Id. Ibidem., p.184.

⁶⁷ Arquivo Público do Estado do Ceará (doravante APEC): Presidente da Província do Ceará, a diferentes autoridades Militares desta província, ofícios (1862-74). Livro 230. Esse livro está recheado no período do primeiro semestre de 1865 de ofícios do Presidente dirigido às diversas comissões, nomeando membros, felicitando os resultados, agradecendo doações e apresentação de voluntários etc.

As autoridades e commissões, tomando na mais séria consideração as palavras do governo e movidas de generosos impulsos, pozeram-se em viva actividade e desempenharam condignamente a honrosa tarefa que lhes fora commettida.

*Os seus esforços foram coroados dos mais felizes resultados.*⁶⁸

As comissões das quais trata Lafayette Rodrigues, foram organizadas em diversos pontos da província. Dentre as criadas podemos citar as das vilas de Maranguape, Aquiraz, Cascavel, Saboeiro, São João do Príncipe, Barbalha, Viçosa, Canindé entre outras, e as das cidades de Aracaty, Quixeramobim, Icó, Crato, Sobral, Granja, Baturité e outras.⁶⁹ As comissões tinham uma composição mista de indivíduos de diferentes setores da sociedade cearense, não seguindo uma estrutura pré-definida. Os critérios que norteavam as nomeações para compor as comissões eram sem dúvida, o prestígio e influência que determinado indivíduo gozava em sua comunidade ou região. Eram constituídas desde comandantes superiores e oficiais da Guarda Nacional, passando por membros da Igreja, como padres e vigários, médicos, políticos, juízes e autoridades públicas em geral, até notáveis locais. Quanto aos resultados do alistamento de voluntários, não era sem motivo os júbilos de satisfação do presidente, tendo em vista o expressivo número de homens enviados à corte pela província alencarina (veja Tabela 1) durante sua administração.

Entretanto, a situação não era de completa tranquilidade. O significativo agrupamento de soldados na cidade de Fortaleza por ocasião da concentração dos corpos de voluntários, assim como dos soldados destacados do 14º Batalhão de Guarnição do Exército de linha da província e da Guarda Nacional para serem embarcados em direção à corte com vistas a reforçar as forças brasileiras em combate no Mato Grosso e Rio Grande do Sul, provocou alguns distúrbios na capital.

No dia 4 de março de 1865 (mais ou menos um mês antes do embarque das primeiras forças cearenses deslocadas ao teatro de operações), o Chefe

⁶⁸ *Relatório com que foi entregue a Administração da Província ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo excelentíssimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865, p.10.*

⁶⁹ *Jornal O Cearense*, Fortaleza, 16 e 18 de fevereiro de 1865, Parte Oficial, 1ª página dos dois jornais.

de Polícia, Sr. Antonio Joaquim Buarque de Nazaret, enviara ofício dirigido ao presidente da Província comunicando e dando “*conhecimento de disordem que alguns Voluntários da Pátria praticavam a noite na cidade*” e solicitando ao presidente que o mesmo requeresse as devidas providências dos Comandantes dos grupamentos a fim de conter os voluntários.⁷⁰ Se alguma medida foi tomada não surtiu o efeito desejado. Um mês depois, às vésperas do embarque dos corpos, o mesmo chefe de polícia retorna a comunicar ao presidente da província acerca da continuidade dos distúrbios.

*Passando ás mãos de VEx^a os officios por copias juntas, com que o Delegado de polícia deste termo dá-me conhecimento das desordens que continuam a haver entre muitos dos soldados existentes nesta cidade, tenho p/fim requisitar a VEx^a como medida preventiva de tantos barulhos, a expedição de suas ordens aos commandantes dos corpos de Guarnição, polícia e voluntários, para que conservem seus soldados aquartelados á noite.*⁷¹

Em ofício, o Delegado de Polícia da capital José Avelino Gurgel do Amaral⁷², informava a ocorrência em Fortaleza, “*para as bandas do oiteiro*”⁷³, de diferentes distúrbios e conflitos, provocados pelo Corpo de Guarnição do Piauí*. Tendo havido, inclusive, luta com os soldados da ronda e espancamento de um inspetor de quarteirão. O mesmo ainda relata que “*armados de cacetes, percorrem por toda parte alta da noite, forçando as cazas que já estão fechadas, e commettendo os maiores desacatos contra as famílias que habitam aquellas paragens*”. Com o intento de inibir os conflitos que estavam ocorrendo e, principalmente, para reagir contra as desordens dos bandos de soldados de linha e voluntários, o delegado chamava a atenção também para a insuficiência de soldados destinados à polícia durante a noite.

⁷⁰ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia da Prov. do Ceará. Série: Ofícios expedidos (1865). Caixa: 6. Ofício do Chefe de Polícia, Antonio Joaquim Buarque de Nazaret, para o Presidente da Província, 04/03/1865.

⁷¹ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia da Prov. do Ceará. Série: Ofícios expedidos (1865). Caixa: 6. Ofício do Chefe de Polícia, Antonio Joaquim Buarque de Nazaret, para o Presidente da Província, 04/04/1865.

⁷² Id. Ibidem., Ofício anexado em cópia ao ofício já citado do Chefe de Polícia, José Avelino Gurgel Amaral, para o Presidente da Província em 04/04/1865.

* É curiosa essa informação da presença de um corpo de Guarnição do Piauí na capital cearense. Não encontrei nenhuma referência em outras fontes a esse respeito, acredito que estivessem aquartelados em Fortaleza à espera de serem remetidos para a corte.

⁷³ O *Oiteiro* ou *Outeiro* corresponde hoje à região que abrange as imediações do Centro Cultural Dragão do Mar, Seminário da Prainha e adjacências.

Em outro ofício do mesmo delegado, encontramos o relato de uma de suas operações na região que se mostrava ponto preferencial de encontro dos soldados “desordeiros”.

Hontem as 9 horas da noite, dei busca em um dos quartos da feira nova d'esta cidade, onde se joga continuamente, e encontrei a roda de uma mesa um grande número de indivíduos, aos quaes dei ordens de prisão. Muitos conseguiram evadir-se para o interior do quarto; mao pude ainda mandar recolher á prisão quatro jogadores, dentre os q^{es} um é inspector do lugar. Os soldados de polícia que se encontravam náquellas immediações, concorreram em grande numero, e um d'elles pretendeu tomar do poder dos guardas um dos indivíduos presos; o que deu lugar a um grande conflicto. Prendi-o a ordens do respectivo commandante, e mandei que se fosse recolher ao quartel de seu corpo.⁷⁴

A questão da disciplina militar era um problema bastante recorrente no dia a dia das instituições militares do Brasil Império. No caso das forças terrestres, em especial nos Corpos de Guarnição, que representavam as tropas de linha permanentes do Exército, controlar e disciplinar as praças acabava ocupando a maior parte do tempo dos oficiais.⁷⁵

A disciplina militar, embora fosse formalmente rígida, era moderada por vários fatores, incluindo a resistência dos soldados, a atitude da sociedade mais ampla em relação à disciplina e a preocupação dos oficiais em defender ao menos alguns dos valores professados pela corporação. Os soldados, por sua vez, formavam uma comunidade que se estendia para além dos quartéis e estabelecia laços de solidariedade corporativa que os vinculavam a seus camaradas em contraposição a outras corporações.⁷⁶

O soldado acabava tendo um papel contraditório nas suas relações com a sociedade civil. Se por um lado representava o poder estatal de uma instituição legalmente constituída, o Exército, por outro lado, pelo estigma social que carregava, sobretudo, devido à sua origem social, acabava sendo

⁷⁴ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia da Prov. do Ceará. Série: Ofícios expedidos (1865). Caixa: 6. Cópia de ofício em anexo (ao Ofício do Chefe de Polícia, Antonio Joaquim Buarque de Nazaret, para o presidente da Província de 04/04/1865) do Delegado de Polícia do termo da Fortaleza ao Dr. Chefe de Polícia da Província em 04/04/1865.

⁷⁵ Sobre essa questão ver: KRAYY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit., pp.237-268.

⁷⁶ KRAYY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit., p.239.

visto como algo pertencente ao mundo da rua, da desordem, da insegurança e da incivilidade.⁷⁷

As práticas de sociabilidade dos praças se manifestavam muito mais em torno de laços familiares e de camaradagem com seus pares do que com os deveres militares.⁷⁸ Daí os conflitos ocorridos entre praças de diferentes instituições, como foi o caso acima citado em que o soldado de polícia tenta resgatar outro indivíduo de uma autoridade policial. Provavelmente para não perder o soldado que deveria estar destacado para o serviço da guerra, o delegado o prendeu e o remeteu ao seu respectivo quartel.

Não posso afirmar categoricamente, pois escapa ao escopo do trabalho, mas acredito que tais práticas de jogatina, bebedeiras e desordens eram práticas corriqueiras no cotidiano do 14º Corpo de Guarnição da tropa de linha estacionado na província, assim como os atritos com outras autoridades não militares como delegados de polícia, população civil dentre outros. A concentração de recrutas em Fortaleza às vésperas de serem enviados ao *front* de guerra, produziu de uma só vez a reunião de indivíduos de diferentes setores da sociedade como praças de guarnição, da Guarda Nacional, da polícia e Voluntários da Pátria. Se a questão da disciplina já se apresentava como um problema em tempos de paz, o que dizer em um momento de guerra; especialmente com a presença de indivíduos muitas vezes alheios a qualquer tipo de iniciação à vida e à disciplina militares, como era o caso de alguns voluntários e mesmo da Guarda Nacional. Após o envio, em princípios de abril, das primeiras forças destacadas do Ceará, as coisas parecem ter se acalmado, pelo menos por algum tempo. Além do mais, problemas mais sérios e imediatos entrariam em cena. Dentre eles, o início das dificuldades em arregimentar as forças solicitadas pelo governo imperial.

Alguns sinais de arrefecimento da onda de mobilização espontânea começaram a aparecer na província cearense em junho de 1865, apesar, ainda, da presença de forças paraguaias em território nacional. A partir desse momento, os percalços na prática do recrutamento começariam a sua curva ascendente.

⁷⁷ Id. Ibidem., pp.238-239.

⁷⁸ Id. Ibidem., p.253.

As deserções de voluntários da pátria e os problemas no destacamento de guardas nacionais para o serviço da guerra, começavam a aparecer, conjugando-se e criando dificuldades na formação dos contingentes solicitados pelo governo imperial à província cearense. Ofícios dirigidos à comissão patriótica do Ipú relatavam a evasão de 2 voluntários de uma remessa de 4 que haviam sido remetidos para a capital.⁷⁹ Junto a isso, a comissão encarregada do alistamento dos Voluntários da Pátria da Província inteirava o presidente acerca das dificuldades que estavam enfrentando no processo de alistamento de voluntários.⁸⁰

Em 10 de junho de 1865, assumia a Presidência da Província do Ceará o Sr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. Apesar do pouco tempo no cargo e ainda se inteirando da situação da província, o presidente em relatório de julho do mesmo ano, já dava notícia das dificuldades em destacar os contingentes que a província deveria concorrer para o serviço da guerra. Os empecilhos apresentavam-se, especialmente, nos obstáculos encontrados para completar o destacamento de 1.060 guardas nacionais que a província deveria fornecer como auxílio ao Exército brasileiro e à proteção das fronteiras, conforme o estipulado pelo decreto imperial nº 3.383 de 21 de janeiro de 1865.

Dessa forma, paulatinamente irão se intensificar as dificuldades encontradas pelas autoridades provinciais na arregimentação dos contingentes solicitados à província pelo governo imperial. Para se ter uma idéia disso, vejamos a tabela 2.

TABELA 2
Contingentes enviados pela Província do Ceará (Jul.-1865/Jul.-1866)

Fonte	Contingentes
Recrutas para o Exército	255
Recrutas para a Armada	68
Voluntários da Pátria	426
Guardas nacionais designados	615
14º Corpo de guarnição	40
	Total: 1.404

FONTE: Relatório do Presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, de 1º de Julho de 1866, p6-7. (Obs.: acrescentei do Corpo de Guarnição 32 praças e 8 desertores capturados e enviados que não constavam na tabela da pág.6 do referido relatório).

⁷⁹ APEC: Presidente da Província do Ceará, a diferentes autoridades Militares desta província, ofícios (1862-74). Livro 230. Ofícios do presidente à Comissão Patriótica do Ipú de 26/05/1865.

⁸⁰ Id. Ibidem. Ofício do Presidente da Província

Com base nesses dados, chamamos a atenção para duas questões. Primeiro, o fato de a província ter enviado apenas 615 guardas nacionais dos 1.060 solicitados pelo governo imperial, apesar de entender que na categoria dos Voluntários da Pátria também estavam incluídos guardas nacionais (não é possível estabelecer a quantidade); de qualquer forma, a província não conseguiu destacar o contingente exigido. A segunda questão é a de que se compararmos os 1.236 homens arregimentados pela província apenas nos seis primeiros meses de mobilização (vide tabela 1) no ano de 1865, com os 1.404 arregimentados em um período posterior bem maior, de um ano (Julho de 1865 a julho de 1866), veremos que a situação já não era mais tão favorável como anteriormente. De qualquer forma, grosso modo, o primeiro de guerra (1865) contou com uma surpreendente afluência de homens para o serviço das armas. Nesse aspecto, o governo imperial, juntamente com as autoridades e notáveis locais, políticos, letrados, membros da Igreja, desencadearam um enorme esforço de divulgação da guerra buscando legitimá-la e incentivando o engajamento de soldados.

1.2 Convocação e estetização da guerra contra o Paraguai: a imprensa e a fala oficial na Província.

Solicitar o esforço de vida e morte de um indivíduo requer justificativas que, salvo especificidades e historicidades, buscam se legitimar em ideais e valores imemoriais, distintivos e aglutinadores de uma coletividade. Do ponto de vista do imaginário homogeneizador construído em torno da idéia de uma *Civilização Ocidental* — avançada nos costumes, elegante nos modos de convivência, racional, delicada, pudica dentre outros —, a violência é entendida como um comportamento primitivo e bárbaro. Daí a busca constante, quando necessário, na formulação e reformulação de ideais justificadores do uso legítimo da força e da eliminação de vidas. Tais justificativas, na grande maioria dos casos, transferem para o outro (o estrangeiro, o inimigo, o bárbaro etc.) a responsabilidade das agressões, seja para acalmar o mal-estar causado pela perda de vidas, sofrimentos e

privações, seja para legitimar a ação do soldado que retira uma vida no campo de batalha. Em situações de conflito que demandam grande mobilização militar, o sucesso ou insucesso, do esforço de guerra está intimamente relacionado ao grau de aceitação e tolerância da população para com um estado de beligerância. Não é à toa, por exemplo, que Sun Tzu, em seu livro clássico *A arte da guerra*, que ao longo dos séculos se tornou livro de cabeceira e leitura obrigatória de qualquer militar, dá grande relevo aos aspectos morais⁸¹ e de motivação no combate. Essa questão ganhou ainda mais importância estratégica ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Os séculos XVII, XVIII e XIX assistiram a um contínuo processo de militarização das sociedades européias, fruto, sobretudo, do intenso acirramento das disputas comerciais e coloniais entre as principais potências econômicas da Europa. O grande crescimento dessas forças militares, especialmente no século XVII⁸², exigiu dos estados enormes ondas de arregimentação de soldados entre suas populações. “No século XVIII, na França e na Rússia, chegava-se aos 300 mil homens; na Áustria, 200 mil; na Prússia, 150 mil; na Suécia e Grã-Bretanha, 100 mil; na Espanha e Piemonte, 50 mil”.⁸³

Um dos desdobramentos mais significativos desse processo foi o estabelecimento, por parte de vários países europeus, do serviço militar obrigatório com vistas a adestrar soldados regulares tanto em tempos de guerra como de paz. O serviço militar obrigatório acabou por acarretar algumas mudanças importantes na composição dos Exércitos e na relação entre suas populações e força armada; já que “além de dar um caráter predominantemente nacional aos exércitos”, o serviço militar obrigatório passou também a envolver nos assuntos militares não só soldados

⁸¹ “Por influência moral entendo aquilo que leva o povo a harmonizar-se com seus chefes a ponto de segui-los na vida e na morte sem medo nem perigo mortal”. SUN TZU. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996, p.14.

⁸² “No decorrer do século XVII, ‘o século do soldado’ mais de 10 milhões de homens assumiram o ofício das armas. Apesar das grandes ondas pacifistas, os dois séculos sucessivos não foram muito civis: entre 1618 e 1763, a França combateu durante 73 anos; as Províncias Unidas, 62; a Espanha, 82; a Inglaterra, apenas 45, e a Áustria, aproximadamente 92. As guerras dos ‘profissionais’ foram logo seguidas por 24 anos de guerras ‘revolucionárias’, de 1792 a 1815, e pela longa cadeia de ‘guerras das nações’, que se sucederam ao conflito na Criméia e precederam a explosão da Primeira Guerra Mundial”. LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni. SCHMITT, Jean-Claude. (Orgs.). *História dos Jovens: a época contemporânea* (Vol. 2). São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.18.

⁸³ LORIGA, Sabina. Op. Cit. p.18.

profissionais, “*mas também civis que tinham uma vida normal (casa, trabalho etc.)*”. Dentro desse movimento, talvez a mudança mais paradigmática tenha sido a afirmação e consolidação, com o advento da Revolução Francesa, do princípio de que todos os cidadãos aptos de um país “*tinham o direito e o dever de defender a pátria*”.⁸⁴

Após o conturbado período das guerras napoleônicas, várias nações européias buscaram reduzir o tamanho de seus exércitos. Entretanto, a redução iniciada logo após 1815 (devido principalmente às resoluções do Congresso de Viena) sofreu um revés a partir de 1872-1873, quando França e Itália reafirmaram o princípio da obrigação militar individual. Como assinala Sabina Loriga, esse movimento de alistamento universal foi logo seguido por diversos países do entorno europeu (Turquia, Sérvia, Romênia, Bélgica, Noruega, Suécia, Montenegro) e Japão.⁸⁵

*Com a conscrição universal obrigatória retornavam a ribalta os exércitos de massa: o aparecimento das estradas de ferro finalmente permitiu transportar e abastecer massas imensas de homens fardados. (...) A preocupação em aumentar a mão-de-obra bélica era tal que condicionava todo debate demográfico: a quantidade dos recursos humanos e a taxa de natalidade tornavam-se elementos de avaliação da potência militar.*⁸⁶

O período de relativa “paz” estabelecido na Europa, durante os anos de 1815 a 1914, fruto especialmente da instauração da “dinâmica do progresso”, como sublinhou Karl Polanyi, com altas taxas de crescimento econômico, expansão de mercados, estabilidade monetária em função do padrão internacional do ouro, mercados auto-reguláveis, estados liberais e relativo equilíbrio de poder entre as principais nações capitalistas,⁸⁷ na verdade se configurou muito mais numa espécie de período de “paz armada”, diante da intensa militarização e corrida armamentista européia em razão do complicado e tênue equilíbrio de poder e disputas comerciais imperialistas presente no cenário mundial àquela época. A primeira grande guerra acabou por desnudar tal situação.

⁸⁴ Id. Ibidem, p.19.

⁸⁵ Id. Ibidem, pp.19-20.

⁸⁶ Id. Ibidem, p.21.

⁸⁷ Ver POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Especialmente o capítulo I: “Cem anos de paz”.

Dessa maneira, a prática da Guerra durante o século XIX, passou por grandes transformações em seu *caráter*. No caso específico das nações européias e de suas ex-colônias, assim como em suas áreas de influência, a Guerra tornou-se, de forma cada vez mais intensa, uma atividade a ser exercida por forças armadas permanentes, nacionais, compostas tanto por soldados profissionais como por civis arregimentados na população jovem masculina de cada país e realizada agora em nome de valores como pátria, nação, honra e nacionalidade.

Essa *nova roupagem* assumida pela guerra ao longo do século XIX, colocava questões extremamente complexas para os estados e governos ocidentais. A esse respeito, Sabina Loriga cita uma fala pronunciada no Parlamento italiano por Francisco de Sanctis, no ano de 1878, bastante emblemática acerca dessa questão.

*a guerra (...) adquiriu (...) tal caráter de potência e um desenvolvimento de ação tão grande que novos deveres impostos para o futuro a todos os povos europeus trazem consigo uma verdadeira transformação social. Como quer que se julgue essa transformação, é um fato que as potências tiveram de enfrentar como uma necessidade absoluta, buscando, cada um a seu modo, a solução deste grande problema: colocar, em caso de guerra, toda a nação em armas.*⁸⁸

Efetivamente, “*colocar em caso de guerra, toda a nação em armas*”, não era um “problema” nada fácil de ser resolvido. No entanto, as circunstâncias históricas e geopolíticas que permeavam a Europa e as áreas de influência de suas potências durante o dezenove, exigiam que essa questão fosse tratada com grande zelo, sob pena de enfraquecimentos estratégicos e geopolíticos irreversíveis.

Dessa forma, para além da formação de Exércitos nacionais com soldados profissionais, era *mister* preparar e motivar as populações nacionais a se engajarem nos esforços de guerra quando necessário. Nessa situação, no caso europeu, as escolas, as universidades e agremiações sociais tiveram um importante papel na busca pela criação de elos afetivos entre juventude

⁸⁸ LORIGA, Sabina. Op. Cit. p.20.

(especialmente) e família para com símbolos nacionais que eram reforçados diuturnamente pelos governos, visando a formação do *cidadão soldado*.

*O cidadão soldado não se forma no quartel, mas na escola; uma vez que cidadão soldado é só aquele que na escola e no aconchego doméstico aprendeu a sentir o que é o sagrado fogo da liberdade, o santo amor pela pátria, e aprendeu a vencer por ela ou a perecer nos campos de batalha. Quando os jovens entrarem no exército aos vinte anos, tendo antes recebido na adolescência uma preparação ginástico-militar, e já exercitados e adestrados nas academias de tiro ao alvo nacionais, esses jovens chegarão às nossas bandeiras como soldados já feitos e, o mais importante, poderão oferecer em qualquer circunstância (...) um contingente de 800 mil valentes, antes de terem entrado nas fileiras do exército.*⁸⁹

De fato, resolver o problema que se colocava de dispor uma coletividade nacional à aceitação de entrega total a uma situação de guerra, passava pela construção e estreitamento de laços sociais que amalgamassem a nação em torno do conflito. Colocar em suspenso durante os períodos de combate os princípios ditos civilizados, quando se solicitava o esforço de vida e morte de sua população estimulando os dotes belicosos, de ódio e força da mesma contra um oponente, passava pela busca de uma legitimidade assentada em valores que fossem não só amplamente aceitos coletivamente, mas também, por justificativas consideradas válidas. Afinal, “a vontade dos generais de ter mais soldados e a instituição de sistemas estatais compulsórios de recrutamento não teriam funcionado se os próprios homens não estivessem dispostos a servir”.⁹⁰ Nessa perspectiva:

a organização da “nação armada”, ou seja, de grandes contingentes de reservistas, é a forma civilizada de resolver um problema antigo: mobilizar, selecionar e preparar os mais aptos para matar e morrer nos confrontos em nome do coletivo. A heterogeneidade e as tensões da sociedade urbano-industrial, dificultando a percepção da finalidade da guerra pela maioria, exigem a disseminação de um sentimento espetacularmente unificador, o sentimento patriótico, capaz de unir crentes de diferentes religiões. Que sociedade moderna se envolveria em guerras para a defesa da acumulação privada de capital, pela conquista de mercados ou por reservas de petróleo? A necessidade de galvanização em torno de causas mais elevadas é acentuada pelo emprego de engenhos de

⁸⁹ APUD LORIGA, Sabina. Op. Cit. p.25.

⁹⁰ KEEGAN, John. KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.365.

*grande poder destrutivo, que implica a possibilidade de graves perdas. (...) O combatente civilizado serve ao Estado, mas pertence espiritualmente à nação e, como seu defensor deve ser remunerado e respeitado.*⁹¹

É de fundamental importância ressaltar que esse movimento de formação de exércitos nacionais permanentes (compostos tanto por soldados profissionais empregados do Estado como por cidadãos da sociedade civil) está inserido em um processo político muito mais abrangente que foi a organização dos Estados nacionais europeus desde os fins do século XVIII.⁹² Não é por acaso que praticamente todos os conflitos bélicos do século XIX eram realizados em nome da defesa da pátria, da nação e da honra.

Entretanto, não só a organização dos exércitos permanentes como a formação das comunidades políticas nacionais delimitadas, configuraram-se enquanto *fenômenos de extrema violência e imposição de poder e vontade*. No caso da arregimentação de grandes levas de soldados, ela representava mais do que uma simples resposta a necessidades militares, significava na verdade um poderoso elemento de exercício de poder das classes dominantes de cada país.⁹³ Com relação à construção das nacionalidades através da idéia de *Nação*, ou *Comunidades Imaginadas* como bem definiu Benedict Anderson⁹⁴, a violência esteve presente especialmente na repressão de diferenças culturais e na supressão de dissidências. O processo de eliminação das diferenças não contou apenas com a violência física, mas também com a afirmação do esquecimento histórico premeditado como pedra angular dessas construções. Ernest Renan em seu texto clássico acerca da nação afirma:

O esquecimento, diria até o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e que é por isso que o progresso dos estudos históricos é muitas vezes um perigo para a

⁹¹ DOMINGOS, Manuel. O militar e a civilização. In: *Tensões Mundiais: revista do observatório das nacionalidades*. Vol. 1, n.1 (jul./dez. 2005). Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2005, p.52.

⁹² A esse respeito ver GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.

⁹³ “O alistamento militar de todos os cidadãos garante ao Estado moderno gigantescas reservas de combatentes preparados com dispêndio mais uportáveis e sem perturbar a economia. A burguesia industrial acata favoravelmente a inovação, já que a disciplina, o hábito da obediência, o condicionamento aos gestos sincronizados e as habilidades adquiridas pelos jovens durante o ‘serviço militar’ beneficiam a mão-de-obra.” In: DOMINGOS, Manuel. Op. Cit., p.55.

⁹⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

*nacionalidade. Na verdade, a investigação histórica traz à luz fatos de violência ocorridos na origem de todas as formações políticas, mesmo aqueles cujas conseqüências tenham sido as mais benéficas. A unidade é sempre feita brutalmente.*⁹⁵

Gopal Balakrishnan, em comum acordo com o pensamento de Max Weber acerca da função histórica das relações de poder, dominação e força na construção, ainda que autoritária, das comunidades políticas, também ressalta o papel das guerras nos processos de estruturação do poder. Segundo o autor, “é durante a guerra que a nação é imaginada como uma comunidade que incorpora grandes valores”.⁹⁶ Sobre essa questão Weber assinala que:

*A comunidade política é uma daquelas comunidades cuja ação, pelo menos em circunstâncias normais, inclui a coerção através da ameaça à vida e à liberdade de movimentação. Em última instância, espera-se que o indivíduo enfrente a morte em benefício do grupo. Isso confere à comunidade política seu páthos característico e erige suas duradouras bases emocionais. A comunidade do destino político, isto é, acima de tudo, da luta política comum de vida e morte, deu origem a grupos com lembranças conjuntas, as quais muitas vezes tiveram um impacto mais profundo do que os laços da mera comunhão cultural, lingüística ou étnica. Essa “comunhão de lembranças” constitui o elemento decisivo, em última instância, da consciência nacional.*⁹⁷

Dito isso, queremos chamar a atenção nesse momento para o papel do conflito bélico enquanto um forte fator na construção e invenção de identidades. Colocar a “nação em armas” — que se apresentou como um dos grandes “problemas” para vários países na contemporaneidade — significou a contínua construção de ideais e valores que amalgamassem a sociedade em torno da defesa de supostas identidades nacionais; mesmo que elas não existissem, deveriam ser inventadas⁹⁸ e impostas a ferro e fogo. No caso dos

⁹⁵ RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras -, 1997 (Cadernos da Pós-Letras nº19), p.19. Este é um texto clássico que procurou conceituar, ou se não, pelo menos oferecer uma possibilidade razoável de compreensão do que seria uma Nação. O texto é originalmente fruto de uma conferência proferida por Renan na Sorbone no ano de 1882.

⁹⁶ BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.220.

⁹⁷ WEBER, Max. APUD BALAKRISHNAN, Gopal. Op. Cit., p.220.

⁹⁸ A esse respeito Hobsbawm desenvolveu juntamente com outros estudiosos uma série de reflexões acerca do que chamaram de “Invenção das tradições”. Segundo o historiador britânico, “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica,

países ocidentais, a principal identidade evocada ao longo das guerras do século XIX foi a nacional. Entidades como Nação, Pátria e Honra nacional eram incessantemente evocadas no sentido de buscar a legitimidade social e a unidade em torno dos esforços de guerra. Esse processo de contínua preparação para a guerra desencadeou a organização de grandes exércitos nacionais, compostos por soldados profissionais e por cidadãos civis através do serviço militar obrigatório; o que acabava por envolver toda comunidade direta e indiretamente nas agruras de um período de beligerância.

Nessa perspectiva, acreditamos que a Guerra contra o Paraguai significou um desses momentos paradigmáticos da formação histórica brasileira, por ter demandado do Império brasileiro não só um amplo movimento de recrutamento de forças, mas também um monumental esforço de construção de ideais de abnegação e engajamento; assentados em um forte apelo discursivo fundamentado na “defesa da pátria”, no “desagravo à honra nacional”, no sentimento de pertencimento e filiação à nacionalidade brasileira, dentre outros. Na opinião de José Murilo de Carvalho:

O principal fator de produção de uma identidade brasileira foi, a meu ver, a Guerra contra o Paraguai.(...) A guerra durou cinco anos (1865-1870), mobilizou cerca de 135 mil soldados vindos de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de milhares de famílias. Nenhum acontecimento político anterior tinha tido caráter tão nacional e envolvido parcelas tão grandes da população, nem a independência, nem as lutas da Regência (todas provinciais), nem as guerras contra a Argentina em 1828 e 1852 (ambas limitadas e envolvendo poucas tropas, algumas mercenárias).⁹⁹

A guerra contra o Paraguai também foi apresentada fortemente por estas paragens, enquanto uma espécie de “cruzada civilizatória”, tendo o Império do Brasil, a função de levar a “civilização” aos “bárbaros” do Paraguai. A respeito disso, ao desenvolver um brilhante estudo acerca da influência dessa guerra sobre o processo de constituição da idéia de “cultura brasileira”, Francisco Alambert buscou ressaltar o importante papel que esse evento

automaticamente, uma continuidade com o passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). A Invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.9.

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.78.

traumático de nossa formação histórica exerceu na conformação de uma idéia de nação no Brasil. Segundo o historiador:

A Guerra do Paraguai representou no campo da cultura (no sentido das ideologias, das representações e das identidades), o momento em que o mundo imperial-escravista enfrentou sua mais forte crise externa e interna. Sobre a república guarani foram atirados exércitos, mas também idéias e imagens que buscavam transferir ao outro as mazelas que nossa realidade nos impunha, o “mal-estar” de nossa “civilização”, para falar com Freud. O Paraguai, bárbaro, incivilizado, autoritário, atrasado aos olhos da cultura da corte, serviria então para nos salvar de nossas próprias condições e definir a imagem civilizada que tanto buscávamos. No espelho do Paraguai — usado como metáfora da situação latino-americana — construiu-se um dos elementos de nossa “identidade nacional”.¹⁰⁰

De acordo com Alembert, apoiado na obra *Ordem e Progresso* de Gilberto Freire e em vasta pesquisa, a guerra marcou profundamente a formação de toda uma geração de homens e mulheres nascidos entre 1850 e 1900, que viveram direta e indiretamente as agruras da guerra.

A conclamação para o empunho de armas em defesa da “*pátria ultrajada*”, durante a guerra contra o Paraguai, foi sentido nos quatro cantos do Império. Os jornais de todas as províncias noticiavam manifestações públicas que tinham o fito de convocar os brasileiros a se empenharem no esforço de “*desagravo à honra nacional*” e sensibilizar a população masculina a se engajar nos corpos de Voluntários da Pátria.

Além de um movimento que buscava a construção de uma coesão social, o chamamento à guerra, também, e especialmente, procurava desenvolver uma imagem positiva do serviço militar, principalmente na figura do soldado-cidadão ou soldado-patriota. Esse esforço não era sem motivo. Dignificar o serviço das armas e elevá-lo à expressão da mais alta prova de patriotismo e exemplo de abnegação tinha como objetivo maior, dirimir, ainda que temporariamente, toda uma memória negativa e pejorativa que cercava o

¹⁰⁰ ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.304.

serviço militar no Brasil império, símbolo de desprestígio social que recaia apenas sobre os desclassificados sociais.¹⁰¹

*Ser “laçado” [recrutado] na segunda metade dos oitocentos, no campo do imaginário social, era desonroso. Consistia em fazer parte de um contingente da população que vivia à margem da sociedade e, portanto, carregava o estigma da exclusão social. O recrutado estava sempre associado ao bandido, ao desordeiro, ao sujeito que não tinha capacidade de possuir um “protetor”. Assim, o indivíduo que as autoridades locais recrutavam para as frentes de linha, desde o período colonial, era aquele visto e rotulado como vadio, indigno, ladrão e/ou inimigo político.*¹⁰²

Do ponto de vista das autoridades imperiais, a resistência construída historicamente contra o serviço das armas no Brasil, tornou-se um enorme empecilho, especialmente naquele momento crítico em que se exigia o destacamento de grandes contingentes a serem incorporados nas forças brasileiras em combate contra os paraguaios. Ao se buscar quebrar essa barreira, políticos, intelectuais, notáveis locais e autoridades buscaram propagar nas páginas dos diversos jornais do Império — através de artigos, poesias, canções etc. —, ou em reuniões públicas e privadas, exemplos de abnegação patriótica e valores de distinção, como honra, bravura, coragem dentre outros. Essa foi sem dúvida uma das questões mais sensíveis da guerra, tendo em vista a ausência de um Exército profissional no Brasil à época, obrigando o Estado monárquico a, inicialmente, procurar animar ao máximo possível o engajamento de voluntários nas tropas brasileiras, visando utilizar-se o mínimo possível do recrutamento forçado. Nesse intuito, a convocação às armas manipulou idéias, valores e imagens que buscavam amalgamar a população em torno da causa da guerra. Na província do Ceará

¹⁰¹ Na realidade, o fato do ônus do serviço militar recair apenas sobre a chamada “raia miúda” da sociedade brasileira do dezenove, como criminosos, desocupados e pobres em geral, não era um “privilegio” do Império. Na Europa do século XIX eram constantes as ondas de rebelião da juventude contra o recrutamento, especialmente por este recair, sobretudo, em cima da população mais pobre e desprotegida política e financeiramente. Essa situação levou inclusive à seguinte indagação de republicanos franceses da região de Dijon: “*Por que fatalidade ocorre que o sangue [dos pobres] corre com abundância enquanto o dos ricos é economizado? Por que, apesar de todas as leis que foram sancionadas, esses pequenos senhores encontram sempre meios de encher os escritórios e os hospitais, de manejar a pena ou o bisturi, enquanto seus companheiros dão tiros de fuzil?*” APUD LORIGA, Sabina. Op. Cit. p.27.

¹⁰² RAMOS, Xislei Araújo. “*Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime*”: o recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza: 2003, 213p. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará, p.101.

esse movimento era realizado especialmente através da imprensa e de reuniões públicas.

No dia sete de fevereiro 1865, o jornal *O Cearense*, representante do partido Liberal na província do Ceará, publicava um extenso editorial¹⁰³ justificando os motivos da guerra e conclamando a população cearense a ingressar nas “*phalanges dos defensores da pátria*”. O início do editorial começava da seguinte maneira:

As nações, como os indivíduos, tem seus dias de sacrifícios, de perigos, e afflicção; como de seguridade, satisfação e glória.

Porque a vida dos Estados dependem de sua integridade, e de sua honra, que consistem na integridade de seu território e authonomia de seu poder.

Atacada a existência n'essas bases o corpo social periga; e como não há sacrifícios o bastante para quem deffende a honra, e a vida; assim não se deve havel-os para a sociedade quando são ameaçados tão caros interesses.

É chegada para nós um desses momentos difíceis a que estão sujeitos todos os povos; e à Divina Providência, segundo a ordem eterna de sua infinita sabedoria, faz, quando lhe apraz, passar os reinos e os impérios.

O povo brasileiro é chamado a uma guerra justa e santa, tanto o quanto pode ser este flagelo imposto à sociedade como condição de seu desenvolvimento (...).

Apenas o início desse editorial já nos oferece uma série de elementos importantes para nossa reflexão.

Em primeiro lugar, podemos perceber a tentativa de construção de uma relação íntima entre *indivíduo*, enquanto uma unidade, e a *nação*, o coletivo, visando estabelecer uma simbiose de destino e experiências entre ambos. A nação é apresentada envolta de uma imagética permeada por emoções e sentimentos. Assim como uma pessoa (indivíduo ou cidadão), ela é um corpo vivo sujeita às intempéries da vida a que todo indivíduo também está exposto ao longo de sua existência.

Essa referência do editorial a uma relação íntima — quase que umbilical entre “mãe”/nação (aquela que cuida, protege e alimenta) e “filho”/indivíduo/cidadão (aquele que carregará para sempre uma dívida de gratidão, respeito e devoção pela vida dada e proteção oferecida) — entre

¹⁰³ Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 7 de fevereiro de 1865, *O Cearense* (editorial): “Às armas cidadãos, é justa a guerra”, p.2.

indivíduo e nação não era uma idéia retirada do nada, nem apenas um elemento discursivo elaborado no calor do momento; mas sim, uma forma/perspectiva de compreender tal relação, bastante presente na segunda metade do século XIX.

Ernest Renan, por exemplo, em sua conferência de 1882, acerca da pergunta que não queria calar àquela época: “O que é uma nação?”; argumentava justamente para a presença de um conjunto de experiências, lembranças e emoções quase que indivisíveis, existentes no processo formativo do ser humano, que o ligavam a espaços (físicos ou espirituais) e grupos de convivência. Segundo o francês:

*A nação, como o indivíduo, é resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é, entre todos, o mais legítimo; os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, grandes homens, glória (refiro-me a verdadeira), eis o capital social sobre o qual assenta-se uma idéia nacional.*¹⁰⁴

A concepção que Renan elaborou da nação é, além de histórica, essencialmente baseada na idéia de um consentimento coletivo, sendo esse consentimento que delegava a uma entidade político-cultural, a nação, sua legitimidade e razão de ser. Para ele, mais do que aspectos como raça, língua, religião e paisagens geográficas, o que efetivamente unia as pessoas era o consentimento, construído a partir de um legado de lembranças e experiências comuns. Dessa análise provém sua célebre frase de que *a existência de uma nação é um plebiscito cotidiano*. Entretanto, mesmo tendo sinalizado para o papel do “esquecimento” como elemento constitutivo do processo de criação de uma nação e ter revelado a violência intrínseca na consumação dessa unidade política que marca a modernidade, Renan, apesar de toda elegância de suas análises e dos conceitos trabalhados, negligenciou o papel da força na imposição das identidades nacionais, em especial o papel do Estado.¹⁰⁵ No caso brasileiro especialmente, a construção da nação passou por um forte

¹⁰⁴ RENAN, Ernest. Op. Cit., p.39.

¹⁰⁵ Hobsbawm desenvolve uma rica reflexão acerca do papel dos Estados e dos nacionalismos na construção das Nações; segundo o historiador, “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.” HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p.19.

processo de imposição por parte do Estado de uma memória e de um conjunto de valores e experiências acerca de nossa formação histórica. Como teremos oportunidade de tratar adiante, a guerra contra o Paraguai se tornou um momento privilegiado na elaboração de ideais aglutinadores em torno de um projeto de nação construído a partir do poder estatal e de setores privilegiados da sociedade brasileira imperial.

De fato, retomando o editorial, a relação entre o indivíduo e a nação expressa na primeira frase do texto, buscava construir, ainda que arbitrariamente, um destino comum, onde a segurança e o futuro de ambos se entremisturavam.

Em seguida o editorial faz referência a duas pedras angulares da concepção jurídica do Estado-nação, a saber, a soberania (autonomia do poder) e o território. O exercício da autonomia do poder dentro desse espaço geográfico com fronteiras definidas, o território, determinaria, nesse sentido, de acordo com o editorial, a segurança do corpo social. Dessa forma, diante de uma ameaça estrangeira ao território e do desrespeito à soberania do país, a guerra contra o Paraguai é evocada enquanto uma guerra “justa e santa”. O editorial, em outro momento, argumentava o caráter covarde e ingrato da ação paraguaia. Covarde porque com suas *“hordas recrutadas entre as selvagens do grande Chaco, invadiram o território brasileiro pela fronteira desguarnecida da província do Mato Grosso”*, pisando insolentemente *“o sagrado solo pátrio”* sem sequer, *“prévio annuncio de hostilidade, sem mesmo articular motivos, que pudessem suspeitar rompimento com o Império”*; e ingrato por não ter levado em consideração que o Brasil havia sido o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia.¹⁰⁶ Diante de tais circunstâncias, a população era conclamada:

Achamo-nos, pois, empenhados n’uma luta grave para vingar, e proteger os mais caros interesses da pátria.

Não se trata mais de divisão intestina, da política dos partidos, em que uma parte da nação disputa com a outra a gestão do governo, para dirigir o estado segundo suas vistas, e modo de promover o desenvolvimento do paiz.

A questão é nacional, não há cor política de partido; porque a honra, e vida da nação interessa a todos os brasileiros.

¹⁰⁶ Jornal O Cearense, Fortaleza 7 de fevereiro de 1865, O Cearense (editorial): “Às armas cidadãos, é justa a guerra”, p.2.

*O governo imperial chama-nos a defesa do paiz, e quando não fosse um preceito constitucional esta obrigação, era um dever natural, e social.*¹⁰⁷

Demonstrar o caráter repugnante da ação paraguaia, relacionar os interesses do indivíduo/cidadão com os da pátria e evocar um sentimento de unidade da nação no esforço de guerra contra as forças de Solano López, era uma constante não só nesse editorial do jornal *O Cearense*, mas em quase toda a imprensa cearense e fala oficial no início do conflito.

*A necessidade de preparo militar para a guerra enfatizou, sobretudo, a questão do patriotismo como um elemento necessário à coesão de um grande contingente em campanha. A invasão estrangeira, identificada por todos os documentos oficiais como uma afronta à honra nacional, deu à guerra um sentido inteiramente diferente do das demais intervenções no Prata. Essa situação permitiu uma interligação valorativa entre a defesa da integridade territorial do Império e o apelo ao espírito patriótico de seu povo. Nessas circunstâncias, a sacralização do conceito de Pátria, através da justificação da necessidade do sacrifício por ela, constituiu uma das construções mais delicadas dos discursos oficiais de então.*¹⁰⁸

Atribuir um caráter de sacralidade ao solo da pátria, do país, tão presente em vários discursos e na fala oficial ao tempo da guerra contra o Paraguai, estava assentado em uma forte construção histórica do século XIX; a saber, o estabelecimento de uma relação política e de destino entre a *Pátria* e o território nacional de uma Nação, o que significou na prática, a ampliação de seu sentido e abrangência original, ligado inicialmente a um significado territorial restrito, para um mais amplo e imagético. Essa não era uma relação natural, como supunham alguns propagandistas da guerra de forma consciente ou não, mas histórica.

Anteriormente ao processo de formação dos Estados nacionais na modernidade, entendia-se por *pátria*, sobretudo, como *terra natal*. Compreendendo que *terra natal* dizia respeito apenas a um espaço de convivência bastante restrito, habitado “*por uma coletividade limitada, ou ainda*

¹⁰⁷ Id. Ibidem, p.2.

¹⁰⁸ IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p.167.

a população de uma região, os habitantes ligados por vínculos sociais e culturais que compartilhavam um ambiente”¹⁰⁹.

*A história do termo “pátria” (Heimat) remonta ao conceito Heim-
ôit, o lugar de refúgio, de abrigo, de morada, o lugar onde se nasce, o
lugar da infância. A “vida ao abrigo” assemelha-se à “vida escondida no
lugar” (heim-lich), onde se guardam segredos (Ge-heim-nisse). Isso
significa que a pátria está em oposição com aquilo que é do estrangeiro
(alilante, Aus-land), onde o homem sente falta desses laços.*¹¹⁰

Nessa perspectiva, pátria possuía um sentido essencialmente de afetividade ao local de nascimento e convivência imediatos. Contudo, desde fins dos setecentos que a palavra pátria passava por uma contínua exacerbação de seu caráter afetivo com vistas ao uso político do termo.

*Este valor afetivo é ampliado nos anos de 1770-1780, pelo
uso dos termos pátria e patriota entre os insurgentes americanos, os
irlandeses, os holandeses e, de um modo geral, em todos os
movimentos políticos do período. O patriota é aquele que luta pela
liberdade e a felicidade da pátria.*¹¹¹

Dessa forma, paulatinamente, o termo *Pátria* passou a receber uma conotação político-ideológica, especialmente a partir da manipulação desse e de outros elementos identitários, pelos estados no processo de “invenção” da nação, que passaram a “transferir para o conjunto ‘nacional’ os conteúdos culturais e de sociabilidade dos vínculos primários”.¹¹²

Segundo Lucien Febvre, é justamente a partir do século XIX que a palavra Pátria “assumiu um sentido mais forte, mais rico, mais amplo”, quando passa a fazer par com a realidade da Nação.¹¹³

¹⁰⁹ Segundo Magnoli, “na origem desses termos, o elo entre a população e a terra natal era unicamente um elo prático — a atividade cotidiana do trabalho no campo, ritmada pelas estações da natureza, criadora de paisagens rurais”. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997, pp13-14.

¹¹⁰ THÜNE, Wolfgang. *A pátria como categoria sociológica e geopolítica*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1991, p.46.

¹¹¹ PÉRONNET, Michel. *A Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.236 (Verbete: Pátria).

¹¹² GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p.44.

¹¹³ FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p.56.

Nessa perspectiva, a pátria, pelo seu significado político-social e pela sua forte carga emotiva, tornou-se um dos elementos identitários mais manuseados e evocados no esforço de mobilização para o engajamento dos cearenses nas forças militares brasileiras. Juvenal Galeno, poeta e ilustre letrado da sociedade cearense do século XIX, produziu e publicou em alguns jornais da imprensa do Ceará ao tempo do conflito contra o Paraguai, uma série de poesias e canções populares acerca da guerra e do esforço de mobilização. Tais produções eram marcadas por uma singeleza, simplicidade das rimas e forte oralidade, buscando atingir uma linguagem simples e de fácil compreensão. Em uma de suas poesias, intitulada *Os batalhões da Pátria*, podemos encontrar:

*Ei-la... desperta, enrubescida, a pátria...
Do longo sono, do remanso e paz,
E brada irada: — Eia, às armas, filhos,
Que sofro injúrias de inimigo audaz!
Torpe caudilho de meu sul na plaga
O bem qu'hei feito com tradições me paga...
Me rouba e fere... que pesado guante!
Meus foros calça... meus lauréis de glória!
Me insulta os brios... me nodoa a história...
Quantos ultrajes à nação gigante —
Alerta! Às armas, batalhões da pátria!
Vingança, ou morte! Carregai! Avante!*

*Alerta! Às armas! — Como troa o raio
Nas serranias se procela é forte,
Soa este brado nos corações brasílicos...
— Vingança! — o eco respondeu — e morte!
Erguem-se os bravos... Que não marcha e freme
Se a mãe, se a pátria enrubescendo geme,
Sob as afrontas de cruéis tiranos?!
Todos se aprestam... que rumor nos lares...
E surgem como na amplidão dos mares
Altivas ondas, nos bulcões insanos!¹¹⁴
(...)*

Dessas duas estrofes iniciais, o que mais nos chama a atenção é justamente a relação que Galeno estabelece entre uma agressão praticada contra uma mãe e uma agressão praticada contra a pátria. Já havíamos feito referência anteriormente a esse tratamento materno dado à pátria. A pátria é a

¹¹⁴ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. 4ed. Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978, pp.366-367.

mãe terra, ou *mãe natureza*, que nos oferece de seu solo nosso alimento e mata nossa sede; enquanto terra natal é o local de onde retiramos nossas mais ternas lembranças da infância: a primeira namorada, as primeiras brincadeiras e traquinagens, os amigos, os laços familiares... Agredir a pátria é equivalente a agredir a própria mãe, figura sagrada e repositória dos valores mais elevados e distintivos. Deixar então uma agressão dessas sem resposta, significa trair, desonrar, não retribuir a proteção e o zelo dado: “*Quem despreza a sua Pátria/Quem adora a escravidão/É monstro, é fera, é perverso/Indigno de compaixão.*”¹¹⁵ Entretanto, a pátria era apresentada não como um local limitado e específico: “o torrão natal”; a pátria é a nação, o país, ou seja, o Brasil, ganha uma conotação imagética de abrangência espacial descomunal. Nesse sentido, vejamos outra *canção popular* de Juvenal Galeno intitulada *O adeus do soldado*:

*O Brasil ora chama seus filhos....
É dever de seus filhos marchar;
Que os inimigos são vindos nos dizem
O tambor e a corneta a bradar:
— Eia, alerta! Eia, aos campos do prélio,
Pela pátria valente lutar!*

*Não é tempo de sono e descanso,
Não é tempo de festa e gozar;
Pois a guerra começa tremenda,
Pois é tempo de bravo lidar:
Eia, alerta, soldado, pois debes
Pela pátria valente lutar!*

*Adeus, pobre casinha dos campos,
Onde a infância passeia brincar;
Adeus, várzeas fagueiras, risonhas,
Brando rio... da rôla o cantar...
Que soldado partir vai à guerra,
Pela pátria valente lutar!*¹¹⁶
(...)

Quem chama à guerra é o Brasil e não a “*casinha dos campos, onde a infância passei a brincar*”, local de “*várzeas fagueiras, risonhas*”, de brando rio onde as rolinhas cantam. A pátria é o Brasil. O local terno das lembranças mais singelas cede lugar em importância para a nação que periga e chama

¹¹⁵ Id. Ibidem, p.72, poema: *O filho do patriota*.

¹¹⁶ Id. Ibidem, p.262.

seus filhos ao dever sagrado de defendê-la. Os campos e várzeas tornam-se apenas doces referências de lembranças agradáveis, pois o período é de guerra, momento de privações que solicita ações enérgicas, fazendo-se necessário ficar alerta e ir à luta.

Os embarques dos contingentes cearenses rumo ao Rio de Janeiro (que após breves períodos de organização e preparação na corte eram remetidos para o *front* de batalha), para além de uma cerimônia de despedida dos maridos, filhos e entes queridos em geral, configuravam-se em momentos privilegiados para divulgação da causa da guerra, visando modelar as condutas no sentido do engajamento militar dos homens aptos nos Corpos de Voluntários da Pátria.

Nesses momentos, intelectuais, políticos e autoridades em geral proferiam discursos inflamados contra as “hostes bárbaras” paraguaias e o “tirano selvagem” Solano López, exaltando a figura do Voluntário da Pátria, distinguindo o denodo e bravura do cearense que não deixava impune a desonra da “pátria ultrajada”. Praticamente todas essas cerimônias eram registradas e divulgadas nos jornais cearenses, com direito inclusive à transcrição dos discursos.

O embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Ceará, em 6 de abril de 1865, foi marcado por uma grande mobilização pública. A solenidade contou com grande afluência da população de Fortaleza e arrabaldes além de autoridades e letrados da província. Na solenidade foi entregue, após ato ecumênico, a bandeira do 26º Corpo de Voluntários do Ceará confeccionada por um grupo de senhoras da capital e entoado, por um grupo de jovens, um hino composto por Juvenal Galeno. Uma das proclamações proferidas neste dia foi a da Sra. Carmélia Altina de Sousa, que havia ajudado a confeccionar a bandeira do 26º CPV e na oportunidade estava a entrar a mesma. Em seu discurso podemos encontrar:

Bravos e distintos voluntários! Eis a bandeira que as cearenses vos oferecem em penhor de adesão ao vosso verdadeiro patriotismo!

Elas conhecendo que este tão nobre sentimento vos impeliu a acudirdes pressurosos ao reclamo da Pátria; têm certeza de que a defendereis com o denodo, constância e valor, que em todas as épocas têm distinguido ao patriota brasileiro.

Recebei-a! É um sinal demonstrativo do alto conceito, que fazem da vossa coragem! É um reflexo do sagrado fogo do patriotismo que, como aos vossos, inflama aos seus corações!

Levai-a convosco; arvorai-a nos vossos combates! Fazei-a tremular vencedora no território inimigo!

Esmagai aos infames paraguaios, esses vis assassinos de nossos irmãos!

Mostrai a esses selvagens, à face do mundo inteiro, que o brasileiro sabe punir com honra e dignidade a afronta, o insulto, o ultraje, com que eles pretendem manchar uma Nação briosa e civilizada como o nosso Brasil.

Aqui, onde vos testemunham a elevada confiança, que depositam em vós, vossas patricias vos esperam, com o estandarte, que vos oferecem, triunfantes e ornados com os louros da vitória!

Viva a nossa Santa Religião Católica Apostólica Romana!

*Viva a Nação brasileira!*¹¹⁷

Dispor a população cearense a se engajar no esforço de guerra, exigia uma enorme elaboração. Os discursos pronunciados em reuniões públicas, durante as cerimônias de embarque das tropas rumo à Corte e os artigos dos jornais dentre outros, buscavam de todas as formas elevar a estima do serviço das armas e caracterizar a guerra como uma agressão cruel e covarde.

Como bem assinalou Xislei Araújo, ao estudar as práticas do recrutamento “a laço” no Ceará entre 1850-1875, esse momento de nossa formação histórica é marcado por uma forte contradição que parecia insolúvel. Pois se por um lado as circunstâncias da guerra exigiam um complexo e amplo movimento de arregimentação de soldados para as tropas brasileiras, por outro, o estigma social negativo construído historicamente e recaído sobre os mesmos, conferia à empreitada do recrutamento e engajamento uma atividade por muitas vezes inglória, tamanha as barreiras a serem transpostas.

Em razão das debilidades e do estigma enraizado no imaginário social da sociedade oitocentista — que associava o soldado brasileiro ao vadio, ladrão e desafeto social e político — o Império brasileiro precisava recriar através da imprensa um discurso que resolvesse a questão da impopularidade das Forças Armadas e do soldado brasileiro. Dessa forma, no lugar do recruta-vadio a imprensa começou a veicular que precisava de recruta-cidadão e de um exército onipotente. O discurso, que é produtor de história, buscou apagar as marcas do passado, elevando, ao menos ao nível

¹¹⁷ SOUZA, Euzébio. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1950. (Col. Instituto do Ceará, monografia 15), pp.133-136.

*do discursivo, a boa imagem do cidadão-patriota, sobretudo do soldado-cidadão.*¹¹⁸

Aos vinte e sete dias de Abril de 1865, podemos encontrar nas páginas da imprensa cearense.

*O soldado, que toma o escudo e precipita-se no turbilhão da luta, vendendo cara a vida, é para todos um ente de ordem superior, cujo nome infunde o respeito, crea-se uma espécie de culto, que as lendas do povo eternizam. Com elle ninguém se julga quite; todo o reconhecimento, provado por actos da mais subida generosidade, parece ficar sempre á quem dos seus serviços.*¹¹⁹

Nesse sentido, a guerra contra o Paraguai não foi travada apenas entre soldados nos campos de batalha. A imprensa dos países envolvidos, em especial a do Brasil e do Paraguai, participou fortemente no processo de convocação e legitimação do conflito diante de suas populações. Denegrir e desqualificar o oponente, evocar valores nacionais de honra e civilidade era apenas uma das ações, dentre muitas outras, postas em práticas pelos jornais. Como bem assinalou Macarthy Moreira, a imprensa do Império brasileiro foi uma das frentes de batalha dessa guerra sangrenta e traumática.

*A guerra do Paraguai foi travada em várias frentes, sendo uma delas a imprensa. Não se conhece até agora, no Brasil, jornal, revista ou folheto que haja advogado a causa Guarani, embora as críticas às operações navais e terrestres, ao andamento da guerra e à política que andava por trás de tudo, estejam registradas em publicações de maior ou menor porte.*¹²⁰

Nessa empreitada, ilustres letrados do Império participaram diretamente desse esforço de evocação nacional. Machado de Assis, por exemplo, um dos maiores escritores brasileiros, dedicou ao tema da guerra contra o Paraguai uma série de crônicas expressando “*otimismo e possibilidade de redenção*”, entendendo a guerra como “*desejo, necessidade, exercício de honra, defesa da civilização contra a barbárie.*” De acordo com Francisco Alambert, as primeiras crônicas de Machado, contemporâneas ao conflito, deixam

¹¹⁸ RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit., p.130.

¹¹⁹ Jornal O Cearense, Fortaleza 27 de abril de 1865, Cearense: editorial, p.2.

¹²⁰ APUD SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: LP&M, 1996, p.50.

transparecer que a guerra deixava “*de ser uma temeridade para se tornar orgulho, desejo escondido no inconsciente nacional, na alma de homens e mulheres, no ‘ventre das mães’, que não pode ser representado: ‘Todos desejam a entrada das forças libertadoras’*”. Nesse sentido, Machado sentenciava em uma crônica de fevereiro de 1865: “*Todos os espíritos estão voltados para o sul. A guerra é o fato que trabalha em todas as cabeças, que provoca todas as dedicações, que desperta todos os sentimentos nacionais*”. Interpretando Machado, Alambert percebe em tais crônicas do escritor, que o caminhar da guerra deveria “*ser experimentado como êxtase coletivo, como glorificação dos mais altos ideais civilizatórios. Suas agruras se consubstanciam nos símbolos da força e do saber — em fogo, em luz — para alçarem a ‘Justiça’, a ‘Liberdade’*”.¹²¹

Tal chamamento ao empunho de armas que se iniciava especialmente na Corte, sobretudo no início das hostilidades, ganhava força e amplitude nas diversas províncias do Brasil imperial. De uma forma geral as justificativas e motivações da guerra eram apresentadas essencialmente enquanto uma “cruzada patriótica” de “desagravo à honra nacional”.

Dentre os vários termos e palavras evocadas, a idéia da *Honra* se apresentava enquanto uma das mais solicitadas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, Honra e Pátria, tornaram-se termos paradigmáticos para se compreender boa parte dos movimentos de cunho nacional. Tais palavras, aparentemente inofensivas,¹²² passaram a ser empregadas sempre que se buscava legitimar ações, atitudes e movimentos, estatais ou civis, em nome da nação. Nos momentos de guerra ou de ameaça ao coletivo nacional, eram cantadas em verso e prosa coladas a símbolos nacionais e manuseadas de forma a distinguir e valorizar determinadas características da comunidade.¹²³

¹²¹ ALAMBERT, Francisco. Op. Cit., pp.306-308.

¹²² Inofensivas apenas na aparência, pois como nos chamava a atenção Lucien Febvre: “*Fidelidade, disciplina, coragem, abnegação, honra, pátria, estas que têm sobre tantos um poder de vida e morte*” e que, segundo o historiador francês, animam nos momentos mais críticos de nossa existência uma voz interior: “*esta voz interior que todos temos, nós que combatemos, que podemos ouvir bem claro dentro de nós em algumas horas decisivas de nossa vida de guerreiros, estas palavras que, aliás, em tempos normais, parecem vazias de conteúdo emotivo, vazias de dinamismo e que, bruscamente, revivem e revelam-se, em certas horas, capazes de levar-nos à morte*”. FEBVRE, Lucien. Op. Cit., p.48.

¹²³ Refletindo sobre essas palavras Febvre argumentava: “*pensando bem no assunto, Honra e Pátria, essas duas palavras transformadas em fórmula única, essas duas palavras que o*

Lucien Febvre¹²⁴ dedicou parte considerável de seus estudos à busca dos sentidos e sentimentos que Honra e Pátria costumavam evocar e sua relação com o sentimento nacional. Realizando uma *história das palavras* (com *precauções*, como ele mesmo definiu), Febvre empreendeu uma magnífica genealogia histórica dos termos honra e pátria.

Além de ser uma palavra muito antiga, originária do latim (*honos, honor, honoris*), a palavra/idéia de honra “*teve um grande papel durante toda a Idade Média, uma palavra que traduziu com força os sentimentos dos homens da Idade Média durante anos.*”¹²⁵ Dentre os diversos sentidos e sentimentos que a noção de Honra pode e pôde evocar historicamente, há uma constante presente em todas as variáveis históricas e culturais: o papel de pressão social de uma coletividade exercido sobre uma ou várias consciências individuais. No entendimento do historiador francês, uma das características mais marcantes a respeito da Honra é o caráter invocador de sentimentos que ela detém. Ela se configura enquanto um ideal moral carregado de valores a pressionar o indivíduo a tomar atitudes que correspondam às expectativas do grupo social.

*podemos dizer que a honra tem como raiz a imitação, o alinhamento com os membros do grupo diante do qual nos sentimos responsáveis, caucionários do que é dito, feito e mesmo pensado. No máximo podemos dizer que essa imitação pode ser maquinal, e sem brilho. Mas também pode ser entusiasta.*¹²⁶

Esse forte caráter valorativo e sentimental presente na honra funcionam e funcionaram historicamente, como uma *força de ação* que impele o homem a

tempo acabou por soldar como solda lentamente, no fundo da terra úmida, nas tumbas da pré-história, tantos objetos justapostos dos quais faz um só bloco; estas duas palavras que se tornaram rituais e que os párocos do culto da pátria salmodiavam a uma só voz e a um mesmo tom; essas duas palavras significam a mesma coisa? Referem-se aos mesmos sentimentos? Evocam as mesmas idéias e provocam, indistintamente, os mesmos reflexos em todos os franceses?” Id. Ibidem, pp.197-198 (grifo do autor).

¹²⁴ Febvre resolveu se debruçar sobre estas duas palavras em uma “*triste manhã de 1942*”, quando “*soube por uma mãe dolorosa que um de seus filhos acabara de morrer, bravamente, para defender aquilo que um de seus irmãos trabalhava para destruir, também ao preço de seu sangue, se necessário*”. Op. Cit., p.197. O infeliz desfecho dessa história, com a morte dos dois irmãos franceses lutando em lados opostos e obedecendo às mesmas palavras de ordem, Honra e Pátria, levou Febvre a preparar uma série de aulas a serem ministradas no Collège de France entre 1945-1947. O livro *Honra e Pátria* é na verdade as notas de aula do curso acrescidas de minuciosas notas explicativas dos editores, o que não tira de forma alguma a maestria, profundidade e coerência do rico texto de Febvre.

¹²⁵ FEBVRE, Lucien. Op. Cit., p.56.

¹²⁶ Id. Ibidem., pp. 63-64.

agir e solicita dele nos momentos mais críticos o seu engajamento em uma determinada causa com vistas à aceitação e distinção social. Assim, um aspecto social preponderante da honra é sua função moral.

*O homem precisa de apoios. Ele não se aventura sozinho na vida, armado apenas com suas próprias forças. Ele seria imediatamente esmagado. Não falo de forças físicas, materiais. Falo de suas forças morais. Ele sempre precisou, e isso é evidente, não só de ajuda material, da ajuda de seus familiares; da ajuda de seus vizinhos; da ajuda de seu povoado ou de sua cidade etc., quando sua casa pega fogo, por exemplo, ou quando um brutamontes o ameaça e, não sendo ele o mais forte, o mói de pancadas etc. Ele precisa também de ajuda **moral**, de uma ajuda que encontra no fato de ser, em suas iniciativas, apoiado pelo sentimento de que estas serão executadas, **moralmente**, de acordo, de pleno acordo com os homens do grupo do qual faz parte de fato ou, eventualmente, em sonho, ou do qual gostaria de fazer parte e do qual já tenta aproximar-se adequando sua conduta a seu imperativo categórico. Para qualquer homem é uma força formidável experimentar, sentir que pensa, que se comporta, age em **uníssono** com seu grupo. E é uma terrível fraqueza para este mesmo homem saber, sentir que pensa, se comporta, age **contra** as idéias, os sentimentos, os quereres de seu grupo.¹²⁷*

Apesar do papel moral da honra ser múltiplo e histórico, ela possui uma função social de grande relevo em várias sociedades. Em algumas circunstâncias, o não cumprimento, por parte do indivíduo, das expectativas do grupo depositadas sobre ele, pode significar o rompimento de elos sociais aglutinadores a partir da perda de confiança.¹²⁸

Raramente um artigo, poesia, canção popular ou discurso de convocação para a guerra contra o Paraguai publicado na imprensa cearense ou proclamado em manifestações públicas e particulares, deixava de fazer referência à honra como um valor a amalgamar o ideal de abnegação patriótica e denodo da população para com o país. Além do mais, enquanto

¹²⁷ Id. Ibidem., p.84. (grifos do autor).

¹²⁸ Marcel Mauss, por exemplo, em um ensaio clássico acerca da *Dádiva*, chamava justamente a atenção para o código de honra estabelecido entre determinados grupos humanos de retribuírem mutuamente e obrigatoriamente presentes e dádivas recebidas, onde a não observância do cumprimento dessa convenção social poderia significar o início de um conflito: “recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão” (pp.201-202). Considerando a importância dessa convenção como elo de convivência social Mauss é taxativo ao afirmar que “os homens souberam empenhar sua honra e seu nome bem antes de saberem assinar” (p.241). In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

um princípio moral de distinção social era manuseado de forma a dignificar aquele que se apresentasse a defender a pátria.

(...)
*Fala-vos filhos do Norte,
 Nobre e brilhante corte,
 Que honra e glória traduz:
 Ai, não deixeis esquecida
 A fama nunca vencida de Santa Cruz.*

(...)
*São nossos campos talados,
 Nossos brios ultrajados,
 Nossa honra rola em pó;
 Eis o momento aprazado,
 Voai às armas soldado,
 Vingai a pátria sem dó.¹²⁹*

Em uma proclamação do presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, visando sensibilizar o engajamento dos cearenses como voluntários, podemos encontrar:

*Cearenses!
 A terra da pátria está invadida pelo inimigo estrangeiro!
 O Chefe Augusto da Nação acaba de dar um exemplo
 heróico, partindo para a guerra.
 A honra e a dignidade nacional clamam pela desaffronta de
 tantas offensas recebidas.¹³⁰*

Outro discurso proclamado pelo Major Antonio Ferreira de Lima dirigido aos voluntários do Cariri, também caminhava na mesma direção.

*Patriótico batalhão de voluntários!
 Não venho fazer-vos simplesmente uma saudação, venho
 antes render-vos uma homenagem. De todos os pontos da província
 é a vossa terra, esse Cariry de fama gloriosa, esse berço e viveiro de
 guerreiros — o que tem enviado á guerra maior número de bravos.
 Honra aos vossos brios de brasileiros! Honra ao vosso ardor
 bellicoso!¹³¹*

¹²⁹BEZERRA, Antônio. Página inédita de Antônio Bezerra: “como me tornei voluntário da pátria”. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXX – Ano LXXX, 1968, págs.250-251. Essa poesia de Antônio Bezerra foi proferida em 28 de janeiro de 1865 na sacada do palácio da presidência da Província, quando da chegada da notícia no Ceará do início da guerra.

¹³⁰ Jornal *A Constituição*, Fortaleza 27 de julho de 1865, Noticiário: Proclamação, p.2.

¹³¹ Jornal *Pedro II*, Fortaleza 02 de novembro de 1865, “Allocução dirigida aos voluntários do Cariry do comando do Sr. Major Antonio Ferreira Lima Abdoral”. APUD RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit., p.138.

Dessa maneira, pelo fato da honra mobilizar sentimentos e valores distintivos de glória, dignidade, coragem, consideração e respeitabilidade social dentre outros, ela era constantemente manuseada e evocada na imprensa cearense e na fala oficial como forma de exaltação de um *Espírito de sacrifício* diante da guerra que solicitava o empenho de cada um.

Nesse esforço, o cearense, e especialmente o soldado cearense, era alçado ao posto de um dos mais virtuosos representantes da nacionalidade brasileira, digno de distinção e detentor de incontestável bravura, coragem e honradez.

Não é só o governo, o Brasil inteiro espera que os Cearenses, cujo valor experimentado faz o orgulho do nosso exército não serão os últimos nas phalanges dos defensores da pátria.

Os descendentes dos valorosos, que levaram a independência a província do Maranhão, que concorreram para o restabelecimento da ordem, e lei nas províncias de Maranhão, Pará, e Rio Grande do Sul, e se ilustraram em Monte Caseros não desmentirão hoje as tradições gloriosas de seus antepassados.

Cearenses de todas as cores políticas, correi a alistar-vos nos corpos de Voluntários da Pátria; briosa guarda nacional, imittai os bellos exemplos de vossos irmãos do sul, offerecei-vos ao governo.

(...)

*Cearenses, voae as fronteiras, mostrae ao Brasil vossa dedicação a pátria, e ao tyranno do Paraguay, que suas hordas de selvagens não pisarão impunemente o solo brasileiro.*¹³²

Um comunicado publicado nas páginas de *O Cearense*, intitulado *O Soldado cearense*, proclamava:

O soldado cearense nunca mentiu essa galhardia, esse arreganho militar, esse denodo, essa bravura que o tornam conhecido em todo o império, e o distinguem entre seus camaradas.

Sempre prompto quando se trata de lavar o ultraje cuspidos á face da pátria, ninguém o excede em valor e patriotismo. Elle não se acobarda, não foge ao perigo: avança e avança sempre, não recua, morre e não se rende.

*As tradições gloriosas da pátria traz elle esculpidas na front e sabe respeitar o juramento de guardal-as puras e sem macula, defendendo-as até o último alento vital.*¹³³

¹³² Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 7 de fevereiro de 1865, *O Cearense* (editorial): “Às armas cidadãos, é justa a guerra”, p.2.

¹³³ Jornal *O Cearense*, Fortaleza 29 de julho de 1865, Comunicado: *O soldado cearense*, p.4.

Em relatório de julho de 1866, do presidente da Província cearense, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, podemos encontrar:

E quando um dia, prescrutando os domínios do passado, a história pedir á cada província do Império contas do auxílio prestado para a sustentação da causa sagrada da dignidade nacional, o Ceará póde apparecer com honra e responder tranquilamente com o seu exemplo.

*Agora mesmo lá estão os bravos d'esta província derramando o seu sangue pela nossa causa, tendo sellado o seu valor nas eventualidades terríveis de um combate desigual — o ataque de Estero Bellaco. Dirijamos fervorosos votos ao Altíssimo, para que menos penosos sejam os sacrifícios, que pela honra da pátria fazem nossos irmãos.*¹³⁴

Entretanto, do empenho empreendido em todo o território brasileiro de convocação para a guerra, talvez o mais emblemático e simbólico tenha sido a enorme divulgação dada à ida do imperador D. Pedro II ao teatro de operações da guerra, que visava com essa atitude dar o exemplo de patriotismo à população e animar o engajamento de Voluntários da Pátria. Esse acontecimento foi, sem dúvida alguma, um dos fatos mais explorados e divulgados na província do Ceará ao tempo da guerra.

1.3 “Segui o exemplo que acaba de dar-vos o Chefe da Nação”: o Imperador e a guerra.

Após ter penetrado no território brasileiro (através do Mato Grosso com a tomada do forte de Coimbra, em dezembro de 1865) e no território argentino (com a tomada de Corrientes em abril de 1865), o Paraguai deu continuidade à sua ofensiva militar entre os meses de maio/junho de 1865, quando da invasão do Rio Grande do Sul com soldados comandados pelo coronel Antonio de la Cruz Estigarribia. As tropas paraguaias penetraram pelo Sul, a partir de São Borja, com destacamentos provenientes de Encarnación. Ao enfrentarem

¹³⁴ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província, o excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na primeira sessão da vigésima segunda legislatura em 1 julho de 1866, p.6.

pouca resistência das forças brasileiras, os paraguaios rapidamente rumaram em direção a Uruguaiana, invadindo e fincando trincheiras na região.

A notícia da facilidade com que ocorrera a invasão do Rio Grande do Sul por tropas paraguaias, foi muito mal recebida nos círculos políticos do Império provocando calorosas discussões políticas e troca de acusações entre políticos conservadores e liberais, assim como entre os chefes militares brasileiros.

*Quando ocorreu a invasão paraguaia, as forças do Exército brasileiro no Sul, sob o comando do general Osório, tinham se transferido de Montevideu para Concórdia, na margem argentina do rio Uruguai, para comporem o Exército aliado. Para enfrentar a invasão paraguaia, anunciada com anterioridade pelas notícias da presença das tropas de Estigarribia em São Tomé, foram convocados 2300 guardas nacionais para defenderem o distrito de São Borja, mas o número nunca ultrapassou 2 mil.*¹³⁵

A repercussão negativa acerca da facilidade com que os paraguaios avançaram sobre o Rio Grande do Sul, culminando na tomada de Uruguaiana, levou os responsáveis pela defesa do Sul a transferirem para outros as responsabilidades pelo fiasco militar. Em sua defesa, o chefe do governo imperial à época, conselheiro Furtado, além de ter procurado dar relevo aos êxitos militares (Riachuelo e Jataí), ocorridos durante sua administração, atribuiu o fracasso militar ao presidente da província do Rio Grande do Sul, por ter dado falsas garantias no tocante à organização estratégica e militar das defesas que deveriam ter sido implementadas, e ao ministério anterior, que negligenciara a melhoria militar da província. Já o presidente gaúcho, João Marcelino de Souza Gonzaga,

justificou-se ao lembrar que tivera, com poucos recursos, que atender às requisições simultâneas dos generais Osório e Canabarro, e ressaltou que este último lhe garantira que venceria os paraguaios. Já Canabarro lembrou que não fora atendido no pedido de reforço, feito antes da invasão, e que foi tática premeditada sua postura de permitir ao Exército paraguaio penetrar no território gaúcho, de modo a isolá-lo e destruí-lo. Por último, o general Osório argumentou que não socorreu o Rio Grande do Sul com suas forças do acampamento de Candelária — cerca de 16 mil homens — por estar convencido de

¹³⁵ DORATTIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: Uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.171.

*que a invasão paraguaia estava derrotada a priori e, ainda, devido à precária situação de seus soldados que eram, em grande parte, recrutas inexperientes. Ademais, Osório expôs a Francisco Octaviano que sua tropa não podia ser enfraquecida, por constituir-se na base do Exército aliado, que enfrentaria a divisão do general Robles, na marcha deste em direção ao sul.*¹³⁶

Essa situação de tensão instalada na região, com troca de acusações, transferência de responsabilidades e “desorientação” estratégica, produziu na corte a percepção de que o Sul encontrava-se em profundo estado de desorganização. É justamente nesse momento que D. Pedro II decide seguir rumo ao Rio Grande do Sul, surpreendendo e contrariando a opinião de muitos.

O imperador iniciara sua viagem rumo ao Sul, em 10 de julho de 1865, juntamente com uma comitiva composta pelos dois genros, conde D’Eu e duque de Saxe, Ângelo Ferraz (ministro da Guerra), o general marquês de Caxias, dentre outros. D. Pedro II seguiu direto para Uruguaiana, indo ao encontro do Conde de Porto Alegre, Tamandaré e Caldwell, ambos chefes militares das forças brasileiras em ação na região; encontrou-se também com os líderes aliados, Mitre e Flores.¹³⁷

*O objetivo expresso da viagem era de impulsionar, com o gesto, a ida de voluntários e animar o esforço de guerra. Não há dúvida, porém, que o imperador procurava, também através da sua figura simbólica e de seus familiares, afirmar a presença da monarquia na província, no momento em que era provável o adensamento dos contingentes republicanos. Ilustra-o o próprio comportamento do imperador no Rio Grande, revelando um interesse até então desconhecido pelos assuntos militares, insistindo em supervisionar pessoalmente preparo das tropas e dispondo-se mesmo à penosa travessia da campanha a cavalo.*¹³⁸

De fato, a viagem do imperador contribuiu para dinamizar as ações militares das tropas brasileiras na região e organizar a ofensiva aliada contra as forças paraguaias.¹³⁹ Como bem assinalou uma biógrafa de D. Pedro II, a guerra contra o Paraguai ocorrera no melhor momento, de maior maturidade,

¹³⁶ Id. Ibidem., p.177.

¹³⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, uma monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 300-301.

¹³⁸ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Editora HUCITEC: Editora da UNICAMP, 1996, p.173.

¹³⁹ DORATTIOTO, Francisco F. Monteoliva. Op. Cit. p.179.

do segundo reinado¹⁴⁰, devido, especialmente, à situação de relativa estabilidade política, aos desfechos favoráveis ao Brasil nas contendas anteriores ocorridas na região do Prata, à postura ativa assumida pela coroa ao não ceder às pressões britânicas durante a questão Christie, etc. Tal contexto também colaborou decisivamente para a boa imagem pública do monarca à época.

A ida do imperador para a zona de guerra lhe rendeu bons frutos. Durante o primeiro ano de conflito a imagem pública de D. Pedro II alcançou o ápice, atingindo grande popularidade perante a gente comum do Império. A divulgação e exploração em todas as províncias das imagens do “rei guerreiro”, do “rei da guerra”, do “voluntário número um”, tiveram importante papel na divulgação da *causa belli* e no alcance dos altos índices de alistamento voluntário assinalados no ano de 1865.¹⁴¹ Sem dúvida que a dimensão moral e exemplar do ato, com a divulgação diuturna da imagem do imperador enquanto comandante-em-chefe das Forças Armadas nacionais, foi a mais ressaltada e divulgada nos quatro cantos do Império, visando, sobretudo, estimular o engajamento de Voluntários da Pátria.

Nessa perspectiva, vejamos o que expressava uma proclamação oficial da presidência da Província do Ceará presente na imprensa local em julho de 1865.

Cearenses!
A terra da pátria está invadida pelo inimigo estrangeiro!
O Chefe Augusto da Nação acaba de dar um exemplo
heróico, partindo para a guerra.
A honra e a dignidade nacional clamam pela desafronta de
tantas ofensas recebidas.
O feito de Riachuelo abriu uma nova era para a lucta gloriosa,
em que o Brazil está empenhado. E mais ainda, um dever de
humanidade nos chama aos campos de batalha para salvar a
civilização da América do Sul de ser substituída pela barbaria.
 (...)
 E n'essa crusada de civilização e de patriotismo cabei-vos a
vós, concidadãos da província do Ceará, um bello quinhão de glória.
Segui o exemplo que acaba de dar-vos o Chefe da Nação.
Correi e reunir-vos ao redor do pavilhão auri-verde, que nas margens

¹⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p.295.

¹⁴¹ Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit. Especialmente o capítulo 11 (A guerra do Paraguai: o “voluntário número um”).

*do Prata symbolisa n'este momento a causa da civilização e da humanidade.*¹⁴²

Outra publicação oficial do governo provincial, dessa feita uma circular dirigida às comissões patrióticas de alistamento da província, também caminhava na mesma direção:

A província do Rio Grande do Sul acaba de ser invadida pelos paraguayos, e está na honra e dignidade de todos os brasileiros correr em defeza de seus irmãos e repellar promptamente os bárbaros inimigos do império.

Sua Majestade o Imperador foi o primeiro a dar o heróico exemplo de abnegação pessoal e extrema dedicação à pátria. Seguiu imediatamente para aquella província, onde o perigo é maior e a lucta mais renhida.

*A victoria é certa; Payssandú e Riachuelo nol-a garantem; mas o exército precisa de ser reforçado, e em tal conjuctura não deve faltar o patriotismo dos brasileiros. O exemplo do Augusto Chefe da Nação será nobremente imitado pelos seus briosos súbditos, que espontaneamente correrão ao seu posto de honra.*¹⁴³

Como podemos perceber nessas breves passagens, a viagem do imperador D. Pedro II à zona de combate no Sul do país, tornou-se um frutífero álibi de divulgação da guerra e convocação da população cearense, e do Império de uma forma geral, a se engajar no esforço bélico. Um bom exemplo disso foi uma circular da Presidência do conselho de ministros dirigida a todos os presidentes de Província do Império:

Rio de Janeiro.— Presidência do conselho de ministros em 24 de julho de 1865.

Illm. e Exm. Sr. — A invasão de nossas províncias pelos paraguayos exige dos brasileiros os maiores sacrificios, afim de que se assegure a integridade do império, e se salve a honra e dignidade nacional.

Faz-se necessário reforçar nosso exército e nossa armada.

Quando o Imperador se apresenta no theatro da guerra, ninguém póde escusar-se de o acompanhar. A causa é de todos: o Imperador a comprehendeu, e cumpriu um dever.

Dirijo-me a V. Exc., para que em tão inesperadas circunstâncias promova em alto grao o alistamento de voluntários da pátria, e ao mesmo tempo mande abrir o recrutamento em larga escala, conforme as ordens que deve receber pelos respectivos

¹⁴² Jornal A Constituição, Fortaleza, 27 de julho de 1865, Noticiário: Proclamação, p.2.

¹⁴³ Jornal O Cearense, Fortaleza, 30 de julho de 1865, Parte Oficial: Governo da Província, p.1.

ministérios. V. Exc. há de achar poderoso auxiliar no patriotismo da população dessa província.

*Deus guarde a V. Exc. — Marquez de Olinda. — Sr. presidente da província de ...*¹⁴⁴

Manipulando imagens e sentimentos, os discursos oficiais buscavam manter o moral da população elevado, de forma a não arrefecer as grandes ondas de voluntariado assinaladas no principiar dos combates, fruto, sobretudo, da presença de tropas paraguaias em território brasileiro, que causaram um grande clima de revolta e indignação detectado à época e disseminado na população de uma maneira geral. Em todo caso, buscava-se destacar o exemplo da atitude, distinguir o ato do imperador como sinal de desprendimento, coragem e consideração para com aqueles súditos que sofriam riscos na região do Rio Grande do Sul.

Assim, vejamos parte de um longo editorial publicado em agosto de 1865 pela imprensa conservadora da Província do Ceará, na figura do jornal *A Constituição*, que divulgava a causa da guerra e exaltava a atitude do monarca.

Posto que a nação inteira tenha dado sobejas provas de patriotismo, enviando todas as províncias a porfia innumeros voluntários aos campos de batalha, que se abrem risonhos e verdejantes de louros ás nossas armas lá onde o cacique dos paraguayos nos provoca; com tudo muito resta ainda á fazer para que os esforços empregados não sejam perdidos.

Convém que esses esforços se convertam em actos, que revelem ao mundo inteiro que a guerra, á que fomos arrastados, fundada como he no sagrado direito de defesa, nada mais tem em vista do que fazer o governo do Paraguay respeitar o direito internacional, e levar á aquellas paragens princípios de liberdade e civilisação, que ali não tem penetrado até hoje só pelo imperramento de seus detractores.

Para que esses esforços sejam bem dirigidos e aproveitados S. M. o imperador acaba de dar o heróico exemplo de ir em pessoa partilhar os perigos e as glórias da guerra.

Tão brilhante exemplo de abnegação não podendo deixar d'entusiasmar aos brasileiros, cumpre que a nação se mostre digna de tão cavalheiroso Monarcha, não arrefecendo um só momento a crusada de honra, que nos chama ao Parguary.

Em conclusão sentenciava o editorial:

¹⁴⁴ Jornal *A Constituição*, Fortaleza 19 de agosto de 1865, Parte Oficial: Ministério do Império: Circular aos presidentes das províncias, p.1.

A prova do patriotismo e abnegação, que o Sr. D. Pedro 2º acaba de dar á Nação, faz que não haja a menor distincção entre o soldado e o cidadão: um e outro devem confundir-se, quando acausa, q' defendem, he como actualmente, a da dignidade nacional, por amor da qual o monarcha, os soldados e os cidadãos sentem as mesmas pulsasões, animados pelo mesmo espirito, que lhes brada ás armas, ás armas, sublime voz do patriotismo e do dever, á que não são os cearenses, que serão surdos.

*Eia pois, Cearenses, ás armas! Os descendentes daquelles que com tanta galhardia expilliram os aguerridos Batavos, não podem temer bisonhos Paraguayos.*¹⁴⁵

Mais do que sagrar o ato do imperador como um feito de coragem, patriotismo e abnegação, o editorial proclamava a dívida e o dever do cearense para com a nação que o chamava em sua defesa, como um sinal de honra e distinção, visando com isso despertar uma força de ação e engajamento no esforço de guerra.

Podemos afirmar que durante o segundo semestre de 1865, houve uma íntima identificação entre o imperador e a guerra, rendendo grande popularidade para a sua imagem;¹⁴⁶ ao mesmo tempo em que se dava amplo destaque acerca da idéia e da imagem do monarca enquanto a materialização viva da pátria. A forma pela qual a gente comum do Império percebia a figura de D. Pedro II, também contribuiu decisivamente na utilização de sua imagem no processo de convocação para a guerra. A entremistura desses fatores, de uma forma geral, acabou gerando resultados extremamente exitosos, do ponto de vista do alistamento de voluntários, para o esforço de guerra. Apesar de estudar um período imediatamente posterior ao término da guerra, Ronaldo Pereira de Jesus nos oferece um rico quadro sobre essa questão em seu estudo acerca da apropriação da imagem do imperador D. Pedro II e do regime monárquico entre a gente comum da corte (escravos, mendigos, miseráveis, “desclassificados”, “vadios”, pequenos comerciantes, artesãos, operários, militares de baixa patente, funcionários públicos do baixo escalão, executores de “ofícios indignos”). De acordo com ele:

No reinado de Pedro II, as pessoas comuns concebiam o imperador, a família real e a coroa em conjunto, como uma instância

¹⁴⁵ Jornal A Constituição, Fortaleza, 3 de agosto de 1865, A Constituição: Ás armas, p.1.

¹⁴⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p.305.

*esclarecida, benevolente, justa e protetora. Algo a que recorriam na expectativa de obter ajuda para aliviar os infortúnios do cotidiano repleto de percalços, vivenciado pela maioria dos habitantes do império e, particularmente, por aqueles que residiam na cidade do Rio de Janeiro.*¹⁴⁷

Essa percepção era construída e reforçada por um conjunto de práticas oficiais do regime monárquico, simbólicas e ritualísticas, que conduziam a uma apreensão positiva da figura de D. Pedro II, que acabava personificando, para as pessoas comuns e grupos específicos da corte e do Império de uma maneira geral, a chance de materializar mecanismos de proteção, auxílio e inserção social. Obviamente, que as condições sociais da gente comum do Brasil imperial possuíam especificidades que geravam visões distintas da Monarquia e de relacionamento com a figura do monarca.

Analizando, por exemplo, uma série de súplicas¹⁴⁸, redigidas e enviadas pelos mais diferentes setores sociais da gente comum do Império ao imperador D. Pedro II, à família real e à coroa, que solicitavam *“desde um simples pedido de transferência de funcionário da coroa, até solicitações de favores especiais e autorizações para exploração de produtos e serviços na corte, por exemplo,*

¹⁴⁷ JESUS, Ronaldo Pereira. O Povo e a Monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). São Paulo: Tese de doutorado (História), USP/FFLCH, 2001, p.15.

¹⁴⁸ As súplicas são descritas por Ronaldo Pereira como um conjunto de cartas que eram *“enviadas por pessoas comuns ao imperador D. Pedro II, à família real e à coroa, eventualmente acompanhadas de documentação comprobatória das alegações do suplicante, memoriais e pareceres do mordomo imperial sobre o encaminhamento dos despachos. Em alguns casos encontramos anexados atestados de saúde, certificados de boa conduta ou de pobreza, assinados por autoridades de bairro (delegados e fiscais de quarteirão), médicos ou pessoas influentes da ‘boa sociedade’.*

As súplicas assim localizadas possuem uma estrutura textual padronizada que reproduz, em linhas gerais, a forma de qualquer requerimento que tramitava no aparelho administrativo da coroa. Todos os documentos obedecem à forma de tratamento que pautava a relação entre o ‘suplicante’, que formulava o requerimento, e o ‘suplicado’, no caso o monarca, um membro da família real ou a coroa. Alguns foram escritos de próprio punho e assinados. Há ainda registros redigidos por terceiros, familiares, amigos ou conhecidos dos suplicantes. Outros constituem cópias manuscritas, que se pretendem fiéis ao original, constando o nome do suplicante como se tivesse sido assinado. Em vários casos, as cartas aparecem com selos oficiais, dando a impressão de que precisavam ser registradas junto aos órgãos burocráticos administrativos para que chegassem ao mordomo mor e, posteriormente, ao conhecimento do imperador.

Todas as cartas seguem assim um padrão semelhante, por exemplo, ao dos pedidos de comutação de penas enviados para análise do monarca, ou ainda dos requerimentos de pensão encaminhados para o Ministério da Justiça por militares da reserva de todas as patentes”. Id. Ibidem. p.87-88.

enviadas por empresários e senhores escravistas”;¹⁴⁹ Ronaldo Pereira destaca que as mesmas são entrecortadas

*pelas impressões pessoais dos suplicantes quanto à figura do imperador, a Monarquia e a coroa. Mesmo os documentos mais restritos ao padrão de súplica, ainda que sutilmente às vezes, permitem que vislumbremos as representações daqueles que se dirigiam sobretudo ao monarca. Nos memoriais ficam ainda mais explícitas as concepções dos suplicantes e as estratégias de argumentação para a formulação dos pedidos.*¹⁵⁰

Nessa investigação das súplicas, uma questão percebida pelo historiador, é a de que uma boa parte dos suplicantes, em torno da metade, recorriam à coroa convictos “*de que seriam atendidos, provavelmente porque sentiam que D. Pedro II agiria como monarca justo, esclarecido, benevolente, protetor dos desvalidos etc., diante do relato de suas súplicas*”. Nesse sentido, predominava a firme certeza de que a “benevolência do imperador” seria suficiente para alcançar a ajuda e a atenção solicitada. Tal convicção levava em conta fundamentalmente “*a imagem e a auto-imagem mais acessível de D. Pedro II construída e consolidada ao longo do segundo reinado*”.¹⁵¹ Entretanto, uma outra parcela (segunda metade), a partir de seus argumentos legitimadores do merecimento das graças,

sustentavam uma visão da Monarquia levemente distinta, embora não excludente em relação à primeira. Deparamo-nos com um tipo de interpelação sustentada, digamos, por uma visão mais pragmática do imperador e da coroa, para além da visão algo singela e intimista que mediava a abordagem do monarca mecenas e “pai dos pobres”

Esta segunda metade de suplicantes (...), por sua vez, não confiava apenas e tão somente no que informavam as representações “vindas de cima”, ou oficiais, acerca do imperador. Pois, além de acreditarem implicitamente na “benevolência do monarca”, recolhiam argumentos mais sólidos para referendar suas súplicas. Em vários casos, tem-se a impressão de que se dirigiam ao monarca especialmente com o intuito apenas de esclarecer que mereciam o que estavam reivindicando, porque lhes parecia justo, mediante algum serviço prestado no passado ao Estado monárquico, por si próprios ou por familiares. Não se contentavam, portanto, simplesmente em pedir proteção imperial diante da adversidade, mas sim, chamavam a atenção do monarca e da coroa para a incoerência que seria deixar um antigo colaborador em situação de penúria.

¹⁴⁹ Id. Ibidem. pp.86-87.

¹⁵⁰ Id. Ibidem. p.89.

¹⁵¹ Id. Ibidem. p.112.

*Reivindicavam aquilo que lhes parecia de direito, não apenas implorando caridade.*¹⁵²

Na perspectiva desse segundo grupo, recorrer ao imperador significava solicitar a correção de uma injustiça cometida ou ponderação de algum lapso produzido tanto pela coroa como pela dinâmica social e política mais ampla. Um aspecto importante a ser ressaltado, é que parte considerável destas súplicas era advindas diretamente de indivíduos que serviram de alguma forma e em algum momento nas fileiras das tropas imperiais, ou indiretamente através de seus parentes, viúvas, filhos, irmãos, dentre outros.

Dessa maneira, Ronaldo Pereira ressalta:

via de regra, uma pequena parcela da gente comum tentou de maneira direta sensibilizar o poder monárquico em seu favor. Pertenciam ao grupo dos pequenos comerciantes, artesãos, executores de ofícios, soldados de baixa patente, funcionários públicos do baixo escalão e operários. Aparentemente, foram surpreendidos pela miséria, e então passaram a habitar as camadas mais periféricas do “mundo da ordem”. A partir daí, se posicionando diante da Monarquia sustentando dois tipos próximos mas distintos de atitude.

Um primeiro grupo, pretendeu escapar das penúrias da velhice, da pobreza e da falta de perspectiva de ascensão social (estudantes) acreditando na generosidade da figura do monarca simplesmente como lhes era apresentada. Outro grupo, no entanto, compunha-se de indivíduos que além de acreditarem na benevolência do imperador nutriam expectativas de ver reconhecidos, ainda que tardiamente por parte da coroa e do monarca, os serviços prestados à nação por eles ou por seus parentes e cônjuges (...).

*Os primeiros, certamente, se apegavam muito mais às representações do imperador mais comuns e amplamente difundidas nos rituais oficiais. A outra parcela, além disso, recorria ao imperador para conquistar alguma forma de inserção social e política, ou proteção econômica, diretamente ligada à atuação protetora do Estado, e que não pressupunha demandas relacionadas à conquista de direitos civis dentro da Monarquia constitucional ou, mais genericamente, à cidadania. Digamos, na ausência de um termo mais adequado, que buscavam algo semelhante à “estadania”, definida por José Murilo de Carvalho a partir de outro contexto.*¹⁵³

Sem dúvida que essa percepção social acerca do imperador, da coroa e da monarquia, da qual estamos tratando, é referente às apropriações da gente comum do Império. Entretanto, mesmo a elite escravista, que dialogava e

¹⁵² Id. Ibidem. pp.112-113.

¹⁵³ Id. Ibidem. pp.118-119.

inquiria o monarca e a coroa na posição de agentes distintos da “boa sociedade”, nunca enquanto “desvalidos” diante do “pai dos pobres”, solicitava a monarquia através de súplicas; obviamente que a percepção desse setor social era diferenciado, mediado, sobretudo, por uma complexa rede clientelista, marcada por um modelo de relação política entre diversos atores sociais, baseado na concessão de benefícios públicos, como empregos, benefícios fiscais, isenções, em contrapartida ao apoio político e social dado.¹⁵⁴ Assim:

Ao longo de todo século XIX, os proprietários rurais, os grandes comerciantes e a nascente classe média urbana estavam envolvidos no circuito político do clientelismo, onde havia uma profusão de pedidos de favorecimento ligados à burocracia centralizada que se implantava, especialmente, para a provisão de cargos na estrutura judiciária. De tal modo, os mecanismos de troca de favores, lealdade e domínio sobre a clientela, cuja origem de poder e prestígio assentava sua base na grande propriedade rural, consubstanciava uma rede política que integrava os proprietários escravistas, os presidentes de província, os deputados, os senadores e a coroa, esta última na qualidade de provedor maior dos cargos públicos. Nessa esfera sócio-econômica de atuação política, entre as cartas que circulavam, a rigor, embora houvesse pedidos, não havia “súplicas” similares àquelas que a gente comum encaminhava para o imperador.¹⁵⁵

Ou seja, mesmo em setores sociais extremamente distintos, a apropriação da imagem do monarca e da monarquia era permeada por uma áurea de provedor que deveria zelar pelo bem de seus súditos.

Assim, praticamente toda a ritualística das práticas do poder monárquico no Brasil estava assentada na perspectiva de transmissão dessa construção imagética de D. Pedro II, a saber, do monarca benevolente e zeloso de seu reino. Como bem detectou Georges Balandier, “[o poder] não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”.¹⁵⁶ Nesse sentido, a Monarquia, enquanto sistema político, parece

¹⁵⁴ CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: DADOS. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, n°2, pp.229-250, 1997, p.233.

¹⁵⁵ JESUS, Ronaldo Pereira. Op. Cit. p.122.

¹⁵⁶ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, 1982, p.7.

ser um dos regimes privilegiados na formalização e teatralização do poder político, através de símbolos e rituais.¹⁵⁷

Em nosso caso, de todo esse processo de constituição da imagem e auto-imagem do imperador, o que foi mais destacado e reforçado pelo ritual oficial foi o do monarca “pai dos pobres”.

A “transcrição pública” da Monarquia — delimitada pela performance formal e ritualizada da elite imperial, representada pela coroa, pela família real e, especialmente, por D. Pedro II — delineava a construção da imagem e auto-imagem do imperador como monarca órfão da nação, rei majestático, imperador tropical, mecenas do movimento romântico, rei cidadão e, posteriormente, mártir exilado e mito nacional. Neste nível, a Monarquia era representada como instância que contava com a simpatia popular e portadora do sentido de proteção e benevolência em relação a gente comum, em que D. Pedro II assumia a figura de rei bondoso, uma espécie de “pai dos pobres”.¹⁵⁸

O reforço então dessa simbologia, revigorava sensivelmente o poder monárquico e a aceitação popular do imperador. Se a percepção de D. Pedro II, enquanto uma espécie de “pai dos pobres”, fora consagrada durante boa parte de seu reinado, durante a guerra deu-se um grande destaque a tal imagem, reforçada pelo próprio monarca, que buscava se mostrar na forma de “pai” que protegia e defendia seus “filhos” (súditos). A esse respeito, vejamos a forma com que o imperador se dirigiu à população do Rio Grande ante a presença de tropas paraguaias na região.

Rio-Grandenses! Sem a menor provocação, é por ordem do governo do Paraguay invadido (sic) segunda vez o território de nossa pátria. Seja o nosso único pensamento o vingardes tamanha affronta, e todos nos ufanaremos cada vez mais do brio e denodo dos brasileiros.

A rapidez das comunicações entre a capital do império e a vossa província, permite a mim e a meus genros, meus novos filhos, presenciar vossos nobres feitos.

Rio-Grandenses! Fallo-vos como pai que zela a honra da família brasileira, estou certo de que procedereis como irmãos, que se amam ainda mais, quando qualquer delles soffre.

Palácio do Rio Grande, 16 de julho de 1865.

D. PEDRO SEGUNDO,— IMPERADOR Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil.¹⁵⁹

¹⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p.27.

¹⁵⁸ JESUS, Ronaldo Pereira. Op. Cit. p.274.

¹⁵⁹ Jornal A Constituição, Fortaleza, 19 de agosto de 1865, Viva a Nação brasileira, p.1.

Essa postura do monarca de se apresentar como responsável paterno de seus súditos, era alimentada por algumas características estruturais da sociedade brasileira do dezenove. A estrutura social pautada na dominação pessoal, exercida por uma pequena elite proprietária que alijava a grande maioria da população do processo político, restringindo a compreensão das relações político-sociais dessas pessoas à sua esfera de convivência pessoal e imediata, era uma delas, ao nutrir e consolidar *“uma cultura política popular em que as instituições monárquicas, tanto administrativas quanto de poder, confundiam-se com a pessoa do imperador, dos ministros, dos altos funcionários e dos políticos”*. A comunhão dessa conjuntura reforçava então *“a difusão da imagem de D. Pedro II como um monarca acessível e bondoso, preocupado com as demandas populares, inclusive dos escravos, perpetuando no nível institucional mais alto do império o padrão de personalidade referido aos poderes constituídos”*.¹⁶⁰ Outro aspecto importante a ser salientado, é que essas imagens do monarca bondoso, acessível e justo, faziam parte também, de uma longa linhagem de práticas e representações dinásticas que remontavam às tradições lusas do dezesseis e dezessete, onde *“o rei se imbuía da missão de encarnar o papel do ‘bom príncipe’, sempre preocupado e atento, velando pelo bem-estar dos súditos, premiando serviços e assegurando nas rendas — adágio que, na prática, sempre valeu mais para a elite do que para as pessoas comuns”*.¹⁶¹

Ao tempo da guerra a imagem do monarca acessível, zeloso e sensível à causa da pátria se misturava com a do guerreiro, do rei da guerra, enfim a do “voluntário número um”; sendo esta última a mais presente nas representações do imperador e amplamente difundidas nos rituais oficiais. Ao se trabalhar com essas percepções presentes no imaginário de uma boa parcela da população imperial, buscava-se amparar ainda mais a causa da guerra solicitando o engajamento da população através do exemplo daquele que teria todo o direito de não “se arriscar”.

¹⁶⁰ JESUS, Ronaldo Pereira. Op. Cit. p.272.

¹⁶¹ Id. Ibidem, pp.272-273.

O imperador que tinha o direito de ficar, de permanecer na capital do império, onde tão altos e relevantíssimos serviços estava a todas as horas de todos os dias prestando: o imperador que também tem filhos; o imperador arrancou-se á família, arrancou-se aos estremecidos cuidados do povo, não attendeu a conselhos, e voou para o theatro da guerra, onde não se esquivava a fadigas, nem se esquivará a perigos.

(...) Lá estão elles, o imperador e os príncipes, lá affrontarão elles perigos e morte, e ninguém no Brazil, nenhum, por mais alto que seja e que tenha subido, é da altura do Sr. D. Pedro II e dos Srs. conde d'Eu e duque de Saxe.

*Essa consideração é grandiosa, é sublime.*¹⁶²

Em editorial de 13 de agosto de 1865, o jornal *O Cearense* proclamava:

(...) Para coroar a obra da abnegação e do heroísmo da nação brasileira, o primeiro de seus representantes, o excelso monarca o Sr. D. Pedro II, o magnânimo, abandona as delícias da corte pelas fadigas do campo.

Em vão procura dissuadi-lo de seu nobre intento a prudência dos velhos conselheiros; a todas as suas reflexões responderá o augusto príncipe: «Lá onde sucumbem denodadamente tantos brasileiros, é posto que deve ocupar o defensor perpetuo do Brazil».

Palavras nobres, exemplo grandioso, sublime abnegação!

Se o imperador entendeu que o seu lugar de honra é lá onde sucumbem os brasileiros, os brasileiros entendem que seu posto de honra é lá onde, ao lado de seu augusto soberano, combatem os nossos irmãos em defeza da pátria commum.

*A nação se mostrará digna de seu príncipe.*¹⁶³

Apesar da forte idealização, presente na imprensa e na fala oficial, das ações do monarca no Rio Grande do Sul, a situação não fora tão idílica. De fato, a presença de D. Pedro II na região dinamizou as ações militares (culminando na capitulação das forças paraguaias comandadas por Estigarribia no Sul ante as tropas aliadas), animou o alistamento voluntário e serviu como forte propaganda da *causa belli*. Entretanto, também causou alguns inconvenientes para os militares brasileiros, provocando inclusive queixas do ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, expressas em correspondência com Nabuco de Araújo.

O ministro desapareceu, o imperador lança-se até aos menores detalhes e tudo atrapalha. Dispõe até dos meus oficiais de

¹⁶² Jornal *O Cearense*, Fortaleza 24 de agosto de 1865, Transcrição: do *Jornal do Comércio: A Guerra*, p.3.

¹⁶³ Jornal *O Cearense*, Fortaleza 13 de agosto de 1865, Cearense: editorial, p.3.

gabinete, dá ordens por via de De Lamare, e de qualquer modo. É teimoso e no cabo se arrepende. É impossível que eu resista.

*Tenho-me visto abarbadado com as exigências da comitiva imperial. Queriam para o imperador e para o príncipe arreios ricos de prata, querem para o Cabral, Meirelles e De Lamare arreios ricos de 300 a 400\$ cada um e querem tudo à custa do Ministério da Guerra. São exigências contínuas. Querem cavalos para todos e até revólveres para os criados.*¹⁶⁴

Obviamente que diante do estado de beligerância e das necessidades que a guerra impunha ao império, era mister divulgar positivamente as atitudes do imperador, através de uma forte idealização das ações de D. Pedro II na zona de guerra. No entanto, os inconvenientes relacionados às exigências do cerimonial real no cotidiano do acampamento militar, tornaram-se secundários diante de problemas muito mais sérios.

*O desdobramento da campanha, porém, se encarregaria de fazer dos episódios que circundavam o sítio e a rendição de Estigarribia em Uruguaiana uma espécie de síntese dos problemas enfrentados pelo império na Guerra da Tríplice Aliança, (...): a percepção do despreparo militar do Império, as tensões envolvidas na Tríplice Aliança e os riscos que ela envolvia para o prestígio interno e externo da monarquia. Mais ainda, diante do conjunto das forças aliadas, no sítio de Uruguaiana, a escravidão seria lançada em rosto do Império, perante a proximidade constrangedora do imperador.*¹⁶⁵

A dinâmica do conflito e os acontecimentos em Uruguaiana colocaram a monarquia em situação extremamente delicada ao constranger concretamente a escravidão do império brasileiro perante os aliados Republicanos. O próprio Paraguai satirizava e ridicularizava o exército brasileiro, representando-os em seus jornais como um bando de macacos com rabos e orelhas, por avolumar em suas fileiras soldados de cor. As circunstâncias da guerra também desnudaram a vulnerabilidade das defesas brasileiras, assim como a fragilidade militar do império, além da dependência para com o “aliado recente (mas adversário histórico) para expulsar o invasor de seu território”. Por fim, “por um fio, o imperador foi poupado de presenciar um general (e chefe de Estado) republicano comandando a libertação de uma porção do território do

¹⁶⁴ APUD COSTA, Wilma Peres. Op. Cit. pp.173-174.

¹⁶⁵ COSTA, Wilma Peres. Op. Cit. p.174.

Império, a das missões, sobre a qual subsistiam litígios entre o Brasil e as repúblicas do Prata".¹⁶⁶

Dessa maneira, de uma forma geral, a boa imagem e popularidade do imperador D. Pedro II, assim como a presença de tropas paraguaias em território brasileiro, contribuiu sensivelmente no processo de conclamação inicial à guerra. Contudo, no saldo final, ao fim da guerra, a imagem do imperador não saiu sem máculas. Foi, inclusive, responsabilizado pelo desgastante prolongamento da guerra, que acarretou uma desatenção para com reformas internas que se faziam necessárias e no alto endividamento do império, além do aumento das pressões pelo fim da escravidão. Essa negligência acabou por impossibilitar, por exemplo, as indenizações reivindicadas pelos grandes proprietários de escravos, quando da abolição da escravidão, assim como a promoção de reformas que fossem capazes de conciliar nas estruturas de poder os interesses sociais de setores emergentes (camadas médias urbanas e fazendeiros de café do oeste paulista). Por fim, *"foi o Exército, que o Estado imperial estruturara durante a guerra do Paraguai em padrões modernos de organização e de armamento, o instrumento que pôs fim à Monarquia com o golpe de 15 de novembro de 1889"*.¹⁶⁷

Nessa perspectiva, se por um lado, como já tratamos anteriormente, o imperador gozava de boa imagem e reputação perante a gente comum do império, referendado por uma "transcrição pública" oficial ritualizada que privilegiava a construção de uma apreensão positiva do monarca; por outro, havia também, por trás dessas construções imagéticas e ideológicas, um discurso de poder e dominação.

*A "transcrição oculta" da Monarquia — igualmente definida a partir da atuação da elite imperial representada pela coroa, pela família real e por D. Pedro II —, embora menos evidente no discurso público e cada vez menos sustentada formalmente, (...), permitiu que, ao longo do século XIX, os grandes comerciantes e proprietários escravistas cuidassem da manutenção de um projeto social que dependia da contínua subordinação e exclusão — material, política e cultural — da imensa maioria da população do império.*¹⁶⁸

¹⁶⁶ Id. Ibidem. p.185.

¹⁶⁷ DORATTIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O Conflito com o Paraguai: A Grande Guerra do Brasil*. (Série Princípios). São Paulo: Ática, 1996, pp.7-8.

¹⁶⁸ JESUS, Ronaldo Pereira. Op. Cit. p.276.

Tal estrutura de exclusão provocava uma oscilação, “*um duplo vetor*”, na apreensão da imagem do rei e da Monarquia por parte da população, ou seja, simultaneamente a consolidação da idéia do monarca benevolente, atencioso, esclarecido, “pai dos pobres” e justo, caminhava também um conjunto de

práticas e representações formuladas pela gente comum que evidenciavam o afastamento, a aparente apatia e o pragmatismo diante do imperador, da família real, da coroa e do regime monárquico, delineando uma cultura política popular marcada, especialmente, pela indiferença diante da Monarquia.

*Assim sendo, tanto nas iniciativas individuais como nas tentativas coletivas da gente comum de buscar a colaboração e a proteção de D. Pedro II, da família real e da coroa, observamos a convivência entre dois tipos de visões da Monarquia, formando um duplo vetor.*¹⁶⁹

Sem dúvida que no primeiro ano da guerra prevaleceu a imagem positiva do imperador e de suas atitudes frente à presença paraguaia em território brasileiro, contribuindo para os altos índices de alistamento voluntário assinalados no ano de 1865. No entanto, o prolongamento da guerra e a conseqüente diminuição da apresentação voluntária de soldados desencadearam a intensificação maciça das práticas do recrutamento forçado por parte das autoridades militares imperiais. Rapidamente esse fato se traduziu numa aguerrida resistência da população contra o recrutamento e a percepção de que o “débito” da guerra recairia sobre os setores mais desprotegidos da sociedade brasileira. Ao fim do primeiro ano de guerra, após a expulsão das tropas paraguaias do território brasileiro, o alistamento voluntário praticamente desapareceu, o que é facilmente detectado nas estatísticas da composição dos contingentes mobilizados durante os quase seis anos de conflito. Nos anos seguintes, a resistência ao recrutamento, assim como a crítica à guerra, caminhou num contínuo crescente.

¹⁶⁹ Id. Ibidem. pp.273-274.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DOS CONTINGENTES CEARENSES

As minhas diligências forão todas frustadas.

*Com a chegada da força a esta cidade, se retirarão todas as pessoas q' estão nas condições do recrutamento, e o mesmo acontece nas diversas localidades desta comarca.*¹⁷⁰

2.1 O Recrutamento militar no Brasil Império: algumas considerações.

Arregimentar homens para o serviço das armas no Brasil não era tarefa fácil. O recrutamento militar, desde o período colonial adentrando ao Império, era descrito como uma verdadeira “caçada humana” na expressão consagrada por H. Handelmann.¹⁷¹ De um lado atuava o agente recrutador, que procurava se utilizar de todos os mecanismos disponíveis para arregimentar soldados para as forças militares, e de outro o possível recrutado, que desenvolvia uma série de artimanhas para fugir e se esquivar do serviço militar.¹⁷² Realizar o recrutamento significava adentrar em uma seara regida por uma série de

¹⁷⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional (Fortaleza). Série: Ofícios Expedidos (1864-1869). Do Q^{el} da força em comissam na cidade do Icó, 21 de Dezembro de 1866; Ofício do Ten^e C^{el} Com^e Jose Nunes Mello dirigido ao Presidente da Província Dr. João de Souza Mello e Alvim.

¹⁷¹ “... e o recrutamento toma (...) a feição de formal caçada ao homem, pelo que as autoridades subalternas se aproveitam, muitas vezes, da oportunidade para satisfazerem os seus ódios particulares, e desejo de vingança e cobiça, lesando a lei”. HANDELMANN, Henrique. *História do Brasil*. APUD SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p.130.

¹⁷² Alguns trabalhos de referência acerca do recrutamento militar no Brasil colonial e imperial, ver CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit. Especialmente os caps. 1, 2, 3, 4, 5 e 7. KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos*, Maringá, v.3, n3. pp.113-151, 1999. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.38, pp.81-96, out. de 1998.

regras formais e informais, cuja não observância e domínio da norma legal e da “astúcia” que envolviam este processo era determinante para o sucesso ou insucesso da empreitada. A questão que já era complicada em períodos de paz se tornou ainda mais explosiva e delicada no período da Guerra contra o Paraguai, diante das proporções que o estado de beligerância tomava e das necessidades que o conflito demandava do governo imperial.

O esforço de guerra desencadeado em todo o território brasileiro conclamava a população em geral a empunhar armas em defesa da pátria invadida por forças estrangeiras. O conflito *“imprimiu a necessidade de implementação de uma organização bélica nunca antes empreendida pelo governo imperial, obrigando-o a recrutar e armar homens em larga escala”*, o que deu grande relevo institucional ao Exército naquele momento.¹⁷³

Inicialmente, o clima favorável pró-guerra obteve grande êxito na arregimentação das primeiras forças a serem organizadas com vistas a auxiliar as tropas de linha em combate contra as forças paraguaias em território nacional. Entretanto, a guerra que se acreditava ser breve e de vitória fácil, estendeu-se por mais de cinco anos provocando grande desgaste ao regime monárquico. A historiografia brasileira apresenta uma série de questões como fundamentais para se compreender o alongamento da guerra. Dentre elas, a dificuldade de arregimentar as forças necessárias para o esforço de guerra é entendida como:

*(...) fator que contribuiu para prolongar o que inicialmente parecia ser um “breve conflito”. Apesar do concurso inicial de milhares de voluntários, gradativamente as fileiras do Exército brasileiro foram sendo preenchidas por escravos libertos, índios, criminosos comuns, migrantes rurais e pobres das cidades. Além disso, a falta de condições sanitárias, transporte adequado, provisões, treinamento militar conveniente e o completo desconhecimento do terreno prejudicaram os “esforços aliados”.*¹⁷⁴

Se no primeiro ano de hostilidades o processo de recrutamento transcorreu com certo apoio popular — mesmo já existindo resistências e

¹⁷³ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p.85.

¹⁷⁴ Id. Ibidem., p.87.

conflitos — a partir de 1866 a situação se deteriorará vertiginosamente tornando a situação extremamente delicada.

Os impasses e dificuldades, que norteavam a prática de arregimentação de homens para as forças militares no Brasil Império, vinham de longa data e tinham raízes fincadas em algumas características de nossa formação histórica, especialmente no tocante à militar.

Em uma asserção acerca do processo de ocupação da América portuguesa, Raymundo Faoro relata que “*a terra se consolida nas mãos do português por via da força armada — é a conquista*”.¹⁷⁵ Podemos inserir esta assertiva num quadro geral que vem se tornando uma referência primordial nos mais recentes estudos da chamada *História Social Militar* do Brasil ou *Nova História Militar Brasileira*, que é a *militarização do cotidiano*¹⁷⁶ — no caso do Brasil colônia — presente na vida dos grupamentos sociais que conquistaram e ocuparam o território da colônia portuguesa na América. As características da dinâmica da ocupação, do povoamento e da produção exigiam do colono um caráter guerreiro.

*A empresa de ocupação e povoamento era uma empresa militar inequívoca, revestia-se necessariamente de sentido militar, e não podia deixar de ser assim. Os particulares estavam, dessa forma, sujeitos às eventualidades da luta armada e não apenas por força de disposições da legislação vigente, mas por força de suas próprias necessidades, das exigências do meio.*¹⁷⁷

Nesse sentido, é bastante sintomático que o marco inaugural de uma legislação militar no Brasil colonial seja justamente o foral de Duarte Coelho, de 24 de setembro de 1534, e o Regimento do Governador-Geral do Brasil de Tomé de Souza (dezembro de 1548).¹⁷⁸

Nas Cartas de Doação e nos Forais estavam estabelecidos os deveres e direitos dos donatários e do Estado, sendo os mesmos reguladores, inicialmente, da ordem jurídica do sistema, juntamente com as Ordenações do Reino (código manuelino).¹⁷⁹ As diretrizes presentes nos regimentos e forais

¹⁷⁵ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 16 ed. São Paulo: Global, 2004, p.189.

¹⁷⁶ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit. Especialmente os caps. 1, 2 e 3

¹⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. p.25.

¹⁷⁸ Idem, ibidem.

¹⁷⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p.24.

estão embebidos de questões não só referentes à administração, à aplicação de leis, ao povoamento e à economia, mas também de elementos eminentemente militares. Além da delegação de poderes e atribuições civis aos donatários, a Coroa portuguesa delegava também deveres de ordem militar, como defesa do território e propriedades da coroa, apresentando-se dessa forma ao mesmo tempo como governadores e capitães, tendo o comando militar e o direito de alistar colonos e formar milícias.¹⁸⁰ Em uma das disposições do foral de Duarte Coelho — donatário da capitania de Pernambuco — era determinado que “os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir nela com o capitão se lhe necessário for”.¹⁸¹

Dentre os inúmeros problemas e dificuldades que levaram ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, estava a grande dificuldade em se estabelecer e estruturar mecanismos de defesa¹⁸² eficientes no processo de ocupação e conquista. Em carta de dezembro de 1546, dirigida a El-Rei, Duarte Coelho argumentava: “(...) quem senhor terá tanto dinheiro para a pólvora e pilôros, artilharia e armas e as outras coisas necessárias (...)”.¹⁸³ Em 1548, o donatário da Bahia juntamente com seus colonos são mortos após um levante dos tupinambás, o que levou o rei a intervir nomeando Tomé de Souza governador-geral.¹⁸⁴ Dessa forma, diante das circunstâncias e do caráter guerreiro e militar que a empresa colonial demandava da coroa e dos colonizadores, as disposições regimentais do Governador-Geral tiveram um caráter essencialmente militar.¹⁸⁵

O governador deveria, no exercício de suas atribuições, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento das novas terras, para o que contava com a armada, gente, artilharia, armas e munição, e tudo o mais que fosse necessário. Cumpria, antes de mais nada, fortificar as

¹⁸⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. p.18.

¹⁸¹ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2002, V 1 (Formação Nacional), p.155.

¹⁸² “A norma adotada para a defesa das povoações ou vilas recém-fundadas consistia no estabelecimento de trincheira para o lado de terra e fortaleza e redutos para a frente do mar”. MAIA, Prado. *A Marinha de guerra do Brasil na colônia e no império (tentativa de reconstituição histórica)*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1965, p.14.

¹⁸³ APUD SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Conquista e Colonização da América portuguesa (o Brasil colônia — 1500)* In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.32.

¹⁸⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. Cit. p.33.

¹⁸⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. p.20.

*barras e os portos de acesso às praças de comércio. Contudo, para além do enquadramento das tropas regulares, que garantiam basicamente a resposta às outras forças organizadas no contexto de disputa interimperial que se esboçava no Atlântico Sul, o governador deveria castigar as tribos ‘rebeladas’ ou arredias, assim como impedir os distúrbios iminentes à violenta sociedade escravista em gestação.*¹⁸⁶

Assim, o regimento determinava “ser por bem” que moradores, senhores de engenho e capitães das capitanias estivessem munidos de artilharia, munições, armas ofensivas e defensivas dentre outros.¹⁸⁷

Nessa perspectiva, segundo Faoro, estava lançada daquele momento em diante a estrutura militar básica do Brasil por três séculos, com “as fortalezas, guarnecidas de soldados profissionais, e as tropas territoriais, as companhias de ordenança, mais tarde confundidas e, afinal, discriminadas das milícias”.¹⁸⁸

O fato de a ocupação portuguesa exigir um esforço armado, de vigilância e mobilização permanente dos colonos, seja em confronto com os índios ou corsários, fez com que nos dois séculos iniciais da colonização do Brasil, os Corpos de Ordenança se tornassem a organização mais abrangente e estável, já que cabia aos povoadores a composição e organização dessa força.¹⁸⁹ As ordenanças juntamente com as tropas auxiliares tiveram um papel bastante relevante na administração colonial, seja como um braço da administração, seja como instrumento de ordem, disciplina e controle social na Colônia.¹⁹⁰

*Em outros termos, tais corpos militares constituir-se-ão, (...), em centros de poder local ou periférico, isto é, em canal de encontro e colaboração entre centro metropolitano e as comunidades locais, bem como de negociação de conflitos e divergências, também estes inerentes à densa rede de relações existentes entre aqueles níveis de poder.*¹⁹¹

¹⁸⁶ PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit. Cap. 1, p.43.

¹⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. p.20.

¹⁸⁸ FAORO, Raymundo. Op. Cit. p.190

¹⁸⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. p.25.

¹⁹⁰ MELLO, Cristiane F. Pagano de. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit., p.68.

¹⁹¹ Id. Ibidem. p.68.

Essa dispersão de forças militares nas mãos de particulares nos 150 anos iniciais da colonização, começou a ser revertida com o descobrimento das primeiras jazidas de ouro na região das Minas Gerais em fins do século XVII. Paulatinamente a coroa portuguesa passou a reforçar sua capacidade de tributação, especialmente através do policiamento de evasões fiscais na região mineradora. Isso significava chamar para si as atribuições coercitivas. Assim, *“tais circunstâncias obrigavam a uma forte concentração do poder público, em contraste com a sua debilidade e a sua dispersão dos dois primeiros séculos”*.¹⁹²

*Na medida em que o poder metropolitano vai retomando tudo o que delegara em fase anterior, quando da repartição dos poderes, reunindo nas mãos de seus mandatários ou de elementos de autoridade e de força que os cercam todas as prerrogativas, tende a desaparecer aquela organização natural que foram as Ordenanças, ou são relegadas a uma função secundária. Milícias e tropa regular ocupam, pouco a pouco, as funções militares. A ordem privada cede lugar e, com isso, a classe dominante colonial, a que estava ligada a organização das Ordenanças, começa a ser despojada de representação militar e de tudo o que isto significa.*¹⁹³

Apesar disso, as tentativas do Estado português de buscar monopolizar, de assumir, o controle exclusivo das forças militares coloniais esbarrava numa questão prática que era a ausência de recursos para efetivamente formar e sustentar grande quantidade de tropas de linha profissionais na colônia.¹⁹⁴

Dessa maneira, a estrutura militar das forças terrestres do Brasil colonial no século XVIII era segmentada em três grandes grupos: a tropa de linha, as milícias e os corpos de ordenança.

A tropa de linha era a força regular e profissional que deveria estar sempre a postos nas armas. Sua composição era predominantemente advinda dos regimentos portugueses e, em caso de necessidade de complementação de efetivos, procedia-se o engajamento na própria colônia.¹⁹⁵ As milícias

¹⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. p.47.

¹⁹³ Id. Ibidem. p.48.

¹⁹⁴ Id. Ibidem. p.49.

¹⁹⁵ No caso específico das tropas de linha, Prado Jr. frisa que, em princípio, só indivíduos brancos deveriam ser alistados. Entretanto, chama a atenção para uma certa tolerância com os desvios dessa norma em vista da composição racial da população colonial brasileira. Mesmo assim, pretos e mulatos muito escuros eram excluídos. Sobre a arregimentação para a mesma,

representavam a segunda linha de tropas (auxiliares); era uma categoria não remunerada e sua composição se dava a partir do recrutamento obrigatório na população colonial (especialmente homens válidos e em sua maioria casados). E por fim os corpos de ordenança, que representavam a terceira linha das forças militares coloniais. Eram compostos pelo restante da população masculina militarmente útil com idade entre 18 e 60 anos que não estivesse alistada na tropa de linha ou nas forças milicianas e sem dispensa especial do serviço militar.¹⁹⁶ Dessas forças militares, as ordenanças e as auxiliares serão as de maior relevo e importância por serem a de maior penetração na dinâmica social, administrativa e militar da sociedade brasileira dos oitocentos.

Sem querer me delongar mais nessas considerações, o que estou querendo frisar com isso é a questão da dependência do Estado português para com os particulares no processo de arregimentação, estruturação e organização de forças militares no Brasil Colônia.¹⁹⁷ Apesar dos intentos da coroa de assumir para si o papel de agente exclusivo na construção do monopólio da violência, as barreiras de ordem financeira e a estrutura formada na organização da empresa colonial tornaram tal empreitada extremamente difícil. Mesmo com o enfraquecimento das Ordenanças, a coroa portuguesa recorria constantemente às milícias para complementar suas tropas de linha quando necessário.

Nessa perspectiva, recrutar soldados para as tropas terrestres no Brasil colonial e adentrando ao período imperial, significava estabelecer uma complexa trama de negociação com os notáveis locais espalhados pelo território nacional.

Dito isso, e voltando a frisar, um aspecto crucial para compreendermos o caráter melindroso do recrutamento no Brasil dos oitocentos e novecentos era a quase que total dependência dos agentes estatais para com os particulares no processo de arregimentação de soldados. Esta situação

além do diminuto número de voluntários que se apresentavam, existia também o alistamento forçado de criminosos, vadios e outros meliantes da qual se queriam ver livres. PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977, p310

¹⁹⁶ Idem, pp.310-312.

¹⁹⁷ Para aprofundar essas questões, ver esses dois excelentes artigos: MELLO, Cristiane F. Pagano de. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais; e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses miseráveis delinqüentes": desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). Op. Cit. Capítulos 2 e 3 respectivamente.

significava influir na dinâmica social, econômica e política dos potentados locais da sociedade brasileira colonial e imperial. De acordo com Fábio Faria Mendes:

*O recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX fez-se acompanhar de uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos. Ao contrário do que faria supor a trivialidade da experiência atual com as modernas formas de serviço militar, a distribuição dos encargos do serviço das armas foi, na Colônia e no Império, questão potencialmente explosiva (...).*¹⁹⁸

A referência que o autor faz a “*uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos*”, envolvendo o recrutamento no Brasil dos séculos XVIII e XIX, estava relacionada a uma dupla combinação institucional entre: a) “*administração honorária* com b) *ordens de privilégio*”, que seriam determinantes na conformação dos contornos do recrutamento. Dessa maneira, o ato de recrutar (práticas) refletiria o baixo grau de burocratização do Estado e sua dependência para com formas litúrgicas¹⁹⁹ de governança. Essa combinação produziria um alto grau de dependência da Coroa portuguesa e, posteriormente, do Estado imperial, para com os notáveis locais “*em razão da precariedade das bases materiais e morais da administração patrimonial*”. Outro aspecto de grande relevo seria a formação de “*uma extensa rede de privilégios, imunidades e isenções à volta do recrutamento*” que estavam inseridas numa “*economia moral de regras não-escritas*” que governava as práticas do recrutamento, “*numa série de compromissos com as elites locais e com concepções enraizadas de uma distribuição adequada dos encargos*” que se materializava numa “*luta constante para impor, evitar ou transferir a outros os encargos do serviço militar*”.²⁰⁰ Assim, o recrutamento se desenvolveria numa constante tensão e conflito entre um conjunto de encargos, privilégios e direitos arraigados na experiência histórica e social dos atores sociais

¹⁹⁸ MENDES, Fábio Faria. Op. Cit., pp.111-112.

¹⁹⁹ Em nota explicativa, Faria Mendes explica o termo Liturgia: “O conceito de *liturgia* é de inspiração weberiana. Entendemos por liturgias formas de prestação de serviços administrativos por notáveis locais com seus próprios recursos, não-remuneradas e voluntárias. Sua prática administrativa caracteriza-se pelo diletantismo, pela mobilização do prestígio pessoal, pelo domínio dos processos orais e pela busca constante de resultados consensuais negociados. As diretivas do poder central serão objeto de contínua tradução local pelos notáveis”. (grifo do autor). Id. Ibidem, p.112, nota 2.

²⁰⁰ Id. Ibidem.

envolvidos direta e indiretamente nas práticas de arregimentação militar do Brasil dos períodos — setecentos e oitocentos.

Essa visão é congruente em muitos aspectos com a perspectiva estabelecida por Hendrik Kraay²⁰¹ para o entendimento do recrutamento militar no Brasil imperial. Para Kraay, a linguagem que permeava o recrutamento no Brasil do dezenove estava envolta de adjetivos que conotavam seu caráter violento e coercitivo. Sendo, na visão do historiador canadense, as práticas do mesmo governadas por um complexo conjunto de regras não escritas, entendendo-o como um sistema do qual Estado, classe de senhores de terras, escravos e parte significativa dos homens pobres, contribuíam e tiravam benefícios. Contudo, as práticas que se apresentavam enquanto legítimas em tempos de paz, poderiam se deteriorar rapidamente em caso de conflitos armados.

*Uma densa rede de ligações entre patronos e clientes nos três grupos guiou e constrangeu um sistema de recrutamento “legítimo” em tempo de paz, o que suscitou pouco mais do que oposição retórica, senão, claro, dos poucos infelizes alistados nas Forças Armadas. Tempo de guerra requeria expansão militar, trazendo dúvidas sobre quem deveria servir, e forçava patrões e clientes a abandonar seus deveres habituais.*²⁰²

Dessa forma, estudando e analisando as características militares e as práticas do recrutamento no Brasil colonial (especialmente o século XVIII) e Imperial é possível detectar uma série de permanências em suas estruturas fundamentais como: formas de arregimentação, relações entre poderes local e central, resistências e fuga dos recrutados, norma e desvio dentre outros. Os constrangimentos e dificuldades que se apresentaram nas práticas do recrutamento militar no Brasil Império, que como buscamos mostrar sumariamente tinham raízes em nossa formação militar colonial, assumiram formas dramáticas no período da guerra com o Paraguai, ganhando mais visibilidade social devido à abrangência do esforço de guerra. Entretanto, tais dificuldades não eram de forma alguma problemas exclusivos do período da guerra, mas problemas recorrentes na formação histórica militar brasileira.

²⁰¹ KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos*, Maringá, v.3, n3. pp.113-151, 1999.

²⁰² Idem, pp.114-115.

2.2 A formação dos contingentes voluntários na Província do Ceará.

O recrutamento militar para as forças terrestres e navais no Brasil ao período da guerra com o Paraguai foi sentido em escala nacional e mobilizou praticamente todas as autoridades públicas provinciais do Império.

No caso da Província do Ceará, estabelecer o número de cearenses enviados para o combate não é tarefa fácil. Sobre essa questão, os dados mais seguros para tal cálculo são os fornecidos pelos *Relatórios de Presidente de Província do Ceará*. É muito difícil realizar esta mensuração, com um mínimo de segurança, a partir dos dados incompletos e dispersos presentes na documentação primária, como os ofícios expedidos pelos comandantes da guarda nacional e comissões de recrutamento, ofícios da secretaria de polícia, notícias dos jornais locais dentre outros.

A fala do Presidente na abertura dos trabalhos legislativos da província cearense de setembro de 1870 totalizava um montante de 5.769 soldados, incluindo-se nesse total os indivíduos enviados para o Exército e Armada, ou seja, Guardas Nacionais designados, Voluntários da Pátria, Recrutas e Aprendizes Marinheiros. Doratioto em seu livro *Maldita Guerra*²⁰³, com base nos números da obra do General Paulo Queiroz Duarte²⁰⁴, apresenta um número ligeiramente inferior de 5.648 homens colocando a Província do Ceará na 7ª posição em número de contingentes enviados para a guerra. É um número bastante significativo tendo em vista que outras províncias muito mais populosas como Minas Gerais enviaram menor número de contingentes. Minas que enviou 4.090 homens, por exemplo, contava com uma população de 1.600.000 habitantes em 1867²⁰⁵, o triplo da população cearense que para o quinquênio (1865-1870) foi estimada em 500 mil habitantes²⁰⁶. Uma possível explicação para tal disparidade, pode estar no fato de que regiões como Minas

²⁰³ DORATIOTO, Francisco F. M. Op. Cit. p. 460.

²⁰⁴ DUARTE, general Paulo Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, vol. I, 1981, p. 218.

²⁰⁵ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Série Estatísticas Retrospectivas – V3). *Estatísticas Históricas do Brasil (Séries econômicas, demográficas e sociais – de 1550 a 1987)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987, p.29.

²⁰⁶ SOUZA, Euzébio. Op. Cit. p.133.

Gerais, era um centro econômico do Império, contando com grande quantidade de escravos, provocando resistência das oligarquias locais em dispensar grande contingente de guardas nacionais a fim de evitar o enfraquecimento militar, tendo em vista o medo constante de rebeliões de escravos.²⁰⁷

Estamos tratando do caso da província do Ceará, mas de uma forma geral a região Norte do Império (que incluía a região do atual Nordeste) foi uma das principais “fornecedoras” de tropas para a guerra²⁰⁸. Segundo Evaldo Cabral de Mello:

Em todas as categorias (voluntários da pátria, guardas nacionais, recrutas e libertos) as províncias setentrionais haviam contribuído com um quinhão superior ao das meridionais. Pelo que respeitava aos voluntários, o Norte 56%, o Sul 27%, a Corte 17%; quanto aos guardas nacionais, 53% de nortistas, 41% de sulistas, 6% de habitantes da Corte; no tocante aos recrutas e substitutos, percentagens respectivamente de 53%, 43% e 7%.²⁰⁹

Corroborando ainda mais essa questão, podemos observar a seguir, na tabela 3, a arregimentação maciça, no período de janeiro de 1867 a abril de 1868, de indivíduos da região norte e “nordeste” do Império.

TABELA 3
Distribuição Regional dos Indivíduos Alistados entre Janeiro de 1867 e Abril de 1868

<u>Norte</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Centro-oeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Sudeste</u>	TOTAL
775	8.879	14	566	4.425	14.649
5,2%	60%	0,1%	4,4%	30,2%	100%

FONTE: Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra (1868). APUD IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p.89.

²⁰⁷ Ver COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 234-235.

²⁰⁸ Esses soldados sofreram bastante “com a mudança rápida de temperatura, de um ambiente quente para um frio intenso que caracteriza o inverno no Rio da Prata. Sem receberem roupas adequadas, quase todos os quatrocentos soldados de um batalhão vindo do Pará morreram de frio”. DORATIOTO, Francisco F. M. Op. Cit. p. 117.

²⁰⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império – 1871-1889*. 2ed. Recife: Nova Fronteira, 1985, p.25. APUD RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit., p.152 (nota de referência nº301).

Vitor Izecksohn apresenta duas notas explicativas à sua tabela: nota 1: “As regiões se encontram divididas conforme a distribuição atual, por estados; nota 2: “Há uma pequena disparidade entre o total por mim auferido, de 14.649 indivíduos alistados, e o total de 15.000 disposto no referido relatório”.

O esforço de arregimentação na província cearense transcorreu em um clima bastante tenso e conflituoso, seja entre as autoridades públicas e a população em geral, passando por conflitos entre autoridades públicas e notáveis locais até confrontos entre facções políticas em disputa na província.

Assim como todas as províncias do Império, a cearense teve que concorrer para a guerra com a formação, organização e destacamento de várias forças militares para reforçar o Exército de linha em confronto com tropas paraguaias. A província do Ceará recrutou e remeteu para a corte conforme as disposições do governo imperial, principalmente Voluntários da Pátria, Corpos de Polícia, Guardas Nacionais designados, recrutas para o Exército e recrutas para a Armada. Além desses, houve também, o envio, apesar de diminuto, de cativos libertos alistados e enviados para a Corte.²¹⁰

No primeiro ano de guerra, os Corpos de Voluntários da Pátria compuseram a imensa maioria dos contingentes remetidos pelo Ceará para o Exército. De uma forma geral, essa foi também uma regra para o caso das outras províncias do Império. Em boa parte das estatísticas os Corpos de Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais designados, assim como os recrutas arregimentados para o Exército, aparecem com destaque como os maiores provedores de soldados para as tropas terrestres brasileiras; entretanto, é preciso chamar a atenção e estar ciente, também, da grande presença de cativos libertos e escravos fugidos que foram incorporados às fileiras das tropas terrestres e navais.

Como vimos em outra ocasião, o período inicial da guerra foi marcado na província cearense, assim como em todo Império, por uma grande mobilização e comoção social, o que favoreceu a formação rapidamente de corpos de voluntários na província com um número considerável de indivíduos, compondo o 26º Corpo de Voluntários da Pátria. Os corpos de voluntários

²¹⁰ A fala do Presidente da Província na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, de 1º de Novembro de 1868, registra um total de 364 libertos, p.19. Um outro aspecto importante acerca da mobilização militar para a guerra na província, foi o esforço empreendido por estas paragens no recrutamento de jovens adolescentes na Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará para tripular os vasos de guerra brasileiros em ação na Bacia do Prata. As várias companhias espalhadas ao longo de cidades litorâneas do Império funcionavam como espécie de casas correcionais à época para crianças órfãs, desvalidas e outras com problemas de delinquência. Entretanto, no período da guerra, a necessidade de tripular o mais rápido possível e repor as baixas da Armada, fez com que o governo imperial decidisse, sem parcimônia, pela utilização de jovens dessa instituição para resolver o problema do preenchimento das vagas em aberto. Nos deteremos sobre essa questão adiante.

foram criados pelo Decreto imperial nº 3371 de 7 de janeiro de 1865. No parágrafo inicial do decreto estava expresso:

*Attendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o paiz, e a urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do corpo legislativo todas as providências para a sustentação no interior da honra e integridade do Império, e tendo ouvido o meu conselho de ministros, hei por bem decretar.*²¹¹

Ao longo de 15 artigos o governo imperial estabelecia uma série de vantagens e condições para aqueles cidadãos em idade entre 18 e 50 anos que quisessem se alistar voluntariamente para o serviço da guerra. As disposições eram válidas também para guardas nacionais que por ventura quisessem se incorporar.²¹² Tal expediente, assim como o Decreto nº3.383 de 21 de janeiro que mandava destacar 14.796 guardas nacionais para a guerra, buscava chamar para as fileiras das tropas brasileiras:

*(...) aqueles setores da população livre que até então estivera fora do alcance do recrutamento militar, que atingia sistematicamente apenas as camadas mais pobres e desprotegidas da população. O meio escolhido, a atribuição de nítidas vantagens materiais e simbólicas em relação às forças de linha, destinava-se, provavelmente, a vencer a repugnância que o serviço militar inspirava às camadas médias (...).*²¹³

A emissão destes dois decretos, o de nº 3371 (criação dos corpos de voluntários) e o de nº3.383 (destacando guardas nacionais), foram as principais medidas tomadas no principiar da guerra, visando complementar, na maior brevidade, os contingentes necessários para o Exército. Inicialmente, dentro do movimento de expansão nacional do esforço de guerra, os dois decretos foram importantes instrumentos legais para a prática do recrutamento, especialmente em um período de grande arregimentação e remessa de tropas para o Paraguai, como observamos na tabela 4.

²¹¹ Jornal O Cearense, Fortaleza, 2 de fevereiro de 1865, Parte Oficial 1ª página.

²¹² Em passagem de revista à Guarda Nacional de Fortaleza às vésperas do embarque do 1º corpo de voluntários do Ceará para o sul, o Ten.-cel. José Nunes de Melo fez questão de divulgar as vantagens que o decreto oferecia aqueles guardas que estivessem interessados em se incorporar à tais corpos. SOUZA, Eusébio. Op. Cit. pp.139-141.

²¹³ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.229.

TABELA 4
**Relação de Todas as Tropas Brasileiras Enviadas ao Paraguai entre
 12/64 e 05/68.**

De 12/64 a 10/67	58.959	88,50%
De 11/67 a 05/68	6.747	11,50%
TOTAL	66.706	100,00%

FONTE: *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*, 1869. Apud IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p.107.

O decreto nº 3371 oferecia aos voluntários, que não fossem da guarda nacional, um soldo equivalente ao dos voluntários do Exército juntamente com 300 réis diários, uma gratificação de 300\$000 réis no momento da baixa e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas (equivalente a 49.500 metros) em colônias agrícolas e militares. A baixa desses voluntários seria imediata à declaração de paz, sendo o responsável por isso o Comandante do respectivo Corpo. No tocante às famílias era estabelecido que em caso de falecimento do voluntário no campo de batalha ou em virtude de ferimentos decorrentes, elas teriam direito a uma pensão ou meio soldo respeitando os valores referentes aos dos oficiais e praças do Exército. Em caso de invalidez provocada por ferimentos, o voluntário teria direito pelo restante de sua vida a um soldo dobrado. Do ponto de vista simbólico, os mesmos utilizariam “*no braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras — Voluntários da Pátria*” — podendo utilizar tal chapa mesmo após ter dado baixa. O governo também se propunha a conceder “*em atenção aos serviços relevantes prestados pelos Ditos Voluntários, graduações de oficiais honorários do Exército; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro ou em parte correspondente aos seus postos*”.

Sem dúvida que a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria tinha o objetivo de arregimentar soldados o mais rápido possível para o Exército brasileiro, e que para alcançá-lo se oferecia uma série de vantagens materiais e simbólicas como forma de quebrar uma barreira de ojeriza e desprezo que a

população tinha em relação ao serviço militar. Entretanto, entre a intenção da norma e a prática e execução dos termos do Decreto a distância foi grande. Para se ter uma idéia, em 31 de outubro de 1889, dezenove anos após o término do conflito, o ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas através de aviso comunicava:

*Tendo o Ministério dos Negócios da Guerra declarado que algumas presidências tem continuado a enviar-lhe petições sobre concessão de terras a ex-praças do Exército, recomendo a V. Ex.^a a observância da Circular n° 5 de 19 de Setembro de 1885, pela qual foi essa presidência autorizada a conceder as referidas ex-praças, os lotes de terras a que tiverem direito, nos termos do Decreto n° 3371 de 7 de janeiro de 1865, e § 2° da Lei n° 2991 de 21 de setembro de 1880.*²¹⁴

Podemos inferir do aviso acima citado, que ex-praças da Província do Ceará após vários anos do desfecho da guerra ainda estavam a solicitar seus lotes de terra.

Com relação às pensões dos ex-combatentes um caso bem ilustrativo foi o do Sr. João Raymundo, já citado anteriormente neste trabalho. João Raymundo fôra voluntário da Pátria do Ceará. Em meados de 1919 vivia em uma tapera à margem de um rio. Já sofria a essa época de reumatismo e com uma ferida crônica em sua perna esquerda fruto de um ferimento ainda da guerra. Sobrevivia com um irrisório soldo de pensão que mal dava para sua alimentação, tendo que contar constantemente com a ajuda de vizinhos vez por outra para não morrer de fome. Em uma matéria publicada no jornal cearense *A Razão*, em tom amargurado e com as forças e a honra exaurida, o Sr. João Raymundo desabafava ao entrevistador do jornal:

*Defender a pátria, menino, é muito bonito, mas o pobre é que não lucra nada com isto! A gente defende, se inutiliza, p'ra ficar no "ora veja", sem ter quem defenda a gente. Quantos vivem por aí como lord, sujeitos que nunca defenderam coisa alguma! O mundo é muito torto.*²¹⁵

²¹⁴ APEC: Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, avisos. Livro 33, aviso de 31 de outubro de 1889.

²¹⁵ Jornal *A Razão*, Fortaleza, 24 de nov. de 1929, p.3.

Mesmo com esse tom de mágoa e revolta o ex-praça não era anti-monarquista, pelo contrário, na mesma matéria do jornal faz duras críticas ao regime republicano e enaltece alguns aspectos do período monárquico. Era um homem iniciado nas letras e de inteligência aguçada. De acordo com o jornal, havia sido mestre escola em fazendas abastadas e repentista na juventude. Faleceu em idos de 1929.

A precariedade das pensões não foi “privilégio” dos ex-voluntários da Pátria, mas também dos soldados da tropa de linha. Um exemplo desses foi o do Sr. Pedro Alexandrino de Lima, pernambucano, ex-praça do 1º batalhão de infantaria. Ao ser ferido gravemente na tomada de Itapirú, perdeu um braço e ficou aleijado do outro. Foi reformado com 2\$700 (dois mil e setecentos réis) mensais. As agruras, que passava com ínfima quantia para sobreviver, fizeram com que decidisse ir da província de Pernambuco até a corte solicitar uma pensão. Sem recursos e com pedido de passagem negado pelo presidente e pelo comandante de companhia, resolveu seguir por terra. Após seis meses de viagem e contando com a caridade pública, chegava à corte onde fôra inspecionado no quartel general do Exército e esperava ser recebido pelo imperador. Infelizmente o jornal não concluiu o desfecho de tal saga.²¹⁶ É muito provável que não tenha conseguido concretizar seu intento.

Recorrendo à historiografia e às fontes, podemos perceber que o caso do cearense João Raymundo, assim como o do pernambucano Pedro Alexandre de Lima, não foram casos isolados nem uma exceção. No calor da hora e das necessidades da guerra o Império prometeu o que não poderia cumprir. É muito provável que por acreditar piamente na brevidade do conflito tenha realizado erros de cálculo que inviabilizaram financeiramente seu planejamento. Apesar disso, a julgar pela situação a que historicamente estavam entregues os praças e também alguns oficiais das tropas de linha, que sofriam inúmeras privações materiais, é difícil crer que as coisas fossem diferentes para os engajados como voluntários.

Mesmo com o ingresso de alguns membros das classes abastadas nas fileiras dos Corpos de Voluntários, especialmente no momento inicial do conflito, motivados talvez pela *“busca de glórias militares, da promessa de*

²¹⁶ Jornal O Cearense, Fortaleza, 16 de setembro de 1869, p.2.

*pensão vitalícia e quiçá acesso à oficialidade,*²¹⁷ sua composição foi predominantemente de indivíduos vindos dos setores mais despossuídos e pobres da população do Brasil Império.

No caso da província cearense, uma forte evidência da origem social humilde desses voluntários é a recorrência constante de arrecadações de caixas e formação de subscrições destinadas a angariar fundos para ajudar as famílias pobres dos voluntários cearenses enviados para a guerra. Percebe-se claramente isso em um ofício dirigido à comissão patriótica do Saboeiro pelo presidente Lafayette Rodrigues:

*Foi-me presente o offício de 2 de maio último, em que me communicam a vinda para esta cap.^{tal} dos 13 Voluntários da Pátria alistados por essa comissão, bem como o oferecimento feito pelo cidadão Sebastião Pereira de Alencar da quantia de 200\$000rs **para as famílias pobres dos referidos voluntários** (...). (grifo meu)*

O termo voluntário, com algumas ressalvas, pode ser apropriado para uma boa parte dos que se alistaram no momento inicial das hostilidades bélicas entre Brasil e Paraguai, mas não para períodos posteriores, especialmente a partir de 1866, quando a resistência ao engajamento se tornará endêmica e em escala crescente.

Estamos em comum acordo com a observação de Ricardo Salles, ao detectar que a coerção na arregimentação de voluntários não era nenhuma novidade e nenhum um aspecto exclusivo do Exército brasileiro. Nesse sentido, de uma forma geral,

*(...) a mobilização de voluntários da Pátria não foi uma simples mentira para escamotear a coerção do recrutamento, e sim uma forma moral que necessariamente acompanhou essa coerção no sentido de sua aceitação e legitimação social.*²¹⁸

Sobre o tratamento dispensado aos corpos de voluntários vejamos uma passagem da obra do General Paulo Duarte Queiroz:

Em algumas províncias, na chamada geral, por excesso de zelo no serviço de recrutamento das autoridades recrutadoras,

²¹⁷ COSTA, Wilma Peres. Op. Cit. p.229.

²¹⁸ SALLES, Ricardo. Op. Cit. p.61.

*delegados de polícia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e os negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes, sem uma simples inspeção de saúde e sem se indagar de sua condição de chefe de família, para as capitais provinciais ou mesmo para a corte, metidos em calças de brim pardo e uma blusa da mesma ínfima fazenda. Continuando viagem para o sul, onde crepitava a fogueira, essa gente ia curtir rigoroso frio, até que se lhe fornecesse roupas e fardamento adequado. (...) Quase toda essa gente vinha do norte e do nordeste do Império, com destino ao extremo-sul, fazendo uma viagem de milhares de milhas, espremidos nos conveses, ou chafurdados nos porões que, na época, não passavam, com raras exceções, de embarcações de mesquinhas dimensões (...).*²¹⁹

É sintomático que mesmo em uma obra de um militar altamente graduado dedicada exclusivamente a tratar da formação e desenvolvimento dos vários contingentes de voluntários, seja possível detectar o caráter coercitivo da arregimentação e da precariedade no tratamento dos mesmos; daí a alcunha com a qual ficaram conhecidos esses corpos: “Voluntários de pau e corda!”. Isso não significa afirmar que casos de abnegação e oferecimento espontâneos não tenham ocorrido no Império como um todo e na província do Ceará especificamente, como foi o caso do senhor Alfredo Sinesio Roriz Monteiro de Baturité que ofereceu seu filho, Luiz Roriz Monteiro, para ingressar no Corpo de Voluntário da Pátria do Ceará²²⁰, ou o do Alferes-ajudante João de Hollanda de Cavalcante Albuquerque que também apresentou dois filhos para assentarem praça como voluntários²²¹ e da professora pública da cidade do Crato, D. Carolina Clareense de Araripe Sucupira, que ofereceu seu único filho varão, Carolino Bolívar de Araripe Sucupira, como Voluntário da Pátria²²², dentre outras manifestações espontâneas ocorridas na província.

Após a chegada da notícia na província cearense, em 28 de janeiro de 1865, do início das hostilidades entre o Império e a República do Paraguai, rapidamente as autoridades provinciais tomaram suas providências no esforço

²¹⁹ DUARTE, general Paulo Queiroz. Op. Cit. p.206-7. APUD COSTA, Wilma Peres. Op. Cit. p.230.

²²⁰ APEC: Presidente da Província do Ceará, a diferentes autoridades Militares desta província, ofícios (1862-74). Livro 230, Ofício dirigido pelo Pres. da Província ao Sr. Alfredo Sinesio Roriz de Monteiro, 08/04/1865.

²²¹ Jornal O Cearense, Fortaleza, 11 de março de 1865, Noticiário: patriotismo, p.2.

²²² Jornal O Cearense, Fortaleza, 17 de junho de 1865, Noticiário: Rasgo de patriotismo, p.3.

de guerra que tomava proporções nacionais. Em tal circunstância, o Presidente da Província, Sr. Lafayette Rodrigues Pereira, já em 6 de fevereiro de 1865, remetia uma circular às recém criadas comissões encarregadas de organizar corpos destacados.

No glorioso empenho de desaggravar a honra nacional, atrozmente ultrajada pelo estrangeiro, e de manter a dignidade e a soberania do Estado, o governo imperial precisa do apoio e do concurso de todos os brasileiros. Em tal conjectura, o offerecimento espontâneo para o serviço da guerra e nobre e magnânimo: é ao mesmo tempo uma homenagem ao art.º 145 da constituição, que impõe a todos os cidadãos o dever de pegar em armas para defender o Império, e um rasgo de patriotismo que ennobrece uma nação livre.

*Confiando nos generosos sentimentos dos brasileiros, o governo não hesitou em fazer um appello aos seus brios, afim de irem voluntariamente engrossar as fileiras dos bravos, que já pugnam heroicamente pelos direitos da pátria. Nesse intuito, e **para poupar o penoso sacrifício do recrutamento forçado**, baixou o Decreto nº 3371 de 7 de janeiro último, juncto por cópia, creando Corpos de voluntários, e garantindo-lhes honras, direitos e privilégios de subido preço.*

Muitas províncias do norte e do sul teem mandado promptamente seus corpos fixos, seus corpos de polícia, sua guarda nacional e legiões de voluntários em socorro de seus irmãos. O Ceará não póde ser indifferente a esse movimento patriótico, já os seus corpos de guarnição e de polícia se despõem a marchar, e tenho a mais viva confiança de que a briosa guarda nacional breve seguirá o seu exemplo.

Convencido de que todos os cearenses possuem em alto grau o amor da nacionalidade, que fará gloria e a força dos Estados, resolvi nomear em todas as cidades e villas Commissões encarregadas de promover o alistamento de — Voluntários da Pátria.²²³ (grifo meu)

O presidente da Província, Lafayette Rodrigues tinha consciência dos percalços que iria ter de enfrentar na arregimentação dos corpos solicitados pelo governo imperial. Preencher as fileiras das forças militares não era tarefa fácil; a própria referência que faz ao recrutamento forçado como um *penoso*, mas recorrente expediente é um sinal disso. Assim, frisar e divulgar os benefícios oferecidos pelo Decreto nº 3371 se torna va *mister*.

Como já tivemos a oportunidade de observar em outro momento, o clima social inicialmente favorável à guerra foi fundamental para o concurso

²²³ APEC: Presidente da Província do Ceará, a diferentes autoridades Militares desta província, offícios (1862-74). Livro 230. Circular do Presidente da Província dirigida às Comissões nomeadas para organizar corpos destacados, 06/02/1865.

expressivo, e alentador para as autoridades, de voluntários. A deteriorização rápida dos oferecimentos espontâneos tornaria a situação crítica.

Objetivando a arregimentação de homens para a formação das forças militares solicitadas pelo governo imperial os presidentes da província do Ceará enfrentaram uma série de limitações. Dentre várias, as principais eram: a dependência para com os recursos e a boa vontade de particulares (grandes proprietários de terra, comerciantes, políticos influentes, enfim, notáveis locais de uma forma geral), conjuntamente com a ausência de uma burocracia apropriada para a atividade recrutadora, apresentavam-se como empecilhos incrustados no dia a dia da mobilização.²²⁴

Retomando a análise de Fábio Faria Mendes da relação entre a estrutura burocrática imperial e a prática do recrutamento no Brasil Império, os dilemas, obstáculos e as limitações objetivas à arregimentação militar no dezenove brasileiro estavam umbilicalmente ligados a uma administração honorária organizada a partir de laços litúrgicos, ou seja:

*(...) formas de provisão de serviços administrativos por notáveis locais com seus próprios recursos. Sua prática administrativa se caracterizará pelo diletantismo, pela mobilização de recursos e prestígio próprios, pela cristalização de tradições locais de fixação de gravames, pelo domínio dos processos orais sobre escritas e pela busca constante de resultados consensuais negociados. A obediência aos mandatos do poder central será altamente problemática, sujeito a flutuação circunstancial, barganha e traição. As diretivas do poder central serão objeto de contínua tradução local. Os problemas de **confiança** mútua nas relações entre poder central e seus delegados, e de **ação coletiva** na sua mobilização para as rotinas da administração, são centrais para a compreensão da dinâmica da prestação militar.*²²⁵ (grifo do autor)

Um exemplo dessa questão estava na composição das comissões recrutadoras que foram organizadas no intuito de formar e organizar os contingentes de Voluntários da Pátria e guardas nacionais designados para a guerra no Ceará. No início da mobilização militar na província, essas comissões representavam a coluna dorsal da estrutura burocrática oficial

²²⁴ Izecksohn realiza uma excelente análise e considerações dessa questão em seu estudo comparativo acerca das resistências ao recrutamento na Guerra do Paraguai e na Guerra Civil americana. IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.27, pp.84-109, 2001.

²²⁵ MENDES, Fábio Faria. Op. Cit. pp.128-9.

montada com vistas na execução efetiva do recrutamento. Em relatório de transmissão de cargo, já citado por mim em outro momento, o presidente Lafayette Rodrigues expressava que com o objetivo de chamar a atenção “*directamente n’esta crusada do patriotismo todas as influências locais,*” tomara “*o arbítrio de nomear para todas as cidades e villas comissões compostas de homens estimáveis e proeminentes, aos quais enderecei recomendações nos mesmos termos em que fizera aos funcionários da província*”.²²⁶ Percebe-se claramente a transferência, se não total mas em grande parte, de atribuições públicas a entes privados.

De uma forma geral essas comissões eram formadas por pessoas de reconhecida influência e prestígio socioeconômico em suas localidades. Utilizavam-se de seu poder e distinção social para arregimentar homens para a guerra, recorrendo quase sempre a recursos próprios. Evidente que tal auxílio não se dava sem interesses e sem profundas maquinações políticas. Ter boas relações com o presidente de Província e fácil circulação nos centros políticos locais, significava acessar esferas de decisão fundamentais para ampliação de capacidades de poder e influência.²²⁷

Congratulando-se com os senhores Jozé Lins de Sousa e Severiano Ribeiro da Cunha, o presidente Lafayette Rodrigues expressava-se da seguinte forma:

Accuso o recebimento do offício que VS.^{as} me dirigiram em 14 do corrente, offerecendo a quantia de 60\$000 rs. Mensaiz em favor de 4 ou 6 famílias dos voluntários da pátria, por tempo de um anno, acontar do dia do embarque dos mesmos no porto desta capital.

*Em resposta declaro-lhe que **acceito essa generosa offerta e louvores por este acto de patriotismo que levarei ao conhecimento do governo Imperial.***²²⁸ (grifo meu)

²²⁶ Relatório com que foi entregue a Administração da Província ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo excelentíssimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865, p.10. (grifo meu).

²²⁷ Sobre esse jogo miúdo e os bastidores da política, assim como da trama social estabelecida entre Presidentes de Província e notáveis locais, ver a análise seca e sarcástica dessa questão de João Francisco Lisboa em seu *Jornal de Timon*. In: LISBOA, João F. *Obras Completas*. V1. São Luiz: s/e, 1864.

²²⁸ APEC: Presidente da Província do Ceará, a diferentes autoridades Militares desta província, ofícios (1862-74). Livro 230. Ofício aos Snh.^{es} Jozé Lins de Sousa e Severiano Ribeiro da Cunha, 16/02/1865.

Em outro ofício, dessa vez dirigido aos membros da Comissão patriótica de S. Bernardo, podemos encontrar:

*Aprovo o alvitre tomado por VM.^{ces} de **nomear pessoas influentes de diversas localidades d'esse município para auxiliar-los no serviço de alistamento de voluntários**, e agradecer-lhes o zelo e dedicação com que tem desempenhado a comissão que confiei do patriotismo de VM.^{ces}.²²⁹ (grifo meu)*

A falta de recursos tornava ainda mais penosa a arregimentação de voluntários — o que era um fato bastante recorrente naquele momento de intensa mobilização — onde normalmente o presidente tinha que evocar a “boa vontade” dos notáveis como forma de convencê-los a despendar recursos próprios, mesmo recebendo a garantia de reembolso, para custear atividades que seriam de ordem pública. Em um desses casos, dirigindo-se ao presidente da Comissão patriótica de S. João do Príncipe, o presidente da Província tratava justamente dessa questão.

Tenho presente o ofício de VM.^{ce} datado de 28 de fevereiro último, em que communica, na qualidade de Presi.^{te} da Comissão encarregada do alistamento de voluntários da Pátria dispostos a marchar para a guerra, so esperando pelos recursos necessários para a viagem a esta capital.

*Em resposta tenho a diser-lhe que nesta data são expedidas as ordens convenientes para serem adiantados pela thesouraria ou collectoria geral desse município o soldo e etape correspondentes aos dias da viagem, na conformidade do art. 3º do Decr. n° 3371 de 7 de janeiro último. **No entanto se por falta de recursos da colectoria ou por qual quer eventualidade não poder surtir effeito essa ordem, pode a comm.^{am} appelar para o patriotismo de qualquer cidadão do município afim de que adiante a quantia necessária para a viagem não excedendo de 875r\$ diários para cada pessoa, e depois apresente a conta nesta capital para ser paga na estação competente.**²³⁰ (grifo meu)*

Assim como esse ofício, vários outros trocados com membros das várias comissões recrutadoras tratam da mesma questão, onde via de regra, o presidente solicita o desembolso de recursos dos particulares para custeio de despesas várias (transporte, alimentação, hospedagem, etc.) garantindo aos

²²⁹ Id. Ibidem. Ofício dirigido pelo Presidente da Província, Lafayette Pereira Rodrigues, aos Snh.^{es} Membros da Comissão Patriótica de S. Bernardo, 07/04/1865.

²³⁰ Id. Ibidem. Ofício do Presidente da Província, Lafayette Rodrigues Pereira, dirigido ao Snh.^{or} Dr. Jozé Fernandes Vieira Bastos, Presidente da Comissão patriótica de S. João do Príncipe, em 08/04/1865.

mesmos o reembolso *em momento apropriado*. Mesmo se a tesouraria provincial reembolsasse os particulares, o que desejamos chamar atenção e dar relevo é para a dependência dos agentes estatais para com os notáveis locais na execução cotidiana de procedimentos burocráticos públicos.

Essa dependência não se resumia apenas a questões de ordem financeira e de dispêndio de trabalho. Em grande parte dos casos eram esses potentados locais que ofereciam homens como voluntários da pátria, seja de forma individual, como no caso do Sr. Fábio de Moraes Monteiro de Santa Quitéria, congratulado pelo presidente Lafayette Rodrigues por ter apresentado um Voluntário da Pátria,²³¹ ou coletiva, no caso das comissões patrióticas, em que o êxito das mesmas estava relacionado à presença desses potentados em suas fileiras arregimentando homens. Em 3 de outubro de 1865, o jornal liberal *O Cearense*, publicava uma matéria agradecendo ao “*distincto amigo, o Sr. Moura Cavalcante*” pelos melhores serviços prestados no agenciamento de voluntários em Maranguape, localidade próxima à capital Fortaleza, pois:

*Sempre activo e dedicado, não se cansa de procurar alistar voluntários, e vir apresental-os ao governo. Ainda ultimamente trouxe um bom número d’elles, além dos que tem apresentado por diversas vezes. A dedicação do Sr. Moura merece icomios e é digna de ser imitada.*²³²

Um exemplo emblemático dessa dependência para com os notáveis na arregimentação de homens foi o ar jocoso e de ironia que o jornal *A Constituição* dispensou ao saber que o tenente coronel chefe da Guarda Nacional de Sobral, Domingos Jesuíno, havia se oferecido a marchar para o sul com mais de duzentos homens às suas custas.

*He até onde póde chegar a ignorância e imbecilidade de um pobre matuto, que elevado por **bellesa** de nosso systema, não sabemos porque artes mágicas, de simples soldado ao 2º posto da guarda nacional, não comprehende que para poder fazer aquelle offerecimento ser-lhe-ia preciso dispor de fortuna e prestigio, que esta bem longe de ter, e abusa da boa fé do governo, fazendo-lhe um tal offerecimento, inexequível mesmo para outros homens de fortuna e*

²³¹ Id. Ibidem. Ofício do Presidente da Província, Lafayette Rodrigues Pereira, dirigido ao Snh.^{or} Fábio de Moraes Monteiro (S. Quitéria), 10/05/1865.

²³² Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 3 de outubro de 1865, Noticiário: voluntários de Maranguape 1ª página.

*prestígio, quanto mais para um pobre plantador de mandiocas da serra da Meruoca.*²³³ (grifo do autor)

Membros da Igreja, enquanto homens de prestígio e influência, também participaram ativamente no processo de conclamação de seus rebanhos para o esforço de guerra e alistando voluntários, como foi o caso do padre Coriolano que alistou e remeteu da localidade de Telha (atualmente Iguatu) para Fortaleza 11 voluntários, além de arrecadar uma subscrição com cidadãos abastados da localidade em prol das famílias dos mesmos.²³⁴ Outro sacerdote foi o padre Vicente Jorge da cidade de Sobral, que em suas missas comentava as atrocidades do “anticristo” Solano Lopez e incentivava o alistamento divulgando as vantagens que o decreto 3371 oferecia aos voluntários.²³⁵

A dinâmica da política Imperial tinha influência direta sobre os ânimos da província cearense. As práticas do recrutamento eram indissociáveis da situação política nacional e local. A demissão do conservador José Maria da Silva Paranhos (futuro Visconde do Rio Branco) e ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Liberal de Furtado (agosto de 1864 a maio de 1865), ocasionou uma série de constrangimentos e dificuldades na arregimentação de voluntários cearenses. A imprensa liberal do Ceará, na figura do Jornal *O Cearense*, noticiou uma série de conflitos que se davam no termo de Lavras, envolvendo o juiz municipal da localidade, onde os conservadores estariam afastando e incentivando a deserção de Voluntários da Pátria. José Felliipe Benício escrevia da localidade de Bossa-Vellha, em 15 de abril de 1865, informando ao delegado o esvaziamento de voluntários.

*Os d’aqui só estão constantes 3, 6 já não são mais porque o tenente-coronel Raymundo Correia tem os retirado e o capitão Jozé Raymundo Correia tem feito o mesmo metendo terrores, e agastado porque dimittiram o Paranhos, bom será que V. S. dê um passeio por ca.*²³⁶

²³³ Jornal *A Constituição*, Fortaleza, 4 de agosto de 1865, Noticiário: Irrisão, p.2.

²³⁴ Jornal *O Cearense*, Fortaleza 4 de maio de 1865, Noticiário: voluntários, p.2

²³⁵ RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit., p.141.

²³⁶ Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 30 de maio de 1865, Noticiário: Voluntários, p.2.

Em outra correspondência, dessa vez de Várzea-Alegre datada de 29 de abril de 1865, publicada no já referido jornal, Miguel Affonso Moreira e Silva comunica ao delegado de polícia os mesmos embaraços.

*Recebi o seu favor de data de 16 do corrente em que me pergunta se os voluntário d'esta povoação inda estão constantes para marcharem para a guerra. Em resposta sou a dizer-lhe que de 13 que se alistaram, 11 dizem não irem mais, e o motivo de estarem arrependidos é porque o Sr. Capitão Ildeffonso e o tenente-coronel Raymundo Correia os tem afastado pintando-lhes os horrores da guerra e a demissão do Paranhos, bom será que V. S. dê um passeio por cá afim de ver se os reduz outra vez. O subdelegado e o filho continuam constantes, e trabalham para obterem mais alguns.*²³⁷

Mais uma carta, dessa vez do inspetor de quartelão da localidade de Alagoas dos Órfãos, Manoel Rodrigues de Macedo, dirigida ao delegado de polícia da vila de Lavras relatava:

*Illm. Sr. — Participo a V. S. que os voluntários d'este riixo dizem não marcharem mais, estão sesmados porque o Luiz Pedro anda dizendo que o governo é traidor por ter demitido o Paranhos, que assim lhe manda dizer o capitão Ildefonso. Muitos poucos guardas nacionaes compareceram no dia 23 pelas mesmas histórias, são mil terrores que pintam ao povo; bom seria que V. S. desse um paceio aqui para tirar as seismas d'este povo.*²³⁸

Além das questões políticas, chama a atenção o fato de as correspondências comunicando problemas no alistamento de voluntários da pátria estarem sendo dirigidas ao delegado de polícia do termo de Lavras. Se por um lado tal fato pode estar relacionado à necessidade de reprimir tais constrangimentos no alistamento de voluntários perpetrados por opositores políticos, por outro, pode ser um indício do caráter coercitivo do alistamento na região, tendo em vista o papel desempenhado por uma autoridade policial nesse processo.

As disputas travadas na arena política da província cearense entre conservadores e liberais caminharam num crescente em proporção direta à intensificação da mobilização para a guerra com o Paraguai. De várias localidades eram noticiadas dificuldades e percalços causados por figuras de

²³⁷ Id. Ibidem. pp.2-3.

²³⁸ Id. Ibidem. p.3.

influência local que se colocavam contra o alistamento de voluntários. Vale ressaltar que as tensas relações entre o recrutamento militar e a dinâmica política não eram novidade, estando enraizadas em práticas corriqueiras da luta política nos centros e recônditos do Brasil Império. Estudando as práticas do recrutamento a laço no Ceará de meados do século XIX (1850-1875), Xislei Ramos chama a atenção para importantes aspectos dessa questão:

Interessante é ressaltar que os liberais atacavam os conservadores nas páginas dos jornais O Cearense e Araripe como se eles fossem — os conservadores — os únicos a disseminar a violência, a privatização das autoridades policiais e da política, o recrutamento arbitrário e a propagação da imposição do mandonismo discricionário local a partir dos interesses familiares em épocas de eleições. No entanto, o que se pode perceber ao recorrer às fontes, sobretudo as oficiais, é que essas práticas e atitudes eram comuns aos dois partidos; até porque esse é um espaço-tempo que a “consciência política” que prevalecia não estava embasada na ideologia partidária, e sim nos interesses dos grandes chefões locais, ligados ou não ao poder central.²³⁹

Os usos do recrutamento como arma política para enfraquecer os adversários, especialmente em períodos de eleição, era comum aos dois grandes grupos políticos da província. As denúncias de perseguição estavam à mercê dos sabores da conveniência política, calculadas a partir dos cenários que se desenhavam na luta partidária nacional ou na dos potentados locais.

Apesar da ausência de período eleitoral na província cearense, momento privilegiado para denúncias contra o recrutamento, a situação era complicada. O jornal *O Cearense* de 24 de junho de 1865 publicava em sua seção, *Correspondência*, uma carta dando conhecimento de fatos ocorridos em Tauá acerca do alistamento de voluntários. Segundo a missiva, existiriam poucos voluntários no termo prontos para marchar, tendo inclusive o comandante superior oferecido de seu próprio soldo cem mil réis a cada indivíduo que quisesse se alistar como voluntário; o que não teria obtido êxito:

(...) porque o povo ignorante, como é, não quer de maneira alguma ir para a guerra, e mesmo porque os nossos adversários inclusive, os dois carcarás membros da comissão, em vez de ajudarem a seus colegas, procuram contrariá-los (...). Os guardas nacionais, designados têm se ausentado quasi todos para fóra do

²³⁹ RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit., p.84.

*termo, e supponho que bem poucos comparecerão para marcharem, e quase todos só irão presos. É tal a repugnância d'esta pobre gente para a guerra, que tem envidado todos os meios de que podem dispor, para não marcharem, já alegando enfermidades incuráveis, já finalmente alegando que o conselho de designação não mandou afixar a lista dos designados nos lugares de costume, quando todas estas formalidades houveram (...).*²⁴⁰

Além da referência feita à facção conservadora dos *Carcarás*, constrangendo o alistamento, salta aos olhos a visão elitista do remetente (a carta é assinada apenas com o nome de *Kleber*) ao se referir como ignorante a população por não se dispor a ir para a guerra. Parece ser muito cômodo transferir para outro a responsabilidade de “*vingar a honra da pátria ultrajada*”, depreciando de forma genérica tais pessoas por se negarem a tal empreitada. O estigma social da vida militar era bastante vivo na mente da população; além do mais, o horizonte da morte é uma dura realidade na guerra, convencer alguém a matar ou morrer requer justificativas elevadas e a aceitação das mesmas requer tê-las como legítimas. Uma passagem bastante interessante sobre essa questão ocorreu no interior da província, na cidade de Icó, quando da realização de uma reunião pública organizada para conclamar a população para a guerra onde, segundo um semanário local, um guarda nacional teria sentenciado ao fim da mesma: “*palavriados e muzicas não me illudem. Quem dizer que vá lá*”.²⁴¹ Outro ponto importante é a referência à repulsa da população em relação ao serviço da guerra que se utilizava de variados expedientes para se esquivarem do recrutamento, especialmente os guardas nacionais designados.

O problema das deserções não era um problema restrito aos guardas nacionais designados, aspecto que trataremos mais adiante, mas também de voluntários. Segundo informações coletadas em jornais da província, estariam alistados em 18 de agosto de 1865, 328 indivíduos que comporiam o terceiro corpo de Voluntários da Pátria do Ceará; entretanto, tal corpo, que embarcou rumo a corte em 2 de outubro do mesmo ano, estava composto de apenas 213 praças mais 12 oficiais, o que significa uma diminuição drástica de 65% em

²⁴⁰ Jornal O Cearense, Fortaleza 24 de junho de 1865, Correspondência: Tauhá, 5 de junho de 1865, p.3.

²⁴¹ Id. Ibidem, Fortaleza 28 de março de 1865, Publicações solicitadas: Patriotismo, p.2.

relação ao total registrado meses antes, fato que não era restrito à província cearense.²⁴²

Ainda no primeiro ano da guerra, em 3 de setembro de 1865, o jornal *O Cearense* dedicava um longo artigo consternador a respeito dos ânimos da província em torno da mobilização militar.

O interior da província apresenta um aspecto triste e assustador.

Não há muitos mezes que se via de todos os pontos os povo, radioso de entusiasmo, correndo presuroso a pedir armas para ir em defeza da sancta causa da pátria.

Os alistamentos faziam-se voluntariamente no meio de um jubilo imenso, e de estrondosas aclamações. O povo respondia generosamente ao apello que o governo fizera aos seus brios. Os cearenses deixavam o lar, a família, com a saudade no coração, e o sentimento do dever impresso n'alma. (...).

Não havia ahi peito cearense em que não ardesse o desejo de vingar a dignidade nacional e punir a insolência do estrangeiro, que invadira o território brasileiro, talara os campos, e trucidara populações inermes, sem respeito á idade nem ao sexo.

Quando por esta capital entravam estas levas de bravos, ia-lhes o povo ao encontro, e acompanhava-os com as mais entusiásticas saudações. (...).

E a satisfação e o esthusiasmo eram immensos nos que iam e nos que ficavam.

As cousas mudaram.

A' estas festas ruidosas succedeu um silencio morao; os alistamentos trocaram-se pela caçada humana.

A população corre espavorida pelo matto. Os abandonam as casas dos paes, os maridos desamparam o leito conjugal, e as mães embalam, a noite, os filhos, silenciosas e transidas de terror, devorando as lágrymas.

A lavoura se esperdiça no campo, e faltam os braços que deveriam colhel-a; os desgraçados fugiram o comercio dos homens e procuram abrigo na solidão das selvas.²⁴³

O editorial do jornal dava relevo com mais veemência a um diagnóstico caro aos esforços das autoridades públicas no esforço de construção de um arquétipo de soldado patriota na figura do Voluntário da Pátria. As palavras do editorial estão em perfeita consonância com o quadro crítico presente nas fontes primárias manuscritas em torno do caráter coercitivo que a arregimentação de homens assumia na província aquele momento (segundo

²⁴² Ver IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n.27, p.84-109, 2001, p.90.

²⁴³ Jornal *O Cearense*, Fortaleza 3 de setembro de 1865, Editorial, 1ª página.

semestre de 1865), especialmente no que tange ao recrutamento dos guardas nacionais designados para o serviço da guerra. O arrefecimento do idealismo e da comoção social inicial para com a guerra desencadeou a negativa de boa parte da população cearense para o alistamento voluntário espontâneo, levando a administração provincial a lançar mão de um expediente velho conhecido da população e das autoridades responsáveis pela arregimentação de soldados: o recrutamento forçado ou “a laço”. A diminuição dos contingentes de voluntários se dava em um momento crítico do conflito devido à invasão do Rio do Sul (São Borja), em junho de 1865, juntamente com a ocupação e o entrincheiramento de forças paraguaias em Uruguaiana aos cinco dias de agosto do mesmo ano. Parece-nos emblemático a partida nesse período de D. Pedro II para a região de combate nos arredores de Uruguaiana juntamente com o ministro da guerra e de generais brasileiros. Essa ida do imperador à região serviria para reforçar a imagem do monarca como “o voluntário número um” com vistas a enaltecer a figura do voluntário da pátria, fato bastante noticiado pela imprensa do Ceará, por exemplo.

A preocupação com a produção agrícola da província era um elemento complicador como podemos perceber na citação anterior. Reclamações de várias partes da província se avolumavam nas páginas dos semanários locais dando conta da retirada maciça de trabalhadores do campo, fugindo dos agentes do recrutamento. Em matéria comentando cartas recebidas da cidade de Baturité, *O Cearense*, chamava a atenção dos riscos que a safra de café da região estava correndo pela falta de braços para realizar a colheita, em virtude do recrutamento que pôs os trabalhadores em fuga; segundo o jornal, provocado pela “imprudência” do comandante superior Manoel Antonio de Oliveira ao realizar arregimentação em um período de colheita. E justifica o motivo da crítica:

Baturité já tinha dado perto de 200 voluntários, parecia que atenção a espontaneidade, e às circunstâncias atendíveis de ser o primeiro centro agrícola da província, devia ficar livre do recrutamento.

Consta-nos mesmo que em consideração a tão justos motivos o Sr. Presidente havia proibido essa medida na serra, e cidade d’aquela nome: e por isso mandou para ali o capitão Antonio Lourenço fazer engajamentos voluntários.

Informam-nos que este agente entendendo-se com os agricultores, e autoridades policiaes, tinha já engajado uns cinqüenta voluntários, e obtido promessa de muito maior número, garantindo ao povo que não haveria recrutamento; quando de repente o commandante superior, homem vingativo, e que desejava um ensejo para ostentar-se contra seus adversários, chama a guarda nacional, e manda patrulhas por toda a serra, cercando sítios, e casas das pessoas mais importantes, como a do Srs. Vigário Raymundo, deputado geral, Dutra, e outros a pretexto de apanhar recrutas. (...)

Esse terror que espalhou pela população, e que fez fugir os trabalhadores, e com exasperou as pessoas, quem fez acintes, só serviu para paralisar o alistamento de voluntários, que o capitão Antonio Lourenço ia tão vantajosamente adiantando.²⁴⁴

Como já nos referimos em outra ocasião, recrutar homens para as forças militares no Brasil imperial significava embrenhar-se numa complexa teia social. Observar as regras não escritas fundadas na tradição e nas experiências sociais que impregnavam tal expediente era condição *sine qua non* para o sucesso ou insucesso da empreitada. Ter a capacidade de perceber as sutilezas implícitas nos ânimos da população, observar os acordos de cavalheiros estabelecidos com os influentes locais, estar ciente dos limites sociais impostos e os comprometimentos políticos, deveriam ser astúcias e “sensibilidades” que os agentes recrutadores teriam que possuir. Esse caso de Baturité é um exemplo, assim como inúmeros outros presentes nas fontes e jornais, bastante típico desse nó górdio.

As informações sobre os Voluntários da Pátria nas fontes oficiais são esparsas e incompletas, diferentemente das informações acerca da arregimentação dos guardas nacionais designados. Os jornais da província são os principais veículos de informação acerca dos contingentes de voluntários do Ceará, principalmente sobre as formas de alistamento, as manifestações públicas, a luta e a estratégia política etc. Estabelecer com precisão os números de indivíduos alistados e remetidos como voluntários pela província é uma tarefa difícil, especialmente pela precariedade de instrumentos com que a administração provincial contava para realizar tal mensuração. Entretanto, mesmo por aproximação, podemos observar alguns dados, com certa margem de segurança, acerca dos contingentes alistados para a

²⁴⁴ Jornal O Cearense, Fortaleza 2 de setembro de 1865, Noticiário: Baturité, p.3.

formação dos Corpos de Voluntários da Pátria no Ceará enviados para a Corte.

Podemos perceber que praticamente a totalidade dos voluntários granjeados na província cearense foram arregimentados no primeiro ano da guerra. Para os períodos posteriores os números são praticamente irrisórios; os números, não as pessoas!!! O ano de 1865 representa um dos períodos de maior mobilização da guerra, seja na arregimentação de soldados para reforçar o Exército, seja com intensas ações militares brasileiras (especialmente no segundo semestre), visando expulsar as forças paraguaias do território nacional. É justamente o momento mais favorável do processo de formação dos corpos de voluntários, quando a guerra era apresentada como uma cruzada cívica de desagravo à honra nacional ultrajada.

TABELA 5

Evolução ano a ano dos contingentes de Voluntários da Pátria do Ceará.

	1865*	1866*	1867	1868	1869	TOTAL
Voluntários da Pátria do Ceará	1.095 ²⁴⁵	4	25	22	34	1.180
	92,8%	0,34%	2,11%	1,86%	2,89%	100%

FONTE: *Relatórios de Presidente de Província do Ceará*, 1865-1869 e o jornal *O Cearense* (*) de 27/10/1867 (Mappa demonstrativo da força que tem seguido a Corte desde janeiro de 1865 até 10 de outubro de 1867, p.1).

Mesmo com as informações dispersas e incompletas é possível sugerir com um bom grau de segurança que a maioria dos voluntários alistados no Ceará ao tempo da guerra e enviados para o sul eram provenientes, sobretudo, dos setores mais humildes da população cearense. Um forte indício desse fato, como já foi tocado anteriormente, era a questão da formação de várias subscrições e caixas de socorros às famílias dos voluntários, especialmente pela constante referência ao caráter humilde de tais. É muito provável também que nas fileiras dos corpos de voluntários cearenses

²⁴⁵ Computei nesse total, 22 oficiais que constam nas estatísticas do *Relatório* de 1º de julho de 1865, mas que o jornal não registrou mesmo tendo retirado seus dados de um documento da Secretaria militar da presidência do Ceará de 24 de outubro de 1867.

estivessem presentes um número considerável de guardas nacionais, não designados para a guerra, devido às vantagens pecuniárias oferecidas pelo Decreto nº 3371.

Os Corpos de Voluntários da Pátria foram criados pelo governo imperial para suprir a falta imediata de soldados para o Exército brasileiro no início da guerra; se por um lado os resultados iniciais foram surpreendentes e alentadores, com o ingresso de grandes contingentes, eles não estavam à altura das necessidades que a guerra impunha. Mesmo com o destacamento de guardas nacionais tais necessidades não foram sanadas. Essa situação levou o governo imperial lançar mão do recrutamento forçado, apresentado, pelas circunstâncias, como um mal necessário. Dessa forma, o ônus do recrutamento recaiu principalmente sobre os guardas nacionais e homens pobres livres arregimentados como recrutas para o Exército. Na província cearense, como veremos adiante, enquanto houve uma diminuição drástica dos contingentes de voluntários da Pátria por um lado, do outro, houve um grande aumento no destacamento de guardas nacionais na província e recrutamento de recrutas para o Exército.

Apesar do concurso considerável de voluntários alistados, os números não eram suficientes para suprir as necessidades que a guerra impunha. Diante dessa questão, Ferraz, ministro da Guerra do Gabinete Olinda, decide estender a validade do Decreto 3371, que criará os corpos de voluntários, até o final da guerra. Outra medida sintomática dos graves percalços que o governo imperial vinha enfrentando para angariar a quantidade necessária de soldados, foi a expansão dos mesmos privilégios e direitos de que dispunham os Voluntários da Pátria para os guardas nacionais designados que se apresentassem, através do Decreto imperial nº 3508 de 30 de agosto de 1865, e a emissão do Decreto 3509 de 12 de setembro de 1865 onde o governo isentava do serviço da Guarda Nacional o guarda que desse por si para servir no exército pessoa idônea; ambos tinham como objetivo primordial angariar homens para as tropas brasileiras.

Se no começo da guerra os problemas seriam contornados com maior facilidade devido ao clima social favorável, com o prolongamento do conflito e a exigência cada vez maior de praças para guarnecer o Exército, e tripulantes para os vasos de guerra da Armada. A situação se tornaria caótica diante da

negativa, ou da criação de entraves e empecilhos, dos notáveis locais em compactuar e cooperar no esforço de recrutamento. Dito de outro modo, o aumento das resistências, constrangimentos e negativas dos notáveis locais estava na razão direta do aumento da intensidade da mobilização militar, o que exigia maior recorrência a recursos privados.

*E se este já era um ponto delicado nas relações do Estado com os proprietários em tempos normais, tornou-se ainda mais complicado pelo fato da atividade bélica exigir, ainda que temporariamente, um volume substancial de recursos em homens, armas e suprimentos. Nos setores agrários, tal fato produziu avaliações muitas vezes desfavoráveis quanto à extração de recursos por parte do Estado.*²⁴⁶

Além dessa questão, a percepção de que a guerra não seria curta, a expulsão das tropas paraguaias do Rio Grande do Sul, o aumento do número de baixas (em combate ou por doença), juntamente com as notícias acerca das privações e dificuldades pelas quais passava as tropas brasileiras no teatro de operações, levou a uma mudança profunda no estado de espírito da população em relação à guerra; ou seja, de um estado de aceitação e apoio para um de oposição ao conflito e resistência ao recrutamento. A partir do segundo ano de hostilidades, o contingente de Voluntários da Pátria reduziu-se a níveis ínfimos se comparados com os do primeiro ano de guerra. O início da ofensiva aliada sobre o território paraguaio, em abril de 1866, demandou do império brasileiro novas ondas de arregimentação de soldados. Perante a diminuição da apresentação de voluntários, o governo imperial lançou mão da designação maciça de guardas nacionais e da arregimentação de recrutas para o Exército. A negativa dos guardas nacionais em atender as suas designações, assim como a fuga em massa daqueles indivíduos que não eram da Guarda Nacional, mas se encontravam na condição de possíveis recrutados, dera início então a intensificação do recrutamento forçado desses guardas e de recrutas para o Exército.

²⁴⁶ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p.88.

2.3 “Palavriados e muzicas não me illudem. Quem dizer que vá lá”: designação e recrutamento forçado.

O decreto imperial nº3383, emitido em 21 de janeiro de 1865, determinava o destacamento, em todo o Império, de um total de 14.796 soldados da Guarda Nacional a fim de não só defenderem as praças, fronteiras e corpos do império, mas também, para o serviço da guerra no Uruguai e no Paraguai. Desse total, o Ceará foi incumbido de fornecer dos diferentes corpos da província 1.060 guardas nacionais. O decreto imperial estava respaldado pelos artigos 117, 118 e 119 da Lei nº602 de 19 de setembro de 1850 que reformou e reorganizou a Guarda Nacional. O artigo 117 presente nas disposições do Título VI (*Dos Corpos destacados da Guarda Nacional para o serviço da guerra*), capítulo I (*Do chamamento a serviço de Corpos destacados*), determinava que a “*Guarda Nacional deve fornecer Corpos destacados para defender as praças, Fronteiras e Costas do Império como auxiliares do Exército de Linha*”; já o artigo 118 estipulava as situações em que tal atitude poderia ser tomada:

*Os corpos destacados não poderão ser retirados da Guarda Nacional senão em virtude de Lei especial. Dado porém o caso de rebelião, ou de invasão repentina de inimigos no intervalo das Sessões da Assembléa Geral, o poderão ser, por Decreto do Governo no município da Corte, e por ordem dos Presidentes nas Províncias, dando-se conta á Assembléa Geral logo que estiver reunida.*²⁴⁷

A necessidade de ampliação da arregimentação de mais soldados para as fileiras do Exército de linha, na medida em que a guerra tomava proporções cada vez maiores e exigia atitudes nesse sentido, acabou demandando o destacamento militar de indivíduos que em condições normais não teriam tal obrigação, como era o caso dos guardas nacionais. A situação iria se tornar mais crítica após a expulsão dos paraguaios do território nacional em inícios de 1866, quando a prática do destacamento de guardas para a guerra esbarrava em questões legais, já que a Lei 602 de 19 de setembro de 1850 que regia a

²⁴⁷ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, Tomo 11, Parte 1ª, Secção 45, Lei nº602 de 19 de setembro de 1850, p.337.

Guarda Nacional, “*não era clara em relação ao prosseguimento dessa cooperação quando a campanha fosse levada para território de um outro país*”.²⁴⁸

A Guarda Nacional havia sido criada no Brasil através de lei de 18 de agosto de 1831, a partir da influência de lei francesa de março de 1831 que reformulou a organização da guarda francesa. De acordo com Jeanne Berrance de Castro, a Guarda Nacional vivenciou três grandes fases em sua existência:

*A primeira fase, grosso modo, a da Menoridade, vai de 1831 até a reforma da Lei em 1850, quando a corporação, como força de grande contingente popular, atuou de forma direta e intensa na campanha da pacificação nacional. A segunda fase, que abrangeu o Segundo Reinado, de 1850 a 1889, caracterizou-se pelo início da aristocratização dos seus quadros dirigentes, transformando-se depois em milícia eleiçoeira – força de oficiais sem soldados. Finalmente, na terceira fase, a republicana, irá verificar-se a absorção da milícia cidadã pelo Exército, como força de segunda linha, assim conservando-se até seu total desaparecimento em 1922.*²⁴⁹

Surgida em um momento bastante crítico da formação histórica brasileira (abdicação de D. Pedro I e início do conturbado período regencial), fôra idealizada como uma força militar que fosse capaz de auxiliar o Exército e atuar com funções policiais, tendo assim de trabalhar a serviço da manutenção da ordem interna.²⁵⁰

A Guarda Nacional fornecia destacamentos para fora dos municípios, em defesa das praças, costas e fronteiras, como auxiliar do Exército. No caso de insuficiência da tropa de linha ou de polícia, dava o número necessário de homens para escolta das remessas de dinheiro ou de outros bens nacionais, condução de presos ou condenados, socorro aos municípios conflagrados ou em caso de incursão de malfeitores. Às Câmaras Municipais cabia fazer a repartição dos elementos da Guarda Nacional e fixar as paradas. Os oficiais eram eleitos por quatro anos, com exceção do major e do chefe de legião, que deviam ser conservados enquanto bem servissem. Cabia, igualmente, ao governo a faculdade de suspender

²⁴⁸ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.27, 2001, p.88.

²⁴⁹ CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ed. São Paulo: Civ. Brasileira, p. 274-298, 1984. Tomo II. V4, p.274.

²⁵⁰ Id. Ibidem. p.276.

*os oficiais e, temporariamente, os exercícios e revistas, bem como a de suspender ou dissolver a própria Guarda Nacional, se assim julgasse conveniente, como fez com os corpos de Milícias e de Ordenanças. Os oficiais, uma vez mobilizados, ficavam sujeitos à lei e disciplina do Exército e recebiam os mesmos soldos, etapas e vencimentos dos de linha.*²⁵¹

O primeiro regulamento da milícia determinava que a guarda deveria ser composta por todos brasileiros com idades entre 21 e 60 anos e com renda equivalente à dos eleitores (100\$ réis), configurando-se enquanto um corpo de “cidadãos” (dentro dos critérios censitários estabelecidos pela Constituição de 1824). Apesar de reconhecer a quantia de 100\$ réis como um valor bastante diminuto no critério de ingresso para o “*patamar da sociedade política, como eleitor de primeiro grau e membro da Guarda Nacional*”, Magali Gouveia Engel ressalta que

*havia, pois, verdadeiro abismo entre, de um lado, os cidadãos ativos (com renda mínima de 100 mil-réis anuais), que compunham a Guarda Nacional, e de outro, os não-cidadãos (cativos e libertos) e os cidadãos passivos (que não possuíam renda mínima para serem eleitores em 1º grau).*²⁵²

Além do mais, a milícia expressava simbolicamente a hierarquia excludente e elitista da nação que se construía. Nesse sentido, a autora coloca em suspenso a idéia de um caráter democrático atribuído à instituição nos estudos de Jeanne Berrance de Castro²⁵³, na medida em que a guarda era restrita a alguns poucos homens livres e proprietários, reproduzindo os critérios de diferenciação social baseados na fortuna e na cor. Ainda segundo Magali Engel, o fato de existir a inserção na Guarda Nacional de “*filhos livres de pais escravos, nascidos de mães livres ou libertas*”, não minimizava o quadro excludente da milícia, em virtude do irrisório contingente proveniente dessa camada social.

Em sua fase inicial, a Guarda Nacional teve um papel importante na repressão às revoltas populares ocorridas na primeira fase da regência.

²⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, pp.119-120

²⁵² ENGEL, Magali Gouveia. Guarda Nacional. In: VAINFAS, Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.318-319.

²⁵³ Especialmente *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

Enquanto uma força paramilitar que atuava em todo o território do império, organizada localmente, responsável pela ordem pública e dirigida, sobretudo, pelos notáveis locais, a milícia acabou se tornando um poderoso mecanismo de controle social. Nesse sentido, sublinha José Murilo de Carvalho:

*concebida no início como um instrumento liberal para retirar do governo o controle sobre os meios de coerção, ela [a Guarda Nacional] foi rapidamente transformada em instrumento de controle das classes perigosas urbanas.*²⁵⁴

Uma segunda fase da instituição tem início no ano de 1850 quando a instituição passou por reforma em sua legislação. Com a lei nº602 de 19 de setembro de 1850, a Guarda Nacional passou a ser diretamente subordinada ao ministro da justiça e aos presidentes de província. A nova lei também ampliou as exigências referentes às rendas exigidas “*para a ocupação dos postos do oficialato, restringindo ainda mais as condições de acesso aos postos superiores da hierarquia militar*”.²⁵⁵ A mudança no sistema de preenchimento das vagas do oficialato foi uma das mudanças mais sensíveis da reforma, ao acabar com o mecanismo da eleição no suprimento dessas vagas, substituindo-o pelo da nomeação a ser realizado pelo poder central a partir da indicação do presidente de província. Assim, os quadros de oficiais da Guarda Nacional passaram a ser compostos essencialmente por ricos proprietários de terra, que recebiam suas patentes a partir de então, ou do ministro da justiça ou do presidente de província.

A reforma da Guarda Nacional estava inserida em um conjunto de medidas centralizadoras levadas a efeito no Brasil império, a partir de meados de 1840, que visavam consolidar o centralismo oligárquico e a unidade nacional em função do temor provocado pelo risco da fragmentação política experimentado durante a regência.

Nessa perspectiva, Wilma Peres Costa expressa com bastante clareza o sentido da reforma da guarda de 1850.

²⁵⁴ José Murilo de Carvalho APUD COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996, p.51.

²⁵⁵ ENGEL, Magali Gouveia. Op. Cit. p.320.

A Guarda era uma milícia civil, que foi concebida como instrumento para retirar do Estado os meios de coerção, ou, em outras palavras, a monopolização da violência. Sendo uma força não profissional, embora de caráter obrigatório para o restrito número de cidadãos políticos (em relação à maior parte da população que era excluída da cidadania pelo critério do voto censitário), ela podia atuar em duas direções opostas: como colaboração entre o poder privado e poder público, na manutenção da ordem e na repressão das classes perigosas (como na primeira fase da regência contra as revoltas nativistas) e como instrumento das oligarquias regionais em sua resistência aos impulsos extrativos do Estado (como nas revoltas de proprietários contra a Interpretação do Ato Adicional e a Reforma do Código de Processo). Com a Reforma da Guarda Nacional em 1850, procurou-se neutralizar esse segundo aspecto, fazendo com que todos os comandos passassem a depender de nomeações do governo central. Com essa medida, o controle da Guarda Nacional passou às mãos do partido no poder, por meio dos presidentes de província, que nomeavam os comandos e distribuíam as patentes mediante um complexo processo de transação com os quadros partidários locais. Tomou então o caráter de “partido armado”, que fez dela instrumento fundamental do jogo eleitoral e das “câmaras unânimes” que caracterizaram o segundo reinado.²⁵⁶

Apesar de ser uma força paramilitar com funções diversas como “defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a Ordem e a tranqüilidade pública”, a Guarda Nacional tinha também, como atribuição primordial estabelecida em lei, “auxiliar o Exército de Linha na defesa das Praças, Fronteiras e Costas”.²⁵⁷ Entretanto, sua grandeza numérica não se expressava numa força militar efetiva, pelo contrário, funcionava muitas vezes como um empecilho na arregimentação de soldados para o Exército, e a tropa de linha, na medida em que era atribuída aos seus membros a isenção do recrutamento. Daí o conflito quase generalizado criado pelo decreto imperial ao destacar corpos da guarda para o serviço da guerra contra o Paraguai. Não é à toa que no decorrer da guerra “os limites e as fraquezas da Guarda Nacional tornaram-se consensuais”²⁵⁸, ao não suprir as expectativas depositadas sobre a instituição quanto a sua capacidade de auxiliar o Exército em um estado de guerra.

²⁵⁶ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996, p.54.

²⁵⁷ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, Tomo 11, Parte 1ª, Secção 45, Lei nº 602 de 19 de setembro de 1850, p.314.

²⁵⁸ DORATTIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: Uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.113.

O tema da utilização da Guarda Nacional como força militar a ser destacada para a guerra foi assunto delicado dentro dos debates reservados travados entre os generais brasileiros do Conselho de Guerra quando de uma reunião, em 20 de janeiro de 1865, convocada pelo ministro da Guerra, general Henrique de Beaurepaire Rohan. Uma das questões mais debatidas nessa reunião foi justamente a resistência da Guarda Nacional em responder a convocação oficial. Dentre as saídas apresentadas pelos militares para contornar as resistências da milícia, a idéia de estender aos guardas nacionais, que não haviam sido designados para o serviço da guerra, os mesmos direitos dos recém criados Corpos de Voluntários da Pátria, desde que se apresentassem nas condições exigidas pelo decreto 3371, foi uma delas. No entanto, se essas medidas não surtissem os efeitos desejados, na “sugestão” do brigadeiro José Antônio Pereira Lago, deveria dispor-se do expediente do recrutamento forçado.²⁵⁹

*Se a força cívica e a Guarda Nacional não correspondem às necessidades da Guerra é de absoluta necessidade proceder o recrutamento forçado, não só na população, como na própria Guarda Nacional.*²⁶⁰

Pelo decreto nº3383, já citado anteriormente, a província do Ceará deveria destacar um total de 1060 guardas para o serviço da guerra. Organizar e remeter estes contingentes exigidos pelo governo imperial tornou-se uma das questões mais delicadas e complexas dentro do processo de mobilização militar empreendido na província cearense. Dentre os inúmeros percalços enfrentados, um dos primeiros que se apresentavam era a própria desorganização e falta de estrutura da milícia no Ceará, o que de certa forma era uma realidade em todo o Império, com exceção, talvez, do Rio Grande do Sul.

Ainda no início do conflito, em 1865, o presidente Rodrigues Pereira já chamava a atenção para o estado “*nada lisongeiro*” da guarda cearense.

²⁵⁹ SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2ed. Rio de Janeiro: MAUAD: ADESA, 1996, pp.38-39..

²⁶⁰ APUD SOUSA, Jorge Prata. *Op. Cit.* p.39.

*O estado da guarda nacional não é lisongeiro; quase todos os corpos estão por fardar e falta-lhes instrução: o que é perfeitamente explicável n'uma província em que a subsistência se tem tornado caríssima n'estes últimos annos, e onde os trabalhos agrícolas, praticados quase exclusivamente por braços livres, dificultam as reuniões em que a guarda nacional possa receber a necessária disciplina.*²⁶¹

Noutro momento, dessa feita, o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello também se queixava do estado da milícia e da conseqüente dificuldade enfrentada no aquartelamento dos guardas designados.

*O serviço de designação de guardas nacionaes para o destacamento de guerra fez-se com mais difficuldade. Não desconheceis as condições desfavoráveis em que se acha entre nós essa milícia, a qual em alguns lugares só existe de nome. Devemos ao paiz a verdade inteira, e a experiência, que tivemos, parece haver convencido a todos da necessidade de uma reforma radical n'essa instituição.*²⁶²

Um quadro desalentador da situação da milícia e em especial do Guarda Nacional, também pode ser encontrado no ofício redigido pelo coronel, João Antonio Machado, comandante superior da capital, destinado ao Tenente Coronel Comandante José Nunes de Mello, publicado na seção “*Publicações Solicitadas*”, presente nas páginas de *O Cearense* de outubro de 1865. No início do texto, o coronel relatava as circunstâncias das dificuldades enfrentadas para dar conta, tanto do serviço de designação dos contingentes de guardas que o batalhão da capital deveria concorrer para a guerra, como no serviço de guarnição da capital em virtude do reduzido número de guardas nacionais.²⁶³

(...) Diariamente são satisfeitas requisições de escoltas para condução de criminosos e outras diligências, não só n'esta capital, como para o interior da província, acontecendo por isso, e pela insufficiência da força, dar-se o maior atropello, a ponto de não

²⁶¹ Relatório com que foi entregue a Administração da Província ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo excelentíssimo senhor doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865, p.8.

²⁶² Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província, o excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na primeira sessão da vigésima segunda legislatura em 1 julho de 1866: Concurso prestado pelo Ceará para a sustentação da guerra com o Paraguay, p.7.

²⁶³ Jornal O Cearense, Fortaleza, 15 de outubro de 1865, Publicações Solicitadas: Quartel do 1º batalhão da guarda nacional da capital, em 27 de setembro de 1865, p.2.

tirarem os pobres guardas as correias das costas, e levarem 2 e 3 dias consecutivos de guarda. (...) não é absolutamente possível, que com a força destacada com que conta o governo, o serviço da polícia e da guarnição da praça, possam ser feitos com a regularidade que é de desejar.

Assim, diante do reduzido número de guardas disponíveis, juntamente com a sobrecarga de atribuições, inviabilizava-se, por exemplo, a punição disciplinar de faltas cometidas, seja para não desfalcar ainda mais os quadros da milícia, seja pela própria condição de sobrevivência do guarda e de sua família.

O soldado commette a cada momento faltas, que deixam de ser punidas, como convém a disciplina militar, em atenção a esse atropelo que vive, accrescendo mais a falta de meios que tem para manter-se e às sua famílias.

O vencimento de 490 réis, que diariamente percebem, e que só lhe é pago de 15 e 15 dias, não é por certo bastante para alimentarem-se, andarem limpos e sustentarem muitas vezes à 6 e 8 pessoas de família.

Causa lastima na verdade, o estado a que se acha reduzida esta milícia.

Um cidadão guarda nacional, muitas vezes anda farroupilha pelas ruas, mendigando o obolo da caridade pública, para mitigar a fome e cobrir a nudez de sua desditosa família!!! Isto porque não tem o descanso que lhe concede a lei, para poder agenciar outro meio de vida, com que possa matar a fome de seus filhos!!!!

Poder-se-ia argumentar que tanto as queixas dos presidentes de província como as dos comandantes superiores, acerca do estado da Guarda Nacional cearense, funcionariam na verdade como uma desculpa para o fracasso total ou parcial no cumprimento das ordens, disposições legais e solicitações baixadas pelo governo central. Sem dúvida que essa hipótese poderia ser aplicada para alguns casos; entretanto, a julgar pela abundância dos relatos dessa questão presente nos jornais, relatórios, ofícios e correspondências oficiais à época da guerra, nos fazem crer que efetivamente a situação da milícia era extremamente precária. Além do mais, outros estudos que abordaram espaços de tempo mais distendidos também detectaram os péssimos estados de funcionamento da guarda no Ceará.²⁶⁴

²⁶⁴ Ver RAMOS, Xislei Araújo. *“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. Fortaleza: 2003, 213p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

Dessa maneira, diante das circunstâncias que estavam postas, território invadido, lentidão na organização da ofensiva militar, ausência de contingentes suficientes para o esforço de guerra, o governo imperial tomou como uma de suas primeiras medidas o destacamento de guardas nacionais a fim de incorporá-los às tropas de linha em ação no Prata.

Visando então cumprir o decreto nº3383, de 21 de janeiro de 1865, o presidente da província enviou, em 22 de fevereiro de 1865, para os Comandos Superiores da Guarda Nacional cearense uma série de instruções²⁶⁵ que deveriam ser observadas durante o processo de destacamento dos guardas nacionais solicitados pelo referido decreto. Os 24 artigos das instruções são de fundamental importância na medida em que nos oferecem uma boa base empírica acerca dos ditames legais que regiam a prática do destacamento dos guardas nacionais no Ceará.

Apesar de o governo imperial ter pressa na mobilização das forças da Guarda Nacional, as disposições legais regentes do processo de destacamento das tropas da milícia representavam um verdadeiro emaranhado legal, tornando-se então, extremamente

*difícil definir quem não possuía isenções legais. Empregados públicos, comerciários, arrimos de família, funcionários do telégrafo, membros da reserva da Guarda Nacional, empregados dos arsenais, comerciários, todos podiam apresentar as mais variadas razões para serem dispensados.*²⁶⁶

O conjunto de isenções legais que regiam a prática do destacamento de corpos da Guarda Nacional (e também o recrutamento para o Exército de uma forma geral) para a guerra transformava tal expediente deveras demorado e desgastante.²⁶⁷ O lento processo de troca de ofícios entre os comandantes da Guarda Nacional, autoridades militares provinciais e o Presidente de Província, com o intuito de averiguar se determinado indivíduo possuía ou não isenção legal, prolongava-se muitas vezes por meses. Essa questão era tema bastante

²⁶⁵ Ver o Anexo 1 a essa dissertação.

²⁶⁶ IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.179-208, 2004, p.192.

²⁶⁷ Um aspecto sintomático dessa questão, é que dos 24 artigos presentes nas instruções do presidente da Província, nada menos do que 17 versavam sobre esse tema.

recorrente nas falas e relatórios dos presidentes que passaram pelo Ceará à época da guerra contra o Paraguai.

Expedi sempre as mais terminantes ordens para os contingentes de guerra.

Se muito não fiz, foi por que muito não era possível; todavia, durante minha administração, remetti para a corte o número de praças constante da relação infra.

Attendi sempre as isenções legaes e procurei não afugentar da lavoura os homens dedicados ao trabalho e que não estão, no rigor das instruções do governo, sujeitos ao serviço do exército. Luta a presidência com immensa diffículdade, como V. Exc. conhecerá: as queixas e reclamações, as vezes infundadas, contra as autoridades recrutadoras, roubam grande parte do tempo destinado aos trabalhos administrativos de outra ordem.

*Os desgostos são profundos, e o administrador da província é injusto e inexorável na opinião de alguns, que, em boa fé, encheram em circunstâncias desconsideradas ou não contempladas nas disposições que regem a matéria.*²⁶⁸

Após receber o comunicado do governo provincial, o comandante superior ou comandante de corpos, ou também, o capitão das companhias, deveria proceder da seguinte forma: primeiro, fazer o alistamento dos guardas que se apresentassem voluntariamente, remetendo-os com a maior brevidade ao chefe mais graduado do município, respeitando os critérios legais que demarcavam inaptidão para o serviço (moléstia ou estatura abaixo do estabelecido); segundo, em caso dos voluntários não serem suficientes para completar o contingente exigido aos corpos de cada um dos comandos, o responsável deveria reunir os *conselhos de qualificação* ou *designação*, a fim de designar os guardas nacionais aptos para o serviço da guerra e que completariam a cota estabelecida ao comando (a designação deveria ser proporcional ao número de praças de cada companhia, sendo que o mínimo seria 3 e o máximo 5). Até aí, o processo parecia ser razoavelmente simples. Entretanto, a situação se complicava a partir da segunda etapa, justamente o momento da apresentação das isenções legais que assistiam aos milicianos e a forma como os mesmos deveriam proceder no questionamento à sua designação. A lista de isenções, juntamente com o processo a ser seguido pelo

²⁶⁸ *Relatório com que o Exmo. Senhor Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, primeiro vice-presidente, passou a administração da mesma, ao Excellentissimo senhor doutor, Pedro Leão Vellozo, no dia 16 de novembro de 186: Alistamento de voluntários da pátria, prisão de designados e recrutamento, pp.6-7.*

responsável da designação na defesa e justificação de sua resolução, é imensa e em vários momentos nebulosa (como já me referi em nota, ver as instruções no anexo 1 desta dissertação). Vejamos o que dizia o presidente Ignácio Marcondes Homem de Mello acerca dessa questão.

Já se procedeu o conselho de designação e de revista em quase todas as paróchias, mas até hoje apenas se acham aquartelados n'esta capital 21 guardas nacionais.

Já reinterei as praças recommendações aos commandantes superiores para redobrem de esforços e actividade, afim de serem fornecidos pelos respectivos corpos os contingentes com que devem contribuir²⁶⁹. Retarda esse serviço o crescido número de recursos providos pelo conselho de revista, o que é principalmente devido ás irregularidades das qualificações, que serviram de base aos trabalhos da designação.²⁷⁰

De fato, a maioria dos guardas nacionais não comparecia às reuniões de apresentação marcadas pelos comandos da Guarda Nacional. De acordo com as disposições legais, durante essas reuniões deveriam ser formados os conselhos de qualificação que ficariam responsáveis pela designação dos guardas. Os que se apresentavam normalmente possuíam isenção legal, e a outra parte, a maioria esmagadora fugia e se esquivava tanto quanto possível da designação para a guerra. Sobre as isenções, um aspecto interessante foi o fato de que com o prolongar da guerra muitos buscaram esquivar-se da mesma arrumando alguma isenção, como por exemplo, casando-se e constituindo filhos. Sobre essas questões observemos um ofício do Tenente Coronel e Comandante, Joaquim da Cunha Freire.

Tendo hontem passado revista ao B^m. sob meo commando, na povoação de Soure, onde formarão trezentos e vinte e sete praças (...), não encontrei entre os guardas, algum que estivesse nas condições de faser parte dos corpos destacados, chamados a serviço pelo Decreto de 13 de março último²⁷¹. Logo que me forão

²⁶⁹ A divisão dos contingentes que cabia ao Ceará, foi feita por Comando Superior da província, ficando da seguinte forma: Fortaleza-180, Aracati-100, Icó-126, Crato-124, S. João do Príncipe-80, Sobral-150, Granja-56, Imperatriz-76, Baturité-64, Ipú-80 e Saboeiro-24, totalizando 1.060 Guardas.

²⁷⁰ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província, o excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na segunda sessão da vigésima primeira legislatura em 6 julho de 1865, p.11.

²⁷¹ Além do decreto nº3383, de 21 de janeiro de 1865, que destacava 1060 guardas nacionais cearenses, outros dois foram emitidos pelo governo imperial ao longo do conflito: o de nº3714

transmittidos por VS^a as ordens da presidência a respeito da execução do decreto citado, dei providência no sentido de aquartelarem os guardas (...), e tendo conseguido apresentar no quartel desta cidade 39 designados forão soltos 16 e embarcarão 23, menos 8 apenas do que o 1º B^{am} e mais que todos os outros Batalhões do commando superior desta capital. Acredito por tanto, que não tendo hontem comparecido guarda algum no caso de aquartelar (...), posso antecipar a declaração que amanhã, dia fixado para o aquartelamento, ninguém se apresentará. Entretanto espero que as ordens que expedi para captura delles, surtirão algum effeito, embora a sagacidade com que evitam de ser presos, quer homiziando-se nos mattos e serras do distrito, quer emigrando para fóra d'elle. Além disto é preciso dizer que a gente que o B^{am} tinha apta para a guerra, está muito reduzida em número.

*Foram voluntários e designados de dois contingentes, e que ao resto, a maior parte tomou estado, visto que a guerra prolongando-se por mais de dous annos tem dado tempo para elles casarem e terem filhos. Os poucos que ficarão, são esses que as minhas escoltas procurão hoje prender.*²⁷²

Os conflitos então se acirravam ainda mais no momento em que o guarda nacional era designado. Uma primeira estratégia para escapar do serviço da guerra seria recorrer a alguma isenção legal que porventura possuísse. Nesse sentido, a documentação em torno desse tema sobeja nas correspondências e ofícios trocados entre os comandantes superiores da Guarda Nacional e o presidente da província.

*Cumprindo o despacho de V. Exca. exarado no requerimento que devolvo, de João Rodrigues Gomes tenho a declarar a V. Exa. que segundo as informações ministradas a este Commando pelo Com^{te} do respectivo B^{am} a que pertence o Supp^e, elle é remisso ao serviço, não tem isenção e vive amancebado.*²⁷³

Noutro ofício também podemos encontrar:

Em cumprimento ao despacho de VEx lansado no requerimento do GN designado João Pereira do Nascimento, que devolvo tenho a informar que o referido g^a foi por mim designado em

de 6 de outubro de 1866, destacando mais 700 guardas, e o nº1809 de 13 de março de 1867, destacando 600 guardas para o serviço da guerra. Voltaremos mais adiante a esses decretos.

²⁷² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos (1864-1869). Local: Fortaleza. Ofício do Tenente Coronel Comandante, Joaquim da Cunha Freire, dirigido ao Comandante Superior da Capital, Comandante Superior, João Antonio Machado, 29/04/1867.

²⁷³ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos (1864-1869). Local: Fortaleza. Ofício do Comandante Superior, João Antonio Machado, para o Presidente da Província, 04/12/1866.

rasão de não ter em seu favor isenção legal – sua conducta não é boa.

A ser irmão di uma orphã, não lhe pode aproveitar, visto como é ella uma mulher maior de idade que vive em comp^a de outra mulher.²⁷⁴

São inúmeros os ofícios tratando das isenções levantadas pelos designados. Neles podemos coletar situações bastante pitorescas, como a de um guarda nacional que usou como alegativa de isenção o fato de estar freqüentando aulas de geometria.

Em cumprimento ao despacho de VS^a lançado no requerimento que devolvo do guarda do B^{am} de meo comm^{do} José Henrique Pereira de Andrade, informo o seguinte:

Nenhuma, isempção tem a seo favor o supp., que o prive do serviço de guerra como g.n. designado.

A matricula que junta, não lhe pode aproveitar, pois que é por todos sabido, que elle não freqüenta a aula.

O ser ouvinte em uma escolla, não lhe dá o direito a dispensa do serviço (...).

O supplicante tem procurado por todos os meios furtar-se do srviço da g.n., e foi essa a rasão por que se matriculou na aula de geometria, para logo deixar de frequental-a e isto fez estando destacado, e em virtude de proteção que encontrou.

O supp. como GN é por demais desobediente e insubordinado para com os seus superiores, e como particular de nenhuma sympathia gosa pelo seu modo pouco respeitoso.²⁷⁵

Desse modo, diante da ausência e da fuga dos guardas nacionais às reuniões dos conselhos de designação, que tinham o papel legal de destacar para a guerra os milicianos em condição, dar-se-ia então, por um lado, a intensificação por parte das autoridades recrutadoras da captura dos guardas designados e de recrutas e, do outro, a aguerrida resistência da população contra o recrutamento. Tal situação gerou um sem número de agressões, mortes, fugas e dramas individuais ou coletivos, lesões e perseguições. Nas diversas fontes pesquisadas, encontramos um quadro dantesco do processo de arregimentação dos contingentes militares para a guerra na Província do Ceará, com denso vermelho de sangue. As arbitrariedades eram de toda ordem, tencionando as estruturas sociais, políticas e econômicas, os acordos

²⁷⁴ Id. Ibidem. Ofício do Tenente Coronel Comandante, José Nunes de Mello, dirigido ao Senr. Coronel João Antônio Machado, Comandante Superior da GN, 15/11/1866.

²⁷⁵ Id. Ibidem. Ofício do Tenente Coronel Comandante, José Nunes de Mello, dirigido ao Senr. Coronel João Antônio Machado, Comandante Superior da GN capital, 14/11/1866.

de compromisso não escritos, os laços de dependência e deferência, dentre outros.

A intensificação das batalhas, agora em território paraguaio, e, principalmente, as doenças e a insalubridade dos acampamentos aumentavam as baixas nas tropas brasileiras. Além do mais, o Império assumiu uma estratégia em que a única possibilidade cogitada era a obtenção de uma vitória militar completa;²⁷⁶ o que significava não apenas expulsar as tropas paraguaias do território brasileiro, mas efetivamente tirar Solano López do poder. Essa estratégia prolongou demasiadamente o conflito, custando caro ao regime monárquico, como a posteridade atestou. Mas, custou ainda mais caro para aqueles que tiveram suas vidas ceifadas no campo de batalha.

Assim, traçada a estratégia, desencadeou-se um verdadeiro efeito dominó na busca por contingentes, onde governo imperial pressionava os presidentes de província, que pressionavam os comandantes superiores da Guarda Nacional e autoridades militares, que pressionavam seus comandados que no fim desse processo buscavam soldados nas mais variadas brenhas desse país.

Em relatório acerca de sua comissão recrutadora pelo centro da província, o Tenente Coronel Comandante, José Nunes Mello, nos oferece um painel bastante representativo dos ânimos da população sertaneja cearense para com o processo de designação de guardas nacionais e de captura de recrutas para o Exército.

Com a notícia de minha vinda, se occultarão aquellas pessoas, que estavam nas condições do recrutamento, e o mesmo acontece por aquellos lugares por onde transitei. Não obstante isso, me exforçarei para remetter com brevidade o maior n° de recrutas e designados que for possível.

(...) Não encontrei para fazer seguir, os GN^{es} que tem de formar o contingente de guerra, que devi dar esta Com^a, isto pelas dificuldades com que luta o Com^e superior para a captura delles (...).

De combinação com o mesmo Com^e Sup^{or} e delegado de polícia, vamos proceder a captura delles (...).

No dia 17 pretendo partir com huma força de 30 praças montadas para a V da Telha, afim de proceder ali recrutam e capturar

²⁷⁶ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.27, pp.84-109, 2001, p.104.

os designados, deixando o resto da força nesta cidade a disposição do Delegado e Comm^e Sup^{or}.

*He opinião geral de que as ecoltas devem partir a cavallo, sahindo occultamente, e neste sentido vou proceder.*²⁷⁷

O Capitão e comandante interino da Guarda Nacional, José Francisco Salles, justificando, em novembro de 1866, ao presidente da Província a não remessa do contingente de guardas designados exigido ao seu batalhão, relatava como causa o fato de *“si ter a população internado para as brenhas que para capturar a alguns é necessário busca-los nas mesmas como feras”*²⁷⁸. Ainda sobre essa questão, Silvestre Pereira Caminha, Tenente Coronel Comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional de infantaria do Aracati, após organizar um mapa da força comparecida à revista no seu batalhão, em 24 de fevereiro de 1867, atribuía a existência de muitas vagas de oficiais em aberto e o baixo comparecimento de praças, *“ao grande terror que ainda existe de designação para o serviço da guerra”*.²⁷⁹

Desde fins de 1865 em diante, a impopularidade da guerra crescera enormemente entre os cearenses. Ao contrário do apoio dado no primeiro ano, os anos de 1866-1870 assistiram a um arrefecimento do “patriotismo” da população, justamente no período em que o império mais solicitou soldados para pôr em prática sua estratégia de guerra. Sintomaticamente, a imprensa cearense que *“clamou de forma uníssona para que a população masculina lutasse pela pátria”* desde o início das hostilidades com o Uruguai (1864) — sendo esse fato inclusive o estopim da declaração de guerra do Paraguai ao Brasil —, não tinha mais o entusiasmo inicial. Embora tentasse ainda *“aglutinar as energias desalentadas do nacionalismo”*, tornaram-se raras as conclamações que outrora procuravam animar os cearenses em torno do voluntariado, sendo feitas de forma menos freqüente e ficando restritas,

²⁷⁷ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos (1864-1869). Local: Fortaleza. Quartel da força em comissão no Centro da província. Ofício do Tenente Coronel Comandante, José Nunes de Mello, dirigido ao presidente da Província, João de Souza Mello e Alvim.

²⁷⁸ Id. Ibidem. Quartel do Comando do 4º B^{am} da G.N. do Siupé no Parazinho em 28 de novembro de 1866.

²⁷⁹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios expedidos (1866-1869). Local: Aracaty. Batalhão nº 7 da G.N. de Infantaria do Aracaty: Mapa da força que compareceu na revista do dia 24 de fevereiro de 1867.

sobretudo, às páginas do jornal *Pedro II*, o representante do governo provincial.²⁸⁰

A imprensa, por exemplo, passava agora a criticar os problemas causados pelo excesso de contingentes que estavam a ser agenciados na província;²⁸¹ pois, essa grande solicitação acabava por afugentar o homem pobre livre de seus afazeres laborais, já que uma parcela significativa da população empreendia fuga do processo de conscrição. Nesse sentido, uma das primeiras localidades a se ressentir desse problema, foi justamente a região serrana de Baturité, celeiro de grande produção cafeeira e de gêneros de primeira necessidade da província à época. Em suas páginas, *O Cearense*, esbravejava contra o recrutamento imprudente posto em prática na região.

Baturité. – temos a vista cartas d'essa cidade que dão a safra de café em perigo de perde-se com gravíssimo prejuízo do comercio grosso d'esta cidade, porque o recrutamento imprudente do commandante superior Manoel Antonio de Oliveira tem levado o alarme, o terror, e posto em fuga todos os trabalhadores. E' tempo de colheita, e carga de café está se perdendo por falta de apanhadores.

*Baturité já tinha dado perto de 200 voluntários, parecia que, em atenção a tal exponteneidade, e ás circunstancias attendiveis de ser o primeiro centro agrícola da província, devia ficar livre do recrutamento.*²⁸²

A questão da mão-de-obra foi, sem dúvida alguma, um dos pontos mais delicados da guerra. As preocupações com o esvaziamento de braços nas lavouras do império não eram exclusivas do Ceará, mas de caráter nacional.²⁸³ Praticamente todos os presidentes que passaram pela província cearense trataram esse tema com atenção especial. Além dos problemas no processo de arregimentação de guardas designados e de recrutas para o Exército que já

²⁸⁰ RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit. pp.149-151.

²⁸¹ O jornal *O Cearense*, por exemplo, em 22 de outubro de 1865, discorria em longo editorial, sérias críticas e comentários acerca do excesso de contingentes arregimentados na província, números esses, bem superior à de muitas províncias mais populosas do Império. Segundo o jornal, de janeiro de 1865 até outubro, o Ceará já teria concorrido com 2 200 homens. Dessa maneira, questionava o jornal: “Quando províncias tão populosas e ricas, onde as estações correm regulares, como Minas e São Paulo, não tem, guardada a devida proporção, apresentado metade do contingente cearense, será justo que o Ceará, província pobre, sujeita às seccas, sem escravos, e que há pouco foi açoitada pelo flagello da chólera, continue sob a pressão aterradora d'um recrutamento exagerado?”

²⁸² Jornal *O Cearense*, Fortaleza 2 de setembro de 1865, Noticiário: Baturité, p.3.

²⁸³ RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit. pp.151-152.

vínhamos tratando, o presidente Mello Alvim também listava a preocupação com o não desfalque de mão-de-obra.

Apezar, porém, dos grandes esforços que empreguei para completar com a máxima brevidade possível os contingentes, não pude superar alguns obstáculos que se me antepunham.

*De um lado, além da desorganização em que se acha a guarda nacional, sem qualificação regulares, sem a menor idea de disciplina, acresciam as exarcebações partidárias, próprias da epocha eleitoral que acabamos de atrevessar; de outro, o cuidado de não desfalcar a lavoura e as industrias nascentes da província, arrancando-lhes os braços e auxiliares de que necessitam; e tantas outras causas reunidas se collocaram entre os meus esforços e os instantes pedidos do governo para que os contingentes ficassem completos.*²⁸⁴

Nestas circunstâncias, havia uma espécie de consenso e uma orientação oficial, ora explícita ora dissimulada, de que o recrutamento deveria recair preferencialmente sobre os desclassificados sociais: “vadios”, jogadores, criminosos, desordeiros etc. Podemos encontrar em várias justificativas de designação de guardas nacionais ou de recrutamento, tanto o destaque das características de “má conduta” do recrutado, como o caráter punitivo a ser aplicado através do serviço militar.²⁸⁵

O Comandante Superior, João Antonio Machado, em resposta ao presidente sobre o requerimento do guarda designado, João Rodrigues Gomes, justificava a designação do mesmo para o serviço da guerra, por este ser remisso ao serviço, não ter isenção legal e viver amancebado.²⁸⁶ Em comunicado ao presidente Pedro Leão Velloso, o chefe de polícia, João F. Meira do Nascimento, informava que o recruta recolhido, José Custodio, era

²⁸⁴ *Relatório com que o Exmo. Senhor tenente-coronel de engenheiros, João de Souza Mello e Alvim, Presidente da Província do Ceará, passou a administração da mesma ao Excellentíssimo senhor 1º vice-presidente, Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867, p.4.*

²⁸⁵ A questão do recrutamento, como um forte mecanismo de controle social e disciplinamento dos setores subalternos da sociedade brasileira do dezenove, já foi objeto de reflexão em alguns estudos. Para uma visão geral dessa questão no Brasil ver GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; sobre um estudo detalhado do caso cearense, ver RAMOS, Xislei Araújo. Op. Cit.

²⁸⁶ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos (1864-1869). Local: Fortaleza. Quartel do Commando Superior no Ceará, 04/10/1866.

casado, mas que não vivia maritalmente, sendo descrito como vagabundo.²⁸⁷ Em réplica a um requerimento de soltura perpetrado por Manoel da Costa dos Anjos pedindo a liberação do seu filho designado para a guerra, dirigida ao comandante superior da guarda, o Coronel Comandante José Nunes Mello, relatava:

O filho do suplicante não lhe serve de arrimo, não mora com elles e sim com uma mulher solteira com quem a muito está. A conducta q' tem apresentado é má, é dado ao vício da embriaguez e neste estado é desordeiro. O próprio pai, q' vive constantemente bêbado e cahido pelas ruas – não tem escapado as fúrias de seo filho.

*Acresce mais q' o filho do suplicante, por faltas commetidas no serviço, tem concorrido para fuga de criminosos pelo que já respondeo no jury.*²⁸⁸

Além das questões legais que limitavam e dificultavam o recrutamento militar de uma forma geral, existia também um conjunto de regras não escritas que determinavam quem poderia ou não ser recrutado, baseadas nos laços de fidelidade e reciprocidade com poderosos locais e familiares, tornando a situação ainda mais complexa e conflituosa. Assim, o ato de recrutar homens para as forças militares no Brasil, não só durante a guerra, mas principalmente, transformava-se numa verdadeira hecatombe social produzindo medo, insegurança e desconfiança na população em geral e especialmente naqueles que não possuísem algum apadrinhamento ou isenção legal.

Encontramos também várias situações em que se recomendava o recrutamento como um expediente punitivo. Foi o caso de dois indivíduos envolvidos em conflito de médias proporções ocorrido na localidade denominada de Boqueirão, entre Icó e Aracaty. Os dois, segundo consta no ofício do Tenente Coronel Comandante, José Nunes Mello, haviam participado de uma luta aguerrida desencadeada na defesa de um guarda nacional designado, a fim de evitar-lhe a prisão. Após descrever os fatos, o Tenente Coronel, era enfático em sua sugestão ao presidente da Província: “*assim,*

²⁸⁷ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia do Ceará. Série: Ofícios expedidos (1867-1868). Caixa: 07. Ofício do Chefe de Polícia, João F. Meira do Nascimento, dirigido ao presidente Pedro Leão Veloso, em 13/01/1868.

²⁸⁸ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos (1864-1869). Local: Fortaleza. Ofício do Tenente Coronel Comandante, José Nunes de Mello, dirigido ao Comandante Superior, João Antônio Machado, em 22/11/1867.

pois, me parecia acertado que V. Ex^a desse praça no exército, ou fizesse seguir como designados os dois indivíduos de que trato, independente de qualquer inscrição que por ventura possam ter, em vista do procedimento criminoso que tiverão”.²⁸⁹ O mesmo Tenente Coronel, José Nunes de Mello, recomendava ao presidente da Província, dessa feita na vila da Telha em 21 de dezembro de 1866, a designação, para o serviço da guerra, de dois guardas de sua força, envolvidos em furtos durante sua viagem em comissão recrutadora e designadora àquele termo. De acordo com o mesmo, os dois tinham comportamento “*digno da mais severa punição*”, pois seriam “*uns verdadeiros reos de polícia, e embora casados como são, devem ser enviados para o sul, para exemplo dos outros*”.²⁹⁰

Além do decreto nº 3383, de 21 de janeiro de 1865, que solicitava o destacamento de 1060 guardas nacionais do Ceará para o serviço da guerra, outros dois foram baixados na mesma intenção: o de nº 3714 de 6 de outubro de 1866 e o de nº 1809 de 13 de março de 1867.

TABELA 6

Guardas nacionais designados para o serviço da guerra na Província do Ceará.

	Decreto nº 3383 de 21/01/1865.	Decreto nº 3714 de 06/10/1866.	Decreto nº 1809 de 13/03/1867.	TOTAL
Quantidade	1.060	700	600	2.360

Fonte: Relatório de Presidente de Província do Ceará de 06/05/1867, p.4.

A busca pelo cumprimento destes decretos oficiais, por parte das autoridades militares da província, intensificava sobremaneira a tensão social na província. Os anos de 1866, 1867, 1868, assistiram a verdadeiras batalhas campais ocorridas nos sertões, serras e litoral cearenses. Fugas em massa da população, resgate de recrutas e guardas designados, lesões à bala, faca e cacetes, auto-mutilações, rebeliões generalizadas, perda de lavouras, conflitos armados entre facções partidárias, conflitos entre autoridades, dentre outros, ilustravam uma sociedade em estado de tensão absoluta.

²⁸⁹ Id. Ibidem. Quartel da força em Com^{am} ao Centro da Província no Boqueirão, em 06/12/1866.

²⁹⁰ Id. Ibidem. Quartel da força em Comissão na cidade do Icó, em 21/12/1866.

Dentre as inúmeras rebeliões, conflitos e resgate de recrutas, ocorridos no Ceará durante a guerra, um caso chama a atenção pela magnitude e circunstâncias envolvidas no episódio. O fato se deu em 20 de fevereiro de 1868, na cidade do Crato.

*Apresso-me a levar ao conhecimento de V. Exca o fato mais execrável de que os homens desordeiros são capazes e que todos os manejos se servem para guerriarem nesta situação. Fazendo eu recrutamento mais pacífico que pode haver, e sem se levantar clamor algum, todavia o Senhor Coronel Comandante Superior Antonio Luis Alves Pequeno Junior, Tenente Coronel Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Comandante do Batalhão da Guarda Nacional e Jose Francisco Pereira Maia em busca de popularidade, explorão o espírito de rebeldia que infelizmente vai reinando no povo, e arvorados nos seus defensores pretendem por si impedirem o recrutamento de G.N. de que se compõe a população em massa deste município, a ponto de haver simples companhias de 400 e 500 homens. Assim, tendo eu recrutado seis dos tais guardas sem nenhuma outra izempção, aqueles senhores, sabendo que o recrutamento saía hoje, apareceram exigindo a soltura dos soldados da G.N. ao que resisti; concordando entretanto em demorar a remessa dos mesmos seis guardas até que V. Exca aqui chegasse, com o que ficaram muito satisfeitos. Mas eis que já tendo eles no dia anterior expedido ordens aos Comandantes da Companhia e estes mandado notificar os soldados para a tomada dos presos, quando aqueles referidos Chefes já tinham chegado aquele acordo comigo, grandes massas de homens armados invadiram esta cidade, capitaneados pelos respectivos oficiais e o grupo de mais de 50 vindos do Sítio do mesmo Major, capitaneado por elle e Joaquim Facundo de Chaves, em cujo número forma vistos diversos criminosos de morte dos que se evadiram há pouco dessa cadeia. Desta sorte esta cidade foi hoje testemunha das conseqüências lamentáveis de seu sedicioso procedimento, e mais de mil homens, entre os quais não menos de 400 armados e cheios de exaltação enchiam as ruas desta cidade e ameaçavam a tomar a cadeia. Então se deram desordens ao pnto de haver pancadas, cabeças rachadas e por muito pouco não houve muitas mortes.*²⁹¹

Os obstáculos encontravam-se também nas resistências e empecilhos colocados pelos próprios agentes do Estado que deveriam organizar e dinamizar o recrutamento. No caso da Guarda Nacional, seus comandantes superiores. A demora no destacamento e remessa dos guardas nacionais solicitados fez com que o presidente, diuturnamente, enviasse solicitações de maior agilidade e empenho dos comandantes superiores. O fato destes,

²⁹¹ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Série: Ofícios expedidos (1867-1868). Caixa: 7. Ofício em anexo ao relatório do Chefe de Polícia da Província, João Moreira do Nascimento, enviado ao presidente da Província, Pedro Leão Velloso, em 24/02/1868.

enquanto agentes do Estado na prática do recrutamento, estarem inseridos, de uma forma geral, em “*redes locais de obrigação moral, solidariedade parental ou lealdade política*”, criava uma série de constrangimentos e embaraços no ato de recrutar, além de estabelecer uma situação de tensão com a autoridade central que solicitasse sua ação.²⁹² Em contato com o comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Sobral em julho de 1865, o presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, ficava inteirado acerca dos embaraços enfrentados por aquele comandante para a realização do destacamento dos guardas que a comarca deveria concorrer para a guerra (150 guardas) em virtude da insubordinação e falta de disciplina de diversos oficiais, que alegavam doença e mesmo falta de fardamento. Em tom ameaçador o presidente retorna ao mesmo comandante:

*Tenho a significar-me, em resposta, que deve V.S. proceder com todo rigor da lei contra os officiaes que por qualquer forma deixarem de cumprir as suas ordens, ou faltarem ao serviço sem motivo justificado, dando de tudo parte circunstanciada a esta presidência para serem tomadas as necessárias providências, fazendo inspecionar os que alegarem enfermidade e remetendo uma relação dos officiaes não fardados, com os documentos comprobatórios d'esse facto, afim de se proceder a respeito d'elles como prescreve o art. 65²⁹³ da Lei n°602 de 19 de setembro de 1850.*²⁹⁴

Ao que tudo indica, mesmo com um tom mais acintoso, evocando a norma como instrumento de intimidação, o poder de interferência do Presidente de Província sobre esses oficiais era bastante diminuto. Na prática, durante a guerra, por depender desses oficiais para a realização do recrutamento, o presidente deveria calcular bem suas ações, sob pena de inviabilizar completamente a angariação de contingentes.

²⁹² MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; RAAY, Hendrik. (Orgns) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.111-137, 2004, p.132. Ainda sobre essa questão, o mesmo autor cita um ofício de 1836 do agente de recrutamento para o Presidente da Província do Itabira, localidade de Jacuí, em que o agente afirma: “os guarda nacionais, por serem parentes, vizinhos e amigos dos que se acham nas circunstâncias de serem recrutados, nada fazem”.

²⁹³ O art. 65 da citada lei permitia ao governo e ao Presidente de Província privar dos postos os oficiais de sua nomeação nos casos de não procurarem suas patentes, assim como não se apresentarem fardados e prontos nos prazos marcados por regulamento, além da ausência do distrito de seu corpo por mais de seis meses sem licença.

²⁹⁴ Jornal O Cearense, Fortaleza, 21 de jul. de 1865, Parte Oficial (Governo da Província: expediente do dia 17 de jul. de 1865), 1ª página.

Durante os anos de mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará, os anos de 1866, 1867 e 1868 foram os mais críticos. A percepção de que a guerra se estenderia por tempo indeterminado, as notícias recebidas acerca das agruras vividas pelas tropas brasileiras no campo de batalha, as exaltações político-partidárias da província dentre outros, conjugaram-se criando um clima social de grande desconfiança e tensão. As resistências ao recrutamento produziram no Ceará verdadeiras batalhas campais pelo interior dos sertões. Com uma população arredia ao recrutamento, o governo imperial passou a lançar mão da designação obrigatória de guardas nacionais para o serviço da guerra e intensificou o recrutamento forçado. Em consequência, pelos sertões da província cearense, aumentava a violência e o número de atritos entre os agentes recrutadores e a população que desenvolvia os mais variados mecanismos de resistência ao recrutamento.

CAPÍTULO 3

O RECRUTAMENTO PARA A MARINHA DE GUERRA

As péssimas condições dos serviços navais sempre dificultaram o recrutamento. O afastamento da família, a insalubridade a bordo, os rigores da lei, as chibatadas, os ferros nos pés, a golinha ao pescoço, as intempéries climáticas, tudo isso formava o quadro desumano que fazia da Marinha um purgatório.²⁹⁵

3.1 A Armada Imperial no Brasil durante a Guerra contra o Paraguai e Recrutamento na Província do Ceará.

Arregimentar homens para a Marinha de guerra do Brasil Império não era tarefa menos difícil ou complexa do que para o Exército, já que as práticas do recrutamento apresentavam similaridades em seu caráter coercitivo e violento. Os quadros das tripulações eram preenchidos em sua grande maioria por desclassificados sociais que eram caçados em todos os portos do Império. Outro fator determinante para a ojeriza social ao serviço do mar eram as situações precárias de vida nos navios e o regime disciplinar de suplício.

O contexto da guerra contra o Paraguai colocou para a Armada Imperial, praticamente os mesmos dilemas enfrentados pelas forças terrestres no que concerne ao preenchimento dos contingentes necessários ao esforço de guerra. Engana-se quem acha que a Marinha do Brasil teve um papel secundário no conflito, ou que as dificuldades enfrentadas pela mesma foram inferiores às das tropas de infantaria. A Armada teve um papel crucial na estratégia de guerra elaborada pelos comandos militares brasileiros. O fato de as principais fortificações paraguaias margearem os rios da Bacia do Prata,

²⁹⁵ SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos na Guerra do Paraguai*. 2ed. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996, p.73.

definiram um caráter muitas vezes protagonista à Marinha, especialmente no tocante ao enfraquecimento das defesas dessas fortificações através de intensos bombardeios e isolamento das linhas de comunicação e abastecimento das forças paraguaias. A batalha do Riachuelo (junho de 1865) definiu consideravelmente os rumos da guerra, ao praticamente destruir a esquadra da República do Paraguai e cortar suas principais vias de comunicação. Além disso, o transporte de suprimentos e de tropas brasileiras, para a zona de combate, era realizado por embarcações militares, em virtude da quase que total inexistência de vias de acesso terrestres ao *front* de guerra.

O alistamento militar da Marinha se apresentava, fundamentalmente, de três formas. Primeiro, através do granjeamento de voluntários que quisessem se alistar por livre e espontânea vontade para ocupar os postos de marinheiros e soldados. Essa forma era a mais bem vista pelas autoridades por acreditarem que tal expediente possuía um aspecto mais civilizado, moralmente superior e patriótico. Como quase nunca a quantidade de voluntários era suficiente para preencher as carências de homens da Armada, havia uma segunda forma, e mais corriqueira: o recrutamento forçado. Por fim, a utilização de jovens retirados das Companhias de Aprendizes Marinheiros, instituição essa, criada justamente para tentar contornar essa grave deficiência: a falta de tripulação para os vasos de guerra.²⁹⁶

*Os capitães dos portos — responsáveis pela fiscalização de entrada e saída das embarcações —, os comandantes das estações navais — divisões regionais da esquadra — e os comandantes dos navios soltos — vasos de guerra que se deslocavam pela costa — eram os militares que lideravam o alistamento. Podiam receber voluntários, organizar guarnições para o recrutamento forçado, pedir engajamento ou reengajamento para os que completassem o tempo de serviço militar obrigatório etc. No caso dos civis, o ministro da Justiça e os presidentes de província eram os principais responsáveis pelo alistamento.*²⁹⁷

O alistamento de homens para a Armada era uma atividade constante no cotidiano das autoridades marinhas do Império. Durava o ano todo e em todas as ocasiões, fossem em tempos de paz ou de guerra. A prática do

²⁹⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, pp.67-68.

²⁹⁷ Id. *Ibidem*, p.68.

recrutamento que já se apresentava complexa e conflituosa em momentos de paz, tomou contornos ainda mais intensos e dramáticos ao tempo da guerra contra o Paraguai.

A intensa mobilização militar no Brasil, desencadeada durante os anos de conflito com a República paraguaia, exigiu um grande empenho na arregimentação tanto para as tropas do Exército quanto para a Marinha de guerra. No caso específico da Marinha, o esforço de guerra processado em todo o território nacional exigiu uma efetiva ação das autoridades marinhas e civis dos principais portos do Império a fim de recrutarem o máximo possível de marinhagem.

Normalmente, as cotas de homens com que deveria concorrer anualmente cada província para o serviço da Armada estavam determinadas por avisos do Ministério da Marinha.

Para se alcançar a quantidade estipulada a cada província pelo governo, o ministro da Justiça e os presidentes enviavam ofícios aos respectivos chefes de polícia das províncias informando a necessidade de se adquirir homens para a Marinha. Do chefe de polícia partia outros ofícios aos delegados e subdelegados da capital e dos mais distantes lugarejos e vilas, e destes as ordens para que seus respectivos guardas urbanos e policiais capturassem homens aptos ao serviço da Armada.²⁹⁸

Mesmo com toda uma malha burocrática participando do processo de granjeamento de voluntários para a Marinha, divulgando, principalmente, os benefícios financeiros e os menores períodos de serviço militar aos voluntários²⁹⁹, o número de indivíduos que se apresentavam espontaneamente, quase nunca era suficiente para suprir as necessidades e cotas estipuladas. Dessa forma, a regra geral, na prática, era lançar mão do recrutamento forçado a fim de preencher as vagas ociosas.

No período da guerra, as necessidades aumentaram consideravelmente, exigindo um maior empenho das autoridades recrutadoras no processo de cumprimento das cotas solicitadas pelo governo imperial. No contexto do estado de beligerância, houve uma separação entre as quantidades de recrutas

²⁹⁸ Id. Ibidem, p.68.

²⁹⁹ O tempo de serviço militar era de nove anos para o voluntário e quinze para o recrutado à força.

e voluntários, que de certa forma se confundiam e se complementavam em períodos anteriores à guerra. Ou seja, ao tempo da guerra, as províncias deviam concorrer para o serviço naval com uma quantidade determinada de recrutas, afora os voluntários e aprendizes marinheiros.

A carência de homens para a Armada exigia atitudes contundentes do Ministério da Marinha no intuito de arregimentar as forças necessárias. Em 30 de maio de 1865, o ministro da marinha encaminhava o seguinte aviso ao presidente da Província do Ceará.

Nesta data dirijo um Aviso Circular ás Presidências, sobre o alistamento de marinhagem para os navios de guerra. Como maior incentivo, augmento os prêmios tanto aos alistados, como aos alistadores.

Sabe V.Ex.^a. as circunstâncias críticas, em que se acha o paiz e tendo-se feito varias encomendas de navios e já se havendo comprado alguns, cresce todos os dias a necessidade de reforçar-se a marinhagem, além da consideração valiosa, que se não deve perder de vista e é que muita parte da existente tem de ser afastada do serviço, quer por morte ou ferimentos recebidos em combate, quer por moléstias produzidas pela mudança de clima.

Assim, chamo a maior attenção de V.Ex.^a. para aquella peça official, recommendando muito especialmente que se empregue todo zelo e actividade em tal serviço, porque se o Exército tem necessidade de gente, não a tem menor a Marinha e em ambos honra servir o paiz e a causa nacional. E se os meios, que até hoje tem empregado o governo, não forem efficazes, ver-me-hei na desagradável obrigação de usar de outros mais enérgicos.

V.Ex.^a., conhecedor das circunstâncias peculiares da Província, que administra, usará de todos os meios mais próprios e condizentes ao fim proposto.³⁰⁰

O aviso circular³⁰¹, do qual tratava o ministro, fazia referência a uma série de benefícios e incentivos criados pelo governo imperial com o fim de animar o engajamento de homens para tripular os vasos de guerra.

³⁰⁰ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério dos Negócios da Marinha de 30/05/1865.

³⁰¹ Id. Ibidem. Circular do Ministério dos Negócios da Marinha de 30/05/1865:

“Convindo promover com a maior actividade e urgência o alistamento de praças para a guarnição dos navios de guerra, mande V.Ex.^a. proceder aos meios legais e convenientes para a consecução de tal fim, fazendo pagar os respectivos prêmios na razão seguinte:

1° Aos marinheiros, que se contractarem por um anno, Cem mil réis e aos que o fizerem por dous, duzentos mil réis; aos grumetes, no primeiro caso, trinta mil réis e, no seguinte, sessenta mil réis.

2° Aos indivíduos, que se apresentarem voluntariamente, além do prêmio que lhes competir, o promettido aos engajadores, entregue na ocasião.

Na província cearense a mobilização e o recrutamento de marinhagem foram intensos. Em julho de 1865, o presidente da Província do Ceará enviava as seguintes ordens ao capitão do porto.

Tenho a declarar-lhe que segundo as ordens do governo Imperial, esta província deve concorrer para o serviço naval no anno financeiro de 1865 a 1866 com quarenta recrutas, além dos menores para a companhia de aprendizes marinheiros e dos voluntários, que se engajarem.

*E muito recomendo-lhe que, attente a urgente necessidade de reforçar marinhagem dos navios de guerra, active o recrutamento e engajamento de voluntários em todos os portos da província.*³⁰²

Em todo caso, as circunstâncias exigiam da autoridade marítima mais do que a simples emissão de ordens, fazendo-se necessário a presença *in loco* do capitão do porto nos portos da província como forma de ativar o recrutamento.

Convem que V.M^{ce}. siga hoje mesmo para a cidade do Aracaty afim de recrutar e engajar alli cidadãos aptos para o serviço da Armada, devendo entender-lhes para esse fim com as autoridades locais, aquém n'esta dacta officio para lhe prestarem os necessários auxílios.

*Espero que V.M^{ce}., tendo em muita consideração a urgente necessidade de reforçar a marinhagem dos navios de guerra, desempenhe esta commissão com todo o zelo e actividade.*³⁰³

As ações também se complementavam com a divulgação na imprensa local das vantagens oferecidas por lei para aqueles que voluntariamente assentassem praça. Além disso, a circular do Ministério da Marinha, de 30 de maio de 1865, que tratava dos benefícios e prêmios para aqueles alistados voluntariamente, também estipulava incentivos financeiros para *engajadores* que apresentassem marinheiros (prêmio de vinte mil réis) ou grumetes (prêmio

Os prêmios serão pagos, aos contractados pelo maior prazo, metade na ocasião do assentamento de praça e metade no fim do primeiro anno e, aos outros, entregar-se-á a importância total ao alistarem-se.

Os engajadores terão de gratificação vinte mil réis por cada marinheiro e dez mil réis por cada grumete, recebendo taes quantias, quando se verificar que os indivíduos apresentados estão inteiramente livres e desembaraçados.

E o governo Imperial, certo de que V.Ex^a. considera nos devidos termos as circunstâncias criticas, em que se acha empenhada a honra nacional, espera n'este importante serviço novas provas de seu reconhecido zelo e patriotismo".

³⁰² APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, ao Capitão do Porto em 31/07/1865.

³⁰³ Id. Ibidem, em 28/07/1865.

de dez mil réis). Apesar de essa última medida procurar funcionar como um elemento motivador de uma maior ação dos agentes do recrutamento, especialmente para os do final da ponta do sistema, como policiais militares, guardas urbanos e capatazes de porto, havia certa complacência das autoridades responsáveis acerca da atuação de indivíduos alheios às estruturas oficiais do Estado que realizavam tal atividade, visando única e exclusivamente angariar algum tipo de dinheiro extra.³⁰⁴

Para o ano de 1865, foram remetidos da Província do Ceará para a Corte, 64 recrutas para a Marinha. A maioria desses recrutas eram engajados através do recrutamento forçado que incidiam principalmente sobre desclassificados sociais, especialmente aqueles considerados vadios e problemáticos, tidos como nocivos à sociedade. Foi o caso de Francisco Soares da Rocha, matriculado na Capitania do Porto da Capital cearense, capturado no Soure.

Francisco Soares da Rocha, por alcunha peito d'aço, matriculado na capitania do porto, achava-se a tempo n'este districto em companhia da mãe, e sem meio de vida sabido: attribuiam-lhe os vizinhos diversos furtos, e ultimamente tentou violentar uma menina de onze annos, que socorrida pelo pai, que accudio aos gritos d'ella, pôde velozmente escapar-lhe.

*Havendo prova sufficiente para fazer-lhe processo, tomei a deliberação de remettel-o ao Capitão do Porto.*³⁰⁵

O *peito d'aço* foi considerado “*muito apto para o serviço da Armada*”. Nas circunstâncias da guerra, era melhor conseguir mais um recruta para a Armada do que o recolher à prisão; além do mais, provavelmente o subdelegado que efetuou o engajamento teria direito ao prêmio de vinte mil réis.

É preciso ressaltar que apesar da predominância do recrutamento arbitrário, algumas questões necessitavam ser observadas pelos responsáveis pelo engajamento, especialmente no tocante às isenções legais e aos problemas de saúde dos recrutas. Aviso do Ministério da Marinha, de setembro

³⁰⁴ Sobre essa questão ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Op. Cit., pp.70-71.

³⁰⁵ APEC. Fundo: Secretaria de Polícia do Ceará. Série: Ofícios expedidos (1865). Caixa: 6. Cópia do ofício do subdelegado do Soure, de 22 de junho de 1865, anexo ao ofício do Chefe de Polícia, Antonio Joaquim Buarque de Nazaret, para o Presidente da Província em 26/06/1865.

de 1865, chamava a atenção justamente para essa questão, solicitando que o presidente da Província do Ceará emitisse recomendações às autoridades incumbidas do recrutamento e do alistamento de voluntários para a Armada, a fim de ficarem atentas quanto à capacidade física, principalmente, e às demais condições legais dos indivíduos remetidos, no intuito de evitar a continuidade da rejeição e devolução dos mesmos, por causarem “graves” desfalques aos cofres públicos.³⁰⁶

O recrutamento de homens para a Marinha ganharia maior intensidade em todo o Império nos anos de 1866 e 1867, quando a Marinha de Guerra do Império tomou parte em uma série de batalhas encarniçadas na Bacia do Prata e adquiriu várias embarcações militares.

Diante das urgentes necessidades de conseguir marinhagem para tripular os vasos de guerra do Império, foi baixado, no dia 29 de setembro de 1866, o Decreto Imperial nº 3708 que chamava para o serviço da Marinha de Guerra 1.600 indivíduos empregados na vida do mar e matriculados nas Capitanias dos Portos de todas as províncias. Tal medida era justificada pela urgência imperativa de se preparar reservas necessárias para suprir de imediato as vagas existentes nas guarnições dos navios da esquadra brasileira em operação no rio Paraguai àquele momento.

Desse montante, o Ceará deveria participar com 90 praças, entre voluntários e recrutados. Possivelmente, já prevendo os percalços que seriam enfrentados para se granjear voluntários, o artigo 7 do referido Decreto estabelecia que:

*Os designados pelas Capitanias dos Portos que não se apresentarem dentro do prazo fixado, serão a isso constrangidos pela força, e obrigados a servir pelo tempo, e sob as condições estabelecidas para as praças recrutadas.*³⁰⁷

As dificuldades enfrentadas pela malha recrutadora na província cearense, assim como em todo o Império, eram grandes. A ojeriza e o esquivo da população em relação ao serviço da marinha tornavam o alistamento

³⁰⁶ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província do Ceará de 29/09/1865.

³⁰⁷ Relatório do Ministério da Marinha de 1866. Anexos: Legislação, p.5.

extremamente difícil. O Ministério da Marinha mandava repetidos avisos aos presidentes da Província do Ceará solicitando empenho das autoridades locais responsáveis pelo engajamento. São tantos avisos que chegam a se tornarem repetitivos. Um deles, de 30 de janeiro de 1867, fazia referência à cota do Ceará, estabelecida pelo Decreto nº 3708.

Continuando o Governo Imperial empenhado na prompta conclusão da guerra, a que tão injustamente fôra provocado, e reconhecendo cada vez mais a necessidade de encherem-se as vagas, que se tiverem aberto, e que se terão de abrir na guarnição dos navios da esquadra em operação no Rio da Prata, convem muito que V.Ex.^a trate com o maior empenho de satisfazer a providência estabelecida no Decreto nº 3708, de 29 de Setembro do anno passado, que chamou ao serviço da Marinha de Guerra mil e seiscentos indivíduos matriculados nas Capitânicas dos Portos; ensidando V.Ex.^a todos os seus esforços porque essa província concorra com o contingente que lhe fôra marcado, como alias já foi recomendado a essa Presidência na Circular de 6 de Outubro último, para a qual chamo a atenção de V.Ex.^a.

E, revela aqui declarar, para que V.Ex.^a o faça constar a todos os empregados, a quem cumpre a execução do citado decreto, que o mesmo Governo Imperial, reputando dignos de recompensa ao serviço d'aqueles funcionários, que se esmerarem na observância desse dever, saberá justa e devidamente galardeal-as; ao mesmo tempo que não hesutara em fazer responsabilizar os que, menos zelosos do cumprimento das suas obrigações, procedessem de modo contrário.³⁰⁸

Normalmente, logo após esses avisos, os presidentes da província do Ceará se dirigiam ao Capitão do Porto solicitando maiores esforços nas diligências das comissões de recrutamento.

A ânsia recrutadora, conjuntamente com a pressão do governo imperial, levava os alistadores a passarem, sem nenhuma parcimônia, por cima das isenções legais que amparavam alguns dos indivíduos empregados na vida do mar, devido à prática do recrutamento arbitrário. Assim aconteceu com José Martins Nonato, que sendo “reclamado” pelo comandante do vapor particular Cruzeiro do Sul, onde estava matriculado e trabalhava, foi escuso do serviço da

³⁰⁸ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província do Ceará de 30/01/1867.

Armada.³⁰⁹ Outro caso sintomático da arbitrariedade nas práticas do recrutamento para as forças militares navais do Império no Ceará durante a guerra com o Paraguai, ocorreu no Aracati, quando do recrutamento de guardas nacionais para o serviço da Marinha de guerra do Brasil.

*Em resposta ao seu officio de hontem, tenho á dizer-lhe que faça sentir ao capataz da cidade do Aracaty que elle, em face da lei, não pode completar o contingente de recrutas, que lhe foi marcado com guardas nacionaes, ainda mesmo sem isenção; assi como estranhe-o, em nome d'esta presidência, pelo procedimento caprichoso e illegal que pretende desenvolver nesse serviço.*³¹⁰

Esses conseguiram ser dispensados a partir de suas isenções legais. No entanto, para uma grande parcela dos que eram recrutados à força, restava-lhes a fuga do serviço da Armada durante o traslado da província cearense até a Corte. Além desses, mesmo os “voluntários” e recrutas contratados a prêmio, entendidos teoricamente como os indivíduos que se apresentavam por livre e espontânea vontade, também recorriam a este expediente, o que fez com que ainda em dezembro de 1865, o Ministério da Marinha suspendesse o pagamento dos prêmios no momento do engajamento, passando a pagar os mesmos somente no instante efetivo do assentamento de praça na Corte.³¹¹ Outro dado, era que as constantes deserções faziam, inclusive, com que o governo imperial emitisse constantemente decretos perdoando réus do corpo de imperiais marinheiros, batalhões navais e marinhagem por crime de deserção, a fim de não perder quantidades consideráveis de tripulação para os vasos de guerra.³¹²

Assim, a província do Ceará, que não havia conseguido alcançar a cota de 90 recrutas estipulada pelo Decreto nº 3708, ainda tinha que concorrer para o ano de 1867-68 com um contingente de 80 recrutas. Diante das colossais

³⁰⁹ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, ao Capitão do Porto em 08/10/1866.

³¹⁰ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, João de Souza Mello e Alvim, ao Capitão do Porto em 25/01/1867.

³¹¹ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Circular do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província do Ceará de 05/12/1865.

³¹² APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, João de Souza Mello e Alvim, ao Capitão do Porto em 03/12/1866.

dificuldades encontradas para se arregimentar as quantidades necessárias de marinhagem para tripular as embarcações de guerra do Brasil em ação no Paraguai, o Ministério da Marinha abonou consideravelmente os valores dos prêmios pagos aos marinheiros que se apresentassem para o serviço da Armada por um ano. Para se ter uma idéia, o valor que anteriormente era de duzentos mil réis (200\$000) para dois anos, subiu para quatrocentos mil réis (400\$000) pelo tempo de serviço de um ano!³¹³

Dessa forma, dentro do esforço de mobilização estruturado em escala nacional, a província cearense, mesmo sendo uma região secundária do ponto de vista de sua pujança naval, concorreu para o serviço da Armada durante a guerra com o Paraguai com cerca de 230 recrutas, afora os Aprendizes Marinheiros da qual trataremos adiante. As dificuldades e resistências, assim como as práticas do recrutamento forçado e arbitrário, que permearam a arregimentação de recrutas para a marinha, apresentaram grandes similitudes com as mesmas práticas perpetradas pelos recrutadores das forças para o Exército. As fugas e deserções eram práticas comuns daqueles recrutas que, contra a sua vontade, se viam inseridos num vendaval de acontecimentos que os empurravam à guerra e a uma situação da qual não queriam participar.

Concluindo esse momento, ao realizarmos uma breve observação panorâmica sobre a historiografia brasileira acerca da Guerra com o Paraguai, perceberemos que as análises e estudos sobre a mobilização militar — em especial os trabalhos que tratam da arregimentação de homens para a guerra — são excessivamente concentrados sobre o recrutamento (e seus desdobramentos sociais) para as tropas terrestres. Poucos estudos se debruçaram especificamente sobre a Armada Nacional ao tempo da guerra e as formas de arregimentação dos tripulantes dos vasos em combate na Bacia do Prata. A maioria absoluta dos trabalhos dá maior atenção a questões relacionadas ao Exército. Talvez isso se deva ao maior relevo político que tomaram os militares do Exército na dinâmica da política nacional a partir do final da guerra, especialmente como um dos principais vetores na crise final e supressão do regime monárquico no Brasil. Além do mais, grandes clássicos

³¹³ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Circular do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província do Ceará de 08/10/1867.

da historiografia brasileira da guerra foram escritos por oficiais do Exército, como o *magnum opus* de cinco volumes do General Tasso Fragoso *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, o *Reminiscências da Guerra do Paraguai* de Dionísio Cerqueira, as *Memórias*, o *Diário do Exército* e *A retirada da Laguna* do Visconde de Taunay, o volumoso *Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai* do General Paulo de Queiroz Duarte dentre outros.

Outro dado é que os estudos sobre a Armada Imperial ao tempo do Império e durante a guerra com o Paraguai se resumem a um pequeno punhado de pesquisas. Com relação às obras mais recentes a exceção fica por conta das pesquisas de fôlego de Álvaro Pereira do Nascimento que vem estudando questões relacionadas à Armada Imperial, adentrando também ao período republicano, observando a composição social, formação e recrutamento dos marujos, estruturas disciplinares e hierárquicas, posições políticas, Revolta da Chibata de 1910 etc. Quando passamos para as Companhias de Aprendizes Marinheiros, instituições criadas em 1840 com o fito de preparar jovens para o serviço da Armada com fortes características de casas correcionais, a situação é mais precária ainda. A exceção fica por conta do artigo de Renato Pinto Venâncio, publicado no livro *História das Crianças no Brasil* organizado por Mary Del Priore, intitulado *Os Aprendizes da Guerra*, onde o autor realiza uma sucinta, mas esclarecedora, análise do papel social e institucional das companhias no Brasil Império e em especial ao tempo da guerra com o Paraguai.

3.2 Metamorfoses da guerra: o recrutamento de menores para a Armada Imperial na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará durante a Guerra contra o Paraguai.

As Companhias de Aprendizes Marinheiros foram instituídas oficialmente no Brasil em 1840 pelo visconde de Albuquerque durante sua passagem como ministro da Marinha no primeiro gabinete da Maioridade. Inicialmente, naquele mesmo ano, fora criada apenas uma no Rio de Janeiro. Posteriormente, de

forma paulatina, foram sendo criadas outras: as do Pará e Bahia em 1855, Pernambuco e Santa Catarina em 1857, Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso em 1861, Espírito Santo em 1862, Paraná e Ceará em 1864, Sergipe e São Paulo em 1868, Paraíba em 1871, Rio Grande do Norte em 1872, Piauí em 1873 e a de Alagoas em 1875.³¹⁴ A criação das companhias no Brasil visavam, a um só tempo, possuir uma instituição que ficasse responsável por formar quadros para o serviço da marinha de guerra do Brasil Império, procurando diminuir a dependência da arregimentação exclusiva de voluntários e recrutas — já que as dificuldades de preenchimento de vagas não era privilégio apenas do Exército — e servir como local de disciplinamento social. Podemos perceber de forma bastante clara a função institucional das companhias na fala do ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, em uma circular datada de 26 de janeiro de 1867 onde expressava:

A instituição das Companhias de Aprendizes Marinheiros tem justificado plenamente as esperanças depositadas na sua execução, e pode-se dizer que a ellas liga-se estreitamente o futuro da marinha de guerra.

O corpo de Imperiais Marinheiros que compõe a melhor parte de das guarnições dos vasos de nossa armada encontra em tais companhias o principal elemento de sua força, o que, além de outras vantagens, traz a de atenuar os vícios do recrutamento, medida sem dúvida violenta e de que é sempre com repugnância que se serve o governo, mas que torna-se indispensável quando urge que a preenchão as vagas abertas nas tripulações dos navios.

*É evidente a necessidade, que tem o Império de conservar sempre levantada uma respeitável força naval, e, afim, cumpre que o governo, por intermédio de seus delegados, empregue os maiores esforços, porque nunca parte o pessoal convenientemente educado e disposto ao serviço do mar: e é sem dúvida alguma pelas Companhias de Aprendizes Marinheiros que chegaremos a tal fim.*³¹⁵

Entretanto, vale ressaltar que diante das circunstâncias precárias de existência de grande parte da população brasileira pobre livre do dezenove, a instituição acabou se tornando também em um centro receptor de menores que eram abandonados ou alistados voluntariamente por seus pais ou responsáveis

³¹⁴ VASCONCELOS, Alberto de. As Escolas de Aprendizes Marinheiros. In: *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, julho-dezembro, 1943, n^{os} 9 e 10. APUD SOUZA, Euzébio. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1950. (Col. Instituto do Ceará, monografia 15), pp.186-188.

³¹⁵ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Circular do Ministério dos Negócios da Marinha de 26/01/1867.

em troca de prêmios pecuniários. Sobre essa questão Renato Pinto Venâncio chama a atenção para algumas especificidades das companhias:

*(...) é importante reconhecer que as companhias de aprendizes marinheiros, instituídas a partir de 1840, representavam uma ruptura fundamental em relação ao atendimento dos menores pobres maiores de sete anos de idade. A partir da formação das companhias, pela primeira vez era criada no Brasil uma instituição inteiramente pública para menores que não pudessem permanecer sob a custódia dos hospitais ou de responsáveis.*³¹⁶

Anterior às companhias, a “roda dos expostos” foi a primeira (e durante muito tempo praticamente a única) e mais duradoura instituição brasileira criada com o intuito de dar um mínimo de atenção às crianças abandonadas ou enjeitadas por pais ou responsáveis. Criadas no principiar do século XVIII, a roda recolhia crianças no intuito de evitar-lhes a morte, procurando oferecer os cuidados necessários para a sobrevivência dos pequenos.³¹⁷

Eram alistados nas companhias menores brasileiros com idades entre dez e dezessete anos, podendo acontecer, inclusive, o engajamento de meninos mais jovens ainda, desde que apresentassem “suficiente desenvolvimento físico”.³¹⁸

De uma forma geral a questão do abandono de crianças era um fenômeno em grande medida do mundo urbano. O problema da “infância” só ganhou visibilidade no ocidente no momento em que o trabalho deixou de ser uma atividade essencialmente domiciliar, provocando a dispersão e a mobilidade das famílias, dificultando assim maiores cuidados com o desenvolvimento e criação dos filhos mais novos. “É então que as crianças transformaram-se em ‘menores’, e como tal rapidamente congregam as características de abandonados e delinqüentes”.³¹⁹

A faixa etária que constituía o conceito ou entendimento social e jurídico da idéia de *Menor* no Brasil Império era extremamente fluida e se modificou

³¹⁶ VENANCIO, Renato Pinto. Os Aprendizes da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1999, pp.198-199.

³¹⁷ Sobre essa questão ver: MARCÍLIO, Maria Luísa. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997.

³¹⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Op. Cit., p.68.

³¹⁹ LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997, p.18.

bastante ao longo do século XIX. Do ponto de vista do Estado, a preocupação primordial era estabelecer critérios. Nesse sentido, os juristas tiveram papel fundamental na conceituação dos termos *menor* e *menoridade*, a fim de poder definir as responsabilidades penais dos atos perpetrados por um indivíduo. Logo após a independência, por exemplo, os artigos do Código Criminal do Império de 1830 definiam três fases de idade anteriores aos 21 anos no tocante às responsabilidades penais e às punições. O código estabelecia que os menores de 14 anos não tinham responsabilidade penal; porém, no caso dos escravos, esse entendimento só foi aplicado a partir de 1885. Para o segundo período, que compreendiam os maiores de 14 e menores de 17 anos, poderiam ser imputadas penas de cumplicidade conforme o entendimento do juiz. Por fim, no terceiro período, era estabelecido como limite a idade de 21 anos para a aplicação de penalidades severas. Entretanto, o mesmo código entendia que os menores de 14 anos tinham discernimento de suas ações, admitindo assim o recolhimento, até os 17 anos, dos mesmos às casas de correção conforme decisão do juiz, o que acabava permitindo a condenação desses menores de 17 anos às prisões comuns. Tais critérios eram cheios de disparidades. Enquanto a idade civil estabelecia a maioridade a partir dos 21, sendo o período de vida anterior submetido ao pátrio poder, a responsabilidade penal podia iniciar aos 7 ou 9 anos conforme a determinação de um juiz. O que se mostrava na prática, era que esse último acabava demarcando a entrada na vida adulta.³²⁰

*A partir dessa discrepância de critérios, o discernimento e a suposta noção da diferença entre o bem e o mal atribuída às crianças, as transformava, em determinados momentos, em adultos, podendo responder ante a justiça ou assumir responsabilidades, como no caso da incorporação ao Exército e à Armada.*³²¹

Além disso:

(...) mais do que o menor existia o filho de família e o órfão. Este, em caso de abandono, dependia do juiz dos órfãos, ficando normalmente aos cuidados das Santas Casas ou de particulares. Aqueles, por sua

³²⁰ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito *Menor*. In: PRIORE, Mary Del. *História da Criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996, pp.130-131.

³²¹ Id. *Ibidem*, p.131.

*vez, encaminhavam os abandonados, ao chegar aos 7 anos, ao Arsenal da Marinha, ao Exército, aos Seminários ou a Ordens religiosas no caso das meninas.*³²²

A utilização de crianças nos afazeres da vida no mar não era expediente recente nem exclusivo do Brasil. As embarcações que vagavam pelos mares, ao tempo da expansão marítimo e comercial européia, se utilizavam, em quantidade considerável, em torno de 10% das tripulações, do trabalho de meninos abaixo dos 15 anos. A utilização dessa “mão-de-obra” se justificava principalmente pelas necessidades objetivas que as condições técnicas da época das chamadas *Grandes Navegações* impunham. As longas viagens em alto mar que tornavam extremamente incertas as paradas de reabastecimento, juntamente com o aumento dos navios e da tripulação, neste último caso pela grande quantidade de braços exigidos para a navegação à vela, mais a precariedade na conservação dos gêneros alimentícios a bordo das caravelas, urcas e galeões, levaram à valorização da utilização de crianças na tripulação.³²³

*Os meninos, embarcados como grumetes, consumiam menos alimentos e podiam substituir os adultos em inúmeras atividades. Eles trabalhavam na cozinha, preparando ou salgando alimentos, limpavam os pavimentos ou as dependências dos oficiais e, nos momentos de conflito, eram “porta cartuchos”, ou seja, aqueles que levavam a carga de projeção e a estopilha para serem colocadas nos canhões e nas demais armas de fogo das embarcações. E não parava por aí as várias atribuições dos garotos. A preocupação com a sobrevivência da tripulação levou os navios a se transformarem em verdadeiras “fazendas flutuantes”, onde galinhas, vacas e carneiros cruzavam os oceanos e forneciam comestível fresco para a tripulação. Além de serem criados dos oficiais, os grumetes limpavam as estrebarias e não deixavam que faltasse alimentos para os animais.*³²⁴

Em um primeiro momento essas crianças eram recrutadas sem nenhum tipo de preparação. Entretanto, algumas mudanças ocorreram em fins do dezoito quando do “início da exigência de idade mínima e de preparação prévia dos candidatos à profissão de marinheiro”.³²⁵

³²² Id. Ibidem.

³²³ VENANCIO, Renato Pinto. Op. Cit., pp.193-194.

³²⁴ Id. Ibidem, pp.194-195.

³²⁵ Id. Ibidem, p.195.

*Tais mudanças, na sua maior parte implantadas no período napoleônico, às vezes tinham um caráter francamente utópico, pois baseavam-se na idéia de que as crianças órfãs, bastardas ou abandonadas tornar-se-iam mais facilmente soldados ou marinheiros ideais. Segundo esse modo de ver, os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos; eles formariam os então denominados “batalhões da esperança” e supostamente dedicariam à “nação” todo amor, fidelidade e lealdade que os demais mortais costumavam consagrar aos familiares.*³²⁶

No caso brasileiro, as primeiras ações no sentido de se aproveitar como marinheiros meninos desvalidos e abandonados, que em muitos casos eram recolhidos nos portos nacionais, datam do início do dezenove e se davam de forma esporádica perpetradas principalmente por capitães e comandantes de navios brasileiros que ao recolherem esses meninos os alimentavam, os vestiam e davam-lhes instrução acerca da vida no mar. Tal atitude foi sendo incorporada como prática especialmente após a Independência do Brasil como forma de “nacionalizar” a marinhagem dos navios do Império. Os impasses provocados por motins e rebeliões de mercenários estrangeiros em navios nacionais, quando do conturbado período das rebeliões regenciais, fizeram com que o governo da Regência adotasse medidas para reverter o quadro de dependência para com marinheiros mercenários. Dessa forma, em 1833 foi criado o Corpo de Imperiais Marinheiros e expedidos ofícios a todos os presidentes das Províncias solicitando o envio de menores desvalidos por meio dos navios de guerra para o Rio de Janeiro. Após um período de formação e adaptação os meninos eram incorporados nas companhias fixas de marinheiros.³²⁷

Com a instituição das companhias de aprendizes marinheiros a partir de 1840 no Brasil, a preparação de pessoal para os corpos da Armada Nacional ganharia maior grau de profissionalização, com currículo específico de formação e com normas a serem cumpridas.

De uma forma geral, as crianças incorporadas às companhias eram provenientes dos enjeitados das casas dos expostos, “voluntários”

³²⁶ Id. Ibidem. p.195.

³²⁷ VASCONCELOS, Alberto de. As Escolas de Aprendizes Marinheiros. In: *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, julho-dezembro, 1943, ns.9 e 10. APUD SOUZA, Euzébio. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1950. (Col. Instituto do Ceará, monografia 15), pp.186-187.

matriculados pelos pais ou responsáveis e enviados por autoridades policiais.³²⁸ No caso das matriculadas como “voluntárias”, a principal motivação se devia ao fato de as companhias se apresentarem como uma das únicas possibilidades para as famílias pobres garantirem uma formação profissional para seus filhos, tendo em vista que nas mesmas os aprendizes marinheiros recebiam aulas de primeiras letras, as quatro operações fundamentais da matemática, natação, artilharia, bordejos e outros conhecimentos relacionados à náutica. Sobre essa questão, na mesma circular do ministro Afonso Celso, já citada anteriormente, ele encontrava justamente nessa situação de miséria e dificuldade existencial à que estava submetida a grande maioria da população pobre livre, uma boa motivação para que os pais alistassem voluntariamente seus filhos nas companhias. O argumento do ministro era estratégico também, especialmente naquele momento crítico — o período da guerra contra o Paraguai — em que a Armada tinha necessidades urgentes de completar seus quadros.

*Ainda, infelizmente, em nossa população gente desvalida, que pela inteira penúria de recursos não pode proporcionar a seus filhos uma educação, que lhes garanta os meios honestos de vida, e á ela [à companhia] voluntariamente, como parece que devêra, nem sempre concorre, o que fôra para desejar, trazendo os meninos e entregando-os á autoridade, convem que esta vá ao encontro e a anime.*³²⁹ (grifo meu)

Ou seja, a autoridade competente deveria ter o tino, o “faro”, para perceber na fragilidade da miséria a oportunidade para arregimentar os meninos pobres junto aos pais ou responsáveis para as companhias.

Era uma situação que se mostrava bastante tentadora para muitos, pois além de diminuir uma boca para alimentar, era oferecido para aqueles pais ou tutores que apresentassem voluntariamente seus filhos às companhias um “prêmio” de 100\$000 réis que poderia ser recebido imediatamente ou “*revertido para o jovem aprendiz se assim quisesse os pais ou tutores*”. Entretanto, no caso de os pais desejarem voltar atrás e retomar a guarda do filho, “*deveriam restituir ao erário público, tostão por tostão, tudo aquilo gasto com o aprendiz*”.

³²⁸ VENANCIO, Renato Pinto. Op. Cit., p.199.

³²⁹ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Circular do Ministério dos Negócios da Marinha de 26/01/1867.

no período de internação, somado ao prêmio recebido na ocasião do alistamento".³³⁰

Mas é preciso estar ciente de que as condições de vida dos aprendizes eram extremamente difíceis e permeadas de privações.

A vida nos estaleiros era rude. Nos alojamentos, as crianças presenciavam constantes bebedeiras, brigas xingamentos, tendo de conviver com toda sorte de presos condenados às galés e demais menores delinqüentes.

*Para manter a disciplina dessa turba, os oficiais e guardas recorriam a métodos truculentos (...).*³³¹

Nas décadas anteriores à guerra com o Paraguai (1840-1864), as companhias gozaram de grande respaldo social e apresentaram um grande crescimento como já tivemos a oportunidade de observar com a criação de várias companhias ao longo das principais cidades costeiras do Império. O quadro de confiança e prestígio da instituição passou a ser revertido com o início da guerra, na medida em que um estado de desconfiança generalizado se instalou na percepção das camadas populares, especialmente quando o governo imperial resolveu tomar medidas drásticas para completar os quadros necessários para tripular os vasos de guerra do Brasil em ação na Bacia do Prata. Ao se dar conta da gravidade que o conflito assumia, o governo além de intensificar o recrutamento forçado de vários homens dedicados à vida no mar nos diversos portos do Império — assim como criminosos e escravos livres, libertos e fugidos — para tripular as embarcações militares, resolveu recorrer às companhias, arregimentando os meninos para os batalhões navais. Essa ânsia recrutadora se tornou mais explícita com o artigo 6º da lei de 8 de julho de 1865, que ao tratar especificamente do alistamento naval determinava que *"o governo é autorizado a preencher por merecimento, durante a guerra, todas as vagas nos corpos da Armada e classes anexas, dispensando as regras estabelecidas na legislação"*.³³²

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará foi criada pelo Decreto Imperial nº 3347, de 26 de dezembro de 1864, e sua efetiva organização no ano de 1865. Em ofício de 24 de fevereiro de 1865, o

³³⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Op. Cit., p.78.

³³¹ VENANCIO, Renato Pinto. Op. Cit., pp.200-201

³³² Id. Ibidem., pp.202-203.

presidente da Província, Lafayette Rodrigues Pereira se dirigiu ao Capitão do Porto emitindo as seguintes ordens:

*Tendo o Decreto nº 3347 de 26 de dezembro de 1864 ultimo creado uma Companhia de Aprendizes Marinheiros n'esta capital, cumpre que vm^{ce} trate de organisa-la, na conformidade do Dec. nº 1517 de 4 de janeiro de 1855. Para este fim autoriso-o a fazer a aquisição dos objectos necessários ao estabelecimento, bem como a arrendar um prédio com as acomodações para servir provisoriamente de quartel, não devendo o aluguel exceder a 40\$000rs mensaes, e ficando a definitiva aprovação do contracto dependente do governo Imperial. Logo que vm^{ce} alugar o prédio e comprar os objectos mais indispensáveis, deve a companhia por instalada.*³³³

Em 26 de fevereiro de 1865, foi instalada a companhia do Ceará, sem estar, contudo, devidamente organizada. Por causa da ausência de um imóvel público que atendesse às necessárias instalações, foram alugados três prédios contíguos para o aquartelamento da companhia. A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará era composta inicialmente por um 1º tenente comandante, um 2º cirurgião do corpo de saúde, um comissário e um escrivo de fazenda, um 2º sargento guardião e 55 aprendizes marinheiros. Ficava faltando ainda para completar o seu pessoal, um 1º tenente, um 2º tenente, um mestre e um contramestre de apito, um mestre de armas, 6 marinheiros de classe e 145 menores aprendizes.³³⁴ No dia 25 de abril de 1865 era lançado um edital de compras para o fornecimento de víveres a fim de suprir as necessidade da companhia em vias de instalação. Esse edital fazia referência essencialmente a gêneros alimentícios, como arroz, açúcar, azeite, carne seca, café, farinha, feijão, manteiga, pão, chá dentre outros, e também fardamento, como calças de brim branco, camisas de tecido branco e azul, sapatos, bonés, lenços de seda preta e outros.³³⁵ Em outros editais é possível encontrar, também, referências a tabuadas, cartilhas do ABC, lápis, cadernos dentre outros. No dia 15 de maio de 1865, o ministro da Marinha comunicava

³³³ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Lafayette Rodrigues Pereira, ao Capitão do Porto em 24/02/1865.

³³⁴ *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província, o excelentíssimo senhor doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello na segunda sessão da vigésima primeira legislatura em 6 julho de 1865*, p.10.

³³⁵ *Jornal O Cearense*, Fortaleza 25 de abril de 1865, Editaes: Companhia de Aprendizes Marinheiros, p.4.

ao presidente da Província a aprovação do contrato feito pela Capitania do Porto cearense com respeito ao aluguel dos três prédios utilizados para o aquartelamento da companhia do Ceará pela quantia de quarenta mil réis mensais.³³⁶ A companhia do Ceará era regulada pelo Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855.

A companhia cearense tinha capacidade para receber até 200 meninos como aprendizes marinheiros, conforme o estabelecido em regulamento. Para os anos de 1865 até inícios de 1870, pesquisados detalhadamente, não foi observado em nenhum momento o preenchimento total dessas vagas, o que era, inclusive, um problema constantemente comentado pelos presidentes e capitães do porto em seus relatórios. Em uma rápida análise em alguns relatórios de Presidentes de Província em anos posteriores à guerra contra o Paraguai também não detectei o preenchimento completo das vagas em nenhum momento. A companhia mudou pelo menos três vezes de localização³³⁷, indo se instalar definitivamente em 1907 na Jacarecanga, praia do Pirambu, em um prédio de dois andares adquirido da Companhia Cearense de Curtumes, onde funcionou até 1931 quando foi extinta, sendo recriada em 1940. Após sua extinção, seus arquivos, documentos, pertences e material em geral foram recolhidos e distribuídos de forma diluída entre as outras Escolas de Aprendizes Marinheiros (não é possível informar em que época se mudou o termo “Companhia” para “Escola”), Arquivo da Marinha e Depósito Naval.³³⁸

O fato da companhia de aprendizes cearense ter sido extinta, e seu material dispersado, torna bastante problemático, análises mais detalhadas dessa instituição. Em todo caso, em minha pesquisa contei principalmente com os Relatórios de Presidente de Província e da Marinha, Avisos do Ministério da Marinha, Ofícios do Presidente da Província do Ceará à Capitania do Porto e Autoridades Marinhas e Jornais cearenses da época.

Nos momentos ainda iniciais, primeiro semestre de 1865, a companhia de aprendizes do Ceará contava com 49 aprendizes. A respeito da procedência desses meninos, os dados oficiais mostravam que 24 haviam sido

³³⁶ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério da Marinha ao Presidente da Província do Ceará em 15/05/1865.

³³⁷ Acredito que todos esses endereços ficassem na faixa litorânea da capital que corresponde hoje às imediações da praia de Iracema

³³⁸ SOUZA, Euzébio. Op. Cit., p.190.

apresentados voluntariamente, 22 contratados a prêmio e 3 remetidos pelas autoridades.

TABELA 7

Relação do quadro de Aprendizes Marinheiros efetivos na companhia do Ceará entre 1865-1870.

	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Aprendizes Marinheiros do Ceará	55	84	127	110	93	92

Fonte: Relatórios de Presidente de Província do Ceará (1865-1870).³³⁹

A maior parte dos alistados na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará era proveniente do engajamento voluntário, ou seja, quando o menino era entregue por livre e espontânea vontade por seu responsável e do alistamento a prêmio.

No caso das informações acerca dos alistados a prêmio, foi possível encontrar apenas uns poucos ofícios do presidente da Província enviando ordem ao capitão do porto para que tal autoridade realizasse os procedimentos necessários para o pagamento do referido prêmio, como em um ofício do dia 13 de setembro de 1865:

*Tendo deferido as petições de Francisco Rosa de Sousa, Sabina Maria da Conceição, Antonia Francisca de Jesus e Joaquina Maria da Conceição em que requererão o pagamento da gratificação de cem mil réis, que compete a cada uma d'ellas pelo alistamento na Comp.^a de Aprendizes Marinheiros dos menores Antonio Francisco Pereira, João Gaspar, José das Chagas Cordeiro e Trajano Raimundo Francisco; assim communico a vm.^{ce} para que mande organizar a respectiva folha para ser paga pela thesouraria.*³⁴⁰

³³⁹ É preciso estar ciente que há sempre uma variação em torno de 10%, para mais ou para menos, entre o número de alistados na companhia e os “promptos no quartel”, devido, sobretudo, às deserções e baixas por doença, óbito e incapacidade física. É importante salientar, também, que nesse período um número considerável de aprendizes foi enviado para a Corte.

³⁴⁰ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Lafayette Rodrigues Pereira, ao Capitão do Porto em 13/09/1865.

Em todo caso, apesar dos poucos ofícios encontrados que tratam dessa questão, ressaltamos dois pontos: primeiro, na maioria desses ofícios são mulheres solicitando o prêmio, assim como há também homens, embora em menor número; segundo, a maioria, também, é de pais e mães oferecendo seus filhos, como foi o caso da Sra. Alexandrina Maria da Conceição que engajou na companhia seu filho menor Manoel Honorato do Nascimento³⁴¹.

Apesar do desejo e da pressão do Ministério da Marinha para que houvesse um esforço diuturno das autoridades provinciais cearenses no preenchimento de todas as vagas da companhia do Ceará, o engajamento necessitava ser feito com cautela e tomando-se alguns cuidados, especialmente sobre a procedência dos menores que afluíam para a instituição.

A esse respeito, em maio de 1865, um debate travado nas páginas de dois jornais cearenses, *Sol* e *O Cearense*, acerca do engajamento de menores para a companhia, dá conta de um mal-estar criado devido ao fato de um menor fugitivo da casa da sua tia ter sido aceito pela companhia. A citação é um pouco longa, mas necessária.

Já tardava. Os raios do Sol não podiam deixar de penetrar no quartel da companhia de aprendizes. Isto era já de prever. (...) depois de entoar alguns psalmos (sic) laudativos a instituição da companhia, volta seus raios contra o Sr. capitão do porto, dizendo que S. S. no empenho (empenho assaz louvável) de completar o mais breve possível o numero de menores fixado pelo decreto n° 3347, não quer saber se o menino que aspira a camisa de gola azul fugiu ou não de casa de seu pai ou tutor. Aqui esta toda a malignidade do Sol.

O Sol se se tivesse melhormente informado, por certo, não avançaria tanto.

O Sr. Capitão do Porto tem sido o mais escrupuloso possível na recepção de menores. Aquelles que a elle se apresentam sem irem acompanhados de seus pais ou tutores, S. S. manda-os ao ajudante de ordens da presidência para examinal-os e fazer as necessárias indagações e a vista dellas remettel-os para terem praça na companhia, precedidos de ordem da presidência.

Ora, já se vê que o Sr. capitão do porto não esta aspirando os direitos dos pais e tutores, nem tão pouco levantando essa crusada contra o poder paterno, como avançam o Sol.

O motivo que deu lugar as lamúrias do Sol sabemos nós, porque tivemos o cuidado de indagar (...).

Na continuidade do artigo é comunicado o motivo do alvoroço.

³⁴¹ Id. Ibidem, em 31/10/1865.

Ao Sr. capitão do porto apresentou-se um menor que vivia na companhia de uma sua tia, nem tutora era, que muito o maltratava, fazendo-o de creado, como muito d'esses infelizes que são entregues á soldada³⁴² a muitos meus senhores da terra, os quaes d'elles fazem seus — escova-botas — sem cuidarem de sua educação, sendo enfim meros escravos; o Sr. capitão do porto não quilo receber e mandou-o que fosse se ter com o Sr. ajudante d'ordens, que, procedidas as necessárias averiguações, remmetteu-o para ter praça na companhia de aprendizes, o que se effectuou depois de inspeccionado e julgado capaz para servir.

A tia do menor, por intermédio do Sol, requereu ao Exm. presidente a escusa do menor: foi o requerimento a informar ao Sr. capitão do porto, que, segundo consta-nos, deu a devida informação, constando-nos mais que mandara vir a sua presença o referido menor e interrogara-lhe, em presença de várias pessoas, se queria voltar á companhia de sua tia e elle formalmente respondera-lhe — que nem arrastado lá voltaria, que se achava muito satisfeito na companhia de aprendizes.³⁴³

A polêmica em torno desse caso não cessou e novamente nas páginas de *O Cearense*, dessa feita no dia 27 de maio de 1865, a situação daquele menor retornava ao debate. Mais uma vez, o *Justus*, que assinava o comunicado, volta a defender os procedimentos adotados pelo capitão do porto na análise da situação do referido menor rebatendo uma réplica do *Sol* a seu artigo anterior (em parte acima citado). O artigo é demasiadamente longo e em alguns momentos nebuloso pelo fato de não contarmos com o artigo do *Sol* para acompanharmos as argumentações e contra-argumentações. Tentando resumir, em um primeiro momento, ele comenta algumas provas apresentadas pelo *Sol* para fundamentar a crítica ao capitão do porto, procurando desqualificar as tais provas por não acrescentarem nada de novo ao que já havia sido exposto no debate anterior.

O Sol para justificar a sem rasão da causa que advoga, apresenta seis documentos que nada produzem e nem produsirão: o 1º é o requerimento da tia do menor em questão, pedindo ao Exm.

³⁴² O termo *Soldada* servia para designar uma prática, que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, que consistia na recepção, por familiares ou outras pessoas, de órfãos abandonados. Ver: LONDOÑO, Fernando Torres. Op. Cit., p.131. Sobre essa prática no dezenove cearense ver: SOUSA, José Weyne Freitas. *Artífices, criadas e chicos: as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915)*. PUC-São Paulo: Dissertação de mestrado em História Social, 2004.

³⁴³ Jornal *O Cearense*, Fortaleza 13 de maio de 1865, Comunicado: “O ‘Sol’ e a Companhia de Aprendizes Marinheiro”, p.3. O comunicado publicado no jornal é assinado por um pseudônimo *Justus*.

*presidente a escusa d'elle da Companhia de Aprendizizes, onde já está com praça; o 2º é um requerimento pedindo por certidão a informação dada pelo Sr. capitão do porto sobre aquelle requerimento; 3 é essa informação, 4 e 5 são dous atestados, um do professor primário e outro do Sr. Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães; 6 finalmente, é uma do mesmo Sr. Dr. Pedro ao Sr. ajudante d'ordens pedindo-lhe que certifique se o referido menor foi ou não conduzido a sua presença por um marinheiro da companhia, e a respectiva resposta do Sr. ajudante. Esses documentos longe de ampararem a causa do Sol cada vez mais a complicam; nada provam; d'elles apenas se depreheende que grande é a falta de razão em que se acha o Sol.*³⁴⁴

Em seguida continua a apresentar as provas como inócuas e reforça os cuidados tomados pelo capitão do porto no engajamento dos menores.

O Sr. capitão do porto tem faculdade para receber todos os menores que bem lhe parecer, independente de ordem da presidência, mas para tirar de sobre si toda responsabilidade, todos aquelles menores sobre quem elle tem suas dúvidas, manda-os á palácio para de lá virem com a ordem da presidência. Ora, se o Sr. capitão do porto tem essa autoridade, para que mandar os menores á palácio? E' obvio que é para prevenir reclamações.

Infelizmente não existe nenhum exemplar original, nem micro-filmado, do jornal *Sol* desse período, para que pudéssemos observar o teor da matéria veiculada pelo semanário. Em todo caso, podemos observar alguns aspectos importantes dessa passagem para compreendermos melhor o processo de engajamento de menores na CAM-Ce.

Diante desse quadro, podemos perceber que o processo de engajamento tinha que seguir critérios tanto formais, expressos no Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855, que regulava as companhias, quanto informais. Ou seja, não bastava apenas observar a cidadania brasileira, a idade (de 10 a 17 anos, mas havia a possibilidade de entrada com idade menor se possuidor de “suficiente desenvolvimento físico para começar o aprendizado”), a constituição física, que deveria ser salutar e robusta, dos menores a serem engajados como estava disposto nos artigos 8º e 9º do referido decreto; era necessário também e, principalmente, averiguar a procedência do menor, especialmente sua situação familiar e filial, já que havia indícios de meninos,

³⁴⁴ Jornal *O Cearense*, Fortaleza 27 de maio de 1865, Comunicado: “Ainda o ‘Sol’ e a Companhia de Aprendizizes Marinheiro”, p.3 e 4.

além desse já citado, que se apresentavam sozinhos na companhia, inclusive cativos. No mesmo artigo que acabei de fazer referência, o articulista nos dá um exemplo desses.

*O Sr. capitão do porto, já o dissemos e ainda repetimos, não lança mão assim dos menores para a companhia, se o fizesse já podia contar uns 500, como disse o Sol. Elle primeiramente especula e indaga, e se não fôra, outro dia teria assentado praça um moleque do Sr. José da Paiva o qual fôra se lhe apresentar dizendo que morava com uma prima, isto deu-se á tarde, foram, andaram por todo o outeiro sem descobrirem — a casa da prima — até que uma pessoa que o conhecia, disse que elle era captivo do Sr. Paiva.*³⁴⁵

Apesar desse debate caloroso em torno do engajamento de meninos para a companhia presente na imprensa cearense no momento inicial do estabelecimento da instituição, completar suas vagas não foi tarefa nada fácil. Vimos anteriormente que eram engajados nas companhias meninos apresentados voluntariamente, entregues a prêmio e enviados pelas autoridades judiciais. No caso da CAM-Ce, havia referência constante que a capacidade total da instituição dificilmente seria preenchida apenas com os voluntários e contratados a prêmio. Dessa forma, em relatório de 1869, o presidente da província frisava a necessidade de se ativar o engajamento de órfãos e desvalidos.

Creada por decreto n° 3347 de 26 de novembro de 1864, uma companhia de aprendizes marinheiros nesta capital, e organizada segundo o plano traçado no regulamento de 4 de julho de 1855, ainda não attingio ao numero á que deve chegar, para ser completa.
(...)

Segundo as informações colligidas, não há esperança de completar-se o numero marcado no regulamento com voluntários contractados á premio; parecendo mais profícuo para esse fim, o meio estabelecido no art. 10 § 2° do supracitado re gulamento, se as autoridades incumbidas de auxiliar este serviço, empregarem a diligencia e actividade necessárias.

*A esse respeito pretendo convenientemente providenciar.*³⁴⁶

³⁴⁵ Id. Ibidem.

³⁴⁶ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Ceará pelo presidente da mesma província o Exm. Sr. desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques no dia 1 de setembro de 1869: Companhia de Aprendizes Marinheiros, p.23.

O Decreto nº1517 em seu Art. 10 § 2º, determinava que o preenchimento das vagas poderia ser feito com os órfãos e desvalidos remetidos pelas autoridades competentes. Além desses problemas, muitos meninos eram dispensados por incapacidade física ao serem examinados. Em todo caso, a situação não era nova, assim como as recomendações para ativar o engajamento de órfãos e desvalidos. As solicitações dos presidentes da Província para que os juízes de órfãos do interior enviassem os meninos para a companhia ocorriam com frequência. Em ofício de novembro de 1866 ao Capitão do Porto, o presidente João de Souza e Mello e Alvim informava:

*Nesta data acabo de me dirigir a todos juizes de orphãos da província, determinando-lhes que, sem perda de tempo, remetterssem-lhe os menores desvalidos, que podessem obter em todo o distrito de sua jurisdição, afim de fazerem parte da companhia de aprendizes marinheiros desta província. Assim fica respondido o seu ofício de 10 de outubro último.*³⁴⁷

Outro ofício de junho de 1867 também caminhava na mesma direção.

Em resposta ao seu offício de 5 do corrente sob n° 62, tenho á dizer-lhe que autoriso-o á encarregar o capataz de Pecém de recrutar alli os menores desvalidos para a companhia de Aprendizes Marinheiros.

*Ao Dr. Chefe de polícia dou, as precisas ordens para recomendar as autoridades policiaes do referido lugar, que prestem ao mencionado capataz o auxílio, de que elle necessitar.*³⁴⁸

Mesmo com todo esse esforço a capacidade total da companhia não era preenchida. Em tom de desabafo, provavelmente fruto das pressões que sofria do ministério da Marinha e dos presidentes da Província, o capitão do porto Achilles Lacombe em seu relatório de setembro de 1869 comunicava:

Existem actualmente 93 [aprendizes marinheiros], faltando para o seu estado completo 107.

E' para lamentar que não se tenha levado até o presente momento ao seu estado completo.

³⁴⁷ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, João de Souza e Mello e Alvim, ao Capitão do Porto em 21/11/1866.

³⁴⁸ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva, ao Capitão do Porto em 06/06/1867.

*Com voluntários contractados a prêmios, apresentados pelos paes, ou tutores, a experiência tem mostrado quando é insufficiente semelhante medida, visto a repugnância, que quase no geral se encontra na obtenção de menores; e com os desvalidos, de que trata o artigo 10 § 2º do citado regulamento, as autoridades competentes não os tem remetido, apesar das reiteradas ordens d'essa presidência e das respectivas exigências da corte.*³⁴⁹

Essa repugnância da qual tratava o capitão Achilles Lacombe não era sem motivo. As instalações da CAM-Ce eram extremamente precárias, motivo de referência constante nos relatórios acerca de sua insalubridade, falta de instalações adequadas, quadro funcional incompleto, baixas por doença, dentre outros.

O mesmo capitão do porto, em relatório do ano anterior, traçava um quadro desalentador da situação da companhia.

*Continua [a companhia] aquartellada em 4 pequenas casinhas, para isso alugadas, sem espaço, nem acomodações para os menores, oficiais inferiores, arrecadação de gêneros e outros mysteres. Além da pequenez, a sua construção é tal que nenhuma condição hygienica offerece, o que muito tem ocorrido para diversas moléstias, que alli apparecem, baixando, frequentemente, á enfermaria grande numero de aprendizes. Por mais de uma vez tenho feito representações, instando providencias no sentido de melhorar-se o estado do quartel, sem que tenha obtido decisão favorável, e ainda está pendendo do governo a ultima representação que dirigi, em data de 17 de dezembro último.*³⁵⁰

A precariedade das instalações foi justamente um dos motivos principais para que a companhia mudasse de localização algumas vezes, ou passasse por reformas e ampliações em busca de melhores acomodações. Ainda no primeiro ano de funcionamento, um aviso do ministério da Marinha tratava dessa questão.

Tendo o segundo cirurgião da Companhia de Ap. Marinheiros d'essa Província representado, por intermédio do Quartel General, acerca das más condições hygienicas e pouca capacidade do edificio, em que está aquartelada a mesma Comp.^a, convem que VEx.^a informe a esta Secretaria de Estado, se existe próxima ao mar

³⁴⁹ Appensos ao Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Ceará pelo pelo Presidente da mesma Província o Exm. Sr. desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques no dia 1 de setembro de 1869: Relatório do Capitão do Porto, Achilles Lacombe, p4.

³⁵⁰ Appensos ao Relatório do excellentissimo senhor doutor Pedro Leão Velloso, Presidente da Província do Ceará, 1868: Relatório do Capitão do Porto, Achilles Lacombe, p4.

*algum prédio maior, apropriado áquelle fim, bem como que despesa se terá de fazer com a mudança da Comp.*³⁵¹

As limitações físicas do quartel da companhia não eram exclusividade da instituição. De uma forma geral, havia uma precariedade crônica, por falta de recursos, investimentos e pessoal, dos equipamentos materiais e arquitetônicos dos portos da província, e da capital no caso específico. O quadro melindroso dessas estruturas que deveriam também, na medida do possível, dar suporte à companhia, tornava limitadas as atividades da instituição ao compararmos com o que estava previsto em seu regulamento de funcionamento. Segundo o Relatório do presidente da Província de maio de 1867, *“a capitania do porto não dispõe do necessário para dar a instrução technica do regulamento. Sem um navio, sem um escaler, a aprendizagem não póde ser a que convém em meninos destinados a vida do mar”*.³⁵²

Entretanto, as dificuldades existentes para completar os contingentes da CAM-Ce não se resumiam apenas a uma certa repugnância criada pela precariedade física da instituição. Esse momento (1865-1870) é um período extremamente crítico para todas as companhias de aprendizes espalhadas pela costa do Império. A decisão do governo imperial de conseguir a qualquer custo os contingentes necessários para tripular os vasos de guerra nacionais, levou os burocratas imperiais a lançarem mão, sem nenhuma parcimônia, do recrutamento de menores das Companhias de Aprendizes Marinheiros, provocando uma cisma nas camadas populares com relação à instituição.

Sem dúvida que as companhias haviam sido criadas no Brasil justamente para suprir as carências da Armada Nacional; carências estas, fruto de uma ojeriza social que existia em relação ao serviço na marinha, especialmente pelos salários miseráveis, assim como pelo regime de suplício que regia a disciplina a bordo das embarcações. A “esperança” era de que as companhias, ao acolherem, educarem e instruírem os jovens, construíssem

³⁵¹ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério da Marinha ao Presidente da Província do Ceará em 20/05/1865.

³⁵² *Relatório com que o Exmo. Senhor tenente-coronel de engenheiros, João de Souza Mello e Alvim, Presidente da Província do Ceará, passou a administração da mesma ao Excellentissimo senhor 1º vice-presidente, Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867, p.20.*

nos mesmos o gosto pela vida no mar, como podemos perceber nessa passagem do relatório da Marinha de 1865.

Não devo repetir as reflexões que já fiz, e que alias estão na consciência geral, sobre a excellencia e utilidade de semelhante instituição. Basta dizer-vos que a parte mais distincta da guarnição de nossos navios procede desses viveiros, e que por si só podem elles vir a dar-nos, como ponderei, marinheiros exemplares para toda ou quase toda a armada.

(...)

*E' difficil attrair os adultos dedicados a industria marítima; mas há abundancia de jovens, que, educados convenientemente, supprirão em bem pouco tempo tal deficiência, ao menos para a marinha de guerra.*³⁵³

Acontece que no período da guerra com o Paraguai, o governo imperial passou a retirar e remeter vários dos meninos das companhias para tripular os vasos de guerra do Império em ação no Prata sem que ainda tivessem recebido os devidos treinamentos e com idades bem inferiores às estabelecidas pelo Decreto nº 1517, que era de 17 a nos. Da companhia do Ceará, foram enviados com destino à corte, vários meninos.

Em ofício dirigido ao ministro da marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Presidente da Província do Ceará tratava dessa questão.

Os aprendizes marinheiros, constantes do mappa junto em numero de vinte e cinco, offerecerão-se para seguirem para essa Corte afim de serem empregados no serviço da armada.*

Não me competindo resolver á este respeito, visto forem elles parte d'uma Companhia, organizada segundo as ordens em vigor, julguei do meu dever levar este oferecimento ao conhecimento de V. Ex^a., para que se digne determinar o que mais conveniente fôr ao serviço público.

Entretanto mandei inspecional-os, a todos, e como V. Ex^a. dignar-se-há ver da declaração do respectivo médico, achão-se todos em perfeito estado de saúde.

*Os aprendizes, que se offereceram, são maiores de 15 annos, e parece que poderão ser com mais vantagem iniciados nessa Corte no serviço, á que se destinão, do que n'esta Capital, onde faltão todos os recursos para esse fim necessário.*³⁵⁴

Como resposta, o ministro Afonso Celso comunicou ao presidente:

³⁵³ Relatório do Ministério dos Negócios da Marinha de 1865, p.15-16.

* O ofício da qual tive acesso não possuía o referido mapa

³⁵⁴ APEC: Governo da Província do Ceará ao Ministério da Marinha, ofícios (1866-1876): Livro 143. Ofício da Presidência da Província ao Ministro da Marinha em 25/07/1866.

*Em solução ao offício, que V. Ex.^a. dirigio a este Ministério, sob n^o18, com data de 25 do mês próximo pretérito, acerca dos aprendizes marinheiros, que desejão vir para aqui, afim de serem empregados nos navios da Armada, declaro a V. Ex.^a. que pode mandal-os quanto antes, visto ter de proceder-se a apuração dos que por seu desenvolvimento phísico estejam nas condições de passar para as Companhias do Corpo, ficando os outros nas de aprendizes desta Corte, onde poderão promptamente adquirir a necessária instrução.*³⁵⁵

Com a afirmativa positiva do ministro, em setembro de 1866, o presidente da Província cearense emitiu ordem ao Capitão do Porto para que o mesmo enviasse para a Corte os aprendizes marinheiros.³⁵⁶

Estabelecer o caráter efetivamente espontâneo do oferecimento desses jovens para serem remetidos para a Corte é de difícil avaliação. Sem dúvida que todo aprendiz após um determinado período de instrução era destacado para a Corte a fim de finalizar sua formação para finalmente ingressar na Armada como Imperial Marinheiro. No entanto, o esforço de arregimentação de homens para a Armada não era inferior ao do Exército ao tempo da guerra com o Paraguai. Como vimos anteriormente, as mesmas agruras que regiam as práticas do recrutamento para o Exército estavam presentes também na arregimentação para a Armada. Para suprir as necessidades dos navios de guerra, o governo imperial se utilizou dos meninos das companhias para completar as tripulações e dessa forma tentar contornar as existentes carências de marinhagem.

Essa prática adotada pelo governo imperial, de recrutamento dos meninos das companhias de aprendizes, como já fizemos referência em outro momento, provocou uma redução nos quadros da instituição em virtude da diminuição da afluência de menores para as mesmas. Tal situação fez com que no segundo semestre de 1866, o ministro da Marinha Afonso Celso de Assis Figueiredo incumbisse o chefe de divisão conselheiro Rafael Mendes de Moraes e Valle de realizar uma inspeção em todas as Companhias de

³⁵⁵ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério da Marinha ao Presidente do Ceará em 16/08/1866.

³⁵⁶ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, ao Capitão do Porto em 10/09/1866.

Aprendizes Marinheiros do Império para avaliar os motivos da baixa lotação das instituições.

De 1854 praças que deve ser o total das companhias em todo o Império, existem somente 999. Na companhia da corte há um excesso sobre a lotação fixada; todas as outras estão aquém do seu estado completo.

Persuadido de que as companhias de aprendizes podem ter muito maior desenvolvimento, resolvi estudar as causas que o impedem, designando para esse fim, além de outros com relação a guerra, o chefe de divisão conselheiro Rafael Mendes de Moraes e Valle.

Este prestimoso general, depois de percorrer as províncias do norte indicadas nas suas instruções, regressou á corte munido de importantes esclarecimentos, os quais fazem objeto de um interessante relatório que apresentou ao governo.

Sem perda de tempo, tomaram-se as providências que o conselheiro Valle propôz, e mais outras, que igualmente pareceram necessárias, entre ellas uma circular ás presidências, ordenando a sua intervenção directa e particular fiscalização na aquisição de menores para as companhias, cuja prosperidade depende, antes de tudo, da boa vontade da administração provincial.³⁵⁷

Em aviso do ministério da Marinha ao presidente da Província cearense, Afonso Celso reforçava a importância da comissão de inspeção encabeçada pelo conselheiro Valle.

*A providência nos tem protegido com victoria sucessivas no Paraguai; mas a vistoria definitiva que dará em resultado a tranquillidade do Império, e **o bem estar de todo o pais, este grande triumpho não poderemos obter, sem preencher as lacunas do Exército e da Marinha. Esta é a questão na actualidade.***

Parte integrante do governo, e amigo dedicado do seo paiz, V.Exa. comprehende o que lhe cumpre fazer pela importância da commissão que confioa um dos mais distinctos officiais da nossa Armada.

***A esquadra no Rio da Prata reclama um reforço pelo menos de oitocentos praças.**³⁵⁸ (grifos meu)*

Ou seja, os objetivos da inspeção do conselheiro Valle nas companhias não se resumiam a formular um diagnóstico da instituição visando avaliar as condições de funcionamento, instalações e engajamento de menores; tinha também como objetivo, inspecioná-las a fim de remeter meninos que

³⁵⁷ Relatório do Ministério dos Negócios da Marinha de 1866, p.12.

³⁵⁸ APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério da Marinha ao Presidente do Ceará em 20/08/1866.

estivessem em condição de serem tripulados na esquadra imperial, assim como marinhagem em geral.

*Em virtude do aviso circular do Ministério da Marinha de 28 do mez próximo passado, communico a V. M^{ce}, para seu conhecimento e fins convenientes, que o chefe de divisão Rafael Mendes de Moraes e Valle, foi encarregado de inspecionar nas províncias as Companhias de Aprendizes Marinheiros, tirando dellas e remetendo para a Corte as praças que se acharem em condições de prestarem serviço na esquadra; e bem assim de activar o recrutamento e engajamento para a Armada. Cumpre, por tanto, que V. M^{ce} lhe preste todo auxílio e coadjuvação, de que precisar o referido chefe, para o desempenho de sua commissão.*³⁵⁹

O avançar da guerra e seus desdobramentos exigiam maior intensificação na arregimentação de praças para a Armada. Com a vitória brasileira na batalha do Riachuelo (11 de junho de 1865), dá-se início a uma segunda fase das operações navais de guerra do Império na bacia do Prata. Durante os anos de 1866 e 1867 há a incorporação de várias embarcações às forças navais brasileiras como encouraçados e monitores específicos para a navegação fluvial. Nesses anos a frota brasileira tomou parte também, em uma série de batalhas desgastantes ao longo da bacia: bombardeou e forçou passagem no forte de Itapiru, atacou Curuzu e Curupaiti e numa das ações decisivas da guerra forçou passagem na fortaleza de Humaitá.³⁶⁰

Assim, diante desse quadro colocado pelas baixas provocadas pelos combates, juntamente com o aumento do número de embarcações, fez com que o governo imperial intensificasse a arregimentação militar para a Marinha. A recusa e as resistências da população para o alistamento na Armada faziam com que o Estado imperial recorresse às companhias como forma de conseguir as praças da qual necessitava para tripular os encouraçados, fragatas, monitores etc.

Em tom taxativo e cumprindo ordens superiores, o presidente da Província do Ceará, Sebastião Gonçalves Dias, enviava, em junho de 1867,

³⁵⁹ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, ao Capitão do Porto em 10/09/1866. O chefe de divisão chegou a Fortaleza no dia 25 de outubro de 1866 e dois dias depois solicitou transporte para o Maranhão.

³⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império*. 4ed. São Paulo: Difel, Vol. 4, Tomo II, 1985, pp. 270-271.

ordens expressas ao comandante da CAM-Ce para que o mesmo enviasse com a maior brevidade aprendizes marinheiros com destino à Corte.

*De conformidade com o que me foi determinado pelo Ministério da Marinha, em aviso circular de 28 do mez próximo pretérito, cumpre que V. M^{oe} faça embarcar no primeiro vapor, que passar para os portos do sul, com destino á corte, os menores da Companhia de Aprendizes, que tenham atingido á idade legal, e aquelles que, independente d'essa condição, apresentarem o necessário desenvolvimento e robustez para o serviço.*³⁶¹

Em setembro do mesmo ano, mais um aviso do Ministério da Marinha caminhava na mesma direção.

*Cumpra que V.Exa. faça, quanto antes, seguir para esta Corte, afim de se reunirem ao Corpo Central, as praças da Companhia de Aprendizes Marinheiros dessa província, que tenham attingido a idade legal, ou que, por sua robustez e desenvolvimento phísico já prestas serviço activo a bordo dos navios da Armada.*³⁶²

Dessa forma, de abril de 1865 a setembro de 1869 seguiram, da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará para a Corte, 83 aprendizes marinheiros. Afirmar categoricamente quantos desses foram efetivamente tripulados nos navios da Armada em combate no Prata, assim como suas idades, não é tarefa fácil pela ausência de fontes detalhadas acerca dessa questão. Sobre as idades, podemos perceber um alto grau de subjetividade que regia o destacamento desses jovens por parte do Capitão do Porto da província. Apesar de a legislação estabelecer a idade de 17 anos, havia a remessa de meninos mais jovens, como já tivemos a oportunidade de fazer referência a um ofício em que o presidente comunica o envio de garotos com 15 anos. Entretanto, o maior complicador se dava na expressão: “*que por sua robustez e desenvolvimento físico*”, como elemento para avaliar se o menino estava apto para o serviço da Armada. Não há dúvidas de que essa diretriz, partida inclusive do ministério da Marinha, sinalizava para a remessa do

³⁶¹ APEC: Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará a Capitania do Porto e Oficiais da Armada Nacional (1863-1875) Livro 77-B. Ofício dirigido pelo presidente da Província, Sebastião Gonçalves, ao Sr. Comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros em 14/06/1867.

³⁶² APEC: Ministério dos Negócios da Marinha, ao Presidente da Província do Ceará, Avisos: Livro 97 (1865-1867). Aviso do Ministério da Marinha ao Presidente do Ceará em 23/09/1867.

máximo possível de meninos para a Corte a fim de terminarem, ou não, sua formação com vistas a tripularem os vasos de guerra. No calor da guerra e diante da escassez de praças para a Armada, o governo imperial empregou como saída para contornar tais dificuldades, a utilização de aprendizes marinheiros como tripulação nas embarcações militares do Império.

Analisando as fichas das gavetas dos Socorros da Marinha da Guerra do Paraguai no Arquivo Nacional, Renato Pinto Venâncio apresenta em quadro uma série de meninos com idades entre 9 e 12 anos tripulados nos navios em ação no Paraguai durante a guerra, inclusive um grumete cearense de nome Alexandre de 12 anos de idade.³⁶³

Ao que tudo indica, o esforço no engajamento de meninos nas diversas companhias de aprendizes do Império ao tempo da guerra e suas remessas para a Corte demonstram um esforço desencadeado em escala nacional com vistas a arregimentar contingentes praças para a Armada. Esse é um tema bastante nebuloso na historiografia da guerra com o Paraguai e escasso de estudos mais detalhados.

³⁶³ VENANCIO, Renato Pinto. Op. Cit., p.208.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*De fato, é comum que uma pergunta sabiamente formulada nos leve à consideração de muitas coisas, e ao conhecimento de outras que, sem aquela pergunta, não seriam percebidas.*³⁶⁴

A Guerra se configura enquanto um dos fenômenos sociais mais complexos e intrigantes presentes nas trajetórias diversas e múltiplas da experiência humana. Esse aspecto social da existência humana costuma transmitir e produzir sentimentos distintos e contrastantes entre si, sentimentos esses que costumam marcar para sempre corações e mentes de indivíduos e coletividades. Entretanto, apesar de sua presença cotidiana no mundo e seu papel histórico-social na constituição de identidades e estruturas sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, burocrático-administrativas dentre outros, ainda se trata de um tema pouco compreendido.

*Por incrível que pareça, o conhecimento que temos acerca do que seja a guerra é extraordinariamente limitado, e quanto mais importante nos parece conseguir aprofundá-lo — saber mais sobre esse que é, na história da humanidade, o evento de mais alta concentração de valor que podemos imaginar — tanto mais exíguo ele se torna.*³⁶⁵

Sem dúvida que as narrativas de grandes batalhas, estratégias militares, conquistadores, armamentos empregados, organizações militares, destacados guerreiros dentre outros são temas extremamente recorrentes e presentes na literatura mundial. Já estudos e pesquisas detalhadas, em torno da *natureza* da guerra e seu papel social na constituição das sociedades, são ainda diminutos e dispersos.³⁶⁶

³⁶⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos Políticos / Arte da Guerra*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, p.105.

³⁶⁵ BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.21.

³⁶⁶ A esse respeito ver, por exemplo, o já citado trabalho de Luigi Bonanate, KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1996; ARON, R. *Pensar a guerra: Clausewitz*. Brasília: UnB, 1986, ainda do mesmo autor *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: UnB, 1986; e por fim, clássico de Clausewitz *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 dentre outros.

A guerra nunca se apresenta enquanto um fenômeno social individual, mas sim, eminentemente coletivo, produzindo sempre grande impacto social sobre uma sociedade.

*Na guerra, os instintos, impulsos e tendências reprimidas se manifestam de forma absoluta. O envolvimento no confronto de vida e morte é a maneira mais eficaz de separação dos humanos; radicaliza as diferenças entre coletividades. E, por consequência, é também o mais poderoso processo de estreitamento das relações de um coletivo. Na expectativa do combate e, sobretudo, no próprio combate, indivíduos anulam suas diferenças e unem suas vontades: quando todos correm risco, a individualidade cede fortemente ao coletivo. O resultado da guerra não se manifesta apenas nas condições imediatas das sociedades, constitui patrimônio simbólico da maior valia, alimenta tradições norteadoras do convívio social e legitimadoras do exercício do poder, fundamenta esperanças acerca do futuro.*³⁶⁷

O entendimento de que a guerra — juntamente com todas as consequências que costuma gerar a uma comunidade como fome, sofrimento, desterro, perdas humanas e materiais e de entes queridos dentre outros — apresenta-se como um fundamento histórico-social crucial nos processos de conformação de identidades e estruturas sociais dos mais diversos matizes culturais de grupos humanos, é encarado, especialmente, e principalmente com o advento da racionalidade e da civilidade moderna ocidental, como uma situação por demais perturbadora.

Se por um lado, a pelo menos uns vinte anos, estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento como filósofos, cientistas sociais, historiadores, psicanalistas e outros, a partir de suas pesquisas e reflexões, têm caminhado na direção de um consenso em torno da idéia da “*necessidade de todo homem de reconhecer no outro um semelhante e, se possível, um irmão, para poder ocupar verdadeiramente a posição de ser humano e ser social*”³⁶⁸; por outro, tal assertiva é “*constantemente escarnecida pelos fatos*”, ou seja, pela dura constatação da cotidianidade da violência permeando as relações humanas. Para se ter uma idéia, segundo alguns estudos

³⁶⁷ DOMINGOS, Manuel. O militar e a civilização. In: *Tensões Mundiais: revista do observatório das nacionalidades*. Vol. 1, n.1 (jul./dez. 2005). Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2005, p.41.

³⁶⁸ ENRIQUEZ, Eugène. O outro, semelhante ou inimigo? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p.45.

contemporâneos, durante um período de 3.400 anos de história da humanidade, apenas 234 anos transcorreram com ausência de conflitos armados. Para um intervalo de um pouco mais de 160 anos, do Congresso de Viena até o início dos anos oitenta do século XX, já se contabilizavam 93 guerras³⁶⁹. A situação se agravou ainda mais no referido século XX, a partir da ampliação descomunal da capacidade de destruição e morticínio com a ascensão da moderna indústria bélica, inaugurando, segundo interpretação do historiador britânico Eric Hobsbawm, a era da guerra total.³⁷⁰

Outro dado perturbador é o fato de a guerra ter se tornado, sobretudo, e de forma mais acentuada ao longo de pelo menos seus últimos 500 anos, numa poderosa ferramenta impulsionadora de conhecimento e desenvolvimento tecnológico. Thomas Hobbes em seu célebre *Leviatã*, ao refletir sobre a formação do Estado ou Sociedade Civil, toma como ponto fundamental para compreender tal fato, a transição da organização da vida social de um *estado de natureza* para um *estado civil*. Para Hobbes, no *estado de natureza* o homem viveria numa situação de liberdade total, inexistindo regras ou acordos coletivos que limitassem os impulsos e o comportamento do ser humano. Essa seria uma situação de grande insegurança e incerteza, tendo em vista que o indivíduo não possuiria nenhuma garantia de sua integridade física e de propriedade, fruto da ausência de regras e sanções sociais normatizando as relações entre os homens, seria “*a guerra de todos contra todos*”. Assim, na perspectiva do filósofo político, no *estado de natureza* as potencialidades humanas e a civilização não encontrariam terreno para florescer diante do clima de medo e insegurança provocado pela iminência do conflito. Entretanto, podemos perceber em inúmeros momentos da história, a íntima relação da guerra, do conflito armado, com o aprimoramento de técnicas e na produção de conhecimento, assim como, destruição e sofrimento.

Episódio ou cataclisma, ela acelera a lenta destruição das coisas e dos seres e estimula a engenhosidade humana e a criação. Para lutar contra animais selvagens basta seguir procedimentos, receitas. Para lutar contra outros homens, todos os recursos da

³⁶⁹ GORI, Humberto. Guerra. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4 ed. Brasília: UNB, 1992, v 1, p.574.

³⁷⁰ Ver HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

*inteligência devem ser utilizados, pois a força bruta não é suficiente diante de seres inventivos, que criam o imprevisível e o aleatório.*³⁷¹

A título de exemplificação, mais recentemente o desenvolvimento da informática e da computação tem relação direta com o desenvolvimento da balística militar. A demanda por equipamentos e tecnologias que fossem capazes de calcular com a maior precisão possível as trajetórias dos projéteis de grande alcance e poder destrutivo deu origem, a partir de um longo processo de aprimoramento, aos primeiros processadores de dados. Outro exemplo é a Internet ou rede mundial de computadores. Tida como um dos símbolos da chamada *globalização*, a *Internet*, também é um fruto da guerra: era a rede de computadores de uso restrito, desenvolvida pelas forças armadas dos EUA desde o início da década de 1960 para otimizar e agilizar a comunicação entre as forças militares estadunidenses, impulsionada especialmente pelo contexto da guerra fria. No século XIX, as guerras Franco-prussianas e, especialmente a Guerra Civil norte americana, se transformaram em verdadeiros laboratórios da morte com a utilização e desenvolvimento de armamentos e estratégias de luta nunca antes vistos.³⁷² Na contemporaneidade, as forças armadas estão intimamente ligadas e dependentes do desenvolvimento científico e tecnológico da indústria e da infra-estrutura.

Diante de aterradoras constatações, *“tudo se passa como se quanto mais elevadas as palavras dos homens, mais rebaixada sua experiência cotidiana.”*³⁷³ A dura realidade social da violência permeando a experiência humana parece contrariar, ou se não, pelo menos por em dúvida, alguns dos valores mais caros do chamado mundo ocidental, como a racionalidade moderna e a idéia de Civilização em contraposição à Barbárie.

O paradigma iluminista do progresso contínuo da humanidade puxado pelo avanço da razão e do conhecimento, baseado na idéia de uma

³⁷¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.315.

³⁷² “A Guerra de Secessão demonstrou que a imaginação dos homens não tem limites quando se trata de destruir seu semelhante. Isso é ainda mais inquietante porque uma outra inovação da época, a reportagem fotográfica, levou a cada família a terrível realidade da guerra.” RAKOTO, André. Guerra de Secessão, a criatividade a serviço da morte. In: *História Viva*, Novembro de 2005, pp.54-55.

³⁷³ ENRIQUEZ, Eugène. Op. Cit. p.45.

neutralidade incondicional da ciência, não tem encontrado a acolhida necessária nos fatos cotidianos. No caso das guerras, quando observamos mais atentamente, detectamos a íntima relação entre a moderna indústria militar e a ciência. Sendo vista esta relação, inclusive, segundo alguns estudos marxistas, como uma das molas propulsoras do capitalismo contemporâneo na medida em que a tecnologia militar, desenvolvida a partir de pesquisas financiadas pelos estados, retorna ao mercado a baixíssimo custo para ser aplicada na indústria e serviços (condutores químicos, máquinas, sistemas de informação, softwares, hardwares, nanotecnologia, espionagem industrial, química, logística, administração etc.).

Do ponto de vista de um ideal de civilidade e racionalidade, os atos de violência normalmente são interpretados como manifestações bárbaras e primitivas. Não é à toa, que vez por outra, assistimos à elaboração das mais variadas justificativas para o uso legítimo da força e da eliminação de vidas.

Atormentado pelas experiências vividas no *front* de batalha durante a Primeira Guerra mundial, o alemão Erich Maria Kramer (mais conhecido pelo pseudônimo de Erich Maria Remarque) preenchia suas infindáveis noites de insônia, provocadas pelas lembranças dos horrores da guerra e pela perda de amigos e companheiros, escrevendo a respeito das atrocidades que presenciou e viveu. Dessas noites de agonia, brotou o seu mais conhecido e polêmico livro, *Nada de Novo no Front* ³⁷⁴, publicado em 1929, onde pode relatar e denunciar, em forma de romance, o absurdo da guerra a partir de um olhar calejado daquele que caminhou bem jovem sobre o fio da navalha observando a morte olho no olho. Em certa altura de seu livro, o personagem central, Paul Bäumer, comenta a visão da Guerra que possuía um de seus companheiros, o pequeno cabo Albert Kropp:

No seu entender, uma declaração de guerra deve ser uma espécie de festa do povo, com entradas e músicas, como nas touradas. Depois, os ministros e os generais dos dois países deveriam entrar na arena de calção de banho e, armados de cacetes, investirem uns sobre os

³⁷⁴ Em uma breve nota introdutória, Remarque justificava a feitura do livro: “Este livro não pretende ser um libelo nem uma confissão, e menos ainda uma aventura, pois a morte não é uma aventura para aqueles que se deparam face a face com ela. Apenas procura mostrar o que foi essa geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra”. REMARQUE, Erich Maria. *Nada de Novo no Front*. São Paulo: Abril Cultural, 1981, p.5.

*outros. O último que ficasse de pé seria o vencedor. Seria mais simples e melhor do que isso aqui, onde quem luta não são os verdadeiros interessados.*³⁷⁵

Como podemos perceber, mediante a fala do personagem do escritor e ex-combatente, Eric Remarque, a guerra costumeiramente *consome* justamente a vida daqueles que são os *menos interessados*. Consumo este que pode significar tanto a perda efetiva da vida, como a corrosão paulatina do brilho humano e da vivacidade daquele que mesmo tendo sobrevivido, vê-se atormentado pelas lembranças trágicas, verdadeiras cicatrizes silenciosas e invisíveis a lhe consumir interiormente.

Nessa perspectiva, estima-se que a Guerra contra o Paraguai, apesar das disparidades dos dados, consumiu entre 25 mil e 50 mil vidas de soldados brasileiros, aproximadamente, assim como outras milhares de vidas paraguaias. A maior parte desses que morreram no campo de batalha ou que tiveram suas vidas completamente desestruturadas pela guerra, sem dúvida alguma não eram os maiores ou verdadeiros interessados naquela luta; pelo contrário, no caso brasileiro, como tivemos a oportunidade de tratar, muitos foram recrutados à força, alheios à sua vontade, retirados do convívio familiar, obrigados a lutar em terras distantes e completamente estranhas.

A guerra que acreditava-se ser de curta duração, durou quase seis anos, exauriu e endividou os cofres públicos do Império, ceifou milhares de vidas e exigiu um esforço de mobilização militar até antes nunca visto no país. Concentrada no esforço de guerra, a monarquia não conseguiu encaminhar a resolução de questões cruciais para o futuro do regime e do país, como a questão da mão-de-obra, por exemplo, tendo em vista que as pressões pela abolição da escravidão avolumavam. Após o conflito, ao não estabelecer um diálogo efetivo com o Exército a fim de concretizar reivindicações solicitadas, o Estado Imperial acabou por entrar em rota de colisão com os militares, culminando no golpe que proclamou a República em 1889.³⁷⁶

³⁷⁵ Id. Ibidem, p.39.

³⁷⁶ Um aspecto paradoxal para a qual nos chama a atenção Wilma Peres Costa, é o fato de mesmo tendo ganhado a guerra, o regime monárquico não foi capaz de capitalizar essa vitória para o fortalecimento da monarquia. Maiores detalhes, ver COSTA, Wilma Peres. A Guerra do Paraguai e a problemática militar no Império. In: *História*, São Paulo, v.14, pp.33-48, 1995, p.34.

A ausência de um Exército estruturado em padrões modernos de organização, com hierarquia e disciplina bem estabelecida, formação e treinamento permanente, corpo técnico bem treinado e formado e com um sistema de alistamento militar universal minimamente eqüitativo e justo, colocou o Estado imperial brasileiro em situações extremamente difíceis. Com um diminuto Exército, o regime monárquico foi obrigado a “intrrometer-se” em zonas delicadas de influência e poder dos notáveis locais. Tanto solicitando seu engajamento no esforço de guerra, como também, interferindo nas estruturas de poder — política, social e econômica — desses potentados, no intuito de angariar soldados.

Dessa maneira, o processo de extração estatal, de contingentes recrutados e destacados para a guerra, e a interferência do governo central na dinâmica da vida local e nas relações de poder estabelecidas, geraram uma grande tensão social na província cearense; especialmente entre 1866 e 1868, quando do arrefecimento da onda de voluntariado, assinalado no primeiro da guerra, e do aumento da necessidade de destacamento cada vez maior de soldados para o *front* de batalha. Aqueles que não possuíam algum tipo de isenção legal ou que não estavam inseridos em sólidas redes de proteção propiciadas pelas relações paternalistas e de deferência, empreenderam as mais variadas formas de resistência ao recrutamento através de fugas, revoltas, agressões e resgate de recrutados. Além do mais, o serviço das armas no Brasil, era historicamente marcado por um forte estigma de depreciação social.

Contra esse estigma, e buscando reverter tal quadro, é que o discurso de convocação para a guerra na Província do Ceará, assim como em todo o Império, procurou atuar. Ao dignificar a figura do soldado, ressaltando o dever cívico de cada cearense para com a nação, ao esbravejar o caráter covarde da agressão perpetrada pelos “bárbaros” paraguaios ao sagrado solo da pátria e divulgar a atitude do Imperador D. Pedro II como exemplar ao dirigir-se pessoalmente à frente de batalha, buscava-se criar um clima de comoção social no Ceará, a fim de envolver toda a população no esforço de guerra. No ano de 1865 os resultados se mostraram bastante animadores, contudo, de 1866 em diante, as resistências ao recrutamento e o aumento da negativa da população cearense em sacrificar-se em nome da guerra, só aumentaram. Foi

justamente no período de 1866 a 1868, que detectamos os momentos mais dramáticos do processo de mobilização militar na província cearense, com as notícias de agressões às escoltas e comissões recrutadoras, arrombamento de cadeias e resgate de guardas nacionais designados para o serviço da guerra, perseguições e combates entre as facções políticas locais, mutilações visando à dispensa militar dentre outros, avolumando-se na documentação primária pesquisada e nas páginas dos jornais cearenses. Entretanto, uma das questões que mais chamaram a atenção, foi justamente o processo de destacamento de menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará para serem tripulados nos vasos de guerra do Império em ação no Prata. Essa atitude — extremamente polêmica, controversa e delicada — deu-se a partir de diretrizes baixadas pelo próprio Ministério da Marinha e governo imperial, na medida em que escasseavam cada vez mais homens dispostos a servirem durante a guerra nos navios da Armada Imperial. Na verdade, a falta de marinhagem não era um problema novo, apenas acabou ganhando maior magnitude e importância ao interferir diretamente na elaboração de qualquer estratégia de ação militar naval no Prata.

A guerra contra o Paraguai deixou marcas profundas na sociedade brasileira, muitas delas ainda por serem melhor analisadas pela pesquisa histórica. O impacto da mobilização militar para o conflito, desencadeado em escala nacional, foi sentido com bastante vigor na Província do Ceará. Região que, aparentemente pela sua distância geográfica da zona de conflito, não teria grande envolvimento com as questões platinas, enviou um contingente bastante expressivo de soldados, estimado em 5.769 homens. A guerra acabou por selar o destino de muitos desses cearenses no próprio campo de batalha, custando-lhes a vida. Os poucos que retornaram, buscaram, na medida do possível, reconstruir suas vidas. Para uma boa parcela desses sobreviventes que regressaram, passada a euforia inicial pelo fim da guerra e da chegada em casa, retomar o curso no mar da vida não foi tarefa das mais simples, já que a condição social dos mesmos permaneceu praticamente inalterada. Muitos, sequer tiveram acesso aos benefícios estipulados nas legislações baixadas pelo governo imperial no calor da guerra a fim de ativar o engajamento de soldados, especialmente no caso dos Voluntários da Pátria. Durante a pesquisa pude encontrar vários casos de voluntários cearenses que viviam a

mendigar ou com muita dificuldade nas ruas de Fortaleza, pois o soldo recebido como pensão mal dava para as necessidades básicas.

A título de observação, é possível que em alguns momentos tenhamos parecido “frios” demais para com os fatos dantescos que narrávamos e tratávamos. Lidar com o sofrimento humano não é tarefa fácil em nenhuma circunstância, não sendo diferente em um trabalho acadêmico. Caso tenhamos passado essa impressão em algum momento, não foi nossa intenção.

Esperamos por fim, ter contribuído de alguma forma para uma melhor compreensão histórica da guerra contra o Paraguai e de seus múltiplos significados. Dessa maneira, após trilhar um longo trajeto de pesquisas, leituras, debates e escrita, esse trabalho representa para nós mais do que um estudo criterioso, ou um meio de obtenção de um importante título acadêmico, simboliza a conclusão de mais uma etapa de um projeto profissional e pessoal e da qual somos gratos a todos que contribuíram para sua conclusão.

ANEXOS

ANEXO 1

Governo da Província. Instruções para a execução do decreto n° 3383 de 21 de janeiro de 1865, que manda destacar 1.060 Guardas Nacionais dos diferentes Corpos d'esta província para a defeza das praças, fronteiras e costas do Império, e para o serviço da guerra nos estados do Uruguay e Paraguay.³⁷⁷

O presidente da província determina que as execuções do decreto n° 3383 de 21 de janeiro último se observem as seguintes.

INSTRUÇÕES

Art. 1° O commandante superior, ou onde o não houver, os commandantes dos corpos, apenas receberem estas instruções, determinarão que os corpos, apenas receberem estas instruções, determinarão que os corpos formem-se em suas competentes paradas, e fazendo ler diante d'elles o decreto n°3383 de 21 de janeiro último, lembrando-lhes o dever que incumbe a todo cidadão (art.145 da Constituição), e especialmente á guarda nacional (arts. 1° e 117 da lei n° 602 de 19 de setembro de 1850) de sustentar a independência e integridade do Império e defendel-o de seus inimigos, convidarão os guardas nacionais a offerecerem-se para a defeza das praças, fronteiras e costas do Império, bem como para o serviço da guerra nos estados do Uruguay e Paraguay.

Art. 2° Os commandantes dos corpos, e onde não houver Commando superior, o capitão das companhias, farão o alistamento de todos os guardas nacionais que se apresentarem voluntariamente para esse serviço, com declaração do nome, profissão e companhia a que pertecerem; e os remetterão sem demora ao chefe mais graduado do município.

Art. 3° Os guardas nacionais assim alistados, e que forem julgados próprios para o serviço, farão parte dos Corpos destacados, que o decreto n° 3383 chamou a serviço pelo tempo de um anno (art.120 da lei n° 602 de 19 de setembro de 1850).

³⁷⁷ Jornal O Cearense, Fortaleza 25 de fevereiro de 1865, Parte Oficial, p.1.

Art. 4º Não são aptos para o serviço de corpos destacados:

1º. Os que se acharem inhabilitados por moléstia.

2º. Os que não tiverem a altura do estalão estabelecido (art.125 citada lei).

Art. 5º Os voluntários dos corpos da capital que forem julgados próprios para o serviço, serão aquartelados quando o determinar o presidente da província; e os dos outros corpos serão imediatamente conduzidos à esta cidade por um official designado pelo commandante superior ou, em sua falta, pelo do corpo respectivo, vencendo desde logo o soldo e etape das praças do exército.

Art. 6º Os officiaes que quizerem oferecer-se, deverão fazel-o ao presidente da província por intermédio de seus chefes, cujas communicações serão acompanhadas das declarações exigidas no art.2º d'estas instruções, e de informação sobre os serviços do official e suas habilitações.

Art. 7º Se o número de voluntários for insufficiente para completar o contingente exigido dos corpos de cada um dos commandos, segundo a tabela que baixa com estas instruções; o respectivo chefe convocará para a 1ª dominga que seguir, ou mais tardar, para a 1ª do mez de de Abril próximo futuro, os conselhos de qualificação, que deverão ser compostos na conformidade dos artigos 3 a 7 do decreto nº 1130 de 12 de março de 1853, para designare, os guardas nacionais que devem preencher o número marcado.

Art. 8º A designação será feita proporcionalmente ao número de praças de cada Companhia, não devendo porém nenhuma dar menos de 3 nem mais de 5.

A Companhia que tiver offerecido voluntariamente o número de praças que lhe couber, não será sujeita a designação; se tiver offerecido de menos, somente será sujeita na razão da differença; se de mais, o excedente será levado em conta as companhias do mesmo corpo, em justa divisão.

Art. 9º Somente serão designados para a composição de corpos destacados os guardas nacionais compreendidos na lista do serviço activo, que não estiverem dispensados pelo art. 15 da lei nº 602 de 19 de setembro de 1850, arts. 24 e 25 do decreto nº 722 de 25 de outubro de 1850, arts. 15 e 18

do decreto n° 1130 de 12 de março de 1853 e mais disposições em vigor (art.121 da citada lei n°602).

Art. 10° Sobre os guardas nacionais alistados no serviço activo, não exceptuados pelo art. Antecedente, se precederá á designação, guardando-se a ordem estabelecida nas cinco classes seguintes, de forma que não se passe á segunda sem estar esgotada a primeira, e assim por diante:

1ª Os solteiros.

2ª Os viúvos sem filhos.

3ª Os casados sem filhos.

4ª Os casados com filhos.

§ O irmão mais velho de orphãos menores de pai e mãe, que lhes servir de arrimo.

§ O filho único, ou mais velho dos filhos ou dos netos de uma viúva ou de um cego, alejado ou sexagenário, quando lhe servir de amparo.

5ª Os viúvos com filhos.

Em cada uma das classes se preferirão os mais moços, seguindo-se a ordem das edades (arts.121,122 e 123 da citada lei n°602).

Art. 11° Feita a designação e lavrada a acta de seus trabalhos, o conselho mandará extrahir duas listas dos guardas nacionais designados, com as declarações do art.2° e assignados por todos os membros; uma para ser remetida ao chefe que o convocou, outra para o conselho de revista que se tiver de reunir; e as fará transcrever em editaes igualmente assignados, para serem affixados no interior da matriz de cada uma das capellas filliaes, e publicadas pela imprensa, onde a houver (art.31 do citado decreto n°1130).

Art. 12° Dentro de três dias, contados da publicação do edital, poderão os interessados recorrer da designação do conselho de qualificação para o de revista, por meio de um requerimento dirigido a este e apresentado aquelle, na forma do art.38 do citado decreto. Este recurso tem effeito suspensivo.

Art. 13° Observa-se-há a respeito dos guardas nacionais que não recorrerem dentro do prazo art. antecedente, o que se acha disposto no art.5°, relativamente aos voluntários; e para esse fim deverá o conselho, apenas expirado o prazo, comunicar ao chefe que o convocou, se foi ou não interposto algum recurso, e no caso afirmativo quaes os recorrentes.

Art. 14° Logo que constar ao commandante superior, ou ao do corpo, que foram interpostos recursos, convocará o conselho de revista composto na conformidade do art.43 do citado decreto n° 722, para a 1ª, ou o mais tardar, para a 2ª domingo que seguir-se a convocação.

Art. 15° Installado que seja este conselho, ser-lhe-hão remetidos pelo de qualificação os requerimentos de recurso, que lhe tiverem sido apresentados; e o recorrente não poderá intentar de novo o recurso perante o conselho de revista, se não provar, com certidão da acta ou com o recibo de que trata o art.38 do citado decreto n° 722, que o apresentára ao conselho de qualificação (art.48 do citado decreto). Não sendo os recursos presentes dentro dos três primeiros dias de sua reunião, o conselho de revista dissolver-se-há (art. 28 do decreto 1130).

Art. 16° O conselho de revista so tomará conhecimento dos recursos que forem interpostos nos termos do art.13 e versarem sobre alguns dos casos seguintes:

1° Não achar-se alistado no serviço activo.

2° Ser dispensado por lei do serviço activo.

3° Ter sido designado contra a ordem estabelecida no art.10, ou contra o disposto no art.8°, provando no primeiro caso que a classe anterior ainda tinha guardas aptos para o serviço, e no segundo que a companhia do recorrente deu um contingente superior ao fixado.

4° Ser incapaz para o serviço, nos termos do art.125 da lei n° 602.

Art. 17° Terminados os trabalhos do conselho de revista, os quais não poderão prolongar-se por mais de dez dias, serão as actas e os outros papéis remetidos ao chefe que o convocou (art.31 do citado decreto).

Art.18° A respeito dos guardas nacionais, cujos recursos não forem providos, observar-se-hão as disposições dos arts. 5 e 13 das presentes instruções.

Art. 19° Sendo providos alguns recursos, o chefe da guarda nacional convocará de novo o conselho de qualificação para fazer outra designação, afim de preencher-se o contingente, e seguir-se-há o mesmo processo determinado n'estas instruções.

Art. 20° Das decisões do conselho de revista há recurso, sem efeito suspensivo, para a presidência da província, nos termos do art.124 da lei n° 602, art. 59 do decreto n°722, art.32 do decreto n°1130.

Art. 21° O guarda nacional que, depois de se ter offerecido ou ser designado, recusar-se por qualquer forma a fazer o serviço de corpos destacados, será obrigado a servir no Exército o dobro do tempo que durar o destacamento, ou recrutado, se não tiver motivo legal de isenção (art.133 da lei n°602).

Art. 22° O guarda nacional designado para fazer parte de corpos destacados pode dar um substituto em seu lugar, com tanto que seja cidadão brasileiro e tenha a idade de 18 a 40 annos (art. 126 da lei n°602).

Art. 23° Se o substituto for também designado para servir em corpo destacado, o substituto deverá marchar ou apresentar outro em seu lugar (art. 129 da citada lei).

Art. 24° Quanto ao lugar e horas da reunião, modo de verificar a idade e moléstias dos indivíduos, redação da acta e formalidades do exercício de suas funções, os conselhos observarão fielmente o que está disposto nos capítulos 1° e 2° dos citados decretos n°s 722 e 1130.

Palácio do governo do Ceará, em 23 de fevereiro de 1865.

Lafayette Rodrigues Pereira.

TABELA dos contingentes, que devem dar os corpos da Guarda Nacional d'esta província para a composição do destacamento de 1060 praças chamadas a serviço pelo dec. n°3383 de 21 de janeiro de 1865.				
Commando Superior	Paradas	Numeração dos Corpos	Contingentes de cada corpo.	Total dos cont ^{es} . por cada commando.
Fortaleza	Capital	1	30	180
	Capital	2	30	
	Maranguape	3	30	
	Siupe	4	30	
	Aquiraz	5	16	
	Cascavel	30	22	
	Cascavel	31	22	
Aracaty	Aracaty	6	25	100
	Aracaty	7	25	
	S. Bernardo	8	25	
	S. Bernardo	9	25	
Icó	Icó	10	24	126
	Icó	11	24	
	Lavras	28	30	
	Pereiro	29	24	
	Telha	33	24	
Crato	Crato	12	30	124
	Barbalha	32	25	
	Missão Velha	3	14	
	Jardim	35	25	
	Milagres	36	30	

S. J. do Príncipe	S. J. do Príncipe	13	30	80
	Quixeramobim	14	25	
	Cachoeira	15	16	
	Maria Pereira	2	9	
Sobral	Sobral	19	30	150
	Sobral	20	30	
	Sant'anna	21	30	
	Acaraú	22	30	
	Santa Quitéria	27	30	
Granja	Granja	23	26	56
	Viçosa	24	30	
Imperatriz	Imperatriz	25	31	76
	Imperatriz	37	31	
	Santa-Cruz	1	14	
Baturité	Baturité	16	24	64
	Baturité	17	24	
	Canindé	18	16	
Ipú	Ipú	26	30	80
	Ipú	38	30	
	Tamboril	39	20	
Saboeiro (*)	Saboeiro	34	24	24

(*) Batalhão avulso

Total: 1060

ANEXO 2

O Presidente da Província determina que os encarregados do recrutamento para o serviço do Exército n'esta província observem as seguintes:³⁷⁸

Instruções:

Art. 1º. Dentro dos dous primeiros mezes da época em cada anno fixada para o recrutamento, serão recebidos como voluntários os indivíduos que se offerecerem para o serviço militar, e no fim de dito praso se procedera ao recrutamento forçado na forma das ordens e leis em vigor para completar em cada freguezia o número de recrutas que lhe tiver cabido na distribuição, mas nem por isso deixarão de ser recebidos durante todo o anno os que se apresentarem voluntariamente. Em cada anno na época do recrutamento se publicara nas freguezias um edital conforme o modelo nº1 (Artigo 4 do regulamento nº2171 do 4º de maio de 1858).

Art. 2º. Completo o número que tocar a cada freguezia, não se continuará o recrutamento nella sem ordem especial. N'aquellas freguezias, porém, que po não completarem continuará aberto o recrutamento por todo o tempo que necessário for.

³⁷⁸ Jornal O Cearense, Fortaleza 13 de agosto de 1865, Parte Oficial, p.1-2.

Art. 3º. Os encarregados do recrutamento fora da capital da província deverão, antes da remessa dos recrutas para a capital, conceder aos que allegarem a seu favor isempção legal, um praso para a apresentação das provas de isempção. Este praso será fixado de oito a quinze dias no lugar da residência do recrutado; e achando-se este em outro lugar, diverso do da residência, lhe serão concedidos, sendo a viagem por terra, mais tantos dias, na razão de quatro léguas por dia de ida, e volta, quantos forem precisos que elle possa apresentar as provas da isempção. Si a viagem for por mar ou rio, lhe arbitrará o recrutador os dias que razoavelmente forem necessários, e do mesmo modo se arbitrará quando a viagem for parte por mar, e parte por terra. Os mesmos encarregados dispensarão do recrutamento os indivíduos que provarem isempção legal (Circular de 7 de fevereiro de 1845, e art.22 do regulamento apontado).

Art. 4º. Os recrutados deverão, sempre que for possível, ser postos em lugar separado, sem communicação com os pronunciados e criminosos (Art.149 regulamento nº20 de 31 de janeiro de 1842).

Art. 5º. São isemptos do recrutamento: § 1º O menor de 18 annos e maior de 35 (Instruções de 10 de julho de 1822 e de abril de 1841 e art.1 do decreto de 14 de dezembro de 1852).

2º. Os casados (Instruções de 10 de julho de 1822) salvo quando voluntário ou legalmente se tenham separado de suas mulheres, não recebendo estas proteções (Decreto de 2 de novembro de 1832, art.2).

3º. O irmão de orphão que tiver a seu cargo a subsistência, de educação d'este (Instruções de 10 de julho de 1822).

4º. O filho único de mulher viúva nas mesmas circun stâncias (Instruções de 10 de julho de 1822).

5º. O filho único de lavrador, ou um á sua escolha, quando houver mais de um, que cultivar terras próprias ou arrendadas (Instruções de 10 de julho de 1822).

6º. O feitor ou administrador de fazenda com mais d e seis escravos, ou seja de esta plantação de criação, ou oleria (Instruções supracitadas).

7º. O tropeiro, boiadeiro, mestre de officio com loja aberta, pedreiros carpinteiro, canteiros, e mais officiaes de officios, uma vez que uns e outros,

exercitem os seus officios effectivamente e tenham bom comportamento (Instruções citadas).

8º. O pescador que fizer da pescaria um ramo de ind ústria, e n'ellas se empregue effectivamente (Instruções citadas).

9º. O marinheiro grumete, e moço de navio, que se a char embarcado ou matriculado; arraes ou patrão de barco a conduzir mantimentos ou outros gêneros (Instruções citadas).

10º. O caixeiro de casa de commercio de grosso trat o até o nº de três, até dous sendo casa de segunda ordem e um sendo a casa pequena (Instruções citadas).

11º. O estudante que apresentar o atestado do respec tivo professor, certificando a sua aplicação e aproveitamento (Instruções citadas).

12º. Os empregados nas typographias (Art. 4 da lei de 7 de dezembro de 1830).

13º. Os guardas nacionais devidamente qualificados (Art.1 das instruções de 6 de abril de 1841).

Art.6º. (Ilegível por causa de mutilação no jornal).

Art.7º. Cada recruta, para seu sustento, terá uma diária igual ao valor da ração da etapa de uma praça de pret, a contar do dia de sua prisão (Circular de 17 de julho de 1857).

Art. 8º. As quantias abonadas na forma dos artigos antecedentes, somente serão pagas à vista de uma conta organizada pelo recrutador de conformidade com os modelos 2 e 3.

Art. 9º. Os encarregados dos recrutamentos nas freguesias remetterão os recrutas que fizerem ao encarregado do recrutamento na villa de seu termo, ou na cabeça da comarca, devendo aquelle encarregado enviar os mesmos recrutas com segurança e commodidade para a capital da província, ou para o lugar que lhe for indicado pelo presidente da província, attendendo as distâncias e a maior facilidade das communicações (Art. 30 do regulamento do 1º de maio de 1858).

Art. 10º. Os recrutas serão escoltados por praças do destacamento do lugar d'onde partirem, e na falta por força da guarda nacional, que será requisitada ao respectivo commandante do corpo ou a qualquer commandante da companhia que estiver encarregado de fornecel-a.

Art. 11º. As escoltas da guarda nacional que conduzirem recrutas se fará pagamento, como se fazem ás de 1ª linha desde o dia em que sahirem de casa até o regresso, á rasão de 4 léguas por dia: para o que deverão as mesmas escoltas trazer o competente pret organizado segundo o modelo nº 4 por quem fornecel-as (Art. 8 das instruções de 6 de abril de 1841).

Art. 12º. Não só o pagamento de que trata o artigo antecedente, mas também os de tratam os artigos 6 e 7 serão feitos na capital por quem designar o presidente da província.

Art. 13º. A gratificação dos recrutadores será de sessenta mil réis mensaes percebendo além d'isto os que forem officiaes do exército vantagens geraes correspondentes ao seu posto (Art.2 do decreto nº 2821 de 21 de agosto de 1861).

Art. 14º. Os recrutadores remetterão com os recrutados um mappa circunstanciado e organizado segundo o modelo nº5, com declaração da idade, naturalidade, estado, filiação, profissão e das inquirições feitas ao mesmos recrutas, do prazo que lhes foi concedido para exhibição dos documentos comprobatório da isenção, e as razões porque não foram ellas atendidas. Ficam os mesmos recrutadores responsáveis por qualquer abuso em recrutarem indivíduos isentos, quando as provas de isenção lhes tiverem sido apresentadas, e forem desatendidas, sendo n'este caso abrigados a satisfazer todas as despesas com os recrutas, si forem estes julgados comprehendidos nas isenções marcadas nos §§ 1 a 13 do art.5 d'estas instruções. O recrutador rubricara todos os documentos comprobatórios da isenção, que lhe forem apresentados, para se verificar si elle obrou ou não com perfeito conhecimento de circumstancias do recrutado (Art.24 do regulamento do 1º de maio de 1858 e artigo 2 do decreto de 6 de abril de 1841).

Art. 15º. Todos os que occultarem algum individuo sugeito ao recrutamento ou protegeram sua fuga ou por alguma forma impedirem que sejam recrutados, ou forem causa de que depois de recrutados sejam tirados de poder dos conductores serão punidos com prisão de um a três mezes e multa de 100\$000 a 200\$000, além de outras penas criminaes a que possam estar sujeitos (Art. 14 das instruções de 6 de abril de 1851).

Art. 16º. Quando acontecer que indivíduos sujeitos ao recrutamento nas freguezias, que não completarem o número se auserem para outras serão

recrutados no lugar em que forem encontrados e levados em conta ás freguezias cujas as autoridades os recrutarão e comprehendidos no número dos recrutas que tiverem de dar no anno seguinte, salvo si forem recrutados em virtude de requisição das autoridades das freguezias donde se auserem (Art.11 do regulamento de 1º de maio de 1858).

Art. 17º. Os recrutas que forem julgados incapazes para o serviço pela inspecção de saúde e os que forem dispensados por effeito de isenções legaes, devidamente verificadas, serão immediatamente soltos, e não levados em conta ás freguezias onde forão recrutados, devendo estas substituil-os por outros idôneos no prazo de dous mezes. N'estes casos ficam os recrutadores responsáveis na forma do artigo 14 das presentes instruções a pagarem todas as despesas que se fizerem com taes recrutas, si no facto do recrutamento tiverem preterido algumas das prescripções imposta no regulamento n° 2171 do 1º de maio de 1858 ... (ilegível/mutilado).

Art. 18º. Os encarregados do recrutamento deverão regular-se pela lei de 29 de agosto de 1837, instruções de 10 de junho de 1822 não alteradas pela citada lei, decreto de 2 de novembro de 1835 regulamento n° 2171 do 1º de maio de 1858 e decreto de 6 de abril de 1841 na parte não alterada por aquelle regulamento.

Palácio do governo do Ceará, 9 de abril de 1865. — José Bento da Cunha Figueiredo Júnior.

MODELO 1

EDITAL.

Eu encarregado do recrutamento (a designação dos lugares em que pode recrutar).

Faço saber que estando aberto o recrutamento por ordem do governo imperial, faz-se público o seguinte:

1º No praso de dous mezes, contados de hoje, admitt em-se voluntários para servir no exército. Os voluntários servirão por tempo de 6 annos.

2º Findo o praso de dous mezes, se procederá ao recrutamento forçado na forma das leis em vigor. Os recrutados servirão 9 annos.

3° O número dos recrutas, que cabe dar a esta freguezia, é de indivíduos no corrente anno.

4° Aos voluntários, que se apresentarem para o serviço do exército, ainda mesmo depois do prazo acima marcado, se dará como prêmio de engajamento a quantia de 300\$000 e para os que já tiverem antes servido na praça o tempo que eram obrigados pela lei, o prêmio será de 400\$000. Os pagamentos serão em três prestações iguaes, a 1^a no acto de assentar praça, a 2^a depois de três annos, a 3^a quando completarem os seis annos de serviço.

5° Os voluntários receberão um título em que se declaram as circunstâncias e a qualidade de sua praça e o número de annos de serviço a que são obrigados, afim de receberem a sua escusa logo que concluírem seu tempo de serviço, salvo tempo de guerra, ou em circunstâncias extraordinárias.

Tal o nome do lugar.

Observação: Não reproduzo nesta transcrição em anexo os modelos de formulários e tabelas n^{os} 2, 3, 4 e 5 instruídos neste documento pelos artigos 8, 11 e 14 respectivamente.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas.

1. Ofícios do Presidente da Província do Ceará a diferentes autoridades Militares da Província (1862-1874).
2. Ofícios expedidos pelos comandantes superiores da Guarda Nacional ao Presidente de Província do Ceará, diversas localidades (1865-1870).
3. Registro de ofícios dirigidos pela Presidência da Província do Ceará à Capitania do Porto e oficiais da Armada Nacional. (1863-1875).
4. Ofícios do Governo da Província do Ceará, ao Ministério da Marinha. (1866-1876).
5. Avisos do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província do Ceará. (1865-1867).
6. Ofícios expedidos pela Secretaria de Polícia do Ceará. (1865-1870).
7. Ofícios expedidos pelos comandantes superiores da Guarda Nacional ao Presidente de Província do Ceará (1865-1870).

Fontes Impressas

Jornais.

1. Jornal *O Cearense*.
2. Jornal *A Constituição*.
3. Jornal *Pedro II*.

Relatórios de governo.

1. Relatórios, Mensagens e Falas dos Presidentes de Província do Ceará do período de 1865 até 1870.
2. Relatórios do Ministério da Marinha de 1865 até 1870.

Depoimentos e Memórias da Época:

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEX (Ed. Especial), 1980.

D'EU, Conde. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, Visconde: *Recordações de Guerra e de Viagem*. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

——— *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

——— *Diário do Exército: 1869-1870*. 2ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

SILVA BARBOSA, Francisco Pereira da. *Diário da Campanha do Paraguai*. Disponível em: < <http://www.geocities.com/cvidalb2000/>. Acesso em: 15 Agosto 2002.

Livros e Artigos:

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Democracia Estamental: Raízes do Estado e do Cidadão no Brasil. In: RIFIOTIS, Theophilos; KOURY, Mauro Guilherme P.; LIMA, Jacob Lima (Orgs). *Política, Cidadania e Violência*. João Pessoa: Ed. Manafatura, 1999, p. 17-51.

ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.303-327.

ALVES, Cláudia M. Costa. *Cultura e Política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

AMAYO, Enrique. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. In: *Estudos Avançados (USP)*. São Paulo, v.9, n.24, mai-ago 1995.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARON, R. *Pensar a guerra: Clausewitz*. Brasília: UnB, 1986.

——— *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: UnB, 1986.

- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, 1982.
- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BARROSO, Gustavo. *A Guerra do López: 1864-1870*. Fortaleza: Secult/Programa Editorial da Casa José de Alencar, 2000. (Col. Alagadiço Novo).
- BEATTIE, Peter M. The house, the street, and the Barracks: reform and honorable masculine social in Brazil (1864-1945). In: *Hispanic American Historical Review*. 76-3, 1996, Duke University Press.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de Ciência Política*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira editora, 1973.
- BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: *Estudos Avançados (USP)*. São Paulo, v.9, n.24, mai-ago 1995.
- BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os Cearenses*. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- . Página inédita de Antônio Bezerra: “como me tornei voluntário da pátria”. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXX – Ano LXXX, 1968, p249-252.
- BOBBIO, Norberto, *et. alli*. *Dicionário de Política*. 4ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. 2V.
- BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAI, Roberto. *Textos Políticos para a História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 1996.
- BOTELHO, Tarcísio R. Censos e construção nacional no Brasil imperial. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v17, n.1, 321-341, junho/2005.
- BREZZO, Lílían M. “Paz em paz y guerra a la guerra”: ¿Una nueva historiografía sobre la guerra de la Triple Alianza? In: *Revista Paraguaya de Sociología*. Año 38, nº111/112, p.11-26, (Mayo-Diciembre de 2001).

- La guerra de la Triple Alianza en los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes. In: *Revista Universum*. Talca (Chile), nº 19, Vol.1 :10 - 27, 2004.
- La hiatoriografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. Disponível em: www.D0HI.UEM.BR/PUBLICACOESDHI/DIALOGOS/VOLUME01/VOL7_ATG3.HTM. Acesso em abril de 2005.
- BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: *DADOS*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, nº 2, p.229-250, 1997.
- As forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Direção). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano, 2º volume, Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, p.181-234, 1977.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgns). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- A Guarda Nacional. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ed. São Paulo: Civ. Brasileira, 1984. Tomo II. V4. págs.274-298.
- CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC-UFC / Museu do Ceará, 2005.
- CHABOD, Federico. *La idea de nación*. D. F., México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- CHILCOTE, Ronald. *Teorias de Política Comparativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.46, nº1, pp.153-193, 2003.
- CONTAMINE, Philippe. Mourir Pour La Patrie, In: NORA, Pierre (Dir.). *Les Lieux de Mémoire. La Nation III*. Paris: Éditions Gallimard, 1986, págs. 11-43.
- CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Milton Carlos. O Historiador Joaquim Nabuco e a Guerra do Paraguai. In: *História*, São Paulo, v.14, 1995.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Editora HUCITEC: Editora da UNICAMP, 1996.
- A Guerra do Paraguai e a problemática militar no Império. In: *História*, São Paulo, v.14, 1995.
- CUNHA, Marco Antonio. *A Chama da Nacionalidade: Ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2000.
- DOMINGOS, Manuel. O militar e a civilização. In: *Tensões Mundiais: revista do observatório das nacionalidades*. Vol. 1, n.1 (jul./dez. 2005). Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, págs.37-70, 2005.
- Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- DORATTIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O Conflito com o Paraguai: A Grande Guerra do Brasil*. (Série Princípios). São Paulo: Ática, 1996.
- *Maldita Guerra: Uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- A construção de um mito. In: *Jornal Folha de São Paulo*, domingo, 9 de novembro de 1997, Caderno *Mais!*

- DUARTE, general Paulo Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, vol I, 1981.
- DUROSELLE, Jean-Baptist. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.18, nº53, pp.5-18, outubro de 2003.
- ENRIQUEZ, Eugène. O outro, semelhante ou inimigo? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 6ed. Porto Alegre, Globo, 1984.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.
- FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. 4ed. Fortaleza: Casa Juvenal Galeno, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do Século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História da UEM a/c. Coordenação/Editorial da Universidade Estadual de Maringá – Paraná. V. 5, n.1, p.11-47. 2001. Anual.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo/Campinas: HUCITEC/Unicamp, 1979.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- . *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império*. 4ed. São Paulo: Difel, Vol. 4, Tomo II, 1985.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Cíveis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997.
- . Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.27, págs. 89-109, 2001.
- . Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.179-208, 2004.
- JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- JESUS, Ronaldo Pereira. *O Povo e a Monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. São Paulo: Tese de doutorado (História), USP/FFLCH, 2001.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: BIBLIX/Companhia das Letras, 1996.
- KOHN, Hans. *A Era do Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- KRAYY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- . Repensando o recrutamento Militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos*, Maringá, v.3, n3, págs. 113-151, 1999.
- . “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da independência na Bahia. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, nº43, pp.109-126, 2002.

- . Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. In: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n.33, setembro de 1998.
- . “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. In: *Afro-Ásia*. Salvador, n.17, pp.29-56, 1996.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito *Menor*. In: PRIORE, Mary Del. *História da Criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996,
- LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni. SCHMITT, Jean-Claude. (Orgs.). *História dos Jovens: a época contemporânea (Vol. 2)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna 1997.
- MAIA, Prado. *A Marinha de guerra do Brasil na colônia e no império (tentativa de reconstituição histórica)*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1965.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe / Escritos políticos* (Col. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luísa. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997.
- MARQUES, Maria Eduarda Magalhães (Org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saguarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MATOS, Kelma. *Jovita Feitosa*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. (Coleção: Terra Bárbara).

- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MELLO, Cristiane F. Pagano de. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgns). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.
- MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgns) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- . A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.38, págs.81-96, out. de 1998.
- MENEZES, Alfredo da Mota. Guerra do Paraguai: como construímos o conflito. São Paulo: Contexto; Cuiabá, MT: Editora da UFMT, 1998.
- MEZNAR, Joan E. The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil: 1839-1875. In: *Hispanic American Historical Review*, v.72, n.3, p.3335-51, 1992.
- MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o paraguai (1864-1870), 130 anos depois. In: *Estudos Avançados (USP)*. São Paulo, v.9, n.24, mai-ago 1995.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- . Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgns) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.
- . Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.38, dez. de 2000.
- NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Esses miseráveis delinqüentes”: desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgns) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Unicamp, 1986.
- PINSKY, Jaime (Org). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai, a grande tragédia rio-platense*. São Paulo: Global, 1980.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgns). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RAKOTO, André. Guerra de Secessão, a criatividade a serviço da morte. In: *História Viva*, págs.54-60, Novembro de 2005.
- RAMOS, Xislei Araújo. “Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Fortaleza: 2003, 213p. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ — Instituto de Letras, págs. 12-43, 1997 (Cadernos da Pós-Letras nº19).
- ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ — Instituto de Letras, 1997 (Cadernos da Pós-Letras nº19).
- ROUQUÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- . Memórias de guerra: guerra do Paraguai e narrativa nacional. In: *História*, São Paulo, V.16, 1997.
- . *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ed. São Paulo: Civ. Brasileira, 1984. Tomo II. V4. págs.335-358.

——— *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850- 1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, uma monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*. Campina Grande: UFCG, n° 9, p 15-43, 2003.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Série Estatísticas Retrospectivas – V3). *Estatísticas Históricas do Brasil (Séries econômicas, demográficas e sociais – de 1550 a 1987)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

SENNA MADUREIRA, A. *A Guerra do Paraguai*. Brasília, UnB, 1981.

SILVA, Pedro Alberto. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1998.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: LP&M, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

——— *Formação histórica do Brasil*. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2ed. Rio de Janeiro: MAUAD: ADESA, 1996.

SOUSA, José Weyne Freitas. *Artífices, criadas e chicos: as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915)*. PUC-São Paulo: Dissertação de mestrado em História Social, 2004.

SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

——— A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- SOUZA JR, Antônio. Guerra do Paraguai. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ed. São Paulo: Civ. Brasileira, 1984. Tomo II. V4.
- SOUZA, Euzébio. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1950. (Col. Instituto do Ceará, monografia 15).
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrão na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STUDART, Barão de. Datas e factos para a história do Ceará. Edição fac-sim.- Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, Tomo II.
- SUN TZU. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.
- THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THÜNE, Wolfgang. *A pátria como categoria sociológica e geopolítica*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1991.
- TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.
- TORAL, André Amaral. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.38, 1999.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VENANCIO, Renato Pinto. Os Aprendizes da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.
- VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1976.
- VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004 (Edições do Senado Federal; v.26).
- VIEIRA, Maria do Pilar da Araújo, et. alli. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.
- WHIGHAM, Thomas. La transformacion economica del Paraguay: una perspectiva oficial de 1863. In: *Revista Paraguaya de Sociología*. Año 29, n°85, pp.95-98, (Setiembre-Diciembre de 1992).